REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 050 - SÁBADO, 1 DE ABRIL DE 2006 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Antero Paes de Barros – PSDB-MT
1º Secretário
Efraim Morais – PFL-PB
2º Secretário
João Alberto Souza – PMDB-MA
3º Secretário
Paulo Octávio – PFL-DF
4º Secretário
Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

Suplentes de Secretário
1ª - Serys Slhessarenko – PT-MT
2º - Papaléo Paes – PSDB-AP
3º - Alvaro Dias – PSDB-PR
4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 21	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 17	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31
LÍDER **Ney Suassuna** VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) [5] ..... **LÍDER DO PMDB – 21** **Ney Suassuna** VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) [6] Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp	**LÍDER** **Delcídio Amaral – PT** VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB ..... **LÍDER DO PT – 12** **Delcídio Amaral** VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Fátima Cleide **LÍDER DO PL – 3** **João Ribeiro** VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas **LÍDER DO PSB – 2** **Antônio Carlos Valadares** VICE-LÍDER DO PSB (vago)	**LÍDER** **José Jorge – PFL** VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL ..... **LÍDER DO PFL – 16** **José Agripino** VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro [2] **LÍDER DO PSDB – 15** **Arthur Virgílio** VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 **Osmar Dias** VICE-LÍDER DO PDT (vago) **LÍDER DO PMR– 1** **Marcelo Crivella**	**LÍDER DO PTB – 4** **Mozarildo Cavalcanti** VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi **LÍDER DO P-SOL – 1** **Heloísa Helena**	**LÍDER DO GOVERNO** **Aloizio Mercadante – PT** VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho - PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes –PSB[1]

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

[1] A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.
[2] O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005
[5] O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005
[6] O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.
[7] O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 32ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 31 DE MARÇO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 110, de 2006 (nº 179/2006, na origem), de 27 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2005 (nº 2.866/2004, na Casa de origem), que institui o dia 5 de maio como o "Dia Nacional do Líder Comunitário", sancionado e transformado na Lei nº 11.287, de 27 de março de 2006. 10540

Nº 111, de 2006 (nº 180/2006, na origem), de 27 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Hélio Magalhães de Mendonça, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Sudão. 10540

Nº 112, de 2006 (nº 181/2006, na origem), de 27 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Frederico Cezar de Araújo, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bolívia. ... 10547

Nº 113, de 2006 (nº 182/2006, na origem), de 27 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Tomas Mauricio Guggenheim, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade das Bahamas..... 10559

1.2.2 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2006 (nº 7.458/2002, na Casa de origem), que altera o inciso II do **caput** do art. 282 e o art. 1.211-B da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil, e acresce o art. 1.211-D à referida Lei (dispõe sobre a concessão de prioridade à pessoa maior de sessenta e cinco anos que figure como parte ou interveniente em procedimentos judiciais)..... 10575

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que denomina "Rodovia Ministro Alfredo Nasser" a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela. 10576

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2006 (nº 922/2003, na Casa de origem), que denomina "Aeroporto Internacional de Macapá/AP – Alberto Alcolumbre", o aeroporto da cidade de Macapá, Estado do Amapá. 10577

Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2006 (nº 1.797/2003, na Casa de origem), que acrescenta o art. 521-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (dispõe sobre a declaração de nulidade em sede de apelação)..... 10578

Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2006 (nº 1.811/2003, na Casa de origem), que acrescenta o art. 258-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (disciplina a destinação dos recursos arrecadados com a aplicação de multas por infrações administrativas e prevê a substituição da pena de multa por prestação de serviços à comunidade)..... 10579

Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2006 (nº 2.137/2003, na Casa de origem), que institui o dia 2 de outubro como o Dia Nacional do Pacifismo Ativo e pelo Desarmamento. 10580

Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2006 (nº 3.952/2004, na Casa de origem), que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais..... 10580

Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2006 (nº 4.539/2004, na Casa de origem), que institui o dia 6 de dezembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres. 10583

Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2006 (nº 4.707/2004, na Casa de origem), que acrescenta inciso ao art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, que trata da Cofins não cumulativa.. 10584

Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2006 (nº 4.918/2005, na Casa de origem), que determina o envio de cópia da sentença penal mediante carta registrada ao ofendido ou, na sua ausência, ao seu cônjuge, descendentes ou ascendentes. 10586

Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2006 (nº 5.245/2005, na Casa de origem), que dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (dispõe sobre o direito à inviolabilidade do escritório ou local de trabalho, de instrumentos de trabalho e correspondência profissional e institui hipóteses da quebra desse direito)... 10587

1.2.3 – Leitura de parecer

Nº 288, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2002-Complementar, de autoria do Senador Francisco Escórcio, que autoriza o Poder Executivo a instituir, para efeitos administrativos, a região do complexo geoeconômico e social denominada Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, visando à redução das desigualdades regionais, por meio de seu desenvolvimento, nos termos do artigo 43 da Constituição Federal, e dá outras providências..... 10589

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2002-Complementar, cujo parecer foi lido anteriormente. 10594

1.2.5 – Leitura de requerimento

Nº 361, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de congratulações à Sra. Maria de Lourdes Abadia pela sua posse, hoje, como Governadora do Distrito Federal..... 10597

1.2.6 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 26, de 2006, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que altera a redação do Regimento Interno do Senado Federal para modificar a competência do Segundo, Terceiro e Quarto Secretários do Senado Federal e criar a Ouvidoria Parlamentar do Senado Federal. 10597

Designação dos Senadores Aelton Freitas e Osmar Dias para, respectivamente, relatarem o Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006), e a Medida Provisória nº 277, de 2006..... 10597

1.2.7 – Discursos do Expediente

SENADOR *SÉRGIO ZAMBIASI* – Homenagem ao Banco do Brasil pelos 90 anos de presença no Estado do Rio Grande do Sul..... 10597

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Comentário sobre artigo de autoria do ex-Ministro José Dirceu, publicado na edição de hoje do **Jornal do Brasil,** a respeito da quebra de sigilo bancário. Considerações sobre a apreciação do Orçamento da União para este ano..... 10599

SENADOR *MÃO SANTA* – Encaminhamento à Mesa de requerimento solicitando voto de lembrança ao político Arthur Virgílio Filho..... 10602

1.2.8 – Leitura de requerimento

Nº 362, de 2006, de autoria do Senador Mão Santa e outros Senadores, solicitando voto de lembrança ao ensejo do transcurso do 19º aniversário da morte do político Arthur Virgílio Filho..... 10604

1.2.9 – Discursos do Expediente (Continuação)

SENADOR *PAULO PAIM* – A questão do salário mínimo e dos benefícios concedidos aos aposentados e pensionistas. Necessidade de providências do Governo Federal para evitar demissões em massa devidas à crise gerada pela gripe aviária... 10604

SENADOR *ALVARO DIAS* – Defesa da apresentação de emendas ao relatório final da CPMI dos Correios. Recomendação de mudanças no relatório final da CPMI dos Correios para deixar mais clara a responsabilização criminal do Presidente Lula. . 10612

SENADOR *EDISON LOBÃO* – Considerações a respeito da abordagem do relatório final da CPMI dos Correios quanto à vinculação do Banco do Brasil com o pagamento do chamado "mensalão"..... 10612

SENADOR *MÃO SANTA* – Comentários ao pronunciamento do Senador Alvaro Dias, que pede o indiciamento do Presidente da República no âmbito das conclusões da CPMI dos Correios..... 10617

1.2.10 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *LUIZ PONTES* – Comentário sobre matéria intitulada "Lula omite origem de verba social para SP", publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 25 de fevereiro do corrente. ... 10620

SENADOR *JUVÊNCIO DA FONSECA* – Considerações acerca de artigo intitulado "Ação, experiência e narração em FHC", de autoria do ex-ministro das Relações Exteriores, professor Celso Lafer, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 19 de março do corrente..... 10622

SENADOR *JOÃO BATISTA MOTTA* – Registro da matéria intitulada "Enfim o anti-lula", publicada pela revista **Época**, edição de 20 de março do corrente. . 10623

SENADOR *ANTERO PAES DE BARROS* – Análise da matéria intitulada "PF rastreia empresas que receberam dólares de Duda", publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 22 de fevereiro do corrente. 10628

SENADOR *SÉRGIO GUERRA* – Transcrição da matéria intitulada "Governo gasta com a máquina quatro vezes o que investe", publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 20 de março do corrente. 10630

SENADOR *ALVARO DIAS* – Comentários a respeito de artigo intitulado "Por que Nildo iria mentir?", publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 19 de março do corrente..... 10632

SENADOR *LEONEL PAVAN* – Registro das matérias intituladas "O sigilo do caseiro", publicada na revista **IstoÉ**, edição de 29 de março do corrente, e "O inferno de Palocci", publicada na revista **Época**, edição de 27 de março do corrente..... 10633

SENADOR PAPALÉO PAES – Considerações sobre o editorial intitulado "O ministro e o caseiro", pu-

blicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 22 de março do corrente. 10635

SENADOR *FLEXA RIBEIRO* – Transcrição da matéria intitulada "Em um mês, MST fez 78 invasões em 15 Estados", publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 23 de março do corrente. 10636

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Análise da matéria intitulada "Presidente Alckmin – isso é possível?", publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 24 de março do corrente. 10638

SENADORA *LÚCIA VÂNIA* – Registro do artigo intitulado "Eleitores, por favor, leiam este artigo", publicado no jornal **O Globo**, edição de 21 de março do corrente..... 10639

SENADOR *VALMIR AMARAL* – Transcurso, dia 24 de março, do Dia de Combate à Tuberculose..... 10640

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

Do Senador Arthur Virgílio, proferido na sessão de 30 de março de 2006. 10640

3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 31-3-2006

4 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

Resenha das matérias apreciadas pelo Senado Federal no período de 1º a 31 de março de 2006..... 10647

5 – ATAS DE COMISSÕES (Publicadas em suplemento a este Diário)

6 – ATO DO PRESIDENTE

Nº 15, de 2006. 10729

7 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 76 a 78, de 2006. 10729

8 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 562 a 575, de 2006. 10732

SENADO FEDERAL

9 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

10 – SECRETARIA DE COMISSÕES

11 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

12 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

13 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

14 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

15 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

16 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

17 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

18 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

19 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

20 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

21 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 32ª Sessão Não Deliberativa em 31 de março de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência do Sr. Paulo Paim, Alvaro Dias e Mão Santa

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM
DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

– Nº 110, de 2006 (nº 179/2006, na origem), de 27 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2005 (nº 2.866/2004, na Casa de origem), que institui o dia 5 de maio como o "Dia Nacional do Líder Comunitário", sancionado e transformado na Lei nº 11.287, de 27 de março de 2006.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar de autógrafo do projeto sancionado.

O processado vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, mensagens que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGEM Nº 111, DE 2006
(Nº 180/2006, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto nos arts. 18, I, e 56, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Hélio Magalhães de Mendonça, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Sudão.

Os méritos do Senhor Hélio Magalhães de Mendonça que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 27 de março de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 101 DP/DSE/SGEX/AFEPA/G–MRE/APES

Brasília, 17 de março de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto nos artigos 18, I, e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Hélio Magalhães de Mendonça, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Sudão.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e **curriculum vitae** do Senhor Hélio Magalhães de Mendonça que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim.**

INFORMAÇÃO
CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE HÉLIO MAGALHÃES DE MENDONÇA

CPF.: 25694553772
ID.: 5125 MRE

03/05/1948	Filho de Hélio da Cunha Telles de Mendonça e Elza Magalhães de Mendonça, nasce em 03 de maio, no Rio de Janeiro/RJ
01/01/1973	CPCD - IRBr
08/01/1973	Divisão de Cooperação Intelectual, assistente
06/02/1973	Terceiro Secretário em 06 de fevereiro
09/01/1975	Departamento de Cooperação Cultural, Científica e Tecnológica, assistente
19/01/1976	Embaixada em Washington, Terceiro e Segundo Secretário
04/01/1977	Segundo Secretário, por antigüidade, em 16 de agosto
22/01/1980	Embaixada em Budapeste, Segundo e Primeiro Secretário
05/01/1981	Primeiro Secretário, por merecimento, em 03 de setembro
10/01/1982	Divisão da Associação Latino-Americana de Integração, assistente e Chefe,substituto
12/01/1986	Departamento Econômico, assessor
13/01/1987	Departamento da Ásia e Oceania, assessor
14/01/1987	Divisão da Ásia e Oceania II, Chefe,substituto
02/01/1990	CAD - IRBr
06/01/1990	Conselheiro, merecimento, 18 de dezembro
15/01/1991	Divisão da Ásia e Oceania II, Chefe
25/01/1991	Embaixada em Madri, Conselheiro
27/01/1995	Embaixada em Pretória, Conselheiro
16/01/1998	Divisão da Europa II, Chefe
02/01/1999	A Política Externa da África do Sul 1945/1999, no livro África do Sul da série Visões Brasileira,IPRI
07/01/1999	Ministro de 2ª Classe, por merecimento, em 7 de janeiro
30/01/1999	CAE - IRBr, Em Busca de Seu Lugar na Comunidade Internacional - A Política Externa da Nova República da África do Sul
17/01/2001	Departamento da África, assessor
18/01/2004	Departamento da Europa, assessor

CLAUDIA D'ANGELO
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Subsecretaria-Geral Política para África, Ásia, Oceania e Oriente Médio

Divisão da África-III

Sudão

1. DADOS BÁSICOS

Nome oficial	República do Sudão
Superfície	2.505.810 km2
População	35 milhões de habitantes (ONU, 2005)
População urbana	37% (2002)
Capital	Cartum (947 mil habitantes)
Outras cidades importantes	Omdurman, Cartum do Norte, Port Sudan
Idiomas	Árabe (oficial). São também utilizados o inglês e dialetos como o dinka e o nuer.
Religiões	Islamismo (70,3%), cristianismo (16,7%), crenças tradicionais (11,9%)
Regime de governo	República presidencialista
Chefe de Estado e de Governo	Presidente Omer Hassan Ahmed Al-Bashir
Ministro dos Negócios Estrangeiros	Lam Akol
Divisão administrativa	26 estados. Governadores indicados pelo Presidente.
Produto Interno Bruto (US$)	23,02 bilhões (nominal, 2005)
PIB per capita (US$)	657 (nominal, 2005)
Crescimento anual	8,6% (2005)
Inflação	13% (2003)
Dívida externa (US$)	18,1 bilhões (2005)
Reservas (US$)	2,5 bilhões (2005)
Moeda	Dinar sudanês (US$ 1 = 257,9 DS)
Comércio global (US$)	12 bilhões (2005)
Exportações	7 bilhões
Importações	5 bilhões
Comércio com o Brasil (US$)	69,4 milhões (2005)
Exportações brasileiras	69 milhões
Importações brasileiras	70 mil
Principais produtos exportados	Obras de ferro ou aço, caldeiras e aparelhos mecânicos, óleos vegetais, fumo e veículos
Principais produtos importados	Peles, gomas e extratos vegetais, sementes
Participação do Brasil nas compras do Sudão	0,1%

2. INTRODUÇÃO

A República do Sudão situa-se no Norte da África Oriental, confinando com o Egito, Líbia, Chade, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Uganda, Quênia, Eritréia, Etiópia e o Mar Vermelho. Com um território de 2,5 milhões de km2, formado por planícies e terrenos férteis às margens do rio Nilo, o Sudão é o maior país do continente africano. A população conta 35 milhões de habitantes.

A economia sudanesa baseia-se na agricultura, fonte de emprego para 80% da população economicamente ativa. As atividades ligadas ao comércio também são importantes, sobretudo na capital, Cartum. O Sudão tem tido uma história turbulenta, marcada por golpes de estado, calamidades naturais (períodos de seca e inundações ao longo do rio Nilo) e emergências humanitárias (fome). O conflito entre o Governo central e as províncias do Sul arrastou-se por cerca de vinte anos, havendo concluído com a assinatura do Acordo de Paz de janeiro de 2005, em Nairóbi. Persiste outra situação conflitiva em Darfur, no Noroeste do país.

Desde 1996, o Sudão é uma República Constitucional, com o Presidente eleito por voto popular para mandato de cinco anos. O atual mandatário sudanês é o General Omer Hassan Ahmed Al-Bashir, no poder desde 1989. O poder legislativo, unicameral, é exercido pela Assembléia Nacional, instituída em 1996, com 400 representantes, dos quais 264 eleitos pelo voto popular e 136 designados pelo Presidente da República. A atual Constituição foi elaborada em 1996 e promulgada em março de 1998. O texto estabelece sistema judiciário baseado no código islâmico (*Sharia*) e permite a eventual legalização de "associações políticas" (no lugar de partidos políticos, proscritos por decreto presidencial). A data nacional é celebrada no dia da independência, 1 de janeiro.

3. HISTÓRIA

Durante o século XIX, o Sudão foi dominado pelo Egito, que confiou a administração do território a funcionários britânicos. Em 1899, forças militares inglesas impuseram regime de soberania conjunta anglo-egípcia sobre o território, que, na prática, foi colonizado pela Inglaterra. Em 1954, após onda de protestos nacionalistas, foi criado o Parlamento sudanês, marcando o início do processo de independência, obtida em 1° de janeiro de 1956.

O governo foi formado pela elite urbana de Cartum, de origem árabe, grupo dominante na capital e em toda a região norte do país. A metade sul do Sudão, por outro lado, habitada por população negra africana seguidora de costumes e religião diversos, sobretudo crenças animistas, passou a clamar por maior participação na vida política e econômica do país, insurgindo-se contra a dominação árabe já no final dos anos 50, quando teve início um movimento armado separatista.

Em maio de 1969, golpe militar levou ao poder o Coronel Jaafar al-Nimeiri. Em 1972, o novo Governo assinou acordo de paz com os rebeldes, concedendo maior grau de autonomia à região sul e incorporando indivíduos de cor negra ao sistema político. A luta contra o separatismo teve conseqüências das mais negativas sobre a economia sudanesa, já combalida pela falta de investimentos, alto preço do petróleo e calamidades naturais (períodos de seca e inundações). Para sustentar-se no poder, Nimeiri recorreu ao apoio da ala radical da "Irmandade Islâmica", agremiação política da elite árabe. A contrapartida desse apoio foi a adoção pelo Governo, em 1983, da Sharia e do Zakat (respectivamente, código de direito islâmico e imposto religioso).

Essas medidas, juntamente com a divisão administrativa da região sul em três províncias, fizeram com que a guerrilha sulista eclodisse novamente em 1983, sob a liderança do Coronel John Garang, à frente do Exército de Liberação do Povo sudanês –SPLA. Além de não aceitarem a islamização do país, os rebeldes consideravam que a nova divisão administrativa imposta pelo Governo tinha por objetivo consolidar o domínio econômico do Norte sobre o Sul, região rica em petróleo.

4. POLÍTICA INTERNA

A escalada do conflito interno e a situação econômica caótica resultaram em novo golpe militar, em 1985, com a destituição de Nimeiri e nomeação de Sadiq al-Mahdi para a Presidência. Incapaz de solucionar ambas as questões, Mahdi foi deposto em 1989 pelo General Omer Hassan Ahmed Al-Bashir. O novo mandatário suspendeu a Constituição e proscreveu todos os partidos políticos, exceto a Frente Nacional Islâmica-NIF. O poder legislativo passou a ser exercido pelo Conselho Revolucionário de Salvação Nacional, integrado por quinze membros e presidido pelo Chefe de Estado.

Após o golpe, o Governo lançou uma série de ofensivas militares contra a guerrilha, chegando a controlar boa parte do território rebelado. Contudo, com o apoio da Eritréia, Etiópia e Uganda, o SPLA e outras facções separatistas foram capazes de impor-se militarmente, reconquistando quase toda a região sul do país. Fortalecida, a guerrilha passou a constituir séria ameaça ao Governo de Cartum. Em 1995, a Aliança Nacional Democrática – NDA (coalizão das facções separatistas integrada pelo SPLA e outros grupos guerrilheiros) lançou a Declaração de Asmara, reafirmando o direito à autodeterminação do povo sudanês.

Face à situação interna cada vez mais difícil e ao relativo isolamento internacional, o Governo promulgou nova Constituição e realizou, em 1996, eleições presidenciais e parlamentares. Nesse pleito, bem como no de 2000, ambos boicotados pelos grupos de oposição, o General Bashir foi reeleito Presidente enquanto que o partido governista, posteriormente denominado de Partido do Congresso Nacional, obteve ampla maioria parlamentar. Em 1997, o Governo iniciou conversações de paz com os diversos grupos rebeldes, as quais foram marcadas de dificuldades, já que às rivalidades tradicionais, de cunho étnico, religioso e tribal, somava-se a disputa pelos dividendos do petróleo.

Desde seu início, o conflito entre o Governo central e as províncias do Sul arrastou-se por cerca de vinte anos e gerou 1,5 milhão de mortos e 4 milhões de refugiados. As negociações para o fim desse conflito, com a ativa participação do organismo sub-regional IGAD (Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento), intensificaram-se a partir de 2002 e chegaram, entre outros resultados, à assinatura do Protocolo de Machakos, em julho daquele ano, pelo qual as autoridades sudanesas e o Movimento/Exército de Libertação do Povo Sudanês concordaram em estabelecer forma de governo que garanta os direitos humanos e a divisão equitativa do poder e da riqueza decorrentes da exploração de petróleo.

O Protocolo atendeu, adicionalmente, a uma reivindicação fundamental de cada parte : o Governo manteve o direito de aplicar a lei penal islâmica ao Norte do país e as províncias do Sul

poderão realizar plebiscito sobre autodeterminação em 2011. O acordo de paz definitivo foi celebrado em Nairóbi em 9 de janeiro de 2005. O novo Governo daí resultante, integrado pelos grupos políticos do Sul, tomou posse em julho.

A pacificação completa do Sudão depende da implementação bem-sucedida do acordo de Nairóbi e da urgente superação da crise de Darfur, na região noroeste. O conflito ali começou há mais de dois anos, inspirado pelo que se passava no Sul, e provocou crise humanitária de grandes proporções em área habitada por sete milhões de pessoas, com centenas de milhares de deslocados, inclusive para o vizinho Chade.

A crise de Darfur suscitou sérias preocupações na órbita internacional, do que foi exemplo a atenção voltada para o tema pela União Africana, que enviou missão à região, e pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, que adotou diversas Resoluções a respeito. Apesar da expectativa de que o acordo de janeiro de 2005 com as províncias do Sul favorecesse os entendimentos no tocante a Darfur, os últimos relatórios trazidos ao CSNU mostram que a situação ainda se reveste de gravidade, sendo necessárias ações inequívocas por parte tanto do Governo sudanês quanto dos rebeldes para que se reverta o quadro e possam prosperar as negociações que vêm sendo conduzidas em Abuja com o apoio da Presidência da União Africana.

Em setembro de 2005, os membros do Conselho de Segurança divulgaram comunicado à imprensa no qual encorajam o Movimento/Exército de Libertação do Povo Sudanês, o Movimento para Justiça e Igualdade e o Governo do Sudão a retomarem as negociações em Abuja (o que veio a ocorrer, efetivamente). Os membros do Conselho de Segurança também reiteraram seu apoio à assinatura da Declaração de Princípios no dia 5 de julho, "que serve como parâmetro para futuro diálogo de boa-fé" em negociações sobre o compartilhamento da riqueza e do poder para uma solução ampla da crise em Darfur.

Em 20 de outubro de 2004, o Conselho de Paz e de Segurança da União Africana aprovou a Missão de Paz da União Africana no Sudão (AMIS), chefiada pelo Representante Especial do Presidente da Comissão. A Missão tem o mandato de monitorar e observar o cumprimento do Acordo de Paz de 8 de abril de 2004 e todos os acordos subseqüentes, fortalecer a confiança recíproca, assegurar as medidas de assistência humanitária e o retorno dos refugiados a seus lares. Em sua 42ª Sessão, de 20 de outubro de 2005, o Conselho de Paz e de Segurança renovou o mandato da AMIS até 20 de janeiro de 2006. Em 10 de março de 2006, a 43ª Sessão desse órgão prorrogou a AMIS até setembro de 2006. Participam da Missão: Nigéria, Ruanda, Senegal, Gâmbia, Chade, Quênia e África do Sul.

5. ECONOMIA

A economia sudanesa baseia-se na agricultura, sobretudo na exploração de *cash crops* como o algodão e o óleo de sésamo, em conjunto responsáveis por 40% das receitas de exportação do país. A região sul do Sudão é rica em petróleo, com reservas estimadas de 250 milhões de barris e potencial de capacidade de produção diária de 150 mil barris. A exploração desses recursos tem sido dificultada, todavia, pela falta de uma infra-estrutura de transporte adequada e, sobretudo, pelo passado conflito interno entre o Governo central e as províncias do Sul.

O Produto Interno Bruto (PIB) sudanês, estimado em US$ 23 bilhões em 2005, apresentou um crescimento médio anual de 4,7% entre 1991 e 2001. Esse bom desempenho é atribuído à recuperação do setor agrícola, bem como ao aumento dos gastos governamentais e ao desenvolvimento do setor petrolífero. Em 2005, o crescimento foi estimado em 8,6%.

Calcula-se que o esforço de guerra tenha custado aos cofres públicos algo em torno de US$ 1 milhão por dia. No período de 1993-96, a taxa anual média de inflação foi de 88%, baixando para 65% em 1997, 17% em 1998 e 18% em 1999. Em 2003, chegou a 13%. A dívida externa total, segundo estimativa em 2005, seria de US$ 18 bilhões.

Em 2005, o comércio exterior global teria atingido a cifra de US$ 12 bilhões, com exportações de US$ 7 bilhões e importações de US$ 5 bilhões. Os principais produtos de exportação do Sudão são: combustíveis, óleos e ceras minerais; sementes e grãos; algodão; gomas e sucos vegetais; e peles. China, países do Oriente Médio (Arábia Saudita) e da Europa (Reino Unido) figuram entre os principais clientes e, ao mesmo tempo, como os maiores provedores. O Sudão importa variados artigos, sobretudo manufaturados, como caldeiras, máquinas e instrumentos mecânicos; veículos; aparelhos elétricos; obras de ferro e aço; e produtos farmacêuticos.

6. POLÍTICA EXTERNA

O principal eixo da política externa sudanesa é o relacionamento bilateral com o Egito, historicamente importante (inclusive porque os dois vizinhos partilham as águas do rio Nilo). As relações entre ambos os países mostram-se cordiais, em geral.

O relacionamento com Uganda, Etiópia e Eritréia era litigioso até passado recente, pois Cartum os acusava de conceder apoio logístico e material aos rebeldes secessionistas. A partir de 1998, as relações com a Etiópia melhoraram sensivelmente. Em dezembro de 1999, os presidentes Al-Bashir e Museveni assinaram acordo de paz que colocou fim às hostilidades entre o Sudão e Uganda (Uganda acusava o Sudão de fornecer apoio aos guerrilheiros do *Lord's Resistance Army*, que lutam contra o Governo de Museveni, enquanto o Sudão acusava Uganda de apoiar o Exército de Liberação do Povo Sudanês - SPLA). Em janeiro de 2000, o Sudão normalizou as relações com a Eritréia.

Além da Líbia, Irã e Iraque, o Sudão mantém boas relações com a Arábia Saudita, China e Malásia (investimentos na indústria petrolífera). O país encontra dificuldade, por outro lado, em estabelecer parcerias com os países desenvolvidos, em razão dos conflitos internos sudaneses e das pressões de setores domésticos naqueles países a esse respeito.

O atual Ministro dos Negócios Estrangeiros do Sudão é Lam Akol.

7. RELAÇÕES COM O BRASIL

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o Sudão em outubro de 1968. A representação brasileira é feita cumulativamente pela Embaixada no Cairo, enquanto que o Sudão passou a dispor de Embaixada residente em Brasília em 2004, conforme decisão comunicada ao Brasil em

novembro do ano anterior. O Embaixador Rahamtalla Mohamed Osman apresentou suas credenciais em abril de 2004. O Brasil tenciona abrir Embaixada residente em Cartum.

Embora as relações tenham sido tênues até então, devem evoluir de forma gradativa, já havendo sido firmado, em 2005, acordo-quadro de cooperação técnica.

Ao longo de 2003, visitaram o Brasil o Ministro dos Transportes, Mohamed Elsamani Elwasila Elsamani, em agosto, e o Ministro da Educação, Mohamed Abuzeid Mustafá, em novembro. A segunda autoridade foi recebida pelo Chanceler brasileiro. O Governo sudanês reagiu favoravelmente, desde logo, à iniciativa brasileira de promover, em 2005, em Brasília, a Cúpula América do Sul-Países Árabes.

O Presidente Lula e o Chanceler Celso Amorim felicitaram seus homólogos sudaneses pela celebração do Acordo de Paz entre o Governo central e as províncias do Sul do Sudão, ocorrida em Nairóbi em janeiro de 2005.

Em fevereiro de 2005, missão diplomática conduzida pelo Diretor do Departamento da África, do Itamaraty, e integrada pelo Embaixador do Brasil no Cairo, esteve em Cartum, onde estabeleceu proveitosos contatos com altos funcionários governamentais do Sudão, no intuito principalmente de descortinar possibilidades de cooperação bilateral.

O comércio entre os dois países ainda é incipiente, mas poderá desenvolver-se igualmente de modo progressivo. Observou-se forte aumento de 2003 para 2005, com as exportações brasileiras passando de sete a sessenta e nove milhões de dólares. A pauta exportadora inclui obras de ferro e aço, caldeiras e aparelhos mecânicos, gorduras e óleos vegetais, fumo e veículos. As importações, bem mais restritas, compreendem peles, gomas e extratos vegetais, bem como sementes e frutas oleaginosas.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-SUDÃO (2003/05)

Intercâmbio Comercial Brasil-Sudão (US$)	2003	2004	2005
Corrente de comércio	7.993.587	49.127.544	69.400.814
Importações (fob)	31.487	187.321	70.501
Exportações (fob)	7.962.100	48.940.223	69.330.313
Variação das exportações(%)	-46,76	514,66	41,66
Saldo comercial	7.930.613	48.752.902	69.259.812

Fonte: MDIC/SECEX / Sistema Alice

DAF –III
Mar. 2006

Aviso nº 278 – C. Civil

Em 27 de março de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Hélio Magalhães de Mendonça, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Sudão.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff,** Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

MENSAGEM Nº 112, DE 2006
(Nº 181/2006, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto nos arts. 18, I, e 56, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como

no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Frederico Cezar de Araújo, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bolívia.

Os méritos do Senhor Frederico Cezar de Araújo que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 27 de março de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 103 DP/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 17 de março de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto nos artigos 18, I, e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 12 de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Frederico Cezar de Araújo, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bolívia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e **curriculum vitae** do Embaixador Frederico Cezar de Araújo que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim.**

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE
MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE FREDERICO CEZAR DE ARAUJO

CPF.: 31.657.527-53
RG.: 3348 MRE

1944	Filho de Sylvio Bretas de Araujo e Maria Emília Cezar de Araujo, nasce em 29 de novembro, no Rio de Janeiro/RJ
1966	CPCD, IRBr.
1967	Terceiro Secretário em, 24 de novembro
1968	Assistente do Chefe do Cerimonial
1969	Assistente do Chefe da Divisão de Cooperação Técnica
1971	Assessor do Secretário-Geral de Política Exterior
1971	Segundo Secretário, antiguidade, 01 de junho
1972	Londres, Segundo Secretário
1976	Lima, Segundo Secretário
1977	Primeiro Secretário, merecimento, 26 de março
1977	Lima, Primeiro Secretário
1977	Tóquio, Primeiro Secretário
1981	Conselheiro, merecimento 23, de junho
1981	Tóquio, Conselheiro
1983	Chefe da Divisão de Visitas
1986	Londres, Conselheiro

1988 Introdutor Diplomático

1988 Ministro de Segunda Classe, merecimento, 16 de junho

1990 Londres, Cônsul-Geral

1993 Londres, Ministro-Conselheiro

1993 Washington, Ministro-Conselheiro

1995 Chefe do Cerimonial

1995 Ministro de Primeira Classe, merecimento, 16 de dezembro

2000 Chefe do Cerimonial da Presidência da República

2003 Camberra, Embaixador

CLAUDIA D'ANGELO
DIRETORA DO DEPARTAMENTO DO SERVIÇO EXTERIOR

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Subsecretaria-Geral da América do Sul
Departamento da América do Sul
Divisão da América Meridional–II

DADOS BÁSICOS

CAPITAL:	La Paz (sede do governo) e Sucre (constitucional)
ÁREA:	1.098.581 km²
POPULAÇÃO (2005):	8,9 milhões de habitantes
IDIOMAS:	espanhol, quéchua e aimará
SISTEMA POLÍTICO:	República unitária e presidencialista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Evo Juan Morales Aima
CHANCELER:	David Choquehuanca Céspedes
PIB (2004):	US$ 8,7 bilhões (nominal) US$ 24,2 bilhões (PPP)
PIB PER CAPITA (2004):	US$ 976 (nominal) US$ 2704 (PPP)
CRESCIMENTO DO PIB (2004):	3,6%
UNIDADE MONETÁRIA:	Boliviano

DADOS BIOGRÁFICOS

Presidente: **Evo Juan Morales Aima**

- 46 anos, nascido em Orinoca, no Departamento de Oruro, em 26 de outubro de 1959. Oriundo de família de ascendência Aymara.
- Durante o período ditatorial, seguiu carreira sindicalista até ser dirigente da "Federación del Trópico", em 1988.
- Em 1992, foi eleito Secretário Executivo daquela federação, que agrupa 25 Centrais e 250 Sindicatos, com um total de 20.000 membros.
- Na condição de líder "cocalero" e de dirigente do Movimiento al Socialismo (MAS), foi eleito Deputado em 1997.
- Em janeiro de 2002, perdeu temporariamente seu assento no Congresso, acusado de práticas ilegais, relacionadas com protestos violentos contra a proibição do plantio de coca. Em março do mesmo ano, sua destituição foi declarada inconstitucional.
- Concorreu às eleições presidenciais em 2002. No primeiro turno, recebeu 20,9% dos votos, apenas 1,6 ponto percentual a menos que o empresário Gonzalo Sánchez de Lozada, escolhido presidente pelo Congresso, no segundo turno.
- Eleito Presidente da República da Bolívia, em 18/12/2005, em primeiro turno, com quase 54% dos votos válidos.

POLÍTICA INTERNA

As eleições gerais bolivianas de 18 de dezembro de 2005, em que foram eleitos, além do Presidente e Vice-presidente, 9 "Prefectos" (Governadores), 27 senadores e 157 deputados para o período executivo e legislativo 2006-2011, transcorreram em clima de normalidade. O pleito contou com a presença de mais de 150 observadores internacionais coordenados pela OEA.

O candidato Evo Morales, do Movimento ao Socialismo (MAS), venceu com quase 54% dos votos válidos. Elegeu-se com maioria absoluta adquirida no primeiro turno. O candidato pelo Poder Democrático e Social (PODEMOS), Jorge "Tuto" Quiroga, obteve cerca de 29% dos votos, seguido de Doria Medina, da Unidade Nacional (UN), com quase 8%, e Michiaki Nagatani, do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), com 6,3%.

Evo Morales foi vitorioso em cinco dos nove departamentos bolivianos, todos no Ocidente (La Paz, Oruro, Potosí, Chuquisaca e Cochabamba), enquanto que Jorge Quiroga venceu nos outros quatro departamentos, todos no Oriente (Tarija, Santa Cruz, Beni e Pando). O MAS terá a maior bancada na Câmara de Deputados, composta de 130 cadeiras, com 72 deputados eleitos. No Senado, de 27 membros, é provável que a PODEMOS, que elegeu 13 senadores, forme um bloco majoritário com o MNR que elegeu um senador. Dessa forma, a PODEMOS, de "Tuto" Quiroga, emerge como a segunda força política na Bolívia. Já o MAS, elegeu 12 senadores e a UN, um.

Evo Morales, em sua primeira entrevista coletiva após as eleições, destacou os principais pontos de sua agenda. Sobre os contratos das petroleiras, enfatizou que não confiscará bens das empresas transnacionais e reconheceu o direito das petroleiras a obter lucros e recuperar seus investimentos.

A respeito do tema da erradicação da folha de coca, Morales propôs aos Estados Unidos um pacto efetivo de luta anti-drogas, mas que não se converta em pretexto para o aumento da presença norte-americana na região. Defenderá uma linha de "zero cocaína, zero narcotráfico", mas buscará a descriminalização internacional da coca. Com relação à autonomia das agências reguladoras (instituídas no primeiro governo de Sánchez de Lozada), Morales entende que o sistema é pouco democrático e deverá ser substituído por comissões sociais e econômicas. As superintendências regulam, entre outras áreas, o sistema financeiro, os recursos naturais, os hidrocarbonetos, a eletricidade, as telecomunicações e o saneamento básico. A respeito do Poder Judiciário, Evo declarou que a Corte Eleitoral e a Corte Suprema de Justiça guardam traços do sistema político controlado pelos partidos tradicionais e deveriam ser reformadas,

embora não tenha divulgado quais seriam os planos para a reforma judiciária.

SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA

A Bolívia dispõe de um sistema financeiro frágil e passível de sofrer uma forte corrida bancária, na hipótese de agudização de uma crise de confiança. As sucessivas crises políticas e distúrbios sociais afastaram novos investimentos e prejudicaram as atividades econômicas. Ainda que a Bolívia tenha contado com um cenário internacional favorável às suas principais exportações em 2003, 2004 e no primeiro semestre de 2005, o crescimento do investimento interno, a chegada do investimento externo, a produtividade, as exportações, as atividades comerciais no mercado interno e o turismo foram todos afetados pelo clima de incerteza que tem vivido o país.

O FMI, na última semana de dezembro de 2005, anunciou o perdão quase total da dívida externa boliviana com aquele organismo. De um total de US$ 250 milhões de estoque de dívida, foram perdoados US$ 220 milhões.

O comércio exterior da Bolívia, no período de janeiro a setembro de 2005, em comparação com o mesmo período de 2004, teve um aumento das importações de 25,6%, ao passo que as exportações cresceram 18,9%. Como resultado, o superávit comercial boliviano reduziu-se de US$ 345 milhões de janeiro a setembro de 2004 para US$ 321 milhões em igual período deste ano. O aumento das exportações decorreu, sobretudo, do crescimento da venda de hidrocarbonetos (44,79%), especialmente de gás natural (49,27%). Por sua vez, o crescimento das importações ocorreu em todas as categorias de bens, com destaque para combustíveis e lubrificantes (118,7%), insumos industriais (24,51%), equipamentos, peças e acessórios de transporte (23,63%) e bens de capital (20,92%).

O comércio regional da Bolívia com os países da América Latina cresceu um pouco mais do que o comércio com o resto do mundo, tanto nas importações como nas exportações. O superávit comercial com os países da região permaneceu estável, de US$ 279 milhões no período janeiro-setembro de 2004 para US$ 277 milhões no mesmo período de 2005. Mantém-se, pois, a tendência de gradativa regionalização do comércio boliviano.

Houve significativo aumento do superávit na balança comercial boliviana com o Brasil, que passou de US$ 178 milhões, em 2004, para US$ 410 milhões, em 2005. Esse incremento do superávit resulta do expressivo crescimento das exportações bolivianas (sobretudo de gás natural) para o Brasil, que passaram de US$ 713 milhões em 2004 para US$ 990 milhões em 2005 (aumento de 38,7%). Além do Brasil, os únicos

países da América Latina com os quais a Bolívia mantém balanças comerciais superavitárias são a Venezuela e a Colômbia.

Com o resto do mundo, cumpre destacar o aumento das exportações bolivianas para o Japão (141,2%), bem como a contração das vendas para a China (-30%) e a significativa queda no superávit da balança comercial boliviana com os EUA.

O Governo de Evo Morales deverá encontrar uma situação cômoda no equilíbrio fiscal, em 2005, com um déficit de somente 2% do PIB, um dos melhores resultados históricos no país. Com efeito, a inflação está sob controle e, ao fim do Governo Rodríguez, estima-se um crescimento de 4,5% do PIB e uma redução do superávit em conta corrente a 2,2% do PIB, com meta de inflação à taxa de 3,8% aa. Entre os motivos da boa fase da economia estão as exportações de gás, a despeito das repercussões da nova Lei de Hidrocarbonetos, a elevação dos preços dos minerais no mercado mundial (puxados principalmente pela demanda da China e Índia), o aumento das exportações de manufaturados, a diminuição do déficit fiscal e a disciplina financeira. Registrou-se, entretanto, expressiva redução, em 2005, dos investimentos estrangeiros, resultado direto da insegurança que permeou a economia boliviana durante o ano.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa boliviana tem dado prioridade às relações com o Brasil e os Estados Unidos. Não se nota um esforço de maior aproximação com os principais países europeus e o Japão, vistos na Bolívia sobretudo como provedores de recursos sob a forma de doações dentro de programas de cooperação técnica e auxílio humanitário. A afinidade de Evo Morales com o Presidente Lula da Silva, a quem chama de "mi hermano mayor", poderá facilitar processo de intensificação das relações entre os dois países. A Venezuela e a Argentina também terão importante papel a desempenhar no apoio ao novo Governo.

RELAÇÕES BRASIL-BOLÍVIA

O Governo brasileiro tem procurado construir com a Bolívia, com quem o Brasil tem a maior fronteira na América do Sul (3.423 km), uma forte parceria. O Brasil é o principal parceiro comercial da Bolívia e o principal investidor no país. Perdoou a dívida bilateral no valor de US$ 51 milhões e tem intenção de fazer novos investimentos, cuja viabilidade

depende, no entanto, do estabelecimento de um ordenamento jurídico claro para os investimentos e, sobretudo, para o setor de hidrocarbonetos.

Nos últimos anos, verificou-se importante transformação estrutural na relação bilateral, assentada fundamentalmente no tripé integração energética, integração comercial e integração física.

Graças às aquisições de gás, o Brasil é atualmente o principal mercado para produtos da Bolívia.

INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA BRASIL-BOLÍVIA

A integração energética bilateral é composta por dois pilares básicos: (a) o contrato de venda de gás natural; e (b) a presença da Petrobras na Bolívia. Atualmente, o Brasil está comprando 26 milhões de metros cúbicos de gás por dia.

O recente aumento da carga impositiva, na Bolívia, afetará o preço do gás boliviano no mercado brasileiro. O projeto de exportação de gás para o Brasil gerou investimentos da Petrobras de cerca de US$ 1,5 bilhão. A Petrobras Bolívia e suas subsidiárias contribuem com 22% da arrecadação fiscal e representam cerca de 15% do PIB e, em média, 25% das exportações bolivianas. No período de 1996 a 2005, a Petrobras tornou-se a maior empresa da Bolívia, com participação em todas as atividades do setor de hidrocarbonetos.

COMÉRCIO BILATERAL (EM US$ MIL):

BRASIL ⇒ BOLÍVIA	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Exportações	364.330	333.471	420.614	359.758	535.338	580.080
Importações	140.289	256.145	395830	519.763	713.521	989.773
Superávit/Déficit do Brasil	224.041	77.326	24.784	-160.005	-178.183	409.693

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS BOLÍVIA

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - BOLÍVIA[1] (US$ mil)	2000	2001	2002	2003	2004
Exportações	364.330	333.471	420.614	359.758	535.338
Variação em relação ao ano anterior	-17,8%	-8,5%	26,1%	-14,5%	48,8%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a ALADI	2,8%	2,7%	4,3%	2,8%	2,7%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,7%	0,6%	0,7%	0,5%	0,6%
Importações	140.289	256.145	395.830	520.432	713.361
Variação em relação ao ano anterior	506,0%	82,6%	54,5%	31,5%	37,1%
Part. (%) no total das importações brasileiras da ALADI	1,2%	2,6%	4,8%	6,3%	7,1%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,3%	0,5%	0,8%	1,1%	1,1%
Intercâmbio Comercial	504.619	589.616	816.444	880.190	1.248.699
Variação em relação ao ano anterior	8,3%	16,8%	38,5%	7,8%	41,9%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro com a ALADI	2,1%	2,7%	4,5%	4,2%	4,2%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,5%	0,5%	0,8%	0,7%	0,8%
Saldo Comercial	224.041	77.326	24.784	-160.674	-178.023

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Alice.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações bolivianas e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração. Dentre outros, cabe assinalar os seguintes itens:

a) diferença nas modalidades de venda (fob e cif);

b) na apuração das estatísticas brasileiras são computadas, inclusive, as operações com a Bolívia negociadas em moeda nacional;

c) alguma diferença cabe também ao fato de que uma mercadoria exportada pelo Brasil em determinado exercício fiscal, pode ser computada nas estatísticas bolivianas em outro exercício.

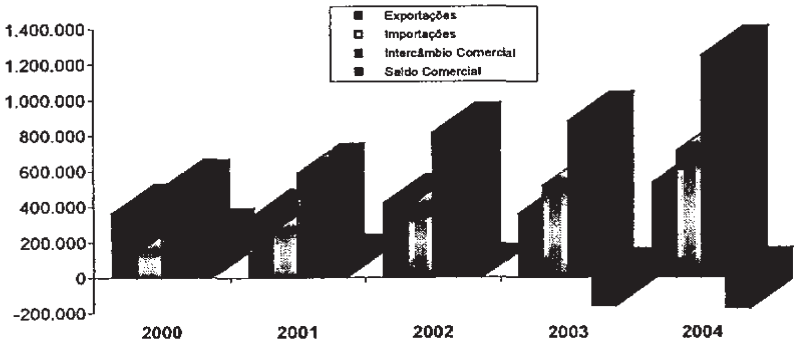
INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-BOLÍVIA[1] (US$ mil, fob)	2004 (Jan-Nov)	2005 (Jan-Nov)
Exportações	473.204	519.445
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	46,5%	9,8%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a ALADI	2,7%	2,2%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,5%	0,5%
Importações	634.020	830.370
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	33,9%	31,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras da ALADI	7,0%	7,9%
Part. (%) no total das importações brasileiras	1,1%	1,2%
Intercâmbio Comercial	1.107.224	1.349.815
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	39,0%	21,9%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-ALADI	4,1%	4,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,8%	0,8%
Balança Comercial	-160.816	-310.925

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Alice.

(1) Dados preliminares.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-BOLÍVIA 2000-2004

(US$ mil)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Alice.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS BOLÍVIA

. DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões - fob)	2003	% no total	2004	% no total	2005[1]	% no total
EXPORTAÇÕES:						
Brasil	***520***	***34,8%***	***714***	***40,0%***	***172***	***38,8%***
Estados Unidos	174	11,7%	248	13,9%	57	12,8%
Colômbia	180	12,1%	155	8,7%	39	8,8%
Peru	77	5,1%	112	6,3%	26	5,9%
Japão	24	1,6%	80	4,5%	19	4,2%
Venezuela	194	13,0%	52	2,9%	12	2,6%
Chile	38	2,5%	50	2,8%	16	3,7%
República da Coréia	21	1,4%	39	2,2%	11	2,5%
Equador	41	2,7%	38	2,1%	10	2,1%
México	29	2,0%	31	1,7%	8	1,8%
China	6	0,4%	29	1,6%	6	1,2%
SUBTOTAL	**1.305**	**87,4%**	**1.548**	**86,7%**	**376**	**84,5%**
DEMAIS PAÍSES	**188**	**12,6%**	**238**	**13,3%**	**69**	**15,5%**
TOTAL GERAL	**1.493**	**100,0%**	**1.786**	**100,0%**	**444**	**100,0%**
IMPORTAÇÕES:						
Brasil	***396***	***26,1%***	***589***	***29,7%***	***144***	***29,1%***
Argentina	266	17,5%	349	17,6%	92	18,7%
Estados Unidos	200	13,2%	213	10,8%	48	9,6%
Chile	155	10,2%	153	7,7%	39	7,8%
Peru	97	6,4%	145	7,3%	37	7,4%
Colômbia	40	2,6%	66	3,3%	16	3,2%
Alemanha	33	2,2%	39	2,0%	10	1,9%
Espanha	23	1,5%	35	1,8%	7	1,3%
México	25	1,7%	36	1,8%	10	2,0%
Japão	34	2,2%	31	1,6%	11	2,3%
Paraguai	24	1,5%	25	1,2%	6	1,2%
Itália	21	1,4%	24	1,2%	5	1,0%
França	19	1,3%	23	1,1%	4	0,8%
China	13	0,9%	28	1,4%	7	1,4%
SUBTOTAL	**1.345**	**88,6%**	**1.755**	**88,6%**	**435**	**87,9%**
DEMAIS PAÍSES	**173**	**11,4%**	**225**	**11,4%**	**60**	**12,1%**
TOTAL GERAL	**1.518**	**100,0%**	**1.980**	**100,0%**	**495**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, Yearbook 2005 e Quarterly September 2005.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2004.

(1) Dados preliminares, relativos ao período de janeiro a março de 2005.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS BOLÍVIA

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - BOLÍVIA (US$ mil - fob)	2002	% no total	2003	% no total	2004	% no total
EXPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	43.706	10,4%	51.615	14,3%	91.413	17,1%
Outras máquinas e aparelhos para colheita	2.633	0,6%	4.358	1,2%	10.883	2,0%
Refrigeradores de compressão, uso doméstico	2.302	0,5%	2.634	0,7%	4.052	0,8%
Outros "bulldozers" e "angledozers" de lagartas	650	0,2%	441	0,1%	3.829	0,7%
Outros aparelhos paa pulverizar fungicidas/inseticidas	1.021	0,2%	1.925	0,5%	3.697	0,7%
Outros niveladores	505	0,1%	1.220	0,3%	3.232	0,6%
Semeadores-adubadores	1.195	0,3%	2.199	0,6%	3.221	0,6%
Refrigeradores combinados com congeladores, parte externa separada	1.262	0,3%	1.693	0,5%	2.566	0,5%
Ferro fundido, ferro e aço	20.149	4,8%	26.750	7,4%	49.315	9,2%
Barras de ferro/aço, laminadas a quente, dentadas	7.869	1,9%	9.924	2,8%	21.403	4,0%
Outras barras de ferro/aço, não ligadas	1.672	0,4%	2.366	0,7%	4.374	0,8%
Perfis de ferro/aço, em L, laminados a quente	1.461	0,3%	1.825	0,5%	2.978	0,6%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	14.327	3,4%	18.269	5,1%	39.992	7,5%
Veículos automóveis c/ motor diesel/caixa basculante	227	0,1%	233	0,1%	10.266	1,9%
Outros tratores	2.061	0,5%	8.983	2,5%	12.158	2,3%
Veículos automóveis p/ transporte >= 10 pessoas com motor a diesel	248	0,1%	1.036	0,3%	3.379	0,6%
Outras partes e acessórios para tratores e veículos automóveis	1.854	0,4%	1.765	0,5%	2.315	0,4%
Plásticos e suas obras	22.303	5,3%	26.127	7,3%	38.402	7,2%
Outros polietilenos sem carga em formas primárias	6.947	1,7%	7.770	2,2%	10.747	2,0%
Polipropileno sem carga, em formas primárias	2.788	0,7%	3.461	1,0%	6.197	1,2%
Policloreto de vinila, em forma primária	498	0,1%	1.043	0,3%	3.566	0,7%
Policloreto de vinila, plastificado, em forma primária	1.344	0,3%	1.760	0,5%	2.143	0,4%
Tereftalato de polietileno em forma primária	1.370	0,3%	1.135	0,3%	1.808	0,3%
Polietileno sem carga em forma primária	1.411	0,3%	1.319	0,4%	1.663	0,3%
Sementes e frutos oleaginosos, grãos	38.680	9,2%	33.563	9,3%	35.887	6,7%
Outros grãos de soja, mesmo triturados	38.103	9,1%	32.784	9,1%	35.090	6,6%
Papel e cartão, obras de pasta celulósica	21.331	5,1%	19.972	5,6%	27.316	5,1%
Papel fibra mecânica menor ou igual a 10%	5.196	1,2%	6.132	1,7%	7.542	1,4%
Outros papéis/cartões fibra mecânica menor ou igual a 10%	3.018	0,7%	2.573	0,7%	4.608	0,9%
Papel kraft, fibra mecanicamente processada	1.319	0,3%	2.273	0,6%	2.915	0,5%
Papel/cartão kraftliner, p/ cobertura, crus, em rolos	1.068	0,3%	1.099	0,3%	2.436	0,5%
Outros papéis de camada múltipla, em rolos	705	0,2%	1.070	0,3%	1.175	0,2%

(continua)

(continuação)

Máquinas, aparelhos e material elétricos	20.294	4,8%	15.132	4,2%	26.293	4,9%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	90.745	21,6%	13.131	3,6%	24.768	4,6%
Torres e porticos de ferro fundido, ferro ou aço	45	0,0%	83	0,0%	7.049	1,3%
Apaprelhos para cozinhar/aquecer de ferro	3.390	0,8%	3.241	0,9%	4.254	0,8%
Obras de fios de ferro ou aço	1.988	0,5%	735	0,2%	1.532	0,3%
Outros tubos de ferro/aço não ligados	622	0,1%	499	0,1%	1.355	0,3%
Tubos de ferro/aço, soldado	75.338	17,9%	16	0,0%	39	0,0%
Algodão	14.229	3,4%	15.323	4,3%	17.030	3,2%
Calçados, polainas e artefatos semelhantes e suas partes	12.830	3,1%	13.375	3,7%	16.512	3,1%
Produtos diversos das indústrias químicas	10.376	2,5%	13.576	3,8%	15.872	3,0%
Extratos tanantes e tintoriais, taninos e derivados	10.223	2,4%	9.876	2,7%	13.858	2,6%
Borracha e suas obras	14.182	3,4%	9.142	2,5%	12.736	2,4%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	1.771	0,4%	5.567	1,5%	10.220	1,9%
Ferramentas, artefatos de cutelaria	4.192	1,0%	4.071	1,1%	6.011	1,1%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia	4.179	1,0%	4.290	1,2%	5.534	1,0%
Alumínio e suas obras	2.994	0,7%	3.881	1,1%	5.142	1,0%
Açúcares e produtos de confeitaria	4.869	1,2%	3.791	1,1%	5.029	0,9%
Óleos essenciais e resinóides, produtos de perfumaria	6.159	1,5%	4.933	1,4%	4.522	0,8%
Subtotal	357.539	85,0%	292.384	81,3%	445.852	83,3%
Demais Produtos	63.075	15,0%	67.374	18,7%	89.486	16,7%

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS BOLÍVIA

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - BOLÍVIA (US$ mil- fob)	2002	% no total	2003	% no total	2004	% no total
IMPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Combustíveis, óleos e ceras minerais	384.773	97,2%	505.822	97,2%	689.383	96,6%
Gás natural no estado gasoso	331.871	83,8%	410.067	78,8%	562.275	78,8%
Óleos brutos de petróleo	52.665	13,3%	93.615	18,0%	121.586	17,0%
Estanho e suas obras	1.163	0,3%	2.629	0,5%	5.235	0,7%
Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal, cimento	1.438	0,4%	1.840	0,4%	3.999	0,6%
Produtos hortícolas, plantas, raízes, comestíveis	3.504	0,9%	2.196	0,4%	3.685	0,5%
Peles, exceto a peleteria, e couros	55	0,0%	918	0,2%	2.919	0,4%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	771	0,2%	959	0,2%	2.206	0,3%
Minérios, escórias e cinzas	28	0,0%	1.305	0,3%	1.693	0,2%
Pastas de madeira ou matérias fibrosas celulósicas	1.334	0,3%	1.147	0,2%	1.035	0,1%
Subtotal	393.066	99,3%	516.816	99,3%	710.155	99,6%
Demais Produtos	2.764	0,7%	3.616	0,7%	3.206	0,4%
TOTAL GERAL	395.830	100,0%	520.432	100,0%	713.361	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Alice.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2004.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS BOLÍVIA

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - BOLÍVIA[1] (US$ mil - fob)	2004 (Jan-Nov)	% no total	2005 (Jan-Nov)	% no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Reat. nucl., caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	82.996	17,5%	81.412	15,7%
Plásticos e suas obras	34.186	7,2%	47.320	9,1%
Ferro, fundido, ferro e aço	42.498	9,0%	42.809	8,2%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	20.880	4,4%	32.883	6,3%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	23.051	4,9%	23.613	4,5%
Papel e cartão, obras de pasta de celulose	25.008	5,3%	23.259	4,5%
Veículos automóveis, tratores, etc., suas partes/acessórios	28.967	6,1%	23.075	4,4%
Sementes e frutos oleaginosos	33.813	7,1%	22.195	4,3%
Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes	14.765	3,1%	17.791	3,4%
Borracha e suas obras	11.363	2,4%	17.527	3,4%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	9.042	1,9%	16.389	3,2%
Extratos tanantes e tintoriais	12.171	2,6%	14.437	2,8%
Produtos diversos das indústrias químicas	14.762	3,1%	13.065	2,5%
Algodão	15.083	3,2%	12.803	2,5%
Ferramentas, artefatos de cutelaria, etc.	5.384	1,1%	6.662	1,3%
Alumínio e suas obras	4.720	1,0%	6.515	1,3%
Óleos essenciais e resinóides	4.101	0,9%	6.384	1,2%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia, etc.	5.082	1,1%	6.095	1,2%
Açúcares e produtos de confeitaria	4.724	1,0%	5.624	1,1%
Subtotal	392.596	83,0%	419.858	80,8%
Demais Produtos	80.608	17,0%	99.587	19,2%
TOTAL GERAL	473.204	100,0%	519.445	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Combustíveis, óleos e ceras minerais	612.401	96,6%	800.713	96,4%
Estanho e suas obras	4.390	0,7%	10.558	1,3%
Subtotal	616.791	97,3%	811.271	97,7%
Demais Produtos	17.229	2,7%	19.099	2,3%
TOTAL GERAL	634.020	100,0%	830.370	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Alice.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em Jan Nov2005.

(1) Dados preliminares.

Aviso nº 279 – C.Civil

Em 27 de março de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Frederico Cezar de Araújo, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bolívia.

– Atenciosamente, **Dilma Rousseff,** Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

MENSAGEM Nº 113, DE 2006

(Nº 182/2006, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto nos arts. 18, I, e 56, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 12 de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Tomas Mauricio Guggenheim, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade das Bahamas.

Os méritos do Senhor Tomas Mauricio Guggenheim que me induziram a escolhe-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 27 de março de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 111 DPÍDSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 22 de março de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto nos artigos 18, I, e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Tomas Mauricio Guggenheim**,** Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade das Bahamas.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e **curriculum vitae** do Senhor Tomas Mauricio Guggenheim, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim.**

INFORMAÇÃO
CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE TOMAS MAURICIO GUGGENHEIM

CPF.: 3873382172
ID.: 3177 MRE/DF

25/08/1943	Filho de Hugo Josef Guggenheim e Herta Guggenheim, nasce em 25 de agosto, no Rio de Janeiro/RJ
12/12/1967	Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro
10/03/1969	CPCD, IRBr
03/02/1970	Terceiro Secretário, em 3 de fevereiro
09/03/1971	Divisão da Associação Latino Americana de Livre Comércio, assistente, Subchefe e Chefe
16/10/1971	IV Reunião do Grupo Misto-Assessor de Carnes da ALALC, Bogotá, Chefe de delegação
15/12/1972	Política Comercial do GATT, Bruxelas, nível de especialização
01/02/1973	Segundo Secretário, em 1 de fevereiro
31/07/1974	I, II e III Reunião de Negociações Coletivas da ALALC, Buenos Aires, Quito e Montevidéu, Chefe de delegação
10/11/1974	XIV Período de Sessões Ordinárias da Conseferência das Partes Contratantes do Tratado de Montevidéu, em Montevidéu, Chefe de delegação
16/06/1975	Reunião de Exportadores Chilenos de Celulose, CACEX/MRE, em Santiago, Chefe de delegação
18/07/1975	Reunião do Comitê Executivo Permanente da ALALC, Montevidéu, Chefe de delegação
05/01/1976	Embaixada em Tóquio, Segundo e Primeiro Secretário
12/06/1978	Primeiro Secretário, em 12 de junho
20/09/1979	Embaixada em Buenos Aires, Primeiro Secretário e Conselheiro
16/06/1982	Conselheiro, em 16 de junho
28/01/1985	Divisão de Informação Comercial, Subchefe e Chefe, interino
21/09/1987	Embaixada no México, Conselheiro
24/08/1990	Divisão de Ciência e Tecnologia, Chefe
14/08/1991	Secretaria de Modernização, Secretário
21/12/1992	Ministro de Segunda Classe, em 21 de dezembro
08/12/1993	Missão junto às Comunidades Européias, Bruxelas, Ministro-Conselheiro
02/08/2001	Embaixada em Libreville, Ministro de Segunda Classe, Embaixador Comissionado
25/08/2003	Ministro de Segunda Classe, Quadro Especial, em 25 de agosto

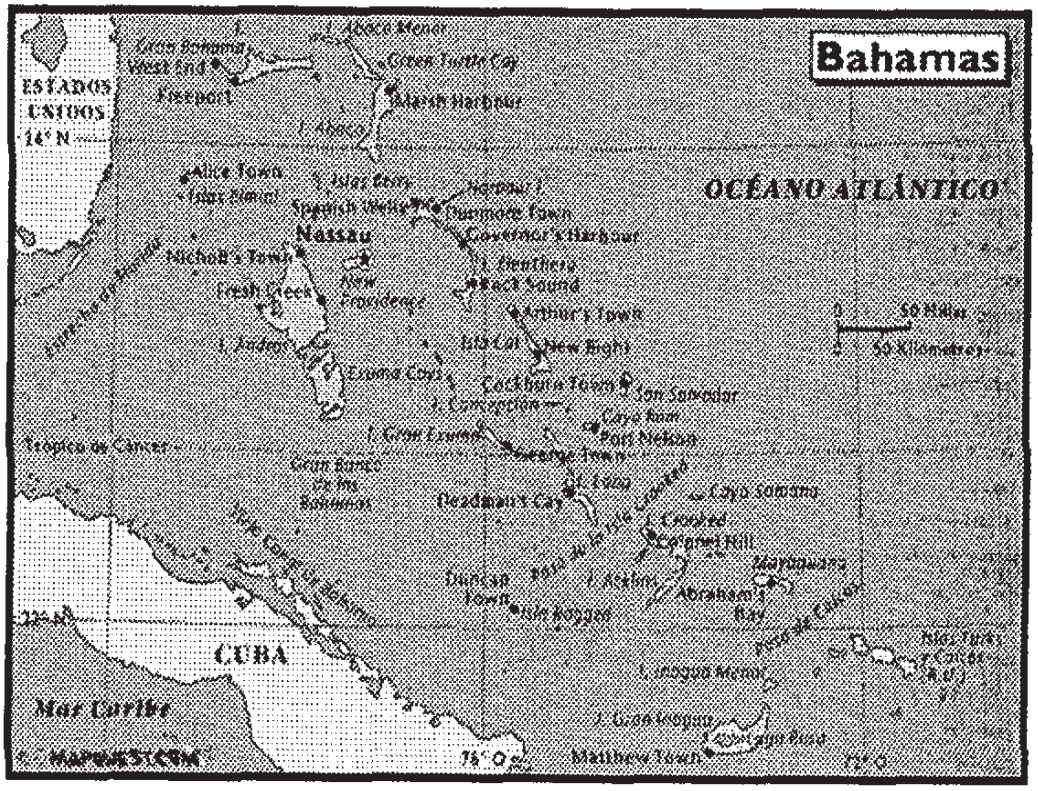
Claudia D'Angelo

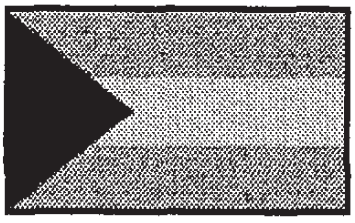
CLAUDIA D'ANGELO
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Departamento das Américas do Norte, Central e Caribe (DAN)
Divisão do México, América Central e Caribe (DCC)

COMUNIDADE DAS BAHAMAS





Brasília, Março de 2006

ÍNDICE

ÍNDICE .....

DADOS BÁSICOS .....

POLÍTICA INTERNA .....

Antecedentes .....

Organização do Estado .....

Partidos .....

Governo Perry Christie .....

ECONOMIA .....

Agricultura .....

Indústria .....

Sistema Financeiro .....

Indicadores econômicos .....

Balanço de Pagamentos .....

Comércio Exterior das Bahamas (2001-2004) em US$ milhões .....

Direção do Comércio Exterior .....

POLÍTICA EXTERNA .....

Relações com a CARICOM .....

Relações com o Haiti .....

RELAÇÕES COM O BRASIL .....

Balança Comercial Bilateral (US$ milhões): .....

Comércio Bilateral – Brasil-Bahamas .....

Composição do Intercâmbio Comercial Brasil-Bahamas .....

PERFIS BIOGRÁFICOS .....

Governador Geral, Arthur Dion Hanna .....

Perry Gladstone Christie – Primeiro-Ministro e Ministro das Finanças .....

Frederick Audley Mitchell Jr. - Ministro dos Assuntos Exteriores e do Serviço Público .....

DADOS BÁSICOS

GOVERNADOR GERAL	Arthur Dion Hanna
PRIMEIRO-MINISTRO	Perry Gladstone Christie
CHANCELER	Frederick Audley Mitchell
CAPITAL	Nassau
Superfície	13.940 km²
Sistema de governo	Democracia Constitucional Parlamentar
População	301.790 habitantes (Estimativa 2005)
Densidade demográfica	21,5 habitantes por km²
PIB	US$ 5,6 bilhões (Estimativa 2005) ppp[1]
Renda per capita	US$ 18.800,00 (Estimativa 2005) ppp[2]
Próximas eleições	Maio de 2007

POLÍTICA INTERNA

Antecedentes

Em 12 de outubro de 1492, hoje comemorado na maioria dos países do continente, seja como "Columbus Day" nos Estados Unidos da América, seja como o "Día de la Raza" na maioria dos países de origem hispânica, Cristóvão Colombo teve seu primeiro encontro com o Novo Mundo na ilha de San Salvador, hoje parte do arquipélago das Bahamas, habitada pelos Lucayos, índios do grupo Aruaque. Os espanhóis rapidamente exterminaram os Lucayos, mas não se interessaram por colonizar as ilhas. Assim, os ingleses lá se instalaram a partir do século XVII e no início do século XVIII as Bahamas se tornaram um refúgio favorito de piratas.

Em 1670 as ilhas foram concedidas aos lordes proprietários da Carolina, que as mantiveram em suas mãos até 1787, muito embora Woodes Rogers, o primeiro Governador-Geral, tenha sido nomeado somente em 1717. Na administração Rogers, os piratas, dentre os quais o mais famoso a freqüentar as águas da região foi Barba Negra, foram expulsos. As ilhas foram atacadas pelos espanhóis inúmeras vezes e os norte-americanos controlaram Nassau, a capital, por curto período em 1776. Em 1781 os espanhóis capturaram Nassau e tomaram posse de toda a colônia. Contudo, pelos termos do Tratado de Paris (1783) as ilhas voltaram à Coroa Britânica.

Ao terminar a Revolução Americana, muitos ingleses leais à Coroa se estabelecem nas Bahamas, trazendo com eles escravos negros para trabalhar nas plantações de algodão. Entretanto, a vida nas *plantations* gradualmente se extinguiu, após a emancipação dos escravos em 1834. Alguns dos ilhéus amealharam grandes fortunas durante a Guerra Civil nos Estados Unidos da

[1] CIA. World Fact Book
[2] CIA. World Fact Book

América ao violar o bloqueio dos portos no sul daquele país. Ademais, durante os anos da proibição nos EUA, as Bahamas serviram de base para a remessa de rum.

Amplas áreas foram alugadas no país pelos EUA durante a Segunda Guerra Mundial para servir de bases e, em 1950, foi assinado acordo com a Grã-Bretanha para instalação de campo de provas e estação de monitoramento para mísseis teleguiados. Em 1955 estabelece-se, em Freeport, uma área de livre comércio, que foi instrumental para o estímulo ao turismo e para atrair atividades bancárias *offshore*.

A partir de 1950, os Bahamenses negros, representados pelo Partido Progressista Liberal - PLP, começam, com sucesso, a se opor ao partido do Governo, o Partido Bahamense Unido, controlado pelos brancos. O arquipélago passa a contar com governo autônomo para seus assuntos internos em 1964. Em 1968 conquistam maior autonomia após retumbante vitória eleitoral, no ano anterior, do PLP, liderado pelo Primeiro-Ministro Lynden O. Pindling, sobre o Partido Bahamense Unido. Amparado por seu novo mandato, oriundo de uma população 85% negra, o Governo de Pindling negocia uma nova constituição com a Grã-Bretanha, segundo a qual a colônia passou a ser chamada, em 1969, de Comunidade das Ilhas Bahamas. Em 10 de julho de 1973 as Bahamas se tornam uma nação independente.

Em 1992, após 25 anos como Primeiro-Ministro e enfrentando acusações de corrupção e de ligação com narcotraficantes, Pindling é derrotado por Hubert Ingraham, do Movimento Nacional Livre. As principais preocupações de Ingraham concentravam-se em uma economia claudicante, principalmente devido à queda de movimento turístico e ao mau gerenciamento das indústrias estatais. Cinco anos mais tarde, em 1997, Ingraham obtém vitória com maioria incontestável e permanece na função, para ser derrotado em 2002, dez anos após a queda de Pindling, com o triunfo do novo líder do PLP, Perry Christie, que assume o cargo de Primeiro-Ministro.

A princípio dependendo fortemente da agricultura e da pesca, Bahamas diversificou sua economia, abrindo suas portas para o turismo – que emprega hoje 40% da força de trabalho do país, serviços financeiros e navegação internacional. Ainda que apresente uma renda per capita que se situa entre as trinta maiores do mundo, há uma disparidade muito acentuada entre a classe média urbana e os agricultores pobres.

Produtos farmacêuticos, lagostins, rum, cimento, sal e aragonita são os principais produtos de exportação. As Bahamas contam também com instalações para o refino e transbordo de petróleo.

A partir dos anos 60, dois novos problemas passaram a afligir as ilhas: o trânsito de drogas e o fluxo de migrantes ilegais provenientes de outros Estados Insulares do Caribe.

Organização do Estado

A Comunidade das Bahamas é uma democracia parlamentar.

O Poder Executivo compreende o chefe de Estado, que é a Rainha Elisabeth II, que nomeia o Governador-Geral. O chefe do Governo é o Primeiro-Ministro, que nomeia o Vice-Primeiro-Ministro. O Gabinete é nomeado pelo Governador-Geral, por indicação do Primeiro-Ministro. Como nos demais regimes parlamentares, a escolha do Primeiro-Ministro recai pela tradição política sobre o líder do partido ou da coalizão que venceu as eleições legislativas.

O Poder Legislativo, o Parlamento, é composto pelo Senado, integrado por 16 membros nomeados pelo Governador-Geral por indicação do Primeiro-ministro e da oposição para um mandato de 5 anos, e pela Assembléia Legislativa (*House of Assembly*) de 40 membros eleitos por voto popular direto, igualmente por 5 anos. O poder do Senado é mais restrito, porque se ele só pode rejeitar um projeto de lei vindo da Assembléia por duas vezes. Quando se trata de projeto de natureza orçamentária (*money bill*), se o Senado não o aprova em um mês a Assembléia pode dá-lo por aprovado.

O Poder Judiciário compreende: a) A Corte Suprema é composta por 12 membros, sendo o seu Presidente (*Chief Justice*), nomeado pelo Governador-Geral por indicação conjunta do Primeiro-Ministro e do líder da oposição. Os demais membros da Corte Suprema são nomeados pelo Governador-Geral com base em parecer de uma Comissão Judicial; b) A Corte de Apelação, de 5 membros, um dos quais é, ex officio, o *Chief Justice*, na sua qualidade de chefe do Judiciário. É possível recorrer da sentença da Corte de Apelação para o Comitê judicial do Conselho Privado (*Privy Council*) de Sua Majestade, em Londres; c) Cortes de Magistrados; e Juízes (*Stipendiary and Circuit Magistrates*), que podem julgar causas civis cujo valor não exceda US$ 5 mil e, em matéria penal, cuja sentença não ultrapasse 5 anos de prisão.

Em termos de administração territorial, o país está dividido em 21 distritos: Acklins e Crooked Islands, Bimini, Cat Island, Exuma, Free Port, Fresh Creek, Governor's Harbour, Green Turtle Cay, Harbour Island, High Inagua, Kemps Bay, Long Island, Marsh Harbour, Mayaguana, New Providence, Nichollstown e Berry Islands, Ragged Island, Rock Sound, Sandy Point, San Salvador e Rum Cay. Os distritos elegem Conselhos, que são responsáveis principalmente pelo planejamento urbano, trânsito automotor, concessão de licenças para o exercício de atividades econômicas e manutenção de prédios públicos.

Partidos

O Progressive Liberal Party, de raízes sindicais e sob liderança de Lynden Pindling, liderou o movimento que resultou na independência em 1973 e permaneceu no poder por 20 anos, sendo ao final responsabilizado pelo desemprego crônico e pela corrupção reinantes.

Uma coalizão de dissidentes do PLP criou em 1971 o Free National Movement-FNM, cujas características iniciais eram acentuadamente conservadoras e mesmo pró-colonialistas.

Em agosto de 1992 o FNM ganhou as eleições legislativas e seu dirigente, Hubert Ingraham, é nomeado Primeiro-Ministro. Nas eleições de 1997 Ingraham aumenta sua maioria parlamentar para 34 membros, enquanto o sucessor de Lynden Pindling, Perry Gladstone Christie, obtém as 6 cadeiras restantes.

Em 2002 foi realizado um referendo que aprovou o fim das discriminações constitucionais contra os direitos das mulheres e criando uma Comissão eleitoral independente.

O PLP, agora dirigido por Perry Christie pôs fim a 10 anos de governo do FNM ao vencer as eleições de 7 de maio de 2002, conquistando 29 das 40 cadeiras da Assembléia e devendo em princípio permancecer no cargo até as legislativas de 2007. O FNM, dirigido por Tommy Tornquest obteve 7 cadeiras e as 4 restantes foram atribuídas a candidatos independentes. Em termos de sufrágios, o PLP teve 50,8%, o FNM 41,1% e os independentes 5,2%.

Apesar das rivalidades partidárias, não há indícios de grande diferença entre as políticas adotadas pelo Primeiro-Ministro Perry Christie em relação a seu antecessor, sobretudo na política econômica.

Governo Perry Christie

Em referendo de fevereiro de 2002, organizado pelo FNM (Free National Movement), partido no poder até 3 de maio daquele ano, o eleitorado bahamiano votou contra um pacote de propostas que incluíam o fim da discriminação contra mulheres na Constituição e a criação de uma Comissão de Limites Eleitorais Independente. O compromisso do Governo, de longa vigência, de manutenção de um ambiente econômico livre de taxas, foi reafirmado, em que pese pressões exercidas pelos membros da OCDE e aceitas preliminarmente pelas Bahamas, com o fim de melhorar a transparência do sistema de taxação e intercambiar informações com aqueles países em matéria de delitos ligados à imposição de coleta de taxas (nas Bahamas não há imposto de renda e o que arrecada o Governo é quase unicamente oriundo de direitos aduaneiros). Nas eleições gerais, o PLP (Progressive Liberal Party) retomou o poder, pondo fim a 10 anos de governo do FNM que perdeu 28 das 35 cadeiras que detinha antes das eleições. O PLP, de raízes sindicalistas, é o partido que liderou o acesso das Bahamas à independência, em 1973 e o FNM, já sem as características iniciais, conservadoras ou até reacionárias, pró-colonialistas, abrigaria, ainda, alguns poucos membros remanescentes das classes conservadoras do período colonial.

Em que pese o dogmatismo de esquerda, não se prevê que a orientação do novo Primeiro Ministro, Perry Christie, venha a diferir muito da do Governo predecessor, mormente em sua política econômica.

Arthur Dion Hanna, membro do PLP, é Governador Geral das Bahamas desde 1º de fevereiro de 2006.

ECONOMIA

Embora praticamente do mesmo tamanho da Jamaica, com população de 2.695.867 de habitantes, as Bahamas têm apenas 301,790 habitantes. Seu PIB per capita é de US$ 18.800. O Turismo representa cerca de 60% do PIB e emprega metade da força de trabalho do país. As boas condições de emprego trazem o problema das tentativas de imigração ilegal dos vizinhos haitianos. O setor financeiro é o segundo da economia bahamiana, representando cerca de 15% do PIB. A manufatura e a agricultura representam 1/10 do PIB e têm experimentado pouco crescimento. A expansão da economia, a curto e médio prazo, depende pesadamente da evolução do setor de turismo. Exemplo disso foi a significativa queda da renda do setor resultante, em 2002 da retração do turismo norte-americano, que representa mais de 80% do setor. Uma idéia que busca se desenvolver na economia é a de incentivar o comércio eletrônico (via internet) para constituir-se em um terceiro "pilar" da economia. O comércio exterior das Bahamas consiste de exportações de lagostins, rum, sal, produtos químicos, frutas e verduras num valor de US$ 1.507 bilhões (estatísticas de 2004), sendo US 40.3% para os Estados Unidos, 13.3% para a Polônia, 11.7% para a Espanha, 5.9% para a Alemanha, 4.3% para a França (2004).

Também em 2004, as Bahamas importaram US$ 5.806 bilhões, principalmente maquinaria e equipamento de transportes, manufaturas, produtos químicos, combustíveis minerais,

alimentos e animais vivos, 22.4% dos Estados Unidos, 18.9% da Coréia do Sul, 9.2% do Brasil, 7.9% do Japão, 7.8% da Itália, 6.6% da Venezuela (2004).

Agricultura

A terra arável representa apenas 0,8% do total e as plantações perenes 0,4%. O país é pequeno produtor de aves, legumes e frutas, sobretudo abacaxi e bananas (tendo sofrido com a irrupção do cancro cítrico em 2005), além de plantas ornamentais. Dispõe igualmente de atividade pesqueira importante para a sua economia, que gera US$ 100 milhões de exportações e 20 mil empregos. A agricultura e a pesca contribuem com 3% para a formação do PIB e ocupa 5% da mão de obra, mas as importações anuais de produtos alimentícios, no valor de US$ 250 milhões, correspondem a cerca de 80% do consumo.

Indústria

O setor industrial representa cerca de 7% do PIB e ocupa 5% da mão de obra. Os principais produtos são cimento, sal, aragonita, rum e outras bebidas alcoólicas, farmacêuticos, e tubos de aço.

Desde 1993 o país dispõe de uma zona franca em Freeport, que inclui um parque de contêineres. Em Freeport estão implantados a indústria farmacêutica (PFC Bahamas, do grupo Roche), o estaleiro de reparos de navios de cruzeiro e a instalação que realiza o transbordo de petróleo para reexportação. A produção de energia elétrica das Bahamas é de 1.596 bilhões de kwh.

As atividades ligadas ao turismo representam cerca de 60 por cento do PIB e empregam mais da metade da população, promovendo ainda a construção civil, sob a forma de hotéis e moradias para turistas e a aposentados norte-americanos. Dos 5 milhões de turistas que visitam anualmente o país, sendo 1,5 milhão por avião e 3,5 milhões por mar, mais de 85% vem dos Estados Unidos.

As receitas diretas de turismo são avaliadas em US$ 1,5 bilhão. Estão em curso grandes investimentos turísticos privados na construção civil, tais como os projetos do Atlantis Resort and Casino (Ilha Paradise) no valor de US$ 1 bilhão (em boa parte executado) e o de Cable Beach, em Nassau (sendo lançado), de US$ 1.2 bilhão.

Ainda nessa área, um dos objetivos prioritários do governo é promover, mediante incentivos, a construção de moradias para residentes estrangeiros nas suas centenas de ilhas menores ("*family islands*"), sendo que em 2005 foi assinado um contrato nesse sentido com uma empresa local para um projeto estimado em US$ 30 milhões no distrito de Eleuthera.

A promoção turística do país conta no exterior uma rede de 11 escritórios, dos quais 5 nos Estados Unidos.

Sistema Financeiro

Os serviços financeiros contribuem com 15% para a formação do PIB, sendo pois a segunda atividade mais importante do país. O país abriga mais de 260 bancos, que administram recursos da ordem de US$ 200 bilhões.

O governo trata de manter a competitividade do país como proeminente centro financeiro *offshore*, que foi instituído em 1990 com o "*International Business Company Act*" e com base no qual, em 9 anos, 84 mil empresas se registraram nas Bahamas. Em 2000, devido à pressão internacional, a legislação foi alterada para prevenir a lavagem de dinheiro e outros ilícitos, o que saneou o mercado financeiro e reduziu o número de instituições financeiras.

Indicadores econômicos[3]

INDICADORES ECONÔMICOS	2001	2002	2003	2004	2005(1)
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	2,9	0,9	3,4	0,7	2,2
Reservas internacionais, exclusive ouro (US$ milhões)	319,3	380,7	491,1	674,4	690,0
Dívida Externa Total (US$ milhões)	117,5	96,1	293,2	289,8	270,0
Câmbio (B$ / US$)	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

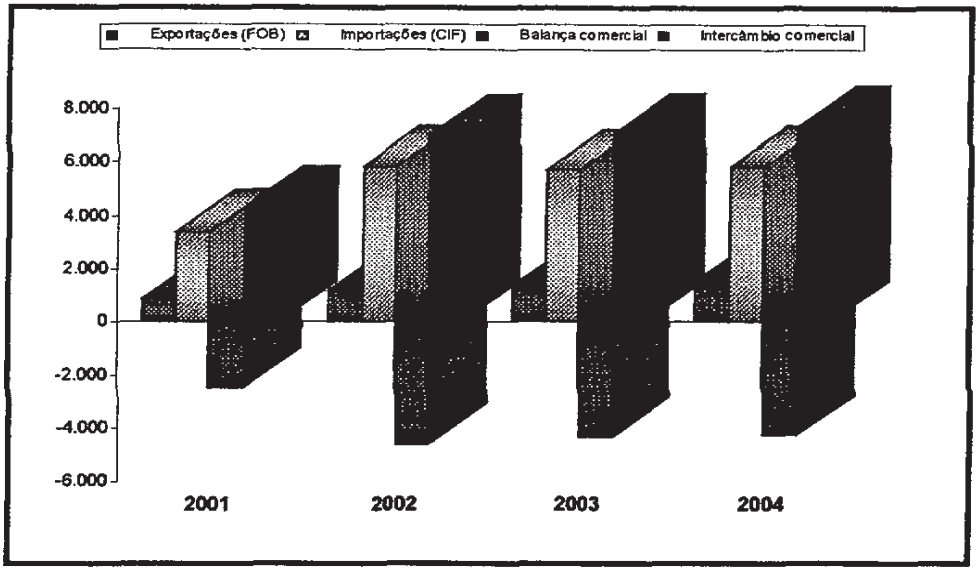
Balanço de Pagamentos[4]

BALANÇO DE PAGAMENTOS (US$ milhões)	2002	2003	2004(1)
A. Balança comercial (líquido - FOB)	**-1.326,9**	**-1.332,0**	**-1.340,3**
Exportações	422,1	426,5	471,2
Importações	1.749,0	1.758,5	1.811,5
B. Serviços (líquido)	**1.045,7**	**962,2**	**1.020,7**
Receita	2.061,8	2.054,6	2.242,4
Despesa	1.016,1	1.092,4	1.221,7
C. Renda (líquido)	**-184,4**	**-152,5**	**-134,6**
Receita	107,7	79,1	79,7
Despesa	292,1	231,6	214,3
D. Transferências unilaterais (líquido)	**42,4**	**48,7**	**250,8**
E. Transações correntes (A+B+C+D)	**-423,2**	**-473,6**	**-203,4**
F. Conta de capitais (líquido)	**-24,5**	**-37,4**	**-47,9**
G. Conta financeira (líquido)	**405,1**	**535,5**	**359,4**
Investimentos diretos (líquido)	152,8	190,2	273,6
Portfolio (líquido)	0,0	0,0	0,0
Outros	252,3	345,3	85,8
H. Erros e Omissões	**102,9**	**85,5**	**75,2**
I. Saldo (E+F+G+H)	**60,3**	**110,0**	**183,3**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - International Financial Statistics, December 2005.
(1) Última posição disponível.

[3] Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report January 2006. Para 2005, Estimativa EIU.
[4] Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report January 2006. Para 2004, Estimativa EIU.

Comércio Exterior das Bahamas (2001-2004) em US$ milhões[5]



Direção do Comércio Exterior[6]

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões)	2003	% no total	2004	% no total	2005(1)	% no total
EXPORTAÇÕES (fob)						
Estados Unidos	454,6	33,8%	606,7	40,3%	393,7	44,6%
Polônia	69,0	5,1%	200,4	13,3%	114,2	12,9%
Espanha	137,3	10,2%	175,6	11,7%	95,7	10,8%
Alemanha	100,9	7,5%	88,4	5,9%	29,3	3,3%
França	99,1	7,4%	64,8	4,3%	15,2	1,7%
Peru	55,1	4,1%	50,8	3,4%	n.d.	n.d.
Canadá	34,7	2,6%	43,2	2,9%	30,7	3,5%
Venezuela	n.d.	n.d.	36,6	2,4%	17,8	2,0%
Brasil	***0,4***	***0,0%***	***2,4***	***0,2%***	***0,1***	***0,0%***
SUBTOTAL	**951,2**	**70,7%**	**1.268,7**	**84,2%**	**696,7**	**78,9%**
DEMAIS PAÍSES	**395,0**	**29,3%**	**238,4**	**15,8%**	**186,7**	**21,1%**
TOTAL GERAL	**1.346,1**	**100,0%**	**1.507,0**	**100,0%**	**883,4**	**100,0%**
IMPORTAÇÕES (cif)						
Estados Unidos	1.192,7	20,9%	1.300,3	22,4%	955,9	26,2%
República da Coréia	999,9	17,5%	1.097,3	18,9%	636,3	17,4%
Brasil	***430,6***	***7,5%***	***536,5***	***9,2%***	***232,7***	***6,4%***
Japão	323,7	5,7%	459,9	7,9%	95,9	2,6%
Itália	653,6	11,4%	452,6	7,8%	502,1	13,7%
Venezuela	290,8	5,1%	384,9	6,6%	222,1	6,1%
Cingapura	169,6	3,0%	178,0	3,1%	116,8	3,2%
Rússia	0,8	0,0%	148,8	2,6%	87,5	2,4%
Espanha	166,8	2,9%	144,7	2,5%	48,7	1,3%
China	133,9	2,3%	124,8	2,1%	130,2	3,6%
SUBTOTAL	**4.362,5**	**76,4%**	**4.827,8**	**83,2%**	**3.028,2**	**82,9%**
DEMAIS PAÍSES	**1.349,1**	**23,6%**	**978,3**	**16,8%**	**625,0**	**17,1%**
TOTAL GERAL	**5.711,6**	**100,0%**	**5.806,0**	**100,0%**	**3.653,2**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, Yearbook 2005 e Quarterly December 2005
Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2004
(1) Janeiro - junho.
n.d. - não disponível.

[5] Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report January 2006.

[6] Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report January 2006. Para 2005, Estimativa EIU.

POLÍTICA EXTERNA

Não obstante suas reduzidas dimensões e pequena população, as Bahamas têm uma política externa ativa, sobretudo no plano multilateral. Nos primeiros anos da independência (1973) sua política externa praticamente alinhou-se com a dos Estados Unidos. Porém, em 1983, opôs-se à intervenção americana/caribenha em Granada, qualificando-a de "reação excessiva e prematura". Mantêm relações diplomáticas com cerca de 45 países, porém possui Missões diplomáticas permanentes em apenas 4: Canadá, Grã-Bretanha, Haiti e Estados Unidos. A política externa poderia ser classificada como conservadora, procurando visivelmente evitar confrontos com interesses norte-americanos e tentando integrar-se com os demais países membros da CARICOM.

Relações com a CARICOM

Desde 1983 as Bahamas é um dos 14 países signatários, do Tratado de Chaguaramas, que instituiu em 1973 a atual Comunidade dos Estados do Caribe e Mercado Comum (CARICOM), como sucessor da Associação de Livre Comércio do Caribe, de 1956, participando de suas diversas atividades de cooperação e coordenação de posições em áreas como relações exteriores, educação e formação, saúde, agricultura, desastres naturais, participação no *Caribbean Development Bank* (entidade associada), mas sem aderir à "Economia do Mercado Único Caribenho" ("*Caribbean Single Market Economy-CSME*"), adotada em 2001mediante revisão do Tratado de Chaguaramas, e que visa a promover uma ampla integração econômica regional.

Cabe destacar que esse objetivo integracionista conta com o decidido apoio dos Estados Unidos, que doaram US$ 62,5 milhões ao Secretariado da CARICOM para um programa qüinqüenal nesse sentido, inclusive com vistas a facilitar as negociações de adesão dos países caribenhos à ALCA, e da União Européia, que deseja promover a substituição do Acordo de Cotonou, que outorga preferências unilaterais em favor dos países ACP ("C"- Caribe) em Acordo de Parceria Econômica, com concessões de ambas as partes.

As consultas sobre a possível adesão das Bahamas ao EMUC/CSME foram iniciadas, prevendo as autoridades bahamenses que ela poderia ocorrer, embora não no curto prazo, mediante reservas importantes que contemplem, entre outros, seus interesses econômicos. Assim, nas discussões internas sobre o assunto, mencionam-se reivindicações como: não ser o país obrigado a reduzir automaticamente as tarifas de importação, principal fonte de suas receitas orçamentárias; evitar o protecionismo frente a terceiros fornecedores que poderia resultar da adoção de uma tarifa externa comum; não liberalizar o trânsito de pessoas, que implicaria maior imigração indesejada de outros países da sua região; não prever a adoção de uma moeda única, pois o dólar bahamense mantém a mesma cotação do norte-americano; defender as exportações originárias da sua zona franca de Freeport; não submeter as decisões judiciais de última instância à Corte Caribenha de Justiça, pois ela é atualmente sediada na Inglaterra; preservar o mais amplo direito de veto dos países-membros.

As citadas reservas em relação à integração no campo econômico não reduzem o alcance da atuação das Bahamas na vertente política da CARICOM, sendo que desde junho de 2005 o chanceler Mitchell exerce a presidência do Conselho Para os Assuntos Externos e da Comunidade (COFCOR) da entidade, função que passará a ser exercida, no corrente ano, pelo Chanceler de Granada, Elvin Nimrod. No âmbito do COFCOR os 14 países coordenam as posições comuns que assumem na ONU, OEA e demais foros internacionais.

Relações com o Haiti

Estima-se que a população haitiana nas Bahamas oscile entre 65 e 70 mil pessoas, incluídos os imigrantes ilegais. O país tenta enfrentar a pressão migratória e as Forças de Defesa interceptaram mais de 2 mil imigrantes ilegais em 2005, tendo sido gastos US$ 556 mil com a repatriação de 3000 haitianos, 47 dominicanos e 27 peruanos. Os haitianos se instalam em favelas e são usualmente acusados como responsáveis pela maioria dos crimes comuns ocorridos no país e, portanto, pelo eventual dano à imagem turística do país.

Nessas condições, o Governo das Bahamas está interessado na superação da crise política daquele país e em todas as medidas conducentes ao seu progresso econômico e social, havendo patrocinado uma reunião do CARICOM em Nassau, em 20.01.05, com membros da oposição haitiana e da sociedade civil, assim como atuou na reunião da CARICOM com o ex-Presidente Jean Bertrand Aristide na Jamaica onde teriam acordado medidas visando uma solução pacífica e democrática para o conflito, sendo as Bahamas mais flexível no tocante à reinserção do Haiti na CARICOM, em comparação com Dominica e Santa Lúcia, por exemplo.

As Bahamas tem procurado igualmente cooperar com os esforços da OEA em favor da pacificação do Haiti.

Por razões de segurança, sua embaixada no Haiti esta funcionando em Santo Domingo.

RELAÇÕES COM O BRASIL

O Brasil manteve um Vice-Consulado em Nassau de 1978 a 1990. Atualmente, Bahamas e Brasil mantêm relações diplomáticas cordiais e cooperativas. Os contatos com o Governo das Bahamas são feitos por intermédio da Delegação do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos, em Washington, e pelo Cônsul Honorário do Brasil em Nassau, muito ativo no seio do Corpo de Cônsules Honorários.

De acordo com o Embaixador A. Leonard Archer, Alto Comissário do Alto Comissariado da Comunidade das Bahamas, "because of Brazil's emerging role, there is a need for an increase in the intensity of the diplomatic relations with CARICOM, and between Brazil and the individual Member States of CARICOM".

A segunda missão de alto nível enviada pelo Chanceler brasileiro ao Caribe, em abril de 2004, para discutir com os Governos de Estados Membros da CARICOM a crise haitiana, contou com Nassau entre as capitais visitadas, onde se reuniu com altos funcionários do Governo bahamense. Nessa oportunidade, ficou muito claro que a Comunidade das Bahamas tem muito interesse em estreitar o relacionamento com o Brasil e julga que a intensificação de sua a presença na Bacia do Caribe é muito bem-vinda e representa uma alternativa de relacionamento para os pequenos Estados caribenhos.

Ainda no contexto da crise haitiana, o Governo brasileiro gestionou junto às autoridades das Nações Unidas e diretamente com o comando da vertente militar da MINUSTAH a obtenção da proteção necessária para que o Embaixador da Comunidade das Bahamas em Porto Príncipe pudesse retornar à capital do Haiti em segurança.

Além dos contatos bilaterais propiciados pela cooperação em relação ao Haiti, os dois países cooperam cordialmente em foros multilaterais.

As relações ressentem-se da falta de intensidade de caráter político, em que pese a receptividade das autoridades daquele país a alguns gesto desenvolvidos pela Chancelaria brasileira. A abertura da Embaixada do Brasil em Nassau contribuirá para que as relações entre os dois países ganhem dinamismo.

As relações de caráter econômico, por outro lado, tem se expandido sensivelmente. No ano 2004, as Bahamas exportaram para o Brasil US$ 2,350 milhões,. Em 2005 suas exportações para o Brasil subiram para US$ 5,754 milhões. Em 2004, importaram do Brasil US$ 487,7 milhões. Em 2005 as exportações brasileiras mais do que triplicaram, passando para US$ 1.488,3 milhões.

Após longas tratativas, o Governo das Bahamas decidiu assinar o Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal, conforme nota enviada, nesse sentido, em 12 de agosto de 2004, à Embaixada do Brasil em Kingston, que objetiva o melhor combate à lavagem de dinheiro e operações fraudulentas ao fisco por brasileiros que se utilizam do sistema financeiro bahamiano.

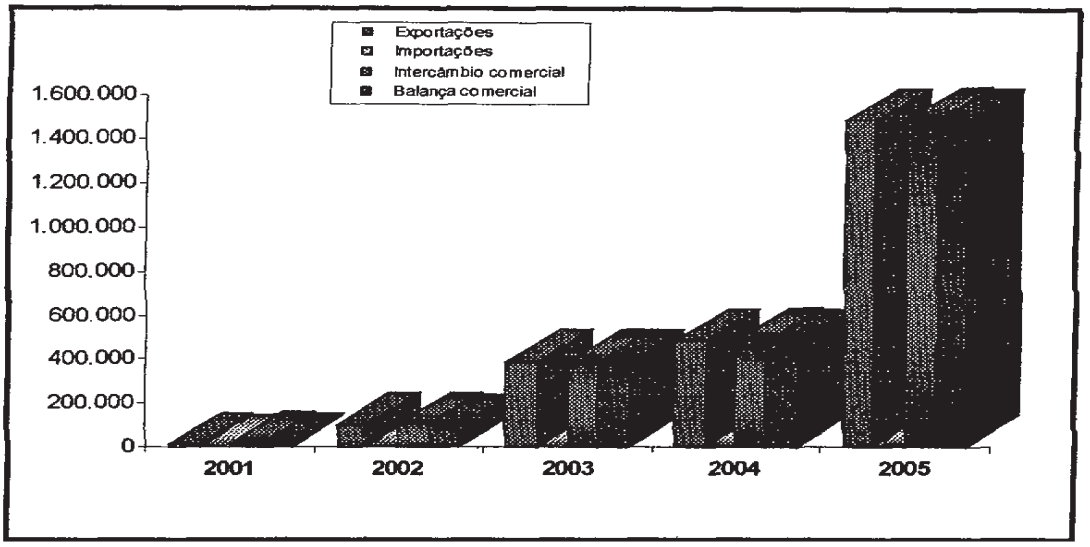
Em outubro de 2005 o Itamaraty enviou missão multidisciplinar de cooperação técnica às Bahamas. Naquela oportunidade foi acertado o treinamento no Brasil de 2 técnicos no tratamento de desastres naturais. Na área da agricultura registrou-se o interesse pela cooperação brasileira em irrigação, política agrícola, treinamento e capacitação na área de frutas tropicais e aprimoramento da cultura da mandioca. Em matéria de saúde, foi solicitada cooperação no tocante a prevenção, controle e tratamento da HIV/AIDS treinamento de pessoal de saúde, vacinação e imunização e o estabelecimento de um sistema de informação destinado à elaboração de políticas nacionais de saúde. Foi, também, formalmente entregue ao Governo daquele país minuta de Acordo Básico de Cooperação Técnica, que se encontra em análise pelo Governo bahamense.

Balança Comercial Bilateral (US$ milhões):

BRASIL →	2001	2002	2003	2004	2005
Exportações	11,3	101,7	391,4	487,7	1.488,3
Importações	2,69	4,33	0,417	2,350	5,754
Saldo	8,6	97,4	391,0	485,4	1.482,6

Fonte: MDIC/SECEX

Comércio Bilateral – Brasil - Bahamas[7]



Composição do Intercâmbio Comercial Brasil - Bahamas[8]

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - BAHAMAS[(1)] (US$ mil - FOB)	2005 (Jan-Fev)	% no total	2006 (Jan-Fev)	% no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Combustíveis, óleos e ceras minerais	55.228	97,0%	281.996	99,5%
Veículos automóveis, tratores e ciclos	462	0,8%	395	0,1%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	157	0,3%	231	0,1%
Produtos cerâmicos	262	0,5%	225	0,1%
Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural	37	0,1%	104	0,0%
Subtotal	**56.146**	**98,6%**	**282.951**	**99,8%**
Demais Produtos	**814**	**1,4%**	**601**	**0,2%**
TOTAL GERAL	**56.960**	**100,0%**	**283.552**	**100,0%**
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	540	27,1%	622	89,1%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	118	5,9%	61	8,7%
Borracha e suas obras	518	26,0%	2	0,3%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	329	16,5%	2	0,3%
Adubos ou fertilizantes	234	11,7%	0	0,0%
Subtotal	**1.739**	**87,3%**	**687**	**98,4%**
Demais Produtos	**253**	**12,7%**	**11**	**1,6%**
TOTAL GERAL	**1.992**	**100,0%**	**698**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Alice.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados de Jan-Fev/2006.
(1) Dados preliminares.

---

[7] Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados Sistema Alice.
[8] Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados Sistema Alice.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - BAHAMAS (US$ mil- FOB)	2003	% no total	2004	% no total	2005	% no total
IMPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Borracha e suas obras	**2**	**0,5%**	**39**	**1,7%**	**2.881**	**50,5%**
Correia transport de borracha vulcan.reforçada metal	0	0,0%	0	0,0%	1.386	24,3%
Juntas, gaxetas, semelhs.de borracha vulcan.n/endurecida	2	0,5%	13	0,6%	838	14,7%
Outras correias transportadoras, de borracha vulcanizada	0	0,0%	0	0,0%	395	6,9%
Outs tubos borracha vulc.n/end.ref.met.	0	0,0%	8	0,3%	190	3,3%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	**47**	**11,3%**	**323**	**13,7%**	**1.462**	**25,6%**
Outras partes de centrifugadores	0	0,0%	171	7,3%	936	16,4%
Macacos hidráulicos	0	0,0%	0	0,0%	191	3,3%
Outras árvores (veios) de transmissão	0	0,0%	28	1,2%	76	1,3%
Partes de motores para aviação	31	7,4%	3	0,1%	3	0,1%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	**1**	**0,2%**	**376**	**16,0%**	**524**	**9,2%**
Outras molas helicoidais de ferro ou aço	0	0,0%	0	0,0%	176	3,1%
Outras correntes e cadeias, de ferro fundido/ferro/aço	0	0,0%	41	1,7%	170	3,0%
Acessórios moldados para tubos de aço	0	0,0%	23	1,0%	124	2,2%
Correntes antiderrapantes, de ferro fundido, ferro ou aço	0	0,0%	305	13,0%	0	0,0%
Outros parafusos/pinos, de ferro fundido/ferro/aço	0	0,1%	0	0,0%	1	0,0%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	**256**	**61,4%**	**211**	**9,0%**	**277**	**4,9%**
Eletrodos de carvão p/uso em fornos	242	58,0%	180	7,7%	139	2,4%
Outros condutores eletr.p/tensão <=80V	0	0,1%	0	0,0%	74	1,3%
Adubos ou fertilizantes	**0**	**0,0%**	**234**	**10,0%**	**234**	**4,1%**
Uréia com teor de nitrogênio >45% em peso	0	0,0%	234	10,0%	234	4,1%
Produtos diversos das indústrias químicas	**0**	**0,0%**	**582**	**24,8%**	**167**	**2,9%**
Outros produtos e preparações à base de compostos orgânicos	0	0,0%	471	20,0%	167	2,9%
Produtos químicos orgânicos	**0**	**0,0%**	**316**	**13,4%**	**76**	**1,3%**
Outros alcoóis diólis, não saturados	0	0,0%	183	7,8%	41	0,7%
Outros decanóis, saturados	0	0,0%	49	2,1%	35	0,6%
Ferro fundido, ferro e aço	**37**	**8,9%**	**0**	**0,0%**	**0**	**0,0%**
Outros fios de ferro/aço,n/lig.	23	5,5%	0	0,0%	0	0,0%
Fios de ligas de aços silício-manganês	14	3,4%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	**49**	**11,8%**	**362**	**15,4%**	**4.343**	**76,1%**
Demais Produtos	**368**	**88,2%**	**1.988**	**84,6%**	**1.361**	**23,9%**
TOTAL GERAL	**417**	**100,0%**	**2.350**	**100,0%**	**5.704**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Alice.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2005.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Governador Geral, Arthur Dion Hanna

- Desde 1.2.2006
- Ativo na política das Bahamas desde os anos cinqüenta, como membro do PLP.
- Foi membro do Parlamento entre 1960 e 1992, tendo ocupado vários gabinetes durante esse período, incluindo o de Primeiro Ministro Interino de 1967 a 1984.
- É considerado um dos pais da Constituição das Bahamas.
- Prometeu trabalhar pela união do povo bahamense, e "plantar as sementes da paz para que todas as pessoas de nossa nação, ricos e pobres, brancos ou negros, moradores das cidades e do campo, possam compartilhar da colheita de harmonia social e feliz concórdia".

Perry Gladstone Christie – Primeiro-Ministro e Ministro das Finanças

- Primeiro-Ministro, Ministro das Finanças.
- Nascido em 21 de agosto de 1944, filho mais velho de Gladstone e Naomi Christie, respectivamente chofer de taxi e enfermeira. Educado no Eastern Senior School de Nassau, diplomado pelo University Tutorial College da Universidade de Birmingham, Inglaterra. Advogado em Londres e nas Bahamas em 1970.
- Foi eleito pela primeira vez ao Parlamento em 1977 e reeleito desde então.
- Vice-Líder do PLP de 1992 a 1997 e Líder desde 1997.
- Ministro da Saúde e da Previdência Social de 1977 a 1982, do Turismo de 1982 a 1984, e da Agricultura, Comércio e Indústria de 1990 a 1992.
- É casado com a Senhora Bernadette Christie, nascida Hanna, advogada e contadora. Tem 3 filhos.
- Perry Christie definiu seu partido e seu governo com a frase: " O PLP não apenas construirá hospitais, escolas, pontes e estradas, mas desenvolverá também o patriotismo, o orgulho, o otimismo e a esperança". Participou de campeonatos de salto à distância.

Frederick Audley Mitchell Júnior. - Ministro dos Assuntos Exteriores e do Serviço Público

- Nascido em 5 de outubro de 1953, filho de Frederick Audley Mitchell Sr. e de Lilla Audley Mitchell. Fez os seus estudos secundários no Saint AugustineCollege de Nassau e diplomou-se em inglês pela Universidade de Antioch, Yellow Springs, Ohio.
- Em 1980 Mitchell obteve o mestrado em Administração Pública pela

Universidade de Harvard. Em 1986 formou-se em Direito pela universidade inglesa de Buckingham, com autorização para exercer a profissão de advogado na Inglaterra, no País de Gales e nas Bahamas.

- Trabalhou como produtor de rádio no Bahamas Information Service. Em 1977 foi nomeado Diretor de Notícias e Assuntos Públicos da Broadcasting Corporation of The Bahamas.

- Em 1980 entrou para o Gabinete do Primeiro Ministro. Em 1981 tornou-se editor do jornal oficial do PLP, o "Herald". O Ministro Mitchell é membro fundador da Associação de Direitos Humanos de New Providence e do Comitê das Bahamas para África do Sul (que combateu o apartheid). Foi membro da Missão de Observação da Commonwealth para a África do Sul em 1992 e 1993, tendo recebido os agradecimentos de Nelson Mandela pela sua atuação.

- Foi senador de 1992 a 2002, onde presidiu a Comissão Cultural. Nas eleições gerais de maio de 2002 foi eleito deputado pelo PLP pelo distrito de Fox Hill e nomeado Ministro de Assuntos Exteriores e do Serviço Público.

- É membro fundador do Comitê das Bahamas para a América do Sul.

- Participou da reunião Brasil/COFCOR sobre a questão haitiana, realizada em Bridgetown em novembro de 2004.

Aviso nº 280 – C. Civil

Em 27 de março de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Tomas Mauricio Guggenheim, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade das Bahamas.

Atenciosamente. – **Dilma Rousseff,** Ministra de Estado Chefe da Casa Civil, da Presidência da República.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – As matérias vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, projetos recebidos da Câmara dos Deputados que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, DE 2006
(Nº 7.458/2002, na Casa de origem)

Altera o inciso II do caput: do art. 282 e art., 1.211-3 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil, e acresce o art. 1.211-D à referida lei.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera o inciso II do **caput** do art. 282 e o art. 1.211-3 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o código de Processo Civil, e acresce o art. 1.211-D à referida lei.

Art. 2º O inciso II do **caput** do art. 282 da Lei nº 5.869, de 11 do janeiro de 1973, pausa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 282. .....
.....
II – os nomes, prenomes, estado civil, profissão, domicilio e residência das partes e a date de nascimento ou a idade do autora
..... (NR)

Art. 3º O art. 1.211-B da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.211-B. O benefício mencionado no art. 1211-A será concedido do oficio pela autoridade judiciária competente se constar na petição inicial informação sobre a data de nascimento ou a idade do autor ou ainda mediante requerimento do interessado ao qual se juntará documento apto a comprovar a sua idade." (NR)

Art. 4º A Lei nº 5.869, de 12 de Janeiro de 1973, passa a vigorar acrescida do seguinte art. I.211-D

"Art. 1.211-D. Os autos de processo em que figurar como parte ou interveniente pessoa que tenha obtido a concessão do benefício da

prioridade serão identificados com a seguinte 2.inscrição aposta: "Prioridade Especial – Maior de 65 (Sessenta e Cinco Anos)."

Art. 5º Esta lei entra eu vigor no preso do 60 (sessenta) dias após a sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 7.458, DE 2002

Altera o inciso II do art. 282 e acrescenta o art. 1.211-D à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código de Processo Civil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso II do art. 282 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação

Art. 282 .....

.....

II – os nomes, prenomes, estado civil data de nascimento, profissão, domicilio e residência do autor e do réu;

..... ." (NR)

Art. 2º. A Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:

"Art. 1211-D. Concedido o benefício pelo juiz os autos serão carimbados ou etiquetados com a seguinte informação: "Prioridade Especial – Maior de Sessenta E Cinco Anos."

Art.3º. Esta lei entra em vigor no prazo de sessenta dias a partir da data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 10.173, de 9 de janeiro de 2001, estabeleceu prioridade na tramitação de procedimentos judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos, em todos os atos e diligências.

Todavia, essa lei é muito sucinta, dificultando sua aplicação pelo Poder Judiciário, na entrega rápida da prestação jurisdicional.

Muitos idosos não requerem o beneficio ao juiz, não gozando da prioridade, tornando-se necessário alterar a lei para que conste do art. 282 do Código de Processo Civil a data de nascimento do autor, dentre os requisitos da petição inicial. Com essa providência o tempo de tramitação será reduzido.

Outra providência relevante é que a capa dos autos sela devidamente carimbada ou etiquetada com a informação de prioridade especial por se tratar de pessoa maior de sessenta e cinco anos, o que facilitará a tramitação rápida do processo.

Pelo exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares para aprovação deste Projeto de Lei tão necessário e benéfico para a sociedade.

Plenário Ulysses Guimarães, 11 de Dezembro de 2002. – Deputado **Eni Voltolini**, Deputado **Leodegar Tiscoski.**

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

Vide Lei nº 11.232, de 2005
Vide Lei nº 11.276, de 2006
Vide Lei nº 11.277, de 2006
Vide Lei nº 11.280, de 2006

Institui o Código de Processo Civil.

.....

Art 282. A petição inicial indicará:

.....

II – os nomes, prenomes, estado civil, profissão, domicílio e residência do autor e do réu;

.....

Art. 1.211-A. Os procedimentos judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos terão prioridade na tramitação de todos os atos e diligências em quaisquer instancia. (Incluído pela Lei nº 10.173, de 2001)

Art. 1.211-B. O interessado na obtenção desse benefício, juntando prova de sua idade, deverá requerê-lo à autoridade judiciária competente para decidir o feito, que determinará ao cartório do juízo as providências a serem cumpridas. (Incluído pela Lei nº 10.173, de 2001)

Art. 1.211-C. Concedida a prioridade, esta não cessará com a morte do beneficiado, estendendo-se em favor do cônjuge supérstite, companheiro ou companheira, com união estável, maior de sessenta e cinco anos. (Incluído pela Lei nº 10.173, de 2001)

.....

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006
(Nº 819/2003, na Casa de origem)

Denomina "Rodovia Ministro Alfredo Nasser" a Rodovia BR-174, entre a cidade de Caceres – MT e a fronteira com a Venezuela.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica denominada "Rodovia Ministro Alfredo Nasser a rodovia BR-174, entre a cidade Estado de

Mato Grosso, e a fronteira com a Venezuela no Estado de Roraima.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 819, DE 2003

Denomina Ministro Alfredo Nasser a Rodovia BR-174, desde a cidade de Cáceres – MS até a fronteira com a Venezuela.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica denominada "Rodovia Ministro Alfredo Nasser a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres, no Estado do Mato Grosso do Sul, e a fronteira com a Venezuela, no Estado de Roraima.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Alfredo Nasser nasceu em Caiapânia, no Estado de Goiás, em 30 de abril de 1907, filho Miguel e Alba Nasser, imigrantes libaneses. Vinte anos depois, bacharelou-se em direito na capital paulista, iniciando suas atividades como jornalista profissional na Folha de São Paulo.

Retomando à sua cidade natal, ele ganhou o primeiro mandato como deputado estadual de Goiás, ao longo do qual participou de várias atividades políticas de grande repercussão. Pouco depois da promulgação da nova Constituição em 17 de julho de 1934, Nasser foi eleito deputado à Assembléia Constituinte de Goiás e, no decorrer de seu mandato, participou da Aliança Nacional Libertadora.

Com a implantação do Estado Novo, transferiu-se para o Rio de Janeiro e dedicou-se á advocacia, afastando-se da imprensa para não se submeter às imposições do famoso Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão criado em 1939 para manter a censura em quase todos os meios de comunicação.

Em janeiro de 1947 foi eleito Senador por Goiás, como resultado do trabalho político que desenvolvera nesse período, conseguindo reunir as oposições em seu Estado em tomo de seu partido, a União Democrática Nacional (UDN). Com apenas 40 anos de idade, participou da Comissão Mista de Leis Complementares e foi relator do Plano Salte, programa de ampla envergadura apresentado pelo governo do general Eurico Gaspar Outra, ligado a saúde, alimentação, transporte e energia. Em 1949, foi designado vice-presidente do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional – CEDPEN, entidade criada com o objetivo de defender o monopólio estatal da exploração das jazidas minerais do País. Deixou o Senado em janeiro de 1951 e, dois anos depois, foi designado membro do Conselho Nacional de Economia, cargo que ocupou até o suicídio do Presidente Getúlio Vargas em 24 de agosto de 1954.

De volta ao Congresso, em 1955, elegeu-se Deputado Federal por Goiás, ria coligação da UDN com o Partido Social Progressista (PSP), com a Maior votação obtida pelos partidos oposicionistas. Sintonizado com a necessidade de interiorização do desenvolvimento, apoiou a transferência da capital federal para Brasília, o que veio ocorrer em 21 de abril de 1961. Nesse mesmo ano, ocupou o cargo de segundo-secretário da Mesa da Câmara dos Deputados.

Em 12 de outubro de 19613 Alfredo Nasser foi nomeado Ministro da Justiça pelo primeiro-ministro do gabinete parlamentarista Tancredo Neves, que até então ocupava aquela pasta. Foi responsável pelo lançamento da pedra fundamental da criação da Policia Federal, reassumindo o mandato na Câmara Federal em junho de 1962.

Foi reeleito Deputado Federal em 1962, sempre por Goiás, e faleceu em Brasília, no dia 21 de novembro de 1965 em pleno exercício do mandato.

À vista dos trabalhos prestados por Alfredo Nasser ao País, entendemos justa e oportuna a homenagem a este grande cidadão, dando seu nome à rodovia BR-1 74, razão pela qual solicitamos aos ilustres Parlamentares o apoio para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 23 de abril de 2003. – Deputado **Sandes Júnior.**

(À Comissão de Educação.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2006
(Nº 922/2003, na Casa de origem)

Denomina "Aeroporto internacional de Macapá/AP – Alberto Alcolumbre" o aeroporto da cidade de Macapá, Estado do Amapá.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É denominado "Aeroporto Internacional – Alberto Alcolumbre" o aeroporto localizado Macapá, Estado do Amapá.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 922, DE 2003

Denomina "Aeroporto Internacional de Macapá – Alberto Alcolumbre", o aeroporto da cidade de Macapá, Estado do Amapá.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E denominado Aeroporto Internacional de Macapá – Alberto Alcolumbre", o aeroporto localizado na cidade de Macapá, Estado do Amapá.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Nascido de Isaac Menahem Alcolumbre e Alegria Peres Alcolumbre, em 19-4-1943, Alberto Alcolumbre, empresário e comerciante, "resumiu" sua vida há dois princípios: trabalho e solidariedade.

Marcado por sua generosidade, que mantinha sempre oculta, jamais mediu esforços para ajudar quem necessitava e julgava merecer uma mão amiga. Aliás, todos eram por ele julgados "necessitados".

Inúmeras são as histórias deixadas por este ilustre amapaense que com gestos de carinho, amizade e de doação não passou incólume em nosso meio. Mesmo no período em que estava doente – inclusive por ela vitimado – Alberto Alcolumbre jamais deixou-se abater ou mesmo de continuar cumprindo sua missão desde sempre.

Inúmeras foram as vezes em que, nas ruas, nas casas de amigos e de pessoas que jamais havia visto, no aeroporto, em suas viagens de negócios e tratamento, nas noites de Natal, de Páscoa, ou em outras datas comemorativas, era visto praticando os mais nobres ensinamentos judaicos, herança valorosa de sua família.

Assim, Caros Colegas, em nome desta alegria irradiada, contagiante e inesquecível, propomos esta homenagem que, justíssima, marcaria com grandeza o nome desta figura ímpar, cujo grau de humanidade, respeito e solidariedade jamais poderiam deixar de ser lembrados.

Sala das Sessões, 7 de maio de 2003. – Deputado **Davi Alcolumbre.**

(À Comissão de Educação.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 29, DE 2006
(Nº 1.797/2003, na Casa de origem)

Acrescenta o art. 521-A Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a declaração de nulidade na apelação pelo tribunal.

Art. 2º Lei nº 5.969, de 11 de janeiro de 1973, pasma a vigorar acrescida do seguinte art. 521-A:

> "Art. 521-A. Ao declarar a nulidade na apelação, o tribunal Determinará a realização ou a renovação do ato; cumprida a diligência e intimadas as partes, prosseguirá o julgamento da apelação."

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.797, DE 2003

Acrescenta dispositivo ao Código de Processo Civil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a declaração de nulidade na apelação pelo tribunal.

Art. 2º A Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a vigorar acrescida do seguinte art 521-A:

Art. 521-A Ao declarar a nulidade na apelação, o tribunal determinará a realização ou a renovação do ato; cumprida a diligência e intimadas as partes, sempre que possível prosseguirá o julgamento da apelação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

A proposta que ora apresento tem por objetivo inserir dispositivo no Código no Processo Civil, a fim de que haja maior economia processual.

Na realidade, a sugestão é de autoria do Ministro Ruy Rosado de Aguiar, do Superior Tribunal de Justiça, e consiste em determinar que, declarada alguma nulidade na apelação, o tribunal determine a realização ou renovação do ato, após o que deverá, sempre que possível, prosseguir no julgamento da apelação.

Tal providência evita que se perca o tempo e o dinheiro despendidos entre o ato declarado nulo e a apelação. Realizado ou renovado o ato em questão, o julgamento da apelação deve ser levado a termo, se possível.

A aprovação dessa proposição representará, portanto, grande avanço, razão pela qual conto com o apoio dos ilustres Pares para a sua conversão em lei.

Sala das Sessões, 26 de agosto de 2003. – Deputado **Aloysio Nunes Ferreira.**

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

Institui o Código de Processo Civil.

.....

Art. 521. Recebida a apelação em ambos os efeitos, o Juiz não poderá inovar no processo; recebida só no efeito devolutivo, o apelado poderá promover, desde logo, a execução provisória da sentença. extraindo a respectiva carta.

.....

(Às Comissões de Constituiç&o, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, DE 2006
(Nº 1.811/2003, na Casa de origem)

Acrescenta o art. 258-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente,

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei acrescenta o art. 258-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 2º A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 da Criança e do Adolescente, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 258-A:

> "Art. 258-A. As penas de multa previstas neste Capítulo para as infrações administrativas serão destinadas ao custeio do atendimento à crianças ou adolescentes dependentes químicos, por prazo de até 6 (seis) meses, eu clínicas especializadas eu tratamento a alcoólatras e toxicômanos.
>
> Parágrafo Único A multa pode ser substituída por prestação de serviços à comunidades por prazo de até 24 (vinte e quatro) meses, nas clínicas públicas ou Privadas previstas no **caput** deste artigo, a critério do juiz e com a aceitação da substituição pelo infrator, eu benefício de crianças o adolescentes dependentes químicos."

Art. 3º Esta lei entra eu vigor eu 30 (trinta) dias, a contar da data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.811, DE 2003

Acrescenta o art. 258-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, passa a vigorar acrescida do art. 258-A com a seguinte redação:

Art. 258–A. As penas de multa previstas neste Capitulo para as infrações administrativas serão destinadas ao custeio do atendimento a crianças ou adolescentes dependentes químico, num prazo de até seis meses, em clinicas especializadas em tratamento a alcoólatras e toxicômanos.

Parágrafo único. A multa poderá ser substituída por prestação de serviços à comunidade, num prazo de até vinte e quatro meses, nas clínicas públicas ou privadas previstas no caput deste artigo, a critério do juiz e com a aceitação da substituição pelo infrator em beneficio de crianças e adolescentes dependentes químico."

Art. 2º Esta lei entra em vigor no prazo de trinta dias a partir da data de sua publicação.

Justificação

A destinação das multas administrativas ao custeio do atendimento de crianças e adolescentes dependentes químicos trará inúmeros benefícios à sociedade.

Esses menores têm se tomado vitimas do tráfico de drogas e da venda de bebidas alcoólicas nas imediações das escolas, constituindo um dos fatores de risco no Rio de Janeiro e em outras localidades.

Essa proposição constituirá excelente instrumento de socorro para essas vitimas do vicio e do narcotráfico.

A substituição da mlta por prestação de serviços à comunidade pêlo prazo de até vinte e quatro meses, junto às clínicas especializadas em tratamento de toxicômanos e alcoólatras beneficiará crianças e adolescentes viciados. Todavia, como se trata de uma sanção mais branda, multa, a ser substituída por uma mais grave, utilizada nos delitos e não nas infrações administrativas, a aceitação da substituição pelo infrator é importante, para que não haja excesso no cumprimento da pena.

Pelo exposto, conto com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste Projeto de Lei tão necessário para a assistência imediata dessas vitimas.

Sala das Sessões, 27 de agosto de 2003. – Deputada **Laura Carneiro.**

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARiA-GERAL DA MESA

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

.....

Art. 258. Deixar o responsável pelo estabelecimento ou o empresário de observar o que dispõe esta Lei sobre o acesso de criança ou adolescente aos locais da diversão, ou sobre sua participação no espetáculo:

Pena – multa de três a vinte salários de referência; em caso de reincidência, a autoridade judiciária poderá determinar o fechamento do estabelecimento por até quinze dias....

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº31, DE 2006
(Nº 2.137/2003, na Casa de origem)

Institui o dia 2 de outubro como o Dia Nacional do Pacifismo Ativo e pelo Desarmamento.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o dia 2 de outubro como o Dia Nacional do Pacifismo Ativo e pelo Desarmamento, data em que se comemora o nascimento de Mahatma Gandhi.

Parágrafo único. Neste dia, as universidades, escolas, Câmaras Municipais, Assembléias Legislativas, Câmara dos Deputados, Senado Federal e outras instituições poderão promover eventos comemorativos que visem a fomentar o pacifismo e o desarmamento.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.137, DE 2003

Institui o dia 2 de outubro como o "Dia Nacional do Pacifismo Ativo e pelo Desarmamento".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o dia 2 de outubro instituído como o "Dia Nacional do Pacifismo Ativo *e* pelo Desarmamento", data em que se comemora o nascimento de Mahatma Gandhi.

Parágrafo Único. Neste dia, as universidades, escolas, Câmaras Municipais, Assembléias Legislativas, Câmara dos Deputados, Senado Federal e outras instituições poderão promover eventos comemorativos que visem a fomentar o pacifismo e o desarmamento.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação**.**

Justificação

No dia 2 de outubro de 1869 nasceu o maior líder pacifista do mundo e principal personalidade da independência da Índia: Mahatma Gandhi.

Gandhi afirmava que a não-violência é a mais alta qualidade de oração. A não-violência, no entanto, não pode ser definida como um método passivo ou inativo. E um movimento bem mais ativo que outros. A verdade e a não-violência são, talvez, as forças mais transformadoras de que o mundo dispõe.

No momento em que o nosso País esta mobilizado em torno da discussão sobre a necessidade imperiosa do desarmamento da sociedade civil, em que esta Casa é palco de ricos debates sobre a regulamentação do uso das armas de fogo, no momento em que presenciamos níveis de violência alarmantes, faz-se necessário instituir um dia de reflexão nacional (nas escolas, universidades, parlamentos, meios de comunicação) sobre um tema que diz respeito a toda a sociedade. E sobre unia das maiores personalidades mundiais.

Inspirado no exemplo de vida de Gandhi propomos que seja instituído o "Dia Nacional do Pacifismo Ativo e pelo Desarmamento" Que neste dia, em todos os lugares do Brasil, seja discutida a necessidade de construirmos um mundo livre da violência, para que possamos, no espírito de Gandhi, viver num ambiente no qual nossas casas não sejam cercadas por muros de todos os lados e que as nossas janelas não sejam gradeadas.

Queremos, enfim, o mundo com o qual Gandhi sonhava e pelo qual deu a vida. Uni mundo onde "as culturas de todos os povos andem pela minha casa com o máximo de liberdade possível." E um mundo no qual cada um, solidário, fique atento ao alerta de Mahatma: "tudo o que possuo e não utilizo é uma espécie de roubo".

Sala das Sessões, 2 de outubro de 2003. – Deputado **Chico Alencar**, – Deputado **Fernando Gabeira**, – Deputada **Luiza Erundina**, – Deputado **Patrus Ananias.**

(À Comissão de Educação.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, DE 2006
(Nº 3.952/2004, na Casa de origem)

Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

O Congresso Nacional decreta;

Art. 1º Esta lei estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas püb3icas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Art. 2º A formulação, gestão e execução da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais serão articuladas, em todas as fases de sua formulação e implementação, com a política agrícola, na forma da lei, e com as políticas voltadas para a reforma agrária.

Art. 3º Para os efeitos desta lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais,

II – utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III – tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do **caput** deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta lei:

I – silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o **caput** deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II – aqüicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o **caput** deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 50m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III – extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores;

IV – pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previsto, nos inciso I, IX, III e IV do **caput** deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

Art. 4º A Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais observará, dentre outros, os seguintes princípios:

I – descentralização;

II – sustentabilidade ambiental, social e econômica;

III – eqüidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia,

IV – participação dos agricultores familiares na formulação e implementação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais.

Art. 5º Para atingir seus objetivos, a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais promoverá o planejamento e a execução das ações, de forma a compatibilizar as seguintes áreas:

I – crédito e fundo de aval;

II – infra-estrutura e serviços;

III – assistência técnica e extensão rural;

IV – pesquisa;

V – comercialização;

VI – seguro;

VII – habitação;

VIII – legislação sanitária, previdenciária, comercial e tributária;

IX – cooperativismo e associativismo;

X – educação, capacitação e profissionalização;

XI – negócios e serviços rurais não agrícolas;

XII – agroindustrialização.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta lei, no que for necessário à sua aplicação.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.952, DE 2004

Institui a política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei institui a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, estabelecendo seus conceitos, princípios e instrumentos.

Art. 2º A formulação, gestão e execução da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais será articulada, em todas as fases de sua formulação e implementação, com as políticas voltadas para a reforma agrária.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I – não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais;

II – utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento**;**

III – tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I deste artigo não se aplica quando tratar-se de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse a quatro módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

I – silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitas de que trata o caput de~te artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II – agricultores que atendam simultaneamente a todos os requisitas de que trata o caput deste artigo

e não explorem aqüífero com lâmina d'água maior do que dois hectares;

III – extrativistas que atendam simultaneamente os requisitos previstos nos incisos II, III e IV do **caput** deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores**;**

IV – pescadores que atendam simultaneamente os requisitas previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

Art. 4º A Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais observará, dentre outros, os seguintes princípios:

I – descentralização;

II – sustentabilidade ambiental, social e econômica;

III – eqüidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero. geração e etnia;

IV – participação dos agricultores familiares na formulação e implementação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais.

Art. 5º Para atingir seus objetivos, a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais promoverá o planejamento e a execução das ações, de forma a compatibilizar as seguintes áreas:

I – crédito e fundo de aval;

II – infra-estrutura e serviços;

III – assistência técnica e extensão rural;

IV – pesquisa**;**

V – comercialização;

VI – seguro;

VII – habitação;

VIII – legislação sanitária, previdenciária, comercial e tributaria;

IX – cooperativismo e associativismo;

X – educação, capacitação e profissionalização;

XI – negócios e serviços rurais não agrícolas;

XII– agro industrialização.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta lei, no que for necessário à sua aplicação**.**

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A força, a pujança e a representatividade da Agricultura Familiar em nosso país podem ser comprovadas pelos números. Este setor é responsável por mais de 40% do PIB da Produção Agropecuária brasileira reúne 4,2 milhões de agricultores familiares, representando 84% dos estabelecimentos rurais. Neles, 70% da mão-de-obra do campo encontra espaço de trabalho. A maioria dos alimentos da mesa dos brasileiros vem da agricultura familiar, que produz 84% da mandioca, 67% do feijão, 58% dos suínos, 54% da bovinocultura do leite, 49% do milho, 40% das aves e ovos, 32% da soja, entre outros.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF – foi criado através de um Decreto Presidencial em 1995 e se tomou um importante instrumento de afirmação do setor e de geração de trabalho e de renda, que muito tem contribuído para a manutenção de milhões de agricultores familiares no campo.

Outra evidência de que a Agricultura Familiar tem se consolidado como força capaz de contribuir para o desenvolvimento econômico, social e de inclusão social no nosso País – se firmando cada vez mais como resposta concreta ao problema do êxodo rural – são os números anunciados pelo Governo Federal através do Plano Safra 2004/2005 *para* o setor. Os R$7 bilhões em crédito rural concedidos a agricultores familiares e assentados da reforma agrária representam valor superior em 30% aos R$5,4 bilhões disponibilizados no ano safra anterior e trarão benefícios a 1 ,8 milhão de agricultores familiares.

No entanto, apesar de toda essa força, a falta de uma lei que determine as diretrizes gerais e que defina o que seja "agricultor familiar, tem trazido inúmeros problemas à implementação das políticas necessárias para o efetivo fortalecimento do setor, tais como previd&ncia, organização sindical, cooperativismo e instalação de agroindústrias. Só para citar um exemplo: o agricultor familiar que agrega qualquer valor à sua produção, como no caso da produção do açúcar mascavo, de doces ou de outros produtos artesanais, passa a ser enquadrado pelo INSS como empregador rural, dificultando a obtenção de sua aposentadoria. Por sua vez, a Previdência Social, mesmo reconhecendo que tais agricultores não mudaram de categoria profissional, nada pode fazer, pela falta de uma legislação que defina o que seja o agricultor familiar.

No que diz respeito ao acesso a crédito, vale ressaltar que a sustentação do Pronaf – programa que hoje possibilita a agricultora familiares fechar contratos de financiamento – tal qual se apresenta, é de estrutura institucional frágil (vide processo de criação, por Decreto Presidencial, já revogado e substituído) e carece de faça legal que lhe garanta permanência no contexto legislativo brasileiro. Na mesma direção das dificuldades que o setor enfrenta, ainda é possível citar o acesso a terras de baixo potencial produtivo, a insuficiência ou importunidade de crédito rural, tecnologias agropecu-

árias inadequadas, falta de assistência técnica e de meios para agregar valor à produção, precariedade de infra-estrutura produtiva e social, dificuldade de acesso a mercados, à educação básica e profissionalizante e aos serviços de saúde.

Apesar do quadro que, naturalmente produziria desânimo e pessimismo, estes brasileiros que vivem e trabalham em suas propriedades. sustentam suas famílias, ocupam a mão-de-obra disponível e assim garantem a permanência do homem no campo, gerando riquezas e negócios para a economia do pais. Estudos demonstram que o segmento da agricultura familiar desempenha um papel preponderante para o desenvolvimento local do interior e dos pequenos municípios brasileiros.

É para estas 4,2 milhões de famílias de agricultores familiares que falta – ainda – uma legislação capaz de garantir políticas públicas de regulamentação, fomento e incentivo à atividade. Contamos, pois, com o apoio dos nobres colegas para que possamos transformar esta proposta legislativa em diploma legal, atendendo, assim, o anseio dos agricultores e de todo o setor da agricultura familiar do nosso País.

Sala das Sessões, 8 de julho de 2004. – Deputado **Assis Miguel do Couto –** Deputado **Orlando Desconsi Deputado Zé Geraldo –** Deputado **Nilson Mourão –** Deputado **José Pimentel –** Deputada **Selma Schons –** Deputado **Anselmo –** Deputado **João Grandão –** Deputado **Adão Preto –** Deputada **Luci Choinacki –** Deputado **Vignatti –** Deputado **João Alfredo.**

(À Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2006

(Nº 4.539/2004, na Casa de origem)

Institui o dia 6 de dezembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

O Congresso Nacional decreta**:**

Art. 1º Fica instituído o dia 6 de dezembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

Art. 2º Esta lei entra eu vigor na data de Sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 4.539, DE 2004

Institui o dia 6 de dezembro como Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o dia 6 de dezembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo fim da violência contra mulheres.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

No âmbito do sistema global da ONU, o Brasil ratificou, em 1984, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, 1979**).**

Em 1995, o Brasil ratificou a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção do Belém do Pará, OEA. 1994), no âmbito de proteção aos direitos humanos do sistema regional da OEA (Organização dos Estados Americanos). Esta convenção define violência contra a mulher como "qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública quanto na privada" (art. 1º). E**,** ainda, estabelece que esta violência pode ocorrer "no âmbito da família ou na unidade doméstica, ou em qualquer ralação interpessoal, quer o agressor compartilhe, tenha compartilhado ou não da mesma residência com a mulher, incluindo, entre outras formas, o estupro, maus-tratos e abuso sexual" (art. 2º,

a) Atenta também para a violência "ocorrida na comunidade e cometida por qualquer pessoa" (art. 2º, **b**) e, ainda, "perpetrada ou tolerada pelo Estado e seus agentes, onde quer que ocorra" (art.2º, **c**).

Em diferentes países da América Latina, estudos apontem um número significativo de mulheres que afirmam ter sido vítimas de violência física exercida por seu parceiro. Em alguns países, o percentual de mulheres que afirmou ter sido agredida fisicamente por um homem chegou a 50%. O menor percentual foi de 20%. No Brasil, pesquisa desenvolvida pela Fundação Perseu Abramo (2001) mostra que, a cada 15 segundos, uma mulher é agredida.

Estudos realizados com homens também evidenciam um situação preocupante. No Rio de Janeiro, pesquisa realizada com 749 homens, com idade entre 16 o 60 anos, destaca que 25,4% afirmou ter usado violência foice contra a parceira, 17,2% informaram ter usado violência sexual e 38.8% afirmaram ter insultado, humilhado ou ameaçado pelo menos uma vez a parceira.' Em Recife, no ano de 2002, foi aplicado um Questionário a um total do 170 recrutas das forças armadas. Na questão Há momentos em que mulher merece apanhar? 25% respondeu que sim'; 18% disse

que deponde". Além disso, 18% afirmou que já usou agressão física contra uma mulher".

Estudos têm mostrado que muitos homens agridem o violentam mulheres. Porém, nem todo homem é, por princípio, agressivo e muitos são aqueles que rejeitam e condenam a violência, especialmente a violência contra a mulher. Portanto, é nossa função, rever modelos machistas de socialização e envolver os homens, desde cedo, nos esforços pelo fim da violência contra a mulher, em espaços públicos, privados.

Buscando denunciar e progressivamente reduzir e eliminar a violência contra as mulheres, nos últimos 10 anos**,** organizações governamentais e não-governamentais, no Brasil e no mundo, têm desenvolvido estratégias para proteger e defender os direitos das mulheres, desenvolvendo uma série de ações para vítimas de violência doméstica e familiar. Mais recentemente, observa-se a necessidade de criar estratégias para mobilizar os homens pelo fim da violência contra as mulheres, entendendo que violência contra as mulheres é um problema para as mulheres e para os próprios homens. Esta tem sido a missão da Rede de Homens pela Equidade de Gênero (RHEG), que promove desde 1999, no Brasil, a Campanha do Laço Branco "Homens pelo fim da violência contra a mulher", originalmente fundada no Canadá e hoje presente em mais de 35 países.

Porquê o dia 6 dezembro? No dia 6 de dezembro de 1989, um rapaz de 25 anos (Marc Lepine) invadiu uma sala de aula da Escola Politécnica, na cidade de Montreal, Canadá. Ordenou que os homens (aproximadamente 48) se retirassem da sala, permanecendo somente as mulheres. Gritando "Vocês são todas feministas!", esse homem começou a atirar, enfurecidamente, e assassinou 14 mulheres, à queima roupa. Em seguida, suicidou-se. Em uma carta deixada por ele, justificava seu ato dizendo que não suportava a idéia de ver mulheres estudando Engenharia, um curso tradicionalmente dirigido a homens. Esse massacre mobilizou a opinião pública mundial, gerando amplo debate sobre as desigualdades entre homens e mulheres e a violência gerada por esse desequilíbrio social.

Temos a certeza da necessidade de políticas preventivas contra a violência de gênero e é nesse contexto que se insere este projeto. Precisamos dar visibilidade aos homens nas ações em defesa dos direitos das mulheres, como estabelecidos na CEDAW – Convenção da ONU sabre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, que deixa claro que a violência é a mais perversa forma de discriminação.

Por ser de direito o que se pretende com esse projeto, contamos com o apoio dos nobres Deputados e Deputadas para a aprovação da matéria.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 2004. – Deputada **Irany Lopes.**

(À Comissão de Educação.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2006

(Nº 4.707/2004, na Casa de origem)

Acrescenta incisos ao art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, que trata da Cofins não cumulativa.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10. .....

.....

XXVIII – as receitas decorrentes de prestação de serviços de execução de infra-estrutura, manutenção e instalação para as concessionárias operadoras de serviços públicos de telecomunicações.

..... (HR)

Art. 2º Esta lei entra m vigor na data de sua publicação**.**

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 4.707, DE 2004

Acrescenta inciso ao art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, que trata da COFINS não cumulativa.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 10. O art. 10 da Lei nº 10.833, do 29 dezembro de 2003, passa vigorar com a seguinte redação:

Art. 10. .....

.....

XXV – as receitas decorrentes de prestação de serviços de execução infra-estrutura, manutenção e instalação para as concessionárias operadoras de serviço, públicos de telecomunicações.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O setor das empresas que prestam serviços de engenharia de execução de instalação, manutenção e infra-estrutura para as empresas operadoras de serviços públicos de telecomunicação vêm sofrendo o agravamento de suas reduzidas receitas dos

serviços que são prestados para as empresas operadoras a concessionárias de serviços públicos de telecomunicações, pois suas receitas são oriundas de mera prestação de serviços com grande escala de aplicação de mão de obra e pequena escala de agregação de matérias que possam ensejar o crédito dos materiais aplicados na execução de seus serviços. Estas empresas empregam em tomo de cinqüenta mil pessoas, envolvendo principalmente engenheiros, técnicos, instaladores, atendem, auxiliares e ajudantes.

Existem hoje, no Brasil, cerca de quarenta empresas nessa atividade. Na matriz de custos destas empresas, o maior peso é do item "Mão de obra", envolvendo salários, encargos e benefícios, não dedutíveis para fins de cálculo do recolhimento da COFINS. Entre o benefício da não cumulativamente da COFINS e o seu ônus do aumento da alíquota, estas empresas ficaram exclusivamente com a segunda parte.

A exemplo do que já foi abordado em diversos setores da sociedade que agregam basicamente mão de obra, foi concedido o beneficio de permanecerem no critério de pagamento da Cofins e PIS na sistemática anterior, pois os encargos sofridos não são repassados aos clientes em vista de que estão atrelados aos custos das tarifas publicas cobradas dos usuários do sistema. Certamente se repassados estes ônus, terão as tarifas que sofrerem reajustes com graves conseqüências**.**

Assim propõe que este setor da sociedade não seja agravado pelo aumento da alíquota e mudança da forma de calculo da Cofins e do PIS.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 2004. Deputado **Julio Semeghini.**

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 10.833. DE 29 DE DEZEMBRO DE 2003

Altera a Legislação Tributária Federal e da outras providências.

.....

Art. 10. Permanecem sujeitas às normas da legislação da COFINS vigentes anteriormente a esta Lei, não se lhes aplicando as disposições dos arts. 1º a 8º:

I – as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 9º do art. 3º da Lei nº 9.718, de 1998, e na Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983;

II – as pessoas jurídicas tributadas pelo imposto de renda com base no lucro presumido ou arbitrado;

III – as pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES;

IV – os órgãos públicos, as autarquias e fundações públicas Federais, estaduais e municipais, e as fundações cuja criação tenha sido autorizada por lei, referidas no art. 61, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição;

VI – sociedades cooperativas, exceto as de produção agropecuária, sem prejuízo das deduções de que trata o art. 15 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e o art. l7 da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, não lhes aplicando as disposições do § 7º do art. 3º das Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2003, e as de consumo: (Redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004)

VII – as receitas decorrentes das operações:

a) referidas no inciso IV do § 3º do art. 1º

b) sujeitas à substituição tributária da COFINS;

c) referidas no art. 5º da Lei nº 9.716. de 26 de novembro de 1998;

VIII – as receitas decorrentes de prestação de serviços de telecomunicações;

IX – as receitas decorrentes de venda de jornais e periódicas e de prestação de serviços das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens; (Redação dada pela Lei nº-10.865. de 2004)

X – as receitas submetidas ao regime especial de tributação previsto no art. 47 da Lei nº-10.637. de 30 de dezembro de 2002:

XI – as receitas relativas a contratos firmados anteriormente a 31 de outubro de 2003:

a) com prazo superior a 1 (um) ano, de administradoras de planos de consórcios de bens móveis e imóveis, regularmente autorizadas a funcionar pelo Banco Central;

b) com prazo superior a 1 (um) ano, de construção por empreitada ou de fornecimento, a preço predeterminado, de bens ou serviços;

c) de construção por empreitada ou de fornecimento, a preço predeterminado, de bens ou serviços contratados com pessoa jurídica de direito público, empresa pública, sociedade de economia mista ou **suas** subsidiárias, bem como os contratos pos**teriormente firmados decorrentes de propostas apresentadas, em processo licitatório, até aquela data;**

XII – as receitas decorrentes de prestação de serviços de transporte coletivo rodoviários, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.;

a) prestados por hospital, pronto-socorro, clínica médica, odontológica, de fisioterapia de fonoaudiologia, e laboratório de anatomia patológica, citológica ou de análises clínicas; e (incluído pela Lei nº 10.865, de 2005)

b) de diálise, raios X, radioagnóstico e radioterapa, quimioterapia e de banco de sangue; (incluído pela Lei nº 10.865, de 2005)

XIV – as receitas decorrentes de prestação de serviços de educação infantil, ensinos fundamental e médio e educação superior.

XV – as receitas decorrentes de vendas de mercadorias realizadas pelas pessoas jurídicas referidas no art. 15 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976; (incluído pela Lei nº 10.865, de 2006)

XVI – as receitas decorrentes de prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, efetuado por empresas regulares de linhas aéreas domésticas, e as decorrentes da prestação de serviço de transporte de pessoas de táxi aéreo; (incluído pela Lei nº 10. 865, de 2004)

XVII – as receitas auferidas por pessoas jurídicas, decorrentes da edição de periódicos e de informações neles contidas, que sejam relativas aos assinantes dos serviços públicos de telefonia; (Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004)

XVIII – as receitas decorrentes de prestação de serviços com aeronaves de uso agrícola inscritas no Registro Aeronáutico Brasileiro (RAB); (Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004)

XIX – as receitas decorrentes de prestação de serviços das empresas de **call center**, **telemarketing**, telecobrança e de teleatendimento em geral; (Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004)

XX – as receitas decorrentes da execução por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, até 31 de dezembro de 2006; (Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004)

XXI – as receitas auferidas por parques temáticos, e as decorrentes de serviços de hotelaria e de organização de feiras e eventos, conforme definido em ato conjunto dos Ministérios da Fazenda e do Turismo. (Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004)

XXII – as receitas decorrentes da prestação de serviços postais e telegráficos prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; (Incluído pela Lei nº 10.925, de 2004) (Vide Lei nº 10.925, de 2004)

XXIII – as receitas decorrentes de prestação de serviços públicos de concessionárias operadoras de rodovias; (Incluído pela Lei nº 10.925, de 2004)

XXIV – as receitas decorrentes da prestação de serviços das agências de viagem e de viagens e turismo. (Incluído pela Lei nº 10.925, de 2004)

XXV – as receitas auferidas por empresas de serviços de informática, decorrentes das atividades de desenvolvimento de software e o seu licenciamento ou cessão de direito de uso, bem como de análise, programação, instalação, configuração, assessoria, consultoria, suporte técnico e manutenção ou atualização de **software**, compreendidas ainda como **softwares** as páginas eletrônicas. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004)

XXVI – as receitas relativas às atividades de revenda de imóveis, desmembramento ou loteamento de terrenos, incorporação imobiliária e construção de prédio destinado à venda, quando decorrentes de contratos de longo prazo firmados antes de 31 de outubro de 2003; (Incluído dada pela Lei nº 11.196, de 2005)

XXVII – (Vetado) (Incluído dada pela Lei nº 11.196, de 2005)

§ 1º Ficam convalidados os recolhimentos efetuados de acordo com a atual redação do inciso IX deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 11.051, de 2004)

§ 2º O disposto no inciso XXV do **caput** deste artigo não alcança a comercialização, licenciamento ou cessão de direito de uso de **software** importado. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004)

.....

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2006

(Nº 4.918/2005, na Casa de origem)

Determina o envio de cópia da sentença penal mediante carta registrada ao ofendido ou, na sua ausência, ao seu cônjuge, descendentes ou ascendentes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei acresce parágrafo ao art. 392 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código do Processo Penal, determinando o envio de cópia da sentença penal mediante carta registrada ao ofendido ou, na sua ausência, ao seu cônjuge, descendentes ou ascendentes.

Art. 2º O art. 392 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

"Art. 392. .....

.....

§ 3º O escrivão determinará o envio de cópia da sentença penal ao ofendido ou, na sua ausência, ao seu cônjuge, meus descendentes ou seus ascendentes, mediante carta registrada para o endereço constante nos autos." (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 4.918, DE 2005

Determina o envio de cópia da sentença penal ao ofendido, ou, na sua ausência, ao seu cônjuge, descendentes ou ascendentes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 392 do Código de Processo Penal passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo 3º:

"Art. 392. .....

§ 3º O Escrivão determinará o envio de cópia da sentença penal ao ofendido ou, na sua ausência, ao seu cônjuge, descendentes ou ascendentes, mediante carta registrada, para o endereço constante dos autos." (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto tem por objetivo tornar visível a atividade jurisdicional do Estado, provocando, com isto, a sociedade a se manifestar sobre sua atuação.

Na maioria dos casos, o ofendido pela prática de uma conduta criminosa não participa e nem tem conhecimento da atuação do Judiciário na repressão da conduta criminosa. Este desconhecimento cria na sociedade um sentimento de impunidade, que deprecia a presença do Estado e influencia, por conseguinte, o indivíduo à prática de condutas vedadas pelo ordenamento jurídico.

É neste contexto que apresentamos o presente projeto de lei para determinar ao Escrivão o envio de cópia da sentença penal ao ofendido ou, na sua ausência, ao seu cônjuge, descendentes ou ascendentes, mediante carta registrada, para o endereço constante dos autos.

Não há dúvidas de que tal medida, além de melhorar a imagem do Judiciário perante a sociedade, provocará os cidadãos a discutirem o mérito das decisões judiciárias. Destas discussões, sairão pleitos de incentivo, reprovação e mudanças, tudo em consonância com os princípios norteadores do Estado Democrático de Direito.

Estamos certos, pela relevância da medida ora proposta, e em face das razões aqui expostas que, com o indispensável apoio dos eminentes pares, será este projeto aprovado.

Sala das Sessões, 16 de março de 2005 – Dep. **Fernando Coruja**, PPS/MG

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

DECRETO-LEI Nº 3.689,
DE 3 DE OUTUBRO DE 1941

Código de Processo Penal

.....

Art. 392. A intimação da sentença será feita:

I – ao réu, pessoalmente, se estiver preso;

II – ao réu, pessoalmente, ou ao defensor por ele constituído, quando se livrar solto, ou, sendo afiançável a infração, tiver prestado fiança;

III – ao defensor constituído pelo réu, se este, afiançável, ou não, a infração, expedido o mandado de prisão, não tiver sido encontrado, e assim o certificar o oficial de justiça;

IV – mediante edital, nos casos do nº II, se o réu e o defensor que houver constituído não forem encontrados, e assim o certificar o oficial de justiça;

V – mediante edital, nos casos do nº III, se o defensor que o réu houver constituído também não for encontrado, e assim o certificar o oficial de justiça;

VI – mediante edital, se o réu, não tendo constituído defensor, não for encontrado, e assim o certificar o oficial de justiça.

§ 1º O prazo do edital será de 90 (noventa) dias, se tiver sido imposta pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a 1 (um) ano, e de 60 (sessenta) dias, nos outros casos.

§ 2º O prazo para apelação correrá após o término do fixado no edital, salvo se, no curso deste, for feita a intimação por qualquer das outras formas estabelecidas neste artigo.

.....

(Á Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 36, DE 2006

(Nº 5.245/2005, na Casa de origem)

Dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 7º da Lei nº 6.906, de 4 de julho de 1994, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 7º .....

.....

II – a inviolabilidade de seu escritório ou local de trabalho, bem como de seus ins-

trumentos de trabalho, de sua correspondência escrita, eletrônica, telefônica e telemática, desde que relativas ao exercício da advocacia:

.....

§ 5º São instrumentos de trabalho do advogado todo e qualquer bem imóvel ou intelectual utilizando no exercício da advocacia, especialmente seus computadores, telefones, arquivos impressos ou digitais, bancos de dados, livros e anotações de qualquer espécie, bem como documentos, objetos e mídias de som ou imagem, recebidos de clientes ou de terceiros.

§ 6º Presentes indícios de autoria e materialidade da prática de crime por parte de advogado, a autoridade judiciária competente poderá decretar a quebra da inviolabilidade de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, ou decisão motivada, expedindo mandado de busca e de apreensão, específico e pormenorizado, a ser cumprido na presença de representante da OAB, sendo, em qualquer hipótese, resguardados os documentos, as mídias e os objetos pertencentes a clientes do advogado averiguado, bem como os demais instrumentos de trabalho que contenham informações sobre clientes.

§ 7º A ressalva constante do § 6º deste artigo não se estende a clientes do advogado averiguado que estejam sendo a clientes do advogado formalmente investigados como seus partícipes ou co-autores pela prática do mesmo crime que deu causa à quebra da inviolabilidade.

§ 8º A quebra da inviolabilidade referida no § 6º deste artigo quando decretada contra advogado empregado ou membro de sociedade de advogados será restrita ao local o aos instrumentos de trabalho privativos do advogado averiguado, não se estendendo aos locais e instrumentos de trabalho compartilhados com os demais advogados.

§ 9º No caso de ofensa a inscrito na 013, no exercício da profissional ou no exercício do cargo ou função naquela Instituição, o conselho competente promoverá o desagravo publico do ofendido, seu prejuízo da responsabilidade criminal eu que incorrer o infrator."(NR)

Art. 2º Esta lei entra eu vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 5.245, DE 2005

Altera a Lei Federal nº 8.906, de 4 de julho de 1994, "dispondo sobre o direito à inviolabilidade do local de trabalho do advogado. institui hipóteses de quebra desse direito e dá outras previdências

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 7º da Lei nº 8.908. de 4 de julho de 1994. passa a vigorar com as seguintes Alterações:

Art 7º .....

.....

II – a inviolabilidade de seu escritório ou local de trabalho bem como de seus instrumentos de trabalho, de sua correspondência escrita, eletrônica, telefônica e telemática, desde que relativa exercício da advocacia.

(...)

§ 5º São instrumento de trabalho do advogado todo e qualquer bem móvel ou intelectual no exercido da advocacia, especialmente seus computadores, telefones, arquivos impressos ou digitais, bancos de dados, livros e anotações de qualquer espécie, bem como documentos objetos e mídias de som ou imagem recebido de clientes ou de terceiros

§ 6º Presentes indícios de autoria e materialidade da prática de crime por parte de advogado. a autoridade judiciária competente poderá decretar a quebra da Inviolabilidade de que trata p inciso II deste artigo, em decisão motivada, expedindo mandado de busca e apreensão, especifico

pormenorizado a ser cumprido na presença de da OAB, sendo, em que hipótese, resguardados os documentos, as mídias e os objetos pertencentes a dentes do advogado averiguado, bem como os demais instrumentos do trabalho que contenham informações sobre clientes.

§ 7ºA Ressalva do § 6ºnão se estende a clientes averiguado que estejam sendo formalmente investigados como seus participes ou co-autores pela pratica do mesmo crime que deu causa á quebra da inviolabilidade

§ 8º A quebra da Inviolabilidade referida no § 6º, quando decretada, contra advogado empregado ou membro da sociedade dê advogados. será restrita. ao local e – instituído de trabalho privativos do advogado averiguado, não se entendendo aos locais e Instrumentos de trabalho compartilhados com os demais advogados com os demais advogados

§ 9º No caso de ofensa a inscrito,na OAB no exercício de cargo ou função nessa Instituição, o conselho competente promoverá o desagravo público do ofendido sem prejuízo

da responsabilidade em que decorrer o Infrator. (NR)

Art 2º Este lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Constituição Federal brasileira garante o acesso ao Poder Jurídico e o direito à ampla defesa, com todos os recursos a ela Inerentes, bem como proclama a função do advogado para a realização da Justiça.

Tais mandamentos constitucionais basilares são decorrência do próprio Estado Democrático do Direito.

Para a plena realização desses mandamentos constitucionais é inafastável o sigilo da relação cliente advogado, bem como especial proteção aos dados e informações confiadas pelos cidadãos aos seus advogados.

Anote-se que a Constituição Federal alude é inviolabilidade do sigilo de correspondência e das comunicações telegráficas e de dados e das comunicações telefônicas má podendo ser violada por ordem judicial. Esta última, na forma em que a lei estabelecer' (Art 5º, XII CF). Em outra passagem, verifica-se a autorização para o preso permanecer calado até que saia assistido por um advogado (Art.5º, LXIII, CF.). Tudo indicando a relação de sigilo que, no caso do detido, se estabelece entre ele e o seu advogado. A Constituição Federal, portanto, é plena de preceitos indicadores da preservação do sigilo da relação advogado cliente.

A atual ordem legal não realiza *plenamente* a proteção da inviolabilidade do local de trabalho do advogado, bom como de seus instrumentos de trabalho e de suas comunicações no exercício profissional e, consequentemente, as informações sigilosas dos próprios jurisdicionados

No entanto, em vista do interesse público na repressão à criminalidade, há necessidade de se evitar que profissionais da advocacia invoquem o sigilo profissional, assim como a inviolabilidade dele decorrente, como escudo protetor para impedir a investigação sobre condutas criminosas por si praticadas.

Este projeto, compatível *com a* Constituição, visa a impedir a conduta delituosa do profissional do direito mas, ao mesmo tempo, a preservação da inviolabilidade do local de trabalho com o que se preserva o sigilo que preside as relações entre o cliente e o seu advogado.

Sala das Sessões, 17 de maio de 2005

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 8.906. DE 4 DE JULHO DE 1994

Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

.....

Art. 7º São direitos do advogado:

.....

II – ter respeitada, em nome da liberdade de defesa e do sigilo profissional, a inviolabilidade de seu escritório ou local de trabalho, de seus arquivos e dados, de sua correspondência e de suas comunicações, inclusive telefônicas ou afins, salvo caso de busca ou apreensão determinada por magistrado e acompanhada de representante da OAB;

§ 1º Não se aplica o disposto nos incisos XV e XVI:

1) aos processos sob regime de segredo de justiça;

2) quando existirem nos autos documentos originais de difícil restauração ou ocorrer circunstancia relevante que justifique a permanência dos autos no cartório, secretaria ou repartição, reconhecida pela autoridade em despacho motivado, proferido de ofício, mediante representação ou a requerimento da parte interessada;

3) até o encerramento do processo, ao advogado que houver deixado de devolver os respectivos autos no prazo legal, e só o fizer depois de intimado.

§ 2º O advogado tem imunidade profissional, não constituindo injúria, difamação ou desacato puníveis qualquer manifestação de sua parte, no exercício de sua atividade, em juízo ou fora dele, *sem* prejuízo das sanções disciplinares perante a OAB, pelos excessos que cometer.

§ 3º O advogado somente poderá ser preso em flagrante, por motivo de exercício da profissão, em caso de crime inafiançável, observado o disposto no inciso IV deste artigo.

§ 4º O Poder Judiciário e o Poder Executivo devem instalar, em todos os juizados, fóruns, tribunais, delegacias de polícia e presídios, salas especiais permanentes para os advogados, com uso e controle assegurados à OAB.

§ 5º No caso de ofensa a inscrito na OAB, no exercício da profissão ou de cargo ou função de Órgão da OAB, o conselho competente deve promover o desagravo publico do ofendido, sem prejuízo da responsabilidade criminal em que incorrer o infrator.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os Projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 288, DE 2006

Da Comissão de constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2002 – Complementar,de autoria

do Senador Francisco Escórcio que autoriza o Poder Executivo a instituir, para efeitos administrativos, a região do complexo geoeconômico e social denominada Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, visando à redução das desigualdades regionais, por meio de seu desenvolvimento, nos termos do artigo 43 da Constituição Federal, e da outras providências.

Relator: Senador **Edison Lobão**

I – Relatório

Vem a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2002 – Complementar, de iniciativa do Senador Francisco Escórcio, que autoriza o Poder Executivo a instituir, para efeitos administrativos, a região do complexo geoeconômico e social denominada Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, nos termos do art. 43 da Constituição Federal.

O PLS nº 138, de 2002 – Complementar, institui como área de abrangência do Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento os Estados do Maranhão, do Piauí e do Tocantins e o Distrito Federal, em sua totalidade, o Estado de Goiás, acima do paralelo de 16º de latitude, o Sudeste do Pará, compreendendo quarenta municípios e o Nordeste de Mato Grosso, compreendendo dezessete municípios.

A proposição ora em exame ainda trata das condições para integração das regiões em desenvolvimento abrangidas, da composição do Conselho Deliberativo do Corredor Centro-Norte, da elaboração do Programa Especial do Corredor Centro-Norte e dos empreendimentos integrantes do Corredor, que compreendem obras de infra-estrutura de transportes, projetos econômicos privados, projetos de energia elétrica, de apoio à exportação e de colonização e reforma agrária.

Na justificação do projeto, o autor argumenta que as regiões brasileiras, além da configuração espacial diferenciada, apresentam nítidas desigualdades sociais e econômicas. Uma nova configuração espacial do País estaria nascendo com a progressiva ocupação das áreas interioranas e a consolidação de um pólo econômico no Planalto Central, destacando-se o recurso potencial do Cerrado Oriental que, se bem utilizado, proporcionaria rápido e valioso retorno de investimentos, alavancando o progresso das outras regiões brasileiras.

O projeto de lei complementar visaria justamente propiciar as condições necessárias para o desenvolvimento desta vasta região ainda carente de infra-estrutura, notadamente em relação ao sistema de transportes.

Foram apresentadas quatro emendas ao projeto, a primeira de autoria do Senador Luiz Otávio e as outras três de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa.

A Emenda nº 1 propõe incluir na área de abrangência do Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, além da mesorregião Sudeste do Pará, compreendendo quarenta municípios, as messorregiões Nordeste e Metropolitana de Belém, perfazendo o total de noventa e nove municípios.

A Emenda nº 2 tem o propósito de incluir, no Corredor Centro-Norte, o Estado do Pará na totalidade de sua extensão.

A Emenda nº 3 modifica a alínea **a** do inciso I do art. 5º**,** incluindo, na construção da Ferrovia Norte-Sul, o trajeto Açailândia-Belém.

A Emenda nº 4 adiciona a alínea **f** ao inciso I do art. 5º**,** incluindo como obra prioritária de infra-estrutura de transportes a pavimentação integral da BR-163.

II – Análise

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 101, I, do Regimento Interno, opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria, bem como a respeito do seu mérito.

O art. 43 da Constituição Federal prevê que "para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconôniico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais". Também estabelece, em seu § 1º, que lei complementar disporá sobre as condições para integração de regiões em desenvolvimento.

A ação articulada da União em torno de complexos geoeconômicos e sociais atende à moderna noção de promoção do desenvolvimento econômico, não mais fundamentada em pólos fragmentados, isolados uns dos outros, mas em espaços territoriais integrados.

Os complexos geoeconômicos e sociais, para fins de planejamento, conjugam espaços territoriais caracterizados por dinâmica sócio-econômica e ambiental própria, em uma visão que vai além do conceito formal de fronteiras geopolíticas.

A partir do levantamento das potencialidades e obstáculos ao desenvolvimento dos espaços regionais é possível identificar as necessidades de infra-estrutura econômica e social, bem como as oportunidades de investimentos para o setor privado. A ação conjunta entre setor público e iniciativa privada, consubstanciada, na integração entre projetos de infra-estrutura básica e empreendimentos particulares, toma viável a realização do potencial econômico das regiões, trazendo dinamismo não somente para os espaços regionais, mas também para a economia nacional.

Tendo em vista a redução das desigualdades regionais, o Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2002 – Complementar, busca a racionalização do planejamento do desenvolvimento regional, reunindo no Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento espaços territoriais com necessidades e oportunidades de investimento semelhantes.

O Corredor abrange a região do Cerrado Oriental que, nas últimas décadas, tem experimentado acentuada exploração econômica, principalmente no setor

agropecuário, ressentindo-se, entretanto, de infra-estrutura básica adequada, fundamental para permitir a redução dos custos de produção de bens e serviços e a multiplicação dos investimentos privados.

O projeto de lei complementar ainda visa à implantação de estações aduaneiras interiores, oferecendo a infra-estrutura necessária para a realização do potencial exportador da região, agilizando as operações de comércio exterior e favorecendo a interiorização do desenvolvimento.

Dado que o PLS nº 138, de 2002–Complementar, busca integrar regiões que apresentam obstáculos ao desenvolvimento e oportunidades de investimento semelhantes, harmonizando a ação do Governo e do setor privado, acreditamos que a sua aprovação possa constituir fator de realização do potencial econômico do espaço integrante do Corredor de Desenvolvimento proposto.

Em relação ao projeto em si, embora não se constatem óbices de natureza constitucional, jurídica ou legal a sua tramitação, cabe observar que o § 1º do art. 1º, ao definir a área de abrangência do Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, refere-se às mesorregiões do sudeste do Pará e do nordeste de Mato Grosso como compreendendo, respectivamente, quarenta e dezessete municípios. No entanto, atualmente, a mesorregião do sudeste do Pará possui trinta e nove municípios e a do Nordeste de Mato Grosso, vinte e cinco.

Quanto às emendas apresentadas ao projeto, as Emendas de nºs 1 e 2 têm o propósito semelhante de ampliar a área de abrangência do Corredor Centro-Norte. A Emenda nº 1 propõe incluir mais duas mesorregiões do Estado do Pará ao Corredor, enquanto a Emenda nº 2 propõe a inclusão de todo o Estado.

Como o PLS nº 138, de 2002–Complementar, trata da instituição de um complexo geoeconômico e social, para fins administrativos, a inclusão da totalidade do Estado do Pará não seria compatível com o seu objetivo, uma vez que as mesorregiões situadas a oeste do Pará guardam maior semelhança com o Estado do Amazonas e com a mesorregião norte de Mato Grosso.

Já a inclusão das mesorregiões Nordeste e Metropolitana de Belém, como argumentado na justificação da Emenda nº 1, propiciará continuidade à área do Corredor Centro-Norte, pois todo o leste do Pará está integrado economicamente às regiões que comporão o Corredor, fato atestado por ações governamentais constantes do Plano Plurianual de Investimentos 2004-2007 (Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004), como é o caso do programa Corredor Araguaia-Tocantins, que abrange o leste do Pará, o Maranhão, o Tocantins, o centro e o norte de Goiás, o Distrito Federal e o leste de Mato Grosso. No entanto, é necessário alterar, no enunciado da Emenda nº 1, a parte referente à mesorregião nordeste de Mato Grosso, composta por vinte e cinco municípios.

No que tange à Emenda nº 3, a inclusão do trajeto Açailândia-Belém na obra da Ferrovia Norte-Sul resultará na ampliação do sistema intermodal de transportes na área do Corredor, fortalecendo a integração entre o Norte e o Centro-Sul do País e permitindo o adequado escoamento dos bens produzidos na região.

Por idêntico motivo pelo qual rejeitamos a Emenda nº 2, concluímos pela inadequação da Emenda nº 4, que tem o propósito de incluir a pavimentação integral da BR-163, a chamada rodovia Cuiabá-Santarém, entre as obras prioritárias de infra-estrutura de transportes, uma vez que a área de influência da rodovia está ligada às mesorregiões do sudoeste do Pará e do norte de Mato Grosso, as quais não seriam abarcadas pelo Corredor Centro-Norte.

Na qualidade de Relator do projeto, proponho acrescentar a alínea **c** ao inciso III do art. 5º, com o intuito de conferir prioridade, no âmbito dos empreendimentos privados no Corredor Centro-Norte, para a produção de etanol e biodiesel. O aproveitamento energético de culturas como a cana-de-açúcar, a soja e a mamona, além de contemplar aspectos ambientais, pode proporcionar grandes benefícios sociais em razão do elevado potencial de geração de empregos.

Também apresento emenda para adicionar as alínea **f** e **g** ao inciso IV do artigo citado, com vistas a incluir, entre os projetos prioritários de apoio à exportação, a implantação de estações aduaneiras interiores nos Municípios de Grajaú e Codó, no Estado do Maranhão.

III – Voto

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2002–Complementar, pela rejeição das Emendas nºs 2 e 4 e pelo acolhimento da Emenda nº 1, na forma da subemenda apresentada, da Emenda nº 3, e das emendas de Relator a seguir:

EMENDA Nº 1 – CCJ
(Subemenda nº – CCJ)
(À Emenda nº 1)

Dê-se ao § 1º do PLS nº 138, de 2002–Complementar, a seguinte redação:

"Art. 1º.....

§ 1º O Corredor Centro-Nortes de Desenvolvimento abrange os Estados do Maranhão, do Piauí e do Tocantins, e o Distrito Federal, em sua totalidade; compreendendo noventa e nove municípios situados nas mesorregiões Sudeste, Nordeste e Metropolitana de Belém; e o Estado de Mato Grosso, compreendendo vinte e cinco municípios situados na mesorregião Nordeste.

....."

EMENDA Nº 2 – CCJ

Acrescente-se ao inciso III do art. 5º do PLS nº 138, de 2002-Complementar, a seguinte alínea:

"Art. 5º.....

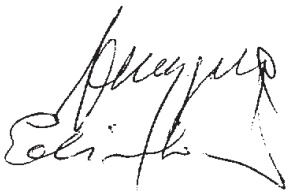
.....

III – .....
.....
c) produção de etanol e biodiesel.
....."

EMENDA Nº 3 – CCJ

Acrescente-se ao inciso IV do art. 5º do PLS nº 138, de 2002-Complementar, as seguintes alíneas:

"Art. 5º.....
.....
IV – .....
.....
f) implantação de estação aduaneira interior em Grajaú, MA;
g) implantação de estação aduaneira e Codó, MA;
....."



, Presidente

, Relator

EMENDA Nº 4/2005 – CCJ
(ao PLS 138-2002)

Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 138/2002.

Modifica a alínea **a** do art. 5º, I, do Projeto Lei dando-lhe a seguinte redação:

a) Construção da Ferrovia Norte-Sul incluindo o trajeto Açailândia-Belém;

Justificação

A emenda ora apresentada tem o propósito de incluir o trajeto Açailândia-Belém na já prevista construção da Ferrovia Norte-Sul por considerá-la uma obra importante para ampliação da ligação entre região centro-oeste e aos portos da região Norte, em complemento de outras obras já em andamento na região, a exemplo da hidrovia Araguaia-Tocantins.

A inclusão do novo trajeto á Ferrovia Norte-Sul, fortalece os propósitos do presente Projeto de desenvolvimento regional e de integração nacional, ao autorizar a criação do Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, em conformidade como o que prevê o Art. 43 da Constituição Federal.

Atenciosamente. – Senadora **Ana Júlia Carepa.**

IV – Decisão da Comissão

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em Reunião Ordinária realizada nesta data, decide pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2002 – Complementar, da Emenda nº 1, do Senador Luiz Otávio (na forma da Subemenda do Relator), das duas Emendas do Relator e da Emenda nº 3, da Senadora Ana Júlia Carepa, descritas a seguir:

EMENDA Nº 1 – CCJ

Dê-se ao **§** 1º do art. 1º do PLS nº 138, de 2002-Complementar, a seguinte redação:

"Art. 1º.....
§ 1º O Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento abrange os Estados do Maranhão, do Piauí e do Tocantins, e o Distrito Federal, em sua totalidade; o Estado de Goiás, acima o paralelo de 16º de latitude; o Estado do Pará, compreendendo noventa e nove municípios situados nas mesorregiões Sudeste, Nordeste e Metropolitana de Belém; e o Estado de Mato Grosso, compreendendo vinte e cinco municípios situados na Mesorregião Nordeste.
....."

EMENDA Nº 2 – CCJ

Acrescente-se ao inciso III do art. 5º do PLS nº 138, de 2002-Complementar, a seguinte alínea:

"Art. 5º.....
.....
III – .....
.....
c) produção de etanol e biodiesel.
.....

EMENDA Nº 3 – CCJ

Acrescente-se ao inciso IV do art. 5º do PLS nº 138, de 2002-Complementar, as seguintes alíneas:

"Art. 5º.....
.....
IV – ..... .
.....
f) implantação de estação aduaneira interior em Grajaú,MA;
g) implantação de estação aduaneira interior em Codó, MA;

EMENDA Nº 4 – CCJ

Modifica a alínea **a** do art. 5º**,** 1, do Projeto de Lei nº 138, de 2002, dando-lhe a seguinte redação:

a) construção da ferrovia Norte-Sul incluindo o trajeto Açailândia-Belém;

Sala da Comissão, 30 de novembro de 2005. – Senador **Antonio Carlos Magalhães,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 138 DE 2002

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 30/11/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE :	
RELATOR:	Senador Edison Lobão
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PRESIDENTE)	1-ROMEU TUMA
CÉSAR BORGES	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO (RELATOR)	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO
JOÃO BATISTA MOTTA	6- TASSO JEREISSATI
ALVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR (1)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, (2), PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE	1-DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPLICY	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA	4- JOÃO CAPIBERIBE(3)
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESSARENKO	7-MARCELO CRIVELLA(4)
PMDB	
RAMEZ TEBET	1-LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	2-(VAGO) (5)
JOSÉ MARANHÃO	3-SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCÁ	4- ALMEIDA LIMA
AMIR LANDO	5-LEOMAR QUINTANILHA (6)
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 28/10/2005.

(1) O Senador Geraldo Mesquita Júnior deixou de integrar o P-SOL em 26/10/2005 (Vaga cedida pelo PSDB).
(2) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.
(3) O Senador João Capiberibe retornou ao Senado Federal em 28/10/2005 (Of. nº 5.025/STF).
(4) O Senador Marcelo Crivella filiou-se ao PMR em 28/09/2005.
(5) O Senador Gilvam Borges deixou de integrar o Senado Federal em 28/10/2005 (Of. nº 5.025/STF).
(6) O Senador Leomar Quintanilha filiou-se ao PC do B em 03/10/2005 (Vaga cedida pelo PMDB).

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 10.933, DE 11 DE AGOSTO DE 2004

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007.

.....

DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARAGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Romero Jucá**

I – Relatório

Vem a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2002 – Complementar, de iniciativa do Senador Francisco Escórcio, que autoriza o Poder Executivo a instituir, para efeitos administrativos, a região do complexo geoeconômico e social denominada Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, nos termos do art. 43 da Constituição Federal.

O referido dispositivo constitucional prevê que "para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e a redução das desigualdades regionais". Também estabelece, em seu § 1º, que lei complementar disporá sobre as condições para integração de regiões em desenvolvimento.

O PLS nº 138, de 2002 – Complementar Institui como área do Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento os Estado do Maranhão, do Piauí e do Tocantins e o Distrito Federal, em sua totalidade, o Estado de Goiás, acima do paralelo de 16º de latitude, o sudeste do Pará, compreendendo quarenta municípios e o nordeste de Mato Grosso, compreendendo dezessete municípios.

A proposição ora em exame ainda trata das condições para integração das regiões em desenvolvimento abrangidas pelo Corredor, da elaboração do Programa Especial do Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento e dos empreendimentos integrantes do Corredor, que compreendem os projetos de energia elétrica, de apoio à exportação, de colonização e reforma agrária e os projetos econômicos privados.

Em sua justificação, o autor argumenta que as regiões brasileiras, além da configuração espacial diferenciada, apresentam nítidas desigualdades sociais e econômicas. Uma nova configuração espacial do País estaria nascendo com a progressiva ocupação das áreas interioranas e a consolidação de um pólo econômico no Planalto Central, destacando-se o recurso potencial do Cerrado Oriental que, se bem utilizado, proporcionaria rápido e valioso retorno de investimentos, alavancando o progresso das outras regiões brasileiras.

O projeto de lei complementar visaria justamente propiciar as condições necessárias para o desenvolvimento desta vasta região ainda carente de infra-estrutura.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – Análise

A ação articulada da União em torno de complexos geoeconômico e sociais atende à moderna noção de promoção do desenvolvimento econômico, não mais fundamentada em pó1os fragmentados, isolados um dos outros, mas em espaços territoriais integrados.

Os complexos geoeconômico e social, para fins de planejamento, conjugam espaços territoriais caracterizados por dinâmica sócio-econômica e ambiental própria, em uma visão que vai além do conceito formal de fronteiras geopolíticas.

A partir do levantamento das potencialidades e obstáculos dos espaços regionais é possível identificar as necessidades de infra-estrutura econômica e de desenvolvimento social, bem como oportunidades de investimentos para o setor privado. A ação integrada entre setor público e iniciativa privada, consubstanciada na interligação entre projetos de infra-estrutura básica e empreendimentos particulares, torna viável a realização do potencial econômico das regiões, trazendo dinamismo não somente para os espaços regionais, mas também para a economia nacional.

Tendo em vista a redução das desigualdades regionais, o Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2002– Complementar busca a racionalização do planejamento do desenvolvimento regional, reunindo no Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento espaços territoriais com necessidades e oportunidades de investimento semelhantes.

O Corredor abrange a região do Cerrado Oriental que, nas últimas décadas, tem experimentado acentuada exploração econômica, principalmente no setor agropecuário, ressentindo-se, entretanto, de infra-estrutura básica adequada, fundamental para permitir a redução dos custos de produção de bens e serviços e a multiplicação dos investimentos privados.

O projeto de lei complementar ainda visa à implantação de estações aduaneiras interiores, oferecendo a infra-estrutura necessária para a realização do potencial exportador da região, agilizando as operações de comércio exterior e favorecendo a interiorização do desenvolvimento.

Dado que o PLS nº 138, de 2002 – Complementar busca integrar regiões que apresentam obstáculos ao

desenvolvimento e oportunidades de investimento semelhantes, integrando a ação do governo e do setor privado, acreditamos que a sua aprovação possa constituir fator de realização do potencial econômico do espaço integrante do Corredor de Desenvolvimento proposto.

III – Voto

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2002 – Complementar.

Sala da Comissão, – **Romero Jucá**, Relator.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Edison Lobão**

I – Relatório

Vem a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2002 – Complementar, de iniciativa do Senador Francisco Escórcio, que autoriza o Poder Executivo a instituir, para efeitos administrativos, a região do complexo geoeconômico e social denominada Corredor Cento-Norte de Desenvolvimento, nos termos do art. 43 da Constituição Federal.

O PLS nº 138, de 2002 – Complementar, institui como área de abrangência do Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento os Estados do Maranhão, do Piauí e do Tocantins e o Distrito Federal, em sua totalidade, o Estado de Goiás, acima do paralelo de 16º de latitude, o Sudeste do Pará, compreendendo quarenta municípios e o Nordeste de Mato Grosso, compreendendo dezessete municípios.

A proposição ora em exame ainda trata das condições para integração das regiões em desenvolvimento abrangidas, da composição do Conselho Deliberativo do Corredor Centro-Norte, da elaboração do Programa Especial do Corredor Centro-Norte e dos empreendimentos integrantes do Corredor, que compreendem obras de infra-estrutura de transportes, projetos econômicos privados, projetos de energia elétrica, de apoio à exportação e de colonização e reforma agrária.

Na justificação do projeto, o autor argumenta que as regiões brasileiras, além da configuração espacial diferenciada, apresentam nítidas desigualdades sociais e econômicas. Uma nova configuração espacial do País estaria nascendo com a progressiva ocupação das áreas interioranas e a consolidação de um pólo econômico no Planalto Central, destacando-se o recurso potencial do Cerrado Oriental que, se bem utilizado, proporcionaria rápido e valioso retorno de investimentos, alavancando o progresso das outras regiões brasileiras.

O projeto de lei complementar visaria justamente propiciar as condições necessárias para o desenvolvimento desta vasta região ainda carente de infra-estrutura, notadamente em relação ao sistema de transportes.

Foram apresentadas quatro emendas ao projeto, a primeira de autoria do Senador Luiz Otávio e as outras três de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa.

A Emenda nº 1 propõe incluir na área de abrangência do Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, além da mesorregião Sudeste do Pará, compreendendo quarenta municípios, as messorregiões Nordeste e Metropolitana de Belém, perfazendo o total de noventa e nove municípios.

A Emenda nº 2 tem o propósito de incluir, no Corredor Centro-Norte, o Estado do Pará na totalidade de sua extensão.

A Emenda nº 3 modifica a alínea **a** do inciso I do art. 5º, incluindo, na construção da Ferrovia Norte-Sul, o trajeto Açailândia-Belém.

A Emenda nº 4 adiciona a alínea **f** ao inciso I do art. 50, incluindo como obra prioritária de infra-estrutura de transportes a pavimentação integral da BR-163.

II – Análise

Compete a esta Comissão, nos termos do Regimento Interno, opinar sobre a constitucionalidade, regimentalidade da matéria, bem como a respeito do seu mérito.

O art. 43 da Constituição Federal prevê que "para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais". Também estabelece, em seu § 1º, que lei complementar disporá sobre as condições para integração desenvolvimento.

A ação articulada da União em torno de complexos geoeconômicos e sociais atende à moderna noção de promoção do desenvolvimento econômico, não mais fundamentada em pólos fragmentados, isolados uns dos outros, mas em espaços territoriais integrados.

Os complexos geoeconômicos e sociais, para fins de planejamento, conjugam espaços territoriais caracterizados por dinâmica sócio-econômica e ambiental própria, em uma visão que vai além do conceito formal de fronteiras geopolíticas.

A partir do levantamento das potencialidades e obstáculos ao desenvolvimento dos espaços regionais é possível identificar as necessidades de infra-estrutura econômica e social, bem como as oportunidades de investimentos para o setor privado. A ação conjunta entre setor público e iniciativa privada, consubstanciada na integração entre projetos de infra-estrutura básica e empreendimentos particulares, torna viável a realização do potencial econômico das regiões, trazendo

dinamismo não somente para os espaços regionais, mas também para a economia nacional.

Tendo em vista a redução das desigualdades regionais, o Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2002 – Complementar, busca a racionalização do planejamento do desenvolvimento regional, reunindo no Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento espaços territoriais com necessidades e oportunidades de investimento semelhantes.

O Corredor abrange a região do Cerrado Oriental que, nas últimas décadas, tem experimentado acentuada exploração econômica, principalmente no setor agropecuário, ressentindo-se, entretanto, de infra-estrutura básica adequada, fundamental para permitir a redução dos custos de produção de bens e serviços e a multiplicação dos investimentos privados.

O projeto de lei complementar ainda visa à implantação de estações aduaneiras interiores, oferecendo a infra-estrutura necessária para a realização do potencial exportador da região, agilizando as operações de comércio exterior e favorecendo a interiorização do desenvolvimento.

Dado que o PLS nº 138, de 2002 – Complementar, busca integrar regiões que apresentam obstáculos ao desenvolvimento e oportunidades de investimento semelhantes, harmonizando a ação do governo e do setor privado, acreditamos que a sua aprovação possa constituir fator de realização do potencial econômico do espaço integrante do Corredor de Desenvolvimento proposto.

Em relação ao projeto em si, embora não se constatem óbices de natureza constitucional, jurídica ou legal a sua tramitação, cabe observar que o § 1º do art. 1º, ao definir a área de abrangência do Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, refere-se às mesorregiões do Sudeste do Pará e do Nordeste de Mato Grosso como compreendendo, respectivamente, quarenta e dezessete municípios. No entanto, atualmente, a mesorregião do Sudeste do Pará possui trinta e nove municípios e a do Nordeste de Mato Grosso, vinte e cinco.

Quanto às emendas apresentadas ao projeto, as Emendas de nºs 1 e 2 têm o propósito semelhante de ampliar a área de abrangência do Corredor Centro-Norte.

A Emenda nº 1 propõe incluir mais duas mesorregiões do Estado do Pará ao Corredor, enquanto a Emenda nº 2 propõe a inclusão de todo o Estado.

Como o PLS nº 138, de 2002 – Complementar, trata da instituição de um complexo geoeconômico e social, para fins administrativos, a inclusão da totalidade do Estado do Pará não seria compatível com o seu objetivo, uma vez que as mesorregiões situadas a oeste do Pará guardam maior semelhança com o Estado do Amazonas e com a mesorregião Norte de Mato Grosso.

Já a inclusão das mesorregiões Nordeste e Metropolitana de Belém, como argumentado na justificação da Emenda nº 1, propiciará continuidade à área do Corredor Centro-Norte, pois todo o leste do Pará está integrado economicamente às regiões que comporão o Corredor, fato atestado por ações governamentais constantes do Plano Plurianual de Investimentos 2004-2007 (Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004), como é o caso do programa Corredor Araguaia-Tocantins, que abrange o leste do Pará, o Maranhão, o Tocantins, o centro e o norte de Goiás, o Distrito Federal e o leste de Mato Grosso. No entanto, é necessário alterar, no enunciado da Emenda nº 1, a parte referente à mesorregião Nordeste de Mato Grosso, composta por vinte e cinco municípios.

No que tange à Emenda nº 3, a inclusão do trajeto Açailândia-Belém na obra da Ferrovia Norte-Sul resultará na ampliação do sistema intermodal de transportes na área do Corredor, fortalecendo a integração entre o Norte e o Centro-Sul do País e permitindo o adequado escoamento dos bens produzidos na região.

Por idêntico motivo pelo qual rejeitamos a Emenda nº 2, concluímos pela inadequação da Emenda nº 4, que tem o propósito de incluir a pavimentação integral da BR-163, a chamada rodovia Cuiabá-Santarém, entre as obras prioritárias de infra-estrutura de transportes, uma vez que a área de influência da rodovia está ligada às mesorregiões do Sudoeste do Pará e do Norte de Mato Grosso, as quais não seriam abarcadas pelo Corredor Centro-Norte.

Na qualidade de Relator do projeto, proponho acrescentar ao inciso IV do art. 5º, no âmbito dos projetos prioritários de apoio à exportação, a implantação de estações aduaneiras interiores nos municípios de Grajaú e Codó, no Estado do Maranhão.

III – Voto

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2002 – Complementar, pela rejeição das Emendas nºs 2 e 4 e pelo acolhimento da Emenda nº 1, na forma da subemenda apresentada, da Emenda nº 3, e da emenda de Relator a seguir:

SUBEMENDA Nº – CCJ
(à Emenda nº 1)

Dê-se ao § 1º do art. 1º do PLS nº 138, de 2002 – Complementar, a seguinte redação:

"Art. 1º .....

§ 1º O Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento abrange os Estados do Maranhão, do Piauí e do Tocantins, e o Distrito Federal, em sua totalidade; o Estado de Goiás, acima do paralelo de 16º de latitude; o Estado do Pará, compreendendo noventa e nove municípios

situados nas mesorregiões Sudeste, Nordeste e Metropolitana de Belém; e o Estado de Mato Grosso, compreendendo vinte e cinco municípios situados na mesorregião Nordeste.

....."

EMENDA Nº – CCJ

Acrescente-se ao inciso IV do art. 5º do PLS nº 138, de 2002-Complementar, as seguintes alíneas:

"Art 5º.....

.....

IV – .....

.....

f) implantação de estação aduaneira interior em Grajaú, MA;

g) implantação de estação aduaneira interior em Codó, MA;

Sala da Comissão. – **Edison Lobão**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com referência ao parecer que acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2002-Complementar, de autoria do Senador Francisco Escórcio, que *autoriza o Poder Executivo a instituir, para efeitos administrativos, a região do complexo geoeconômico e social denominada Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, visando à redução das desigualdades regionais, por meio de seu desenvolvimento, nos termos do art. 43 da Constituição Federal, e dá outras providências*, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, **d**, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 361, DE 2006

Requer Voto de Congratulações à Sra. Maria de Lourdes Abadia, pela sua posse, hoje, como Governadora do Distrito Federal.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Congratulações à Sra. Maria De Lourdes Abadia, que hoje, dia 31 de março de 2006, assume o cargo de Governadora do Distrito Federal. Ela é a primeira mulher a ascender ao elevado posto.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da homenageada.

Justificação

Natural de Bela Vista, Goiás, Maria de Lourdes Abadia mora em Brasília desde os primeiros momentos da implantação da nova Capital do Brasil. Aqui, além de Deputada Federal Constituinte, desempenhou com brilho importantes cargos públicos. Foi Diretora-Executiva da Fundação de Serviço Social e Administradora Regional de Ceilândia (1975 à 1985), a Cidade-Satélite que ela ajudou a construir. Foi ainda Deputada Distrital e Deputada Federal pela legenda de meu partido, elegendo-se, após, Vice-Governadora e, agora, com a desincompatibilização de Joaquim Roriz, ela assume o posto, tornando-se, ademais, a primeira mulher a Governar o Distrito Federal.

Por tudo isso, ela é merecedora do Voto de Congratulações que proponho ao Senado da República. Maria de Lourdes, mesmo nascida em Goiás, a terra-mãe do Distrito Federal, é uma autêntica brasiliense, aqui estudou e aqui se formou na Universidade de Brasília.

Sala das Sessões, 31 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

(À Comissão de Constituição e Cidadania).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O requerimento lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 26, de 2006**, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que *altera a redação do Regimento Interno do Senado Federal para modificar a competência do Segundo, Terceiro e Quarto Secretários do Senado Federal e criar a Ouvidoria Parlamentar do Senado Federal.*

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência comunica ao Plenário que o Presidente Renan Calheiros designou os Senadores Aelton Freitas e Osmar Dias para, respectivamente, relatarem o **Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2006** (proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006), e a **Medida Provisória nº 277, de 2006**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra, por dez minutos com a tolerância de dois, ao nobre representante do Rio Grande do Sul, Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, querido amigo e conterrâneo Senador Paulo Paim, Srªs e Srs. Senadores, Senadora Heloísa Helena, Senador Arthur Virgílio, venho hoje a esta tribuna

para ressaltar um evento muito especial, principalmente para nós, gaúchos, Senador Paim.

Neste mês de março – por isso a importância de falar hoje, dia 31 –, o Banco do Brasil comemora, no nosso Rio Grande do Sul, 90 anos de presença. Esta importante instituição, que há quase dois séculos se faz presente no Brasil, vem contribuindo imensamente para o desenvolvimento econômico e social do nosso País, em especial do Rio Grande do Sul, onde está desde o dia 1º de março de 1916, quando foi instalada a primeira agência nas esquinas da rua Sete de Setembro com a rua da Ladeira, hoje rua General Câmara, no centro da capital gaúcha.

De lá para cá, o Banco do Brasil cresceu, modernizou-se e conquistou milhões de clientes. Atualmente, são 338 agências, 924 pontos de atendimentos e 2.911 terminais de auto-atendimento em 271 Municípios do Rio Grande do Sul. Toda essa estrutura conta com o trabalho de quase sete mil funcionários, 832 estagiários, 453 contratados e 434 adolescentes trabalhadores para atender os mais de 2,3 milhões de clientes gaúchos. Além dessas pessoas, no Rio Grande do Sul, há mais de dois mil funcionários prestadores de serviços terceirizados, totalizando 10,3 mil empregos formais.

Os números mostram a grandiosidade da instituição em nosso Estado, que vem crescendo a cada dia. Até o final deste ano, o Banco do Brasil pretende abrir mais doze agências no Rio Grande, sendo as próximas nos Municípios de David Canabarro, em abril, e Nova Bréscia, em junho.

Entre as diversas operações financeiras geridas pelo Banco do Brasil, o maior destaque no Estado é o agronegócio. O Rio Grande do Sul é o Estado brasileiro com maior volume de recursos do Banco do Brasil aplicados na área rural. No ano passado, foram R$4,5 bilhões, o que corresponde a mais de 22% do total aplicado no País.

O Banco do Brasil também investe em comércio exterior, no crédito para micro e pequenas empresas, no crédito ao consumidor, no atendimento ao setor público, em recursos humanos e em tecnologia, sem deixar de fomentar a cultura, o esporte e a responsabilidade social.

Aliás, a responsabilidade social, uma das principais marcas das instituições modernas, é bandeira fundamental para o Banco do Brasil. Por meio de programas como o BB Educar, o AABB Comunidade, o Criança é Vida e os Telecentros Comunitários, o Banco do Brasil mostra que, mais que um banco preparado para promover o desenvolvimento econômico do País, é também uma empresa preocupada em valorizar os brasileiros.

Foi graças a essa moderna instituição que a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, durante o período em que tive o privilégio e a honra de presidi-la, foi o primeiro órgão público do Rio Grande do Sul e a primeira Casa Legislativa do País a adotar o sistema de pregão eletrônico, em 2002.

Em parceria com o Banco do Brasil, por intermédio do então Superintendente Regional, o nosso amigo Dercy Alcântara, a quem presto aqui meu reconhecimento público, o Legislativo gaúcho implantou a medida que garantiu maior transparência aos processos licitatórios, além de uma redução estimada em 20% dos custos nos processos de compras. Essa moderna ferramenta também possibilitou o aumento de competitividade, agilidade no processo de aquisição de bens e serviços e inibição na formação de cartéis.

Para os fornecedores, ressalte-se o fato de poderem participar de licitações públicas sem o deslocamento, a ampliação de oportunidades e a facilidade de acompanhamento da negociação por meio da Internet.

Além dessas vantagens, a parceria efetivada com o Banco do Brasil, detentor do *software* "Licitações-e", não resultou em custo adicional para a Assembléia Legislativa gaúcha.

Sr. Presidente Senador Paulo Paim, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, mais do que prestar uma homenagem à instituição Banco do Brasil, quero aqui lembrar todos os funcionários, os servidores, os que passaram e os que hoje estão nos balcões de atendimento, nas gerências, nas superintendências do Banco. Quero saudar todas as pessoas que fizeram e fazem a solidez e a credibilidade do Banco do Brasil.

Gostaria também de prestar uma homenagem ao atual superintendente estadual da instituição, Valmir Pedro Rossi; ao superintendente regional do Banco em Porto Alegre, Nilvo Reinoldo Fries, e também ao Presidente nacional do Banco do Brasil, Dr. Rossano Maranhão.

Todos nós, como homens públicos, como correntistas e como cidadãos, sentimos um orgulho muito grande pela existência do Banco do Brasil, que é um patrimônio de todos os brasileiros. Para nós, gaúchos, a comemoração dos 90 anos do Banco do Brasil no Rio Grande do Sul é a garantia de que o nosso Estado poderá continuar se desenvolvendo e crescendo com o apoio desta grande instituição.

Parabéns à seção gaúcha do Banco do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência agradece ao Senador Zambiasi, que fez esse belo pronunciamento lembrando a história do Banco do Brasil e a caminhada dos trabalhadores que tanto atuaram nessa área.

O Senador Zambiasi ainda tinha cinco minutos, mas, como encerrou o seu pronunciamento, concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, por dez minutos, mais a tolerância devida que esta Mesa há de ter.

Solicito ao Senador Alvaro Dias que assuma a Presidência, pois gostaria de falar depois do Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Ministro José Dirceu, quando se manifesta, chega a ser pândego. O **Jornal do Brasil** publica hoje um artigo seu, e eu tenho pedido a publicação dos seus artigos nos Anais todas as sextas-feiras. Ele escreve quatro artigos, recebe R$20 mil por mês, são R$5 mil por artigo. Trata-se de um dos jornalistas mais bem remunerados do País.

O Ministro José Dirceu diz aqui que, no passado, quebraram sigilos. Então, por isso, pode-se quebrar sigilo. No fundo, é isso. Vai para os Anais o artigo dele, junto com a lembrança de que ele tentou retomar o seu mandato, foi ao Supremo Tribunal Federal, que, liminarmente, lhe negou o direito que evidentemente ele não tinha e que evidentemente ele sabe que não tinha.

O Governo Lula está desmoralizado – essa é a verdade –, literalmente desmoralizado. O núcleo duro desapareceu. O Presidente Lula está só, está colhendo o que plantou, está colhendo todas as tempestades dos ventos que semeou. Faz um Governo corrupto, completamente descalibrado do ponto de vista da ética e incompetente do ponto de vista administrativo. Não tem mais nada.

O José Dirceu, cassado, hoje brinca de escrever num jornal. Antonio Palocci, espinha dorsal do equilíbrio administrativo do Governo Lula, acabou. Luiz Gushiken todos os dias é acusado de uma coisa diferente, todos os dias apresenta uma desculpa nova. O primeiro amigo do Presidente Lula, Paulo Okamotto, fica agora brincando de jogador de futebol, habilidoso, de Ronaldinho Gaúcho, driblando o oficial de Justiça. O fato de o Presidente do Sebrae correr de oficial de Justiça demonstra realmente o nível baixo a que chegou a República brasileira.

Então, não há mais Governo. O Governo acabou. É um fim antecipado, essa que é a verdade. Se olharmos os jornais, se presenciarmos os noticiários das tevês, é notícia depreciativa uma atrás da outra.

Outro dia, eu dizia a um grupo de jornalistas que dialogava comigo que o nível de desmoralização a que este Governo submete o País, Senador Alvaro Dias, é tão grande que se o Governo fosse acusado de três ou quatro casos de corrupção teria caído. Como ele é acusado de quatrocentos casos de corrupção, parece que houve uma certa anestesia. Corrupção demais, eu já percebi que também segura Governo desse tipo.

Prossigo, Senhor Presidente. Após mais de cem dias de discussão, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização aprova o projeto do Governo, com todas as mexidas que já aconteceram por lá. A proposta de Orçamento segue agora para votação no plenário do Congresso, o plenário bicameral, as duas Casas reunidas. O espantoso é que a equipe econômica já sinaliza que precisará fazer um corte entre R$15 bilhões e R$25 bilhões para garantir o superávit primário de 4,25% do PIB.

Eu não sou contra o superávit primário, mas sou contra esse desrespeito ao Congresso, sou contra essa organização administrativa que faz com que o Governo priorize erradamente, priorize mal, e transforme o Congresso em uma encenação bufa.

E chamo a atenção de V. Exª, Senadora Heloísa Helena, para o fato – e aqui não está em jogo nem a discussão ideológica, se tem que haver superávit ou não –, de que ainda não chegou ao plenário do Congresso o Orçamento e o Governo está anunciando que poderá cortar de R$15 bilhões a R$20 bilhões. Então, por que vamos votar, se vai cortar? Para que vamos votar, se estão nos avisando que o que votarmos aqui não vale?

O corte, pasme V. Exª, deve atingir principalmente os investimentos. Os investimentos públicos no País são os mais baixos desde o Governo Collor. Os investimentos haviam passado de R$14,3 bilhões para R$21 bilhões pela proposta da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Agora, o Relator do Orçamento, Deputado Carlito Merss, do PT de Santa Catarina, admite que esses cortes poderão ficar perto de R$ 20 milhões.

Não é um especulador que está falando, não é uma pessoa franco-atiradora, é o Relator-Geral do Orçamento, do PT, pessoa ligada ao Governo, que diz que o que votarmos aqui não vale, porque o que votarmos aqui estará sujeito a prováveis cortes da ordem de R$20 milhões. Durma-se com um barulho desses!

Muito bem. Gostaria de avisar que não estou disposto a participar dessa farsa. Vou procurar o Líder do Governo no Congresso, Senador Fernando Bezerra, e dizer-lhe que não participo dessa farsa. Tenho muito apreço por ele, como tenho apreço pelo Deputado Carlito Merss, e mais apreço do que tudo pelo Senador Gilberto Mestrinho, do meu Estado, que, para aprovar na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização a proposta, ameaçou inclusive renunciar.

O Governo fez lá o grande gesto com o salário mínimo – que bom que o salário mínimo é melhor do que poderia ter sido –, mas vai cortar investimento agora? O Governo tem lá uma reserva de R$1,5 bilhão para reajuste dos servidores públicos. Prometeu mundos e fundos aos servidores ao longo da campanha e, agora, para dar essa ínfima reparação aos servidores públicos tem que cortar investimentos? O Governo não soube se adaptar a um Orçamento realista, que procurasse casar suas propostas, esse que é um Governo sem nenhuma autocrítica com a verdade.

E existe algo muito importante para todos do meu Partido, que tem muitos governadores que precisam tocar seus projetos. O projeto aprovado pela Comissão inclui, ainda, R$3,4 bilhões para pagamentos aos Es-

tados referentes à chamada Lei Kandir, e R$2 bilhões de renúncia fiscal, referentes ao reajuste da tabela de Imposto de Renda – isso é importante –, rubricas que não tinham previsão de gastos na proposta original do Executivo. O que ele vai cortar? Vai cortar a reparação à classe média no episódio do Imposto de Renda ou vai cortar o compromisso com os Governadores em relação à Lei Kandir?

E ainda, Senadora, antes de conceder a V. Exª o aparte, devo dizer uma coisa muito simples. V. Exª estava aqui, estávamos sentados na primeira fila, quando, no ano passado, foram votados alguns projetos de crédito. E percebi que R$141 milhões, Senador Paulo Paim, eram os recursos destinados, em um dos projetos de crédito, ao gasoduto Coari–Manaus. Em Manaus, o Governo já fala como se o gasoduto já tivesse sido inaugurado. Digo, mais uma vez, que em nenhum Estado do País o Presidente Lula é tão forte eleitoralmente como no Amazonas. É incrível. É incrível! As pessoas dizem que fez o gasoduto, mas não fez gasoduto nenhum, não saiu do papel o gasoduto. Continua às voltas com os problemas ambientais. A diferença é que o atual Governador não se opõe ao gasoduto; anteriormente, havia problemas entre o então Governador e a Petrobras. Por isso, o gasoduto não saiu no Governo passado, que queria fazê-lo a todo preço. Lá, a propaganda é tanta, os *outdoors* são tantos, o clima bajulativo em relação ao Presidente é tanto, que o Presidente é muito forte.

Estou dizendo isso como Senador pelo Amazonas que, na última eleição, teve inclusive muito mais votos que o Presidente. Naquele Estado, já dão como certo o gasoduto. E aqui – isso o povo do Amazonas não sabe – eles tungam o dinheiro do gasoduto Coari-Manaus e o jogam para outra região, para não sei onde.

Avisei, com toda a tranqüilidade, que não passa o Orçamento nesta Casa, a não ser que seja por cima de mim, se não restituírem os R$110 milhões que tungaram do gasoduto Coari-Manaus, que precisa de R$800 milhões para concluir a etapa até Manaus. Está longe de isso acontecer. Prometeram que fariam isso ao longo do Governo Lula. E já está se vendo que sequer tiraram o projeto do papel.

Semana que vem, o Orçamento chega a esta Casa, e iremos nos reunir. De novo, estou avisando, com toda a tranqüilidade, que o Governo cuide de colocar maioria aqui porque, na hora da votação, como eu sei fazer conta, eu vou olhar. Há o dinheiro do gasoduto Coari-Manaus? Beleza! Eu o aprovo. Não há? Pedirei verificação de **quorum**. Se não houver **quorum**, podem se queixar a todos os bispos, pegarem-se a todos os Santos, subirem com o astronauta, descerem de pára-quedas, como quiserem, porque não vou permitir a aprovação do Orçamento, a não ser que haja maioria para enfrentar a obstrução que vou fazer. Quero de volta um dinheiro que pertence ao futuro do meu povo, e vou lutar por isso.

Ouço o aparte da Senadora Heloísa Helena, em seguida, o do Senador Mão Santa, e concluirei.

A Srª Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Arthur Virgílio, como eu estava presente àquelas reuniões da Comissão Representativa do Congresso que tratava do Orçamento, testemunho que V. Exª, já naquela época, tinha deixado bem claro que estava possibilitando a aprovação de alguns créditos justamente para garantir aquilo que pertencia ao povo do seu Estado. Fico muito impressionada com o debate que faz V. Exª sobre a política econômica até porque, quando fui Líder da Oposição ao Governo Fernando Henrique, durante quatro anos nesta Casa – na época eu era do PT –, batíamos de manhã, de tarde e de noite no projeto neoliberal, na ortodoxia monetária. Imagino que o Ministro Martus Tavares; o ex-Presidente do Banco Central, Armínio Fraga; e o ex-Ministro da Fazenda, Pedro Malan, devem dar grandes gargalhadas ao se lembrar do papel que eu e alguns outros cumprimos na Oposição ao Governo passado e vendo hoje o PT, o Governo Lula, fazendo exatamente isso. Fico impressionada. Logo no início do Governo, o que eu imaginava? Imaginava que, pela incompetência, pela insensibilidade, pela desestruturação da Base da Esquerda brasileira, a ambivalência não levaria a nada. Um setor do Partido queria a democratização da riqueza, da terra, do espaço urbano, das políticas sociais, e outro queria dar continuidade ao projeto neoliberal iniciado pelo Governo Fernando Henrique. Por isso, eu imaginava que havia um problema de ambivalência. Como a ambivalência não serve para formar o caráter de uma pessoa, ou seja, não serve para nada – o Senador Mão Santa conhece uma passagem muito bonita da Bíblia que diz que não se pode servir, ao mesmo tempo, a Deus e a Mamom, a Deus e ao dinheiro, a Deus e ao diabo –, eu imaginava que era apenas um problema de ambivalência que acabaria criando problemas. Depois descobri, Senador Mão Santa, que o problema não era de ambivalência, mas de definição. O Governo Lula decidiu aprofundar o projeto neoliberal. Se gradação houvesse da ortodoxia monetária, teríamos que dizer que a ortodoxia monetária implementada pelo Governo Lula consegue ser maior do que a que era implementada pelo Governo Fernando Henrique. É no mínimo escandaloso para qualquer pessoa imaginar o que está acontecendo. Então, foram três anos de arrocho fiscal, aprofundando o do Governo passado. Ainda no início deste ano, ficou apresentado na liberação de recursos, no empenho, na relação promíscua com a base de bajulação aqui, no Congresso Nacional, um ano de libertinagem financeira e eleitoreira. Três anos de arrocho fiscal, mas um ano de libertinagem financeira, de caráter meramente "eleitoralista", para, na televisão, fazer muita publicidade de inauguração de obras, lan-

çamento de pedras fundamentais e outras coisas mais, com o objetivo de ludibriar a opinião pública. E, agora, entra no debate orçamentário. Só que a população, de uma forma em geral, Senador Arthur Virgílio, no Governo passado ou no atual, não entende esse negócio de orçamento. Ela não consegue decifrar os mistérios sujos que estão por trás do debate orçamentário. Nós ficamos aqui fazendo pose de que mexemos no Orçamento. Nós não mexemos no Orçamento. Sabe V. Exª que, um trilhão, seiscentos e setenta bilhões e a quantia de oitocentos e quarenta bilhões, é intocável porque são destinados aos juros e serviços da dívida. Se V. Exª quiser destinar dinheiro para o gasoduto ou qualquer obra relevante para dinamização da economia do seu Estado, ou eu para minha Alagoas, ou o Senador Mão Santa para o Piauí, nós vamos garimpar recursos, tirando-os de outras áreas – é o que nós fazemos. É uma situação dramática porque, como oitocentos e quarenta bilhões são intocáveis, para eu conseguir recursos para a educação, para a saúde, para área de investimentos, para as políticas públicas de uma forma geral, só retirando dinheiro de outros setores. Então, isso realmente é uma infâmia. Portanto, o pronunciamento de V. Exª é muito importante e nos alerta para a discussão do Orçamento, que pode ou não ser na próxima semana. Se o povo brasileiro soubesse o que ocorre na discussão do Orçamento, teria que cassar o Presidente da República e derrubar o Congresso. O que acontece na discussão do Orçamento? Primeiro, um debate de alta complexidade técnica, e nós acompanhamos esse debate porque temos a obrigação constitucional de fazê-lo. Aí ficam aquelas centenas de destaques para a votação em separado, e cada um vai disputar no debate orçamentário não o futuro dos Estados, o futuro das regiões, o futuro do País, mas emendas "a" ou "b", que favoreçam as suas relações promíscuas com um ou outro setor empresarial. Então, realmente é um fato muito grave. Com muita tristeza, digo que nunca me esqueço de uma discussão acalourada que tive com o Senador Geraldo Melo e o Senador Artur da Távola, pessoas extremamente preparadas, competentes, mas muito serenas para fazer o grande debate ideologizado, programado. Mas nunca esqueço uma briga que tivemos na Comissão de Assuntos Econômicos, ocasião em que falávamos sobre a política econômica, ortodoxia monetária, reforma tributária. S. Exª quase que profetizava ao dizer pra mim: "Senadora, quero ver o que vai acontecer se o seu Presidente ganhar. V. Exª vai derramar muitas lágrimas, porque vai ver que eles não vão ser capazes de fazer o que a senhora e os outros estão aqui disputando, condenando, com veemência, quanto ao Governo Fernando Henrique Cardoso". É com muita tristeza que digo isso; sinceramente, com muita tristeza. Mas fica o alerta: estaremos cumprindo nossa obrigação, acompanhando esse debate da quase mistura da farsa técnica e da fraude política em relação ao Orçamento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senadora Heloísa Helena, a elaboração do Orçamento está um absurdo mesmo. Sigo a proposta do Senador Sérgio Guerra, preconizando o fim da Comissão Mista, para que as matérias sejam encaminhadas, na Câmara e no Senado, para as Comissões temáticas ligadas a cada item. Por exemplo, saúde: Comissão de Saúde; educação: Comissão de Educação. E vamos votando isso sem aquela solenidade, já que um pequeno grupo tomou conta daquilo mesmo e está para dar uma confusão feia, como já deu certa vez.

Sou a favor do Orçamento impositivo implantado progressivamente. Por exemplo, no que toca ao Congresso, o que ele deliberar quanto às emendas parlamentares, tudo aquilo, que seja impositivo, não poderia haver contingenciamento. Haveria, sim, um cronograma, e, em alguns anos chegaríamos ao Orçamento completamente impositivo.

Quanto ao arrocho, uma das razões fundamentais de eles serem capazes de um arrocho maior do que outros Governos e do que o Governo passado é a enorme futilidade: gastam desvairadamente, do Aerolula a cartões de crédito corporativos do Palácio do Planalto; gastam de um jeito que reflete mesmo essa mistura que eles fazem entre o público e o privado.

Mas muito obrigado a V. Exª. Foi muito importante o seu testemunho a respeito de eu vir lutando há tanto tempo pelo gasoduto e do aviso que tenho feito a eles. Parece que essa gente vive dormindo. A impressão que dá é que este Governo fuma ópio; fica dormindo. Então, estão pensando que na hora "h" vão me levar na conversa. Avisei com clareza que só passa o Orçamento, a depender de mim, se devolverem os R$110 milhões. Vamos ver. Tomara que estejam prontos a me atender nisso, porque estarão atendendo a meu Estado. Agradeço a V. Exª.

Cedo um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, vinha no carro e ouvi V. Exª comentando os artigos do José Dirceu. Olha, essa televisão nos torna também conhecidos. Mas quero contar um fato pitoresco. Senadora Heloisa Helena, eu andava num *shopping* e uma senhora me perguntou: Mão Santa, esta aí é a Adalgizinha? Disse: é a mesma. Então, ela disse o seguinte: "Eu queria um cartão seu, porque eu tenho uma vizinha que o ouve e é sua fã". Atentai bem, Senador Arthur Virgílio, ela disse: "Eu mesma sou fã é daquele bonitão do Amazonas". Então, qualquer dia...

A Srª Heloisa Helena (P-SOL – AL) – Tem gente que tem mau gosto. (Risos)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Então, V. Exª qualquer dia pode ir para a Belíssima, da Rede Globo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Bonitão não é o Senador Alvaro?

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Não, era do Amazonas. Mas atentai bem, V. Exª disse que ele mentiu muito no Amazonas. Digo que o erro do Presidente Lula foi sobretudo isso. Até lamento, porque disse que o pai se separou da sua mãe. Eu apanhei muito do meu pai por causa de mentira. Mentira era no cinturão e ele dizia: "Quem mente rouba". Ontem, orgulhosamente, na OAB, o piauiense Francenildo dizia, agradecendo a avó, que apanhou muito – não era de cinturão – para dizer sempre a verdade. A Senadora Heloísa Helena, que tem a Bíblia na cabeça, na gaveta e no coração, sabe da palavra de Deus, que diz: de verdade, em verdade, eu vos digo...

(Interrupção do som.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Shakespeare, Senador Arthur Virgílio, escrevendo Hamlet, dizia que havia algo de podre no reino da Dinamarca. Ele dizia: palavras, palavras, palavras. Se ele fosse escrever aqui seria: Mentira, mentira e mentira. Senadora Heloísa Helena, sou orgulhoso da minha cidade, Parnaíba, a mesma de Evandro Lins e Silva, de Reis Veloso. Em 1940, já tinha aeroporto. Lá, dois irmãos se tornaram um mito religioso. Eles vieram do Ceará, numa seca, para a minha cidade, que tem água, é banhada pelo rio Igaruçu. Eles iam acompanhando o trilho para ir para praia e ficaram embevecidos vendo um avião pousar – isso em 1940. Olha a mentira do Lula, olha aí. Embevecidos vendo um avião pousar em 1940. Aí vinha um trem para a praia, o maquinista bem devagarzinho, diminuiu, apitou, diminuiu a dez, cinco quilômetros, pensando que aquelas eram pessoas normais e sairiam do trilho. Pois eles foram atropelados, massacrados e, hoje, num cemitério, fazem milagres. Isso aconteceu em 1940. Arthur Virgílio, atentai bem, estudei no Rio, conheci a terrinha e fiquei vaidoso. Então meus pais me botavam no avião, para estudar no Rio, eu saía por aí no pinga-pinga na Panair, na Aeronorte, na Paraense – tem alguém do Pará aqui? –, ele chamava PTA – Prepara Tua Alma –, porque caia muito. Então, pousava em Fortaleza, a gente saltava para tomar o avião. Pousava lá em Natal. Eu dizia que conhecia a sua Maceió, mas, sentado no aeroporto, não via nada, só umas meninas bonitas que aparecia no aeroporto. Salvador era – isso, eu criança -, atentai bem, o descaramento Arthur Virgílio, foi lá um aeroporto nacional. Nunca deixou de ter uma linha nacional, e agora não tem mais. Esse é o PT! Aviões, que eram nacionais, não tem mais. Ele foi lá, tomou banho, sujou a água, mentiu, mentiu, falando em vôos internacionais. Mas nunca sofreu essa conseqüência. Não tem nenhuma linha aérea. Eu governei aquele Estado e, todos os dias, dava os meus pulos e arrumava uma linha, eu e os outros, uma linha nacional. Heloísa Helena, não tem nenhuma nacional. Ele sujou as nossas águas e o clima com a mentira, dizendo para o Brasil que lá tem aeroporto internacional. A mentira dele não é internacional, é universal e vai levá-lo até o outro mundo, aos infernos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Muito bem, Senador Mão Santo, agradeço muito o seu aparte, como sempre, fraterno.

Encerro, Sr. Presidente, fazendo menção a um artigo publicado na **Folha de S.Paulo** hoje pelo Sr. Tarso Genro, ex-Presidente do PT, ex-Ministro da Educação, ex-Prefeito de Porto Alegre, e agora nomeado para a articulação política do Governo. Acabei de dar uma entrevista para a Rádio Gaúcha, para a Ana Amélia Lemos e para o Ranzolin. Eu dizia a esses dois excelentes jornalistas que, desta tribuna, eu havia dito que o Governo perderia tempo se mandasse para cá o nome do Sr. Tarso Genro como indicado para o Supremo Tribunal Federal, porque não passaria: faleceria nele a isenção para ser Ministro do Supremo Tribunal de verdade, embora não desconheça seus méritos como advogado trabalhista nos foros do Rio Grande do Sul. Mas ressaltei também que, se isso fosse verdade, eu via nele uma pessoa de nível, de gabarito, uma pessoa de diálogo que era, naquele mar de mediocridade em que se transformou o Ministério do Presidente Lula, o Sr. Tarso Genro, de qualquer forma, era certa luz. Esse artigo de agora que acabei de ler é um absurdo, uma infâmia. Pura e simplesmente, o Sr. Tarso Genro procura revolver, e de maneira mentirosa, fatos anteriores ao Governo Lula para justificar esta lama que está aí. Virou agora arauto de defesa da corrupção que envergonha o País. O PT ganhou esta mania de dizer que se fulano matou antes, então agora o PT quer matar, se é que fulano matou. Diz que fulano matou e que quer o direito de matar também. Fulano roubou, eles querem o dinheiro de roubar também. É algo realmente infame. O artigo é infame. Já queria voltar a falar à Rádio Gaúcha para dizer que retiro o que disse a respeito do Dr. Tarso Genro porque não revela a ponderação que me parecia ser da personalidade dele. Não revela. E vejo que vai indo pelo caminho do Ministro da Justiça. Com ele, vai fazer uma boa dupla: vai ser um inventador oficial de desculpas para as estripulias deste Governo completamente desconexo, desconectado da realidade e desconectado do sentido ético da melhor forma de fazer política, que é o Governo Lula.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

Não há mais Governo. O Governo acabou.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL: JORNAL DO BRASIL | DIA/MÊS/ANO: 31 mar. 06 | EDITORIA: Opinião | CADERNO: A | PÁGINA: 11A

Lágrimas de Crocodilo

JOSÉ DIRCEU

EX-CHEFE DA CASA CIVIL

Parece mentira, mas é verdade. Voltamos ao clima de *fim do mundo, tão caro à* CPI dos Bingos. Agora, quase toda a mídia assume, falsamente escandalizada, um ar de indignação e estupefação contra o governo e dá curso aos piores ressentimentos da oposição que, alegremente, tenta levar o país a um beco sem saída.

Seu propósito golpista, via Paulo Okamotto, foi facilitado – e muito – com a crise da quebra do sigilo do caseiro Francenildo dos Santos Costa. Um fato de extrema gravidade, inadmissível, que está sendo, rigorosamente, apurado pela Polícia Federal e que levou às demissões *do ministro Antonio Palocci e do ex-presidente da Caixa Econômica Federal*, Jorge Mattoso.

A paranóia chegou ao limite, *com a histeria desencadeada pelos* catões de plantão, contra a manifestação da deputada do PT, Ângela Guadagnin, de aprovação à absolvição de João Magno, deputado de seu partido.

Os que condenaram o comportamento da deputada são os mesmos que silenciaram, junto com parte expressiva da mídia, quando o líder do PSDB, deputado baiano Jutahy Magalhães Filho, disse, para todo o Brasil, "que caixa dois é crime eleitoral sujeito a multa, e não a cassação de mandato", ao justificar o voto do PSDB-PFL pela absolvição do deputado Roberto Brant.

Tudo fica mais grave, quando sabemos que a Comissão de Ética do Senado absolveu o senador Eduardo Azeredo, réu confesso, apoiando-se na falácia de que o *ex-governador* e ex-presidente do *PSDB não era parlamentar na* época do ocorrido.

Sabem o Senado, e toda a mídia, o STF decidiu que o decoro parlamentar independe de estar, *ou não, o cidadão no exercício* do mandato, razão pela qual um parlamentar-ministro pode ser processado por quebra do decoro, mesmo licenciado.

Mais grave ainda, porque revela os verdadeiros objetivos da oposição e de seus pistoleiros de aluguel, é a hipocrisia com relação ao ato, condenável, de quebra do sigilo do caseiro Francenildo dos Santos Costa.

O líder do PT na Câmara dos Deputados, Henrique Fontana, enumerou *todos os casos de violação* flagrante, por parte da oposição, dos sigilos telefônico, bancário e fiscal de várias pessoas. Todos eles realizados com o apoio de certa mídia, que, em muitos casos, chegou a pressionar pela violação, e usou e abusou da publicação dos *dados sigilosos*.

Vou citar cada um desses casos *de quebra de sigilo, para provar o* farisaísmo e a total irresponsabilidade dessa mesma mídia: o de Henrique Meireles, da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil - Concrab; o dos deputados federais petistas Devanir Ribeiro, Zezéu Ribeiro, Wasny de Roure e Vicentinho; o de Maurício Marinho, ex-funcionário dos Correios; de dados sigilosos do TCU sobre a Petrobrás e, por fim, do meu, quando era deputado.

Também irresponsável foi o vazamento dos dados do publicitário Duda Mendonça, transferidos para a CPMI pelas autoridades do governo norte-americano. O próprio Paulo Okamotto teve seus sigilos bancário, fiscal e telefônico devassados pelo jornal *O Estado de S. Paulo*.

A *Folha de S. Paulo* faz, agora, um editorial de primeira página, *onde expressa sua desfaçatez, ao acusar o governo* Lula de conviver mal com a imprensa. Chega ao cúmulo de lhe atribuir a Lei da Mordaça, obra do ex-presidente FHC e de seu partido, o PSDB, engavetada pelo presidente Lula. No afã de provar abuso de poder por parte do governo, revive o caso do correspondente do *The New York Times* e a proposta do Conselho Nacional de Jornalismo.

Tudo para mostrar que o governo Lula abusa do poder, quando a realidade é outra; quem o faz são as oposições, tanto na violação dos sigilos, como na ação da CPMI dos Bingos, ilegal e inconstitucional, segundo manifestação do próprio STF.

A verdade é que nenhum governo foi tão investigado e tão devassado. Toda e qualquer denúncia divulgada pela imprensa é, imediatamente, levada à CPMI. Ministério Público, Polícia Federal, TCU, CGU acompanham e investigam tudo.

O desespero da oposição e de seus apoiadores vem do fato de que nada ficou provado contra o presidente e, também, do fato de que não há provas de o governo ter praticado qualquer irregularidade ou ilícito ou de se ter omitido.

Na verdade, estamos assistindo a mais um episódio explícito da campanha eleitoral, com ameaças e ares de chantagem barata contra o governo, sob o pretexto da defesa das liberdades e dos direitos dos cidadãos.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado, Senador Arthur Virgílio.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu queria apresentar um requerimento assinado por mim e pela Senadora Heloísa Helena.

Requeiro, nos termos do art. 22 do Regimento Interno, e ouvido o plenário, que seja consignado nos Anais do Senado voto de lembrança pelo transcurso do 19º aniversário de morte do insigne brasileiro Arthur Virgílio Filho, um político que honrou o País.

Requeiro ainda que o voto de aplauso seja levado ao conhecimento dos familiares do homenageado.

Justificativa

Este plenário foi palco da intensa participação do ex-Senador Arthur Virgílio Filho, pai do nosso colega Arthur Virgílio Neto, que segue a mesma linha de coragem cívica em defesa da democracia.

Ontem mesmo, eu citava que o José Agripino estava tentando entrar no número dos que mais discursam, dos que mais honraram esta Casa, de vez em quando ouço a voz de Arthur Virgílio. Sem dúvida nenhuma, Deus o levou para o céu, mas o seu exemplo ficou na nossa mente para continuar com a sua coragem, sua bravura, sua honradez e honestidade a defender o Brasil.

Senadora Heloísa Helena, está na Bíblia: "árvore boa dá bons frutos".

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 362 de 2006

Requer Voto de Lembrança ao ensejo do transcurso do 19º aniversário da morte do Senador Arthur Virgilio Filho.

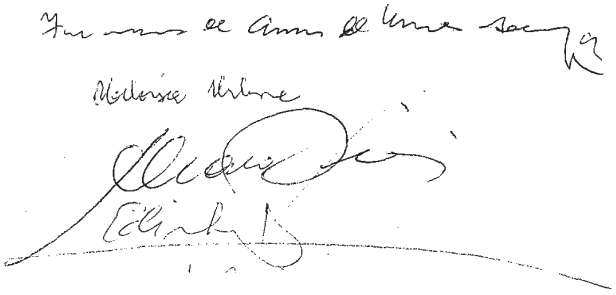
Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Lembrança pelo discurso do 19º aniversário da morte do insigne brasileiro Arthur Virgilio Filho, um político que honrou o País.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento dos familiares do homenageado..

Justificação

Este Plenário foi palco da intensa participação do ex-Senador Arthur Virgilio Filho, pai do nosso colega Arthur Virgílio Neto, que segue a mesma linha de coragem cívica em defesa da democracia.

Sala das Sessões, 31 de março de 2006. – Senador **Mão Santa.**



O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Mão Santa, a Presidência, com satisfação, encaminha o voto de lembrança regimentalmente e subscreve os termos propostos por V. Exª e pela Senadora Heloísa Helena.

Realmente é uma iniciativa oportuna que faz jus à memória do grande líder aqui tão bem representado pelo seu filho, Arthur Virgílio Neto.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

S. Exª dispõe de 15 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes da minha fala, eu queria me dirigir ao Senador Arthur Virgílio.

Senador Arthur Virgílio, discordo de V. Exª no que se refere ao Ministro Tarso Genro, que é meu amigo pessoal. V. Exª sabe que é muito bom que haja discordância no nível que sempre tivemos desde o tempo da Câmara dos Deputados; considero V. Exª e o Ministro Tarso Genro políticos brilhantes.

Neste momento, se me permitirem a Senadora Heloísa Helena, o Senador Mão Santa e V. Exª, Presidente, quero também assinar o voto de lembrança e de louvor à história de seu pai. Tenho certeza de que V. Exª o orgulha – e muito – nesta Casa inclusive com a credibilidade que V. Exª tem perante o País. Por isso, meus cumprimentos. Ao mesmo tempo, faço essa lembrança do meu querido amigo Tarso Genro.

Sr. Presidente, venho à tribuna no dia de hoje para falar de minhas preocupações sobre um tema que tem marcado muito a minha vida, que é a questão

do salário mínimo e dos benefícios dos aposentados e pensionistas. E por que venho falar hoje, sexta-feira pela manhã? Sr. Presidente Alvaro Dias, havíamos construído um grande entendimento na Comissão Mista – com Jackson Barreto, Presidente, Walter Barelli, um quadro do seu Partido, Vice-Presidente, e eu, como Relator – no sentido de que o Governo não mandasse por MP o projeto de salário mínimo neste ano. Numa audiência na Comissão Mista, o Ministro Marinho atendeu ao nosso pedido, e o Governo manda por projeto de lei. Infelizmente, o prazo encerrou-se hoje, a Câmara não votou a matéria, e o Presidente da República teve de editar uma MP, fixando o salário mínimo em R$350,00, assinada então por Guido Mantega, Luiz Marinho, Paulo Bernardo da Silva, Nelson Machado e, naturalmente, em primeiro lugar, pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.

Lamento, Sr. Presidente, porque eu tinha esperança de que neste ano poderia ser diferente. Mas é bom que aconteça porque é em cima do debate que se constroem as grandes saídas. O valor do salário mínimo acabou sendo, mais uma vez, editado por medida provisória. Eu, que sou tão contra a edição de medidas provisórias, infelizmente, reconheço que, neste momento, não houve alternativa. Mas quero deixar registrado, Senador Mão Santa, que, ao mesmo tempo em que faço essa rápida consideração por não termos votado no Congresso, também reafirmo que não votamos devido ao número de MPs, que não permitiu que o projeto fosse votado; esse é um fato real também. Temos oito medidas provisórias na pauta, que não permitiram que o projeto fosse votado. Mediante o quadro, Sr. Presidente, entendo que a responsabilidade da Comissão Mista do Salário Mínimo é ampliada, repito, para que esse fato não venha a se repetir no ano que vem.

Estou encaminhando o requerimento no dia de hoje aos Presidentes da Câmara e do Senado para que remetam então a medida provisória hoje editada, a 288, para a Comissão Mista de 11 Deputados e 11 Senadores. Talvez essa Comissão do Salário Mínimo possa, com seus membros, dar o quórum suficiente por indicação dos Presidentes das duas Casas, para que possamos, então, deliberar definitivamente sobre o valor do novo salário mínimo.

A MP, Sr. Presidente, trata do valor do mínimo que será de R$350,00 a partir de amanhã, mas não definiu a questão dos aposentados e pensionistas que ganham um pouco mais do que o salário mínimo. Devido a isso é que entendo ser urgente instalarmos essa Comissão Mista – e os membros da Comissão do Salário Mínimo estão dispostos a cumprir esse papel –, a fim de aprofundarmos o debate sobre o tema e apontarmos caminhos para a situação dos idosos. Até o momento, eles não sabem se o reajuste deles será em 1º de abril ou em 1º de maio.

É importante, Sr. Presidente, que essa "novela" não ocorra todos os anos, como foi o dia de hoje: mais uma vez, uma MP para deliberar sobre um tema que interessa, na minha avaliação, como sempre disse, a mais de 100 milhões de brasileiros.

Sr. Presidente, desde a instalação da Comissão Mista, nós já ouvimos o Ministro do Trabalho, ouvimos todas as Centrais Sindicais e Confederações convidadas, os representantes dos empregadores e dos aposentados, pesquisadores do Ipea, do IBGE, do Diap, da Fundação Getúlio Vargas, da OIT e, ainda, o representante dos Prefeitos e, por último, os representantes do Consea.

A partir do dia 10 de abril, Senador Alvaro Dias, estaremos nos Estados, começando por Curitiba – e V. Exª sabe que é nosso convidado, junto com os outros Senadores e Deputados Federais –, no Museu Central, às 14 horas. Em seguida, estaremos em São Paulo, na Assembléia Legislativa, no dia 24 de abril, com o tema "Recuperação dos Benefícios dos Aposentados e Pensionistas" e, naturalmente, a construção de uma política permanente de recuperação do salário mínimo. Depois, iremos ao Centro-Oeste, ao Nordeste e ao Norte, concluindo, assim, um ciclo de debates em todo o País, repito, para evitar que, nos próximos anos, estejamos aqui de novo, às vésperas de um 1º de maio, de um 1º de abril ou de um 1º de janeiro, se for esse o caminho, sem uma decisão quanto à política de salário mínimo e também dos aposentados e pensionistas.

Sr. Presidente, ao longo deste meu pronunciamento – que comentei, não fiz a leitura dele –, demonstro, com dados e números, a importância que é uma política de recuperação permanente do mínimo. Reafirmo o que dizia há muitos anos: se conseguíssemos assegurar que o reajuste do salário mínimo seria sempre no dia 1º de janeiro, ou 1º de abril, ou 1º de maio – isso a Comissão vai decidir –, conforme a inflação mais o dobro do PIB, hoje, pegando os últimos 4 anos, o salário mínimo atual seria de R$ 400,00 e não R$350,00.

Foi dado o reajuste conforme a inflação e o dobro do PIB nos últimos dois anos. Então, se tivermos uma política permanente, com certeza, poderemos fazer com que este instrumento, que na minha avaliação é o melhor distribuidor de renda do País, cumpra o seu papel. Quero, mais uma vez, dizer que o salário mínimo repercute em toda a cadeia da distribuição de renda – sobre o piso das categorias, sobre os acordos coletivos, sobre o seguro-desemprego. Enfim, queiram ou não queiram alguns, há uma vinculação do valor do salário mínimo com os outros benefícios e ele serve de referência para a distribuição e o crescimento da massa salarial no nosso País.

Queria ainda, Sr. Presidente, além de registrar isso, dizer que o Senado da República, pelos seus Líderes, estava preocupado com esse tema. Por isso, todos os Líderes no Senado, do Líder do Governo ao

Líder da Oposição, assinaram, a meu pedido, um requerimento de urgência urgentíssima para que, se o projeto fosse votado na Câmara, tivesse prioridade aqui no Senado.

Como não foi, só me resta, junto ao meu discurso, Sr. Presidente, deixar registrado nos Anais da Casa este requerimento de urgência para a deliberação do salário mínimo, que tem a minha assinatura e, naturalmente, a do P-SOL, do PT, do PFL, do PSDB, do PDT, do PL, do PMDB. Enfim, não há um Partido aqui na Casa que não tenha assinado esse requerimento de urgência para que o salário mínimo seja aprovado com rapidez.

Como não foi possível e veio por MP, eu apenas deixo anexada ao meu pronunciamento essa iniciativa que tive, com o aval da Comissão Mista. E reafirmo, Sr. Presidente, que a Comissão Mista está a debater a política permanente de recuperação do mínimo, como também dos benefícios dos aposentados e pensionistas.

Ainda ontem recebi a visita do Presidente da Cobap, o ex-Deputado Federal Marcílio, que me mostrava uma série de dados e encaminhamentos possíveis para resolvermos rapidamente também a questão dos aposentados.

E, usando parte do meu tempo, quero ler aqui um documento que recebi, com o título de Manifesto, que me foi entregue ontem pela Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação, Agroindústria, Cooperativas de Cereais e Assalariados Rurais:

> Ilmº Sr. Senador Paulo Paim,
>
> A Contac e Federações abaixo relacionadas vêm manifestar a sua preocupação com a delicada situação que estão vivendo os trabalhadores do setor do frango, a nível nacional. Embora a gripe aviária não tenha chegado no Brasil, já estamos vivendo as conseqüências sócio-econômicas desta crise.

Sr. Presidente, já participamos de duas audiências públicas – uma na Comissão na Comissão de Assuntos Sociais, outra na Comissão de Direitos Humanos – e lá ouvimos representantes do Governo, na área de indústria e comércio e de exportação. Também ouvimos o Ministério da Saúde, o Ministério do Trabalho e os empresários.

> Os trabalhadores lembram de medidas tomadas pelas empresas:
>
> As indústrias estão reduzindo aproximadamente 30% de sua produção, devido à queda da exportação para os países atingidos pela doença. E isto está causando reflexos graves e imediatos para os trabalhadores.

Na verdade, as empresas nesta situação, ao diminuírem a produção, acabam reduzindo a oferta de frango no mercado interno e, mantendo os preços, a conseqüência é o desemprego dos trabalhadores.

> A experiência recente da febre aftosa, que provocou o fechamento de frigoríficos e a demissão em massa dos trabalhadores, pode se repetir, pois os empresários estão pensando apenas na solução econômica para a crise, sem se preocupar com caos social que isto provocará. Já para o mês de abril estão previstas mais de 20 mil demissões no setor, apenas num primeiro momento.

Sr. Presidente, as Federações que assinam este documento, visando garantir salvaguardas aos trabalhadores, apresentam as seguintes reivindicações:

Que haja a garantia de um seguro-desemprego a todos os trabalhadores que forem demitidos neste período, e que o mesmo seja estendido por todo o tempo que perdurar a crise.

Ou seja, o tempo que for necessário, conforme se construa o entendimento.

Quero dizer, Sr. Presidente, que já foi feito algo semelhante na crise do calçado, mediante uma ampla mobilização dos trabalhadores.

Concluirei os outros dois itens e passarei, em seguida, a palavra ao Senador Edison Lobão, com muita satisfação.

> 2. Que os empresários assumam o compromisso de, quando forem retomadas as produções normais, recontratar os trabalhadores [que ficarem nesse período afastados], com o mesmo salário que recebiam quando foram demitidos.
>
> 3. Que haja, por parte do Governo Federal, e com o engajamento das outras entidades federadas (estados e municípios), incremento na aquisição de frango para consumo em órgãos da administração pública como Hospitais, Escolas, Quartéis das Forças Armadas etc...

O que eles querem dizer aqui, Senador Edison Lobão, que sei que fará aqui um aparte brilhante? Que, neste momento de crise, já que há um choque muito grande com os Países onde existe a gripe – aqui não existe –, o Governo faça um estoque regulador, comprando a parte da produção nacional, evitando com isso a demissão em massa.

Dizem eles ainda:

> 4. Que sejam tomadas medidas urgentes na área de prevenção para evitar a entrada da doença no Brasil, ou que se a mesma chegar estejam preparados, com equipes de plantão nas áreas de lagos, lagoas e pantanais, para monitorar constantemente a chegada das aves migratórias, e que essas equipes tenham meios de transporte rápidos para des-

locamento e envio de amostras a laboratórios para exames de possíveis casos nas regiões. Alertam para o fato de que no Brasil não existe nenhum caso.

Pedem que o Governo disponibilize para as áreas próximas aos locais de produção vacinas para prevenir e medicamentos para combater a doença, caso ela chegue em nosso País.

Senador Edison Lobão, estou sempre destacando "caso ela chegue", para não criar pânico nacional. Estamos em estado de alerta, e isso está correto.

Solicitam que o Ministério do Trabalho passe a integrar a Comissão Interministerial instalada para discutir o problema e que a Contac também participe como entidade observadora, representando os trabalhadores do setor.

Para o momento, contam que sejam executadas as ações acima. As entidades que assinam este documento se colocam à disposição para colaborar com o Governo, com os empregadores, enfim, com o Governo e com Estado brasileiro em tudo o que estiver ao seu alcance, para que, ao final, possamos concluir que fizemos todo o possível para preservar um dos mais importantes setores da nossa economia, responsável por grande parte do superávit da balança comercial nesse período.

Assinam o documento a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Rio Grande do Sul, a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Paraná, a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Mato Grosso do Sul, a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Mato Grosso, como também a Contac, pelos seus respectivos Presidentes.

Senador Edison Lobão, com a palavra.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Paulo Paim, sabemos que o Governo brasileiro é extremamente intervencionista e é criticado por isso. Não é assim em outros países. Mas, já que é tão intervencionista, não há razão maior do que esta para uma intervenção do Estado, no sentido de proteger os trabalhadores brasileiros da crise que se avizinha e que, como acentua V. Exª em boa hora...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador, fique tranqüilo, pois prorroguei seu tempo por mais cinco minutos.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – ... poderá ou não vir. Deus queria que não venha! Sucede que já está causando dificuldades internas. O frango tem sido um elemento de exportação de grande valia para o Brasil. Nós o temos exportado maciçamente. Os trabalhadores que, durante todo esse tempo, contribuíram fortemente para a balança comercial do Brasil não podem ser abandonados mesmo. Aí cabe uma intervenção do Estado para protegê-los, assim como, de algum modo, proteger também os produtores, pelos quais pede V. Exª e eu junto minha palavra à de V. Exª pelos trabalhadores. Vamos esperar que o Governo tenha a sensibilidade para o momento. Já que gosta tanto de intervir, que intervenha no momento certo, agora, em benefício desses brasileiros que começam a ter dificuldades em razão da gripe aviária.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Agradeço a V. Exª, Senador Edison Lobão.

Para encerrar, digo que, com essa preocupação, também marcamos para o dia 17, às 10 horas, uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, quando ouviremos os representantes dos trabalhadores, que irão expressar viva voz, no Senado da República, suas preocupações com a gripe aviária, que, embora não tenha chegado ao Brasil, já tem conseqüências da maior gravidade nos campos econômico e social.

De acordo com dados da Embrapa, a cadeia produtiva do setor do frango envolve 4 milhões de pessoas no País. Um problema nessa área poderá causar rapidamente quase 400 mil demissões. O fato preocupa a todos – empresários, trabalhadores, Governo. Medidas terão de ser tomadas.

Na audiência pública que será realizada, os trabalhadores expressarão suas preocupações. Um deles, o Siderley de Oliveira, líder da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação e Assalariados Rurais do Rio Grande do Sul, lembrava-me do episódio da febre aftosa. Nós conhecemos as conseqüências dela para o mercado exportador, para a economia e para o emprego. A preocupação dele – outros líderes também expressarão suas preocupações no próximo dia 10 – é que a febre do frango possa ter conseqüências mais graves do que a febre aftosa nos Estados em que, infelizmente, chegou.

Senador Mão Santa, agradeço a tolerância de V. Exª por me conceder mais cinco minutos.

Reitero as preocupações que tenho em relação aos dois assuntos que abordei, principalmente com o fato de o Congresso não ter votado o novo salário mínimo. Apelo para que os Presidentes da Câmara e do Senado remetam a MP à Comissão Mista formada de 11 Deputados e de 11 Senadores. Infelizmente, historicamente, as Comissões Mistas sobre MPs não são instaladas. Essa seria uma forma de esses 11 Deputados e desses 11 Senadores se debruçarem sobre esse tema tão importante, não só para quem ganha salário mínimo, mas também para os milhões de aposentados e pensionistas.

Era isso o que eu gostaria de dizer.

Muito obrigado, Senador Mão Santa.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na época fiquei muito feliz em saber que o governo encaminharia ao Congresso Nacional projeto de lei para o novo valor do salário mínimo. Um avanço. Infelizmente, o Projeto de Lei nº 6.601, de 2006, ainda está aguardando sua votação pelo Plenário da Câmara dos Deputados. O projeto do SM encontra-se na Câmara dos Deputados desde 8 de fevereiro de 2006, tempo mais que suficiente para ser aprovado pelas duas Casas do Congresso Nacional.

O novo valor do salário mínimo entra em vigor a partir de 1º de abril. Levando em consideração que já estamos às vésperas da implementação do novo Salário Mínimo, estou extremamente desapontado com a demora da sua votação pela Câmara dos Deputados.

Cabe ressaltar que foi a Comissão Mista do Salário Mínimo quem solicitou ao Ministro do Trabalho, Luiz Marinho, quando da sua participação em audiência pública dessa comissão, no dia 25 de janeiro de 2006, o encaminhamento do reajuste do SM por projeto de lei.

Sou contra a edição de medidas provisórias, mas não me resta alternativa senão concordar com o Presidente Lula, que ontem à noite assinou a Medida Provisória nº 288/06 dispondo sobre o reajuste do salário mínimo e publicada no Diário Oficial de hoje.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, há mais de uma semana,s já possuo em mãos um requerimento de urgência assinado por todos os líderes do Senado Federal, visando acelerar sua tramitação aqui nesta casa, aguardando apenas a chegada do projeto, o que repito não aconteceu.

Infelizmente ele não veio para o Senado, e não temos mais prazo para votarmos nas duas Casas legislativas, antes do prazo estipulado para o início de sua vigência. Eu lamento o ocorrido, creio que seria importantíssimo para o Congresso Nacional à aprovação do novo valor do SM por projeto de lei, considerando que há anos o novo salário mínimo só é concedido através de medida provisória.

Esse é um fato gravíssimo, pois abrirá um precedente indesejável para o Congresso Nacional. Afinal, cobramos dia após dia o fim da edição de medidas provisórias, e quando o Governo atende a uma solicitação nossa, nós não cumprimos com a nossa parte.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, apesar de aborrecido com o ocorrido, entendo que este fato será bem resolvido pela Comissão Especial Mista do Salário Mínimo, que tem por objetivo criar uma política permanente de reajuste do SM.

A responsabilidade da comissão do SM aumenta para evitar a repetição do fato acontecido este ano e no futuro.

Sr. Presidente, a MP assinada trata do salário mínimo, mas não resolveu em nada a situação dos aposentados e pensionistas. Vou solicitar aos Presidentes do Senado e da Câmara que remeta a MP para a Comissão Mista do Salário Mínimo, se essa solicitação que agora faço – e já a tinha feito – sobre a discussão do projeto de lei do salário mínimo tivesse sido considerada, não estaríamos nessa situação constrangedora.

A comissão tem nas mãos uma tarefa importantíssima para resolver, acabando de uma vez por toda com essa "novela" em que se tornou o reajuste do salário mínimo.

Nós, membros da comissão, já ouvimos sugestões e críticas de quase todos os segmentos da sociedade organizada. Já realizamos audiências com o Ministro do Trabalho, com os sindicalistas, empregadores, aposentados, pesquisadores do IPEA, IBGE, DIAP, FGV, com representantes dos prefeitos e, por último, com o representante do CONSEA.

Agora, a comissão começa a discutir a questão do SM nos estados brasileiros, começando por Curitiba, no dia 10 de abril, no Museu, às 14:00h, e, em seguida, na cidade de São Paulo, no dia 24 de abril, na Assembléia Legislativa do Estado, às 14:00h.

Ademais, a comissão irá ainda para as Regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, concluindo, assim, seu ciclo de debates já em condições de apresentar para a sociedade parecer visando criar uma política permanente de reajuste do SM, bem como das pensões e aposentadorias.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, gostaria ainda de registrar a visita que recebi hoje cedo em meu gabinete, dos companheiros da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação, Agroindústria, Cooperativas de Cereais e Assalariados Rurais Cutista (CONTAC).

Eles vieram entregar documento que manifesta a sua preocupação com a delicada situação que estão vivendo os trabalhadores do setor do frango, no âmbito nacional.

Eles afirmam que embora a gripe aviária não tenha chegado ao Brasil, já estamos vivendo as conseqüências sócio-econômicas dessa crise.

Certamente este é outro problema grave para o qual temos que estar atentos e pensar com urgência em meios de minimizar os danos gerados!

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SER REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º do Regimento Interno.)

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA ALIMENTAÇÃO, AGROINDUSTRIA, COOPERATIVAS DE CEREAIS E ASSALARIADOS RURAIS

São Paulo, 29 de março de 2006.

Ilmo. Sr.
Senador Paulo Paim
Brasília – DF

A CONTAC e Federações abaixo relacionadas vêm manifestar a sua preocupação com a delicada situação que estão vivendo os trabalhadores do setor do frango, a nível nacional. Embora a gripe aviária não tenha chegado no Brasil, já estamos vivendo as conseqüências sócio-econômicas desta crise.

MEDIDAS TOMADAS PELAS EMPRESAS

As indústrias estão reduzindo aproximadamente 30% de sua produção, devido à queda da exportação para os países atingidos pela doença. E isto está causando reflexos graves e imediatos para os trabalhadores. Na verdade as empresas estão provocando um locaute na produção, com o objetivo claro de reduzir a oferta de frango no mercado interno e assim segurar os preços, e a conseqüência é o desemprego dos trabalhadores.

A experiência recente da febre aftosa, que provocou o fechamento de frigoríficos e a demissão em massa dos trabalhadores, pode se repetir pois os empresários estão pensando apenas na solução econômica para a crise, sem se preocupar com caos social que isto provocará. Já para o mês de abril estão previstas mais de 20 mil demissões no setor, apenas num primeiro momento.

AÇÕES REIVINDICADAS PELOS TRABALHADORES

Visando garantir salvaguardas aos trabalhadores, apresentamos as seguintes reivindicações:

1. Que haja a garantia de um seguro-desemprego a todos os trabalhadores que forem demitidos neste período, e que o mesmo seja estendido por todo o tempo que perdurar a crise.
2. Que os empresários assumam o compromisso de, quando forem retomadas as produções normais, recontratar os trabalhadores com o mesmo salário que recebiam quando foram demitidos.
3. Que haja por parte do Governo Federal, e com o engajamento das outras entidades federadas (estados e municípios), incremento na aquisição de frango para consumo em órgãos da administração pública como Hospitais, Escolas, Quartéis das Forças Armadas, etc, o que permitirá absorver a produção e evitar as demissões.

4. Que sejam tomadas medidas urgentes na área da prevenção para evitar a entrada da doença no Brasil, ou que se a mesma chegar estejam preparadas equipes de plantão nas áreas de lagos, lagoas e pantanais para monitorar constantemente a chegada de aves migratórias, e que estas equipes tenham meios de transporte rápidos para o deslocamento e envio de amostras, laboratórios para exames de possíveis casos nas regiões onde estão concentradas as unidades de produção (que hoje não existem) e equipes de trabalhadores treinadas e com equipamento adequado para a eliminação dos focos.
5. Que o governo disponibilize para as áreas próximas aos locais de produção vacinas para prevenir e medicamentos para combater a disseminação da doença.
6. Que o Ministério do Trabalho passe a integrar a Comissão Interministerial instalada para discutir o problema, e que a CONTAC também participe como entidade observadora representando os trabalhadores do setor.

Sem mais para o momento, contamos que sejam executadas as ações acima citadas e as entidades que assinam este documento se colocam à disposição para colaborar em tudo o que estiver ao seu alcance para que, ao final, possamos concluir que fizemos todo o possível (mesmo que algumas medidas não sejam necessárias de serem deflagradas) para preservar um dos mais importantes setores de nossa economia, responsável por grande parte do superávit da balança comercial no último período.

Atenciosamente.

CONTAC

FED. DOS TRAB. NAS IND. DA ALIM. DO RS

FED. DOS TRAB. NAS IND. DA ALIM. DO PR

FED. DOS TRAB. NAS IND. DA ALIM. DO MS

FED. DOS TRAB. NAS IND. DA ALIM. DO MT

REQUERIMENTO Nº , DE 2006

Senhor Presidente,

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº de 2006, que dispõe sobre o Salário Mínimo a partir de 1º de abril de 2006.

Sala das Sessões,

Senador PAULO PAIM

ASSINATURAS	NOMES
Heloísa Helena	HELOÍSA HELENA PSOL
	PT
	TIÃO VIANA PT
	PTB
	Idelli Salvatti - PT-Bloco
	ARTHUR VIRGÍLIO - PSDB
	PL
	PT
	PMDB

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedemos a palavra ao Senador do PSDB do Estado do Paraná, Alvaro Dias, com muita emoção, porque, fazendo uma retrospectiva da nossa vida neste Senado, chegamos à conclusão de que V. Exª permitiu que eu participasse o maior número de vezes em apartes no pronunciamento de V. Exª. E leve-se em consideração que V. Exª é um dos mais atuantes, apesar dos quatros primeiros meses ter estado ausente desta Casa.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedemos a palavra ao Senador Edison Lobão, do PFL do Estado do Maranhão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estou aqui para a defesa de uma instituição secular, que está muito próxima da origem da gênese deste próprio País, que é Banco do Brasil.

Sr. Presidente, a Comissão Parlamentar de Inquérito é um instituto da democracia e, a partir do instante em que tem sido utilizada, tem prestado, em muitos momentos, relevantes serviços à democracia brasileira. Mas a Comissão Parlamentar de Inquérito não pode se transformar num instrumento deletério aos mais legítimos interesses nacionais. Cabe a ela investigar, cabe a ela concluir, cabe a ela sugerir, cabe a ela propor medidas ao Ministério Público, mas não é da natureza da Comissão Parlamentar de Inquérito promover injustiças e, sobretudo, danos às instituições nacionais. Sr. Presidente, refiro-me à Comissão Parlamentar de Inquérito dos Correios, que está chegando ao seu termo.

O Presidente da referida Comissão, Senador Delcídio Amaral – ainda ontem eu dizia – é um dos valores da vida pública e tem se esforçado para que a Comissão siga seu caminho na fronteira aberta dos valores da democracia e da liberdade.

Não tenho reparos a fazer também em relação ao Deputado Osmar Serraglio, que é seu Relator. Sei do sacrifício de um Relator. Fui membro de Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara muitas vezes; fui Presidente, fui Relator e sei a carga que pesa sobre os ombros de um Relator. Mas, por isso mesmo, deve ele ter os cuidados devidos para não promover injustiças, que, muitas vezes, são letais, no caminho de uma instituição ou de pessoas. É o ocorre agora com o Banco do Brasil, que está sendo arrolado como sendo uma instituição que merece o desapreço nacional, envolvido, segundo esse relatório, no chamado "mensalão" do "valerioduto". Isso não é exato, Sr. Presidente! É bom que a opinião pública tenha consciência de que o que se disse negativamente contra o Banco do Brasil como instituição não é verdadeiro.

Representantes do banco, diretores eventualmente estiveram desavindos com a legalidade, com os bons propósitos e com a responsabilidade que deve cercar um funcionário qualificado do Banco do Brasil. Mas, se um funcionário, se um diretor do banco se desqualifica no desvio da vida pública, não se deve culpar a instituição como um todo, muito menos também a sua diretoria. Mas é o que se está fazendo neste momento.

O Banco hoje, sob a Presidência do Dr. Rossano Maranhão e seus diretores, quase todos técnicos do próprio Banco, tem procurado colocar a instituição nos trilhos da grande normalidade, do sucesso e do avanço. Nunca o Banco do Brasil cresceu tanto quanto neste momento; nunca os resultados de seu balanço foram tão bons, tão generosos e tão vastos como estão sendo agora. E por que isso? Seguramente, porque está sendo muito bem dirigido pelos seus representantes.

Portanto, uma ação dessa natureza merece encômios, merece aplausos, merece comemoração, e não críticas, muitas vezes, colocadas no cipoal de uma manifestação ainda cediça e não bem esclarecida.

Sr. Presidente, venho, portanto, a esta tribuna para uma comunicação, que não reluto em dizer: do interesse do País.

Há dois dias, a CPMI dos Correios ouviu o relatório de conclusão dos trabalhos coordenados pelo nobre Deputado Osmar Serraglio. É um trabalho exaustivo – eu já o disse –, fruto de inúmeros depoimentos e documentos analisados ao longo de nove meses.

Entendo, Sr. Presidente, que o relatório traz uma contribuição ao aperfeiçoamento das instituições, sobretudo com gestões e recomendações na aplicação de recursos públicos. Mas não posso deixar de discordar de alguns pontos fundamentais do documento no que diz respeito ao Banco do Brasil.

Depois de tantos meses de trabalho, surpreende-me a afirmação do Relator de que o grande responsável pelo desvio de recursos públicos para o chamado "mensalão" é o Banco do Brasil. Ora, vejam só:

o grande responsável é o Banco do Brasil. O Relator não abandonou a interpretação, já contestada tantas vezes ano passado, de que recursos do Banco do Brasil estariam alimentando o que se convencionou chamar de "valerioduto". Ora, Srªs e Srs. Senadores, é simplificar muito um assunto tão sério.

Em trechos do relatório, consta textualmente que a Diretoria do Banco do Brasil foi conivente com a transferência dos recursos da Visanet para uma agência de publicidade, que teria aplicado o dinheiro e, numa operação triangular, desviado parte de todos os recursos para o Partido do Governo. A Diretoria foi conivente. Que Diretoria? Esta, a anterior, a pretérita, toda ela, parte dela apenas? Essas coisas precisam ser mais bem esclarecidas pelo Relator, sob pena de mergulharmos a Diretoria inteira e o próprio Banco um inferno astral indevido.

Por isso, Srªs e Srs. Senadores, recomendo e peço ao Relator, que é um homem de bem, que reveja esse documento.

Ainda há pouco ouvi um discurso do Senador Alvaro Dias, que é membro da Comissão, em que afirmava que o próprio Relator está disposto a rever o seu relatório e desejoso de receber contribuições nesse sentido. Recolho a palavra do Senador Alvaro Dias como sendo uma contribuição ao País, que está ligada – essa palavra de S. Exª há pouco expendida – às suas origens, ao seu Estado, que é o mesmo do Relator Osmar Serraglio.

Quanto a esse passo, tenho que cumprimentar o Relator, até pela humildade de S. Exª no sentido de aceitar contribuição e melhorar o documento que S. Exª próprio concebeu, porque está eivado de equívocos, nunca de má-fé. Não atribuo nenhuma má-fé ao Relator, mas equívocos danosos aos melhores interesses nacionais.

Concedo o aparte ao eminente Senador Mão Santa, meu amigo, um dos mais atuantes e brilhantes representantes desta Casa do Congresso Nacional.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Edison Lobão, V. Exª faz a defesa dessa instituição que é um patrimônio na história da administração do Brasil – e há muito tempo, como sou da área da saúde, consideramos duas organizações-modelo no País: a antiga FSESP, de saúde, que acabou; e o Banco do Brasil, essa instituição que, no mundo, é respeitada. Quando viajo pelo mundo, procuro fazer câmbio no Banco do Brasil. V. Exª resgata a história do Banco do Brasil, os bancários. Todos nós da nossa geração sabíamos que o maior prêmio para uma família era um filho instruído entrar no Banco do Brasil, pela escola, pela seriedade, pela pujança, pelo desenvolvimento comercial e empresarial, pelo incentivo à agricultura, ao social. Quem de nós não freqüentou os clubes da AABB na nossa geração? Eles eram uma escola de civilização no País e o continuam sendo. Agora, a defesa que está sendo feita – atentai bem, Senador Alvaro Dias – não é por qualquer um. Eis hoje o mais forte político do Estado do Maranhão! O Presidente José Sarney, com todo o respeito, é nacional, é estadista. Aqui mesmo, víamos isso, Senador Edison Lobão, e dizíamos: "Olha, o Lula tem que se inspirar no Lech Walesa, buscar um intelectual, um estadista para sucedê-lo". Nem isso o Lula quis. Eu antevi o que aconteceria. O Presidente José Sarney é essa figura, mas, do Maranhão, atesto – sou vizinho, sou filho de maranhense, Adalgiza é filha de maranhense e seu pai, bancário – que é V. Exª quem resgata o que é o Banco do Brasil. Essa defesa para o Brasil é feita por Edison Lobão, que significa hoje o maior nome da política do Piauí, e dou testemunho. Eu era prefeitinho da minha Parnaíba, e V. Exª ia chegar para visitar as cidades vizinhas de Tutóia e Araioses. Eu, como Prefeito, fui recebê-lo. Senador Alvaro Dias, era um pleito que estava perdido. Estavam lá no Maranhão perdidos seus correligionários, e V. Exª chega e reverte, tornando esse esquema vitorioso, que ainda hoje está no Maranhão. Esse é o respeito que temos à liderança de V. Exª. Ganhar eleições é fácil, mas V. Exª não ganhou só – não vou dizer que V. Exª foi o maior nem o melhor, porque houve muitos –, mas está entre os melhores Governadores da história do Maranhão. V. Exª está no coração não só dos maranhenses, mas de todo o povo do Nordeste do Brasil.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – V. Exª talvez não perceba o quanto valoriza meu discurso com sua intervenção. Eu até preferiria que sua intervenção tivesse sido mais longa e ocupasse o espaço que a mim foi concedido pela Presidência desta Casa, porque suas palavras são sempre penetrantes, Senador Mão Santa. V. Exª é um valor extraordinário da vida pública atual, e quem diz isso não sou apenas eu, mas as pessoas com as quais converso neste País inteiro. Quando viajo, sempre me indagam a respeito de alguns exemplos de vida pública que aqui temos, entre os quais avulta sempre V. Exª, que deixou de ser um Senador do Piauí, porque transcende as fronteiras do Maranhão e lá também aporta como um de seus legítimos filhos e representantes. Muito obrigado pelo aparte, Senador Mão Santa, em defesa, sobretudo, do Banco do Brasil.

Mas V. Exª fala da excelência dos quadros funcionais do Banco. É exato, é isto que no interior do País se vê: os funcionários do Banco do Brasil são tidos como exemplos naquelas cidades. Recordo-me de um episódio ocorrido há 28 anos, quando consegui levar uma agência do Banco do Brasil para um Município

de minha terra, no interior, chamado Presidente Dutra. Na inauguração da agência do Banco, a cidade parou para assistir àquele evento que parecia ser o maior de todos os tempos. E o foi, porque, depois de alguns anos, aquele Município havia dobrado de importância e de elevação econômica. Era a presença benfazeja do Banco do Brasil, que não podemos concordar seja destruída por equívocos, como esse que agora se comete na Comissão Parlamentar de Inquérito.

Com isso, Sr. Presidente, está-se transformando o que até então era um indício numa verdade, repercutida na mídia e registrada no relatório como um fato – e fato não é. Não existem elementos fundamentais que permitam essa afirmação que denigre o Banco do Brasil.

Os cruzamentos feitos pelo Relator contidos em seu relatório indicam que pode ter havido desvios de recursos, fato que o Banco do Brasil já havia registrado em auditoria concluída em dezembro do ano passado. Mas afirmar que a Diretoria do Banco do Brasil foi conivente é um exagero. Existem inconsistências no relatório que, seguramente, serão explicadas pelo Banco.

Mas gostaria de chamar a atenção dos Srs. Senadores para o fato de estar a CPMI maculando a reputação de uma instituição que, como poucas, é um ícone do nosso País. O Banco do Brasil não é um banquinho qualquer. É a maior instituição financeira da América Latina. Apresentou um lucro, ano passado, superior até mesmo ao de bancos tradicionais dos Estados Unidos. Refiro-me aos Estados Unidos. Refiro-me aos Estados Unidos sim. Seu papel na economia brasileira não tem paralelo, seja no apoio à produção, ao comércio exterior, seja nas pequenas comunidades, nas regiões mais desamparadas, onde os bancos privados, certamente, não estão e nem querem estar. Mas ali se encontra, como um posto avançado, uma sentinela da economia brasileira, uma agência do Banco do Brasil.

Transformá-lo, pois, no "banco do mensalão" não é apenas uma injustiça, mas uma afronta à inteligência de todos os brasileiros e aos seus interesses, pois o Banco não pertence a mim nem a ninguém; pertence a todos os brasileiros. Vamos separar aqui o desvio de conduta de um ou mais funcionários, que, por conta própria, e não da Diretoria, resolveram modificar rotinas que não eram praticadas nos anos anteriores nem nos atuais – nos atuais, muito menos. Contra estes, o Banco do Brasil está abrindo processo, e não por conseqüência da CPMI. Modificou toda a estrutura de contratações das ações de *marketing*, trocou pessoas e mudou rotinas. Esse é o comportamento do Banco.

Foram desvios pontuais, Srs. Senadores, apontados na própria auditoria do Banco do Brasil, mas é um exagero dizer que o Banco foi o principal alimentador do "mensalão". Como o principal alimentador do "mensalão"? Até porque a tese dos recursos públicos é questionável. Não vamos esquecer que a Visanet, por onde o Relator da CPMI dos Correios diz que vazaram os recursos, é uma empresa privada que tinha a obrigação também de fiscalizar onde seu dinheiro era aplicado. Isentar a Visanet e querer jogar sobre o Banco do Brasil toda a responsabilidade é algo inconcebível. Não posso aceitar isso. Uma empresa privada é a Visanet, que deve ser responsabilizada pelos seus desatinos, o Banco do Brasil não.

Ocupo a tribuna neste momento não apenas para questionar essa afirmação, mas para lamentar a tese, que de repente pode se transformar em uma verdade, embora falsa, de que o Banco do Brasil é a fonte de desvios de recursos para outras finalidades que não as ações de **marketing**.

Srs. Senadores, todos nós somos testemunhas do trabalho do Banco do Brasil nos últimos anos, do enorme esforço para transformar a instituição em condições de competir em pé de igualdade com os gigantes do sistema privado e internacional. Todos nós sabemos que, com a privatização, muitos bancos brasileiros foram absorvidos por grandes instituições internacionais. Ainda assim, o Banco do Brasil avulta como uma ilha de progresso, como uma coroa deste País, e se torna, apesar de tudo, o principal banco da América Latina.

O Banco do Brasil foi, durante anos, combatido pela mídia como um banco lento e que se valia da condição de instituição pública para estar no mercado. Se era assim, isso tudo mudou. Hoje, apesar de carregar todo o ônus de gerir políticas públicas, consegue resultados excepcionais, mesmo quando comparado aos bancos privados.

Quando digo isso, é para expressar o papel social do Banco do Brasil, porque é ele, e não os bancos privados, que empresta ao campo, que promove todas as ações de natureza social a custo baixíssimo ou zero, e, não raro, com prejuízos, coisa que a rede bancária privada não quer saber.

O Banco anunciou, apesar disso, recentemente, um lucro recorde da ordem de R$4,2 bilhões, com crescimento de 27%, em 2005, em relação a 2004. O índice de eficiência que mede a relação despesa administrativa/receitas operacionais também foi recorde: 48,1%. Esse índice, quanto menor, melhor. E é melhor do que muitos bancos privados.

A Carteira de Crédito do Banco do Brasil, a maior do País, ultrapassou os R$100 bilhões de saldo no ano passado. E sabemos o quanto representa a sua presença nos mais variados segmentos da economia nacional: do comércio exterior ao crédito rural, do financiamento

à pequena e média empresa, assistência ao pequeno produtor via Pronaf ou outros programas, como o desenvolvimento regional sustentável nas regiões mais necessitadas como o Norte e o Nordeste.

Milhares de pequenos proprietários têm hoje no Banco do Brasil o amparo para os seus momentos de dificuldades. Muitos pequenos empreendedores estão aprendendo a consolidar seu negócio graças à assistência que lhes presta no interior do País.

Todos nós sabemos quão importante é o papel do Banco do Brasil, com a sua rede de agências, que não apenas oportuniza crédito para a produção, mas permite a mais de cinco milhões de aposentados terem acesso a uma agência bancária.

Ai deles, Senador Mão Santa, na sua pobreza e na sua velhice, no esquecimento e no abandono, não fosse uma agência do Banco do Brasil próxima para socorrê-los e levar o fruto da sua aposentadoria. Até para isso serve o nosso Banco do Brasil.

É o Banco do Brasil uma grande multinacional brasileira. Não bastasse o que faz no exterior, ele faz em dobro aqui no interior. Está presente em 23 países. É respeitado pela comunidade internacional como um grande banco internacional. Recentemente, captou US$500 milhões no mercado internacional, em tempo recorde, para o Governo, mostrando a confiança que conseguiu do investidor estrangeiro.

E agora, com base em uma interpretação equivocada, é mostrado ao povo como o "banco do mensalão". Quanta injustiça, quanto desserviço se presta a todos! V. Exªs sabem o que isso significa? Elegendo o Banco do Brasil como alimentador do "valerioduto", manchando a imagem e a reputação de uma instituição quase bicentenária, o eminente Relator presta-lhe um enorme desserviço. E estou na convicção de que S. Exª haverá de rever, com o seu patriotismo e a sua responsabilidade, aquilo que tem dito na imprensa e que escreveu em seu relatório.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho a esta tribuna trazer a minha surpresa diante dessa conclusão precipitada, que merece ser reavaliada – e tenho certeza, repito, que o será – pelo nobre Deputado Osmar Serraglio. Peço ao nobre Senador Delcídio Amaral, que tão bem preside a CPMI dos Correios, que não permita constar do relatório tal injustiça, que sejam revisados os conceitos ali colocados, desvinculando, assim, o Banco do Brasil de uma responsabilidade que certamente não lhe pertence.

O Banco do Brasil não pode amargar essa injustiça. Os servidores que tão dedicadamente o servem também não devem suportar tamanha acusação.

O povo brasileiro, ao qual pertence a instituição secular, não merece ver o seu patrimônio vilipendiado e desvalorizado por conta de injustiça tão grave e tão flagrante. Querem um exemplo? As ações do Banco sofreram forte queda nos últimos dias, e só posso supor que tenha sido por conta de tais notícias negativas e improcedentes. Não vislumbro outras razões, até porque elas positivamente não existem.

Aqui fica, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o meu apelo reiterado ao Relator, ao Presidente e a todos os membros da CPMI: livrem o Banco do Brasil do cometimento da grave injustiça que está por se perpetrar.

Sr. Presidente, concluo o meu discurso pedindo a V. Exª que aceite como apêndice a ele a nota que a Diretoria atual do Banco do Brasil divulgou à imprensa. E permita-me lê-la porque é curta, mas esclarecedora.

Diz aqui o Dr. Rossano Maranhão, Presidente do Banco, e seus colegas da Diretoria:

> O Banco do Brasil, em respeito aos acionistas, clientes, funcionários e à opinião pública, a propósito da divulgação do Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPMI dos Correios), informa que considera prematuras as conclusões daquele documento, principalmente por admitir a conivência da Diretoria do Banco com eventuais atos ilícitos.
>
> Desde o início dos trabalhos da CPMI, o BB sempre colaborou com as autoridades na investigação de quaisquer irregularidades, não apenas com o fornecimento tempestivo de dados e apoio de técnicos, como dispondo-se a esclarecer prontamente todas as dúvidas suscitadas na apuração dos trabalhos.

Ou seja, o Banco jamais se escondeu atrás de nenhum biombo para prestar esclarecimentos e ajudar a Comissão Parlamentar de Inquérito:

Por iniciativa do Banco do Brasil foram tomadas várias providências corretivas e preventivas – peço a atenção dos Srs. Senadores –, como suspensão de campanhas de propaganda, rescisão de contratos, auditoria interna nas ações de **marketing** – auditoria interna porque foi o Diretor de **Marketing** que se entendeu com a Visanet, não foi o Banco em si mesmo –, revisão de processos e reestruturação da Diretoria de **Marketing** e Comunicação. Algumas dessas iniciativas, como a suspensão dos adiantamentos ao Fundo Visanet e revisão de todo esse processo, aconteceram a partir de setembro de 2004, muito antes, portanto, da vigência da CPMI dos Correios.

Ou seja, o Banco foi madrugador nas providências que tomou para o saneamento de desvios que ocorreram não por conta de Diretoria e sim de desviados.

Conclui a nota:

O Banco do Brasil não apenas repudia as conclusões do Relatório, ainda não aprovado, como irá encaminhar petição àquela Comissão, solicitando que sejam feitas alterações no texto final do Relatório, com o objetivo de retificar eventuais inconsistências.

Brasília, 30 de março de 2006

Essa é a nota do Banco.

Sr. Presidente, agradeço a V. Exª pela tolerância. Saio daqui com a alma tranqüila por ter feito não uma "parede" à Comissão Mista de Inquérito do Congresso Nacional, mas por ter chamado a atenção para equívocos e injustiças que se perpetram contra uma das mais importantes instituições deste País, que é o Banco do Brasil.

Ainda há pouco, o Senador Mão Santa lembrava o quão é importante na formação da economia e da cultura do Brasil é o Banco com os seus funcionários. Houve um tempo, Senador Mão Santa, em que os Governos assumiam o Poder e convocavam diplomatas do Itamaraty e funcionários do Banco para servirem na assessoria superior dos Ministérios e da Presidência da República. Hoje, de algum modo, ainda é assim, tão é importante e tal é a excelência dos quadros dos funcionários do Banco do Brasil, que, portanto, só merecem elogios e comemorações, e não críticas nem acusações infundadas como essa. Salvemos, portanto, a boa imagem dessa instituição nacional que orgulha a todos os brasileiros, que é o Banco do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDISON LOBÃO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

COMUNICADO À IMPRENSA

O Banco do Brasil, em respeito aos acionistas, clientes, funcionários e à opinião pública, a propósito da divulgação do Relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI dos Correios), informa que considera prematuras as conclusões daquele documento, principalmente por admitir a conivência da Diretoria do Banco com eventuais atos ilícitos.

Desde o início dos trabalhos da CPMI, o BB sempre colaborou com as autoridades na investigação de quaisquer irregularidades, não apenas com o fornecimento tempestivo de dados e apoio de técnicos, como dispondo-se a esclarecer prontamente todas as dúvidas suscitadas na apuração dos trabalhos.

Por iniciativa do Banco do Brasil foram tomadas várias providências corretivas e preventivas, como suspensão de campanhas de propaganda, rescisão de contratos, auditoria interna nas ações de marketing, revisão de processos e reestruturação da Diretoria de Marketing e Comunicação. Algumas dessas iniciativas, como a suspensão dos adiantamentos ao Fundo Visanet e revisão de todo esse processo, aconteceram a partir de setembro de 2004, muito antes, portanto, da vigência da CPMI dos Correios.

O Banco do Brasil não apenas repudia as conclusões do Relatório, ainda não aprovado, como irá encaminhar petição àquela Comissão, solicitando que sejam feitas alterações no texto final do Relatório, com o objetivo de retificar eventuais inconsistências.

Brasília, 30 de março de 2006.

Durante o discurso do Sr. Edison Lobão, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Exª será atendido na forma do Regimento Interno.

Concedo a palavra ao último orador inscrito, o Senador Mão Santa.

S. Exª dispõe de 15 minutos. Se desejar prorrogação, será atendido.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Alvaro Dias, que preside esta sessão de 31 de março, sexta-feira, Senadores e Senadoras presentes na Casa, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, Senador Edison Lobão, V. Exª já assistiu a muita história política nesta Pátria, mas essa de hoje é a mais vergonhosa.

Atentai bem, Senador Alvaro Dias, V. Exª usou aquela tribuna por 30 minutos. Sua voz foi ouvida na rádio AM, na rádio FM, na televisão do Senado, o que disse foi divulgado no **Jornal do Senado.** Nesses 182 anos, talvez o pronunciamento do Senador Alvaro Dias seja a peça mais dura de Oposição. O Senador Alvaro Dias pede o indiciamento do Presidente da República. E olhem a vergonha: não há ninguém do PT aqui para defender o Lula. É o indefensável. Correram todos.

Depois do Relatório da CPI dos Bingos, é notório que surgiriam várias interpretações, mas a mais dura, a mais consistente é a do Senador Alvaro Dias, que pediu o indiciamento do Presidente da República. Enfim, é o início de um processo de **impeachment,** que, ontem, o rapazinho que aprendeu a falar a verdade, lá no Piauí, com a sua avó e a sua mãe, suscitou aos representantes da OAB de São Paulo o início desse processo.

E Alvaro Dias fez uma peça, que expôs em meia hora, com a argumentação jurídica dos fatos. E olhem o perigo. Hoje é 31 de março. O que lembra a vocês? Em 31 de março, os canhões tomavam as ruas, os canhões tiravam a democracia, os canhões afastavam do povo o Presidente João Belchior Goulart. E Sua Excelência, para manter a paz, foi-se embora. Os canhões assumiram isso aqui.

Feliz do povo que tem o seu Parlamento. E o Senador Alvaro Dias mostrou a gravidade do momento que vivemos. Esta Casa é para isso. Atentai bem, esta é ainda a instituição que salvaguarda a democracia.

Rui Barbosa disse que só tem um caminho, uma salvação: a Lei e a Justiça. A democracia é complicada, é difícil, mas Winston Churchill disse que não conhece outro regime melhor. E ela foi construída pelo povo, que é o dono da democracia. O filósofo Aristóteles disse que o homem é um animal político e, como animal político, buscou formas de governo; a que predominou foi a dos reis na história do mundo. Os reis seriam Deus na terra e Deus seria um rei no céu. Isso os fortaleceu, mas o povo, desprezado e insatisfeito, foi à rua e gritou: liberdade, igualdade e fraternidade. Caíram todos os reis. Cem anos para cair aqui.

Aquela frase de Dom João VI – atentai bem, Alvaro Dias: "Filho, coloque essa coroa antes que uma aventureiro a coloque. O aventureiro era Simon Bolívar, que já estava proclamando a independência em todos os países da América Latina, e ela chegou a nós, à República, ao governo do povo, pelo povo e para o povo. É difícil.

Rui Barbosa foi o primeiro a se sacrificar. Aí ele está. Numa bandidagem em que os primeiros militares queriam se suceder, depois de Deodoro, Floriano, havia outros, Rui Barbosa viu que não era isso a República. Assim, deram-lhe o Ministério da Fazenda, a chave do cofre – essa que encantou o Palocci e a quadrilha do PT. Foram tentá-lo com o cofre, e ele disse: "Eu não troco as minhas convicções por um ministério" e aí está.

O PT tinha a sua meta, e o seu comandante maior era o Zé Dirceu. Fui eu, lá do Piauí, que bati aqui e chamei o José Dirceu, quando era difícil, de José Maligno. Há três coisas que a gente só faz uma vez na vida: nascer, morrer e votar no PT. E ele surgiu numa riqueza da democracia que é a alternância do poder. Democracia não é do PT. O PT queria implantar neste País um regime como Cuba, que já tem 50 anos de Fidel. Conheço Cuba.

Senador Alvaro Dias, sei que V. Exª conhece. Sei que V. Exª é encantado pelo Chile, pelo vinho do Chile, pelas mulheres do Chile, pela beleza do Chile, pela neve do Chile, mas Cuba eu conheço. São 50 anos de ditadura mesmo! É melhor conversar com um cubano fora de Cuba, e conversamos muito. Eles tentaram e corromperam tudo, tudo, tudo, tudo. Até essa campanha do desarmamento era para o povo se desarmar e eles tomarem. Tudo planejado.

Brasileiras e brasileiros, isto aqui nunca funcionou às sextas-feiras e nunca funcionou às segundas-feiras. No início, contamos com a aquiescência deste bravo homem do PT – há gente boa no PT: Paulo Paim, que era o vice-Presidente, abria a sessão. Éramos apenas quatro a resistir. A corrupção, nunca dantes vista, inundou a Câmara dos Deputados, o Poder Judiciário – que, envergonhado, está até ausente pelo mal que fez –, o Planalto e instituições, como a Caixa Econômica, o Banco do Brasil, a Polícia Federal. Resistimos aqui no começo. Por isso, falei no Chile. Parece-me que Alvaro Dias, herói e batalhador, estava de férias ou tirou licença

depois de ter combatido o bom combate no Paraná. S. Exª estava ausente. Éramos poucos aqui: Arthur Virgílio, Antero Paes de Barros, Efraim Morais e Mão Santa. Buscai nos arquivos. Quase sempre presidi as sessões porque o Regimento diz que presidirá o que tiver mais idade. Os demais são um pouco mais novos. Parece-me que Alvaro Dias estava no Chile nos primeiros meses. O suplente de S. Exª é uma figura extraordinária. Nós estávamos querendo resistir e desistir porque a tromba de corrupção era grande e de pressão.

A mídia: lembro que Almeida Lima fez um pronunciamento de advertência. Ele sofreu mais do que Tiradentes. Enforcaram e esquartejaram Tiradentes quando estava morto; a mídia destroçou o Senador. Então, chegou o Senador Alvaro Dias. Ficamos mais fortes e resistimos. Esta Casa resistiu.

A Senadora Heloísa Helena estava numa fogueira. Estavam tocando fogo na Senadora Heloísa Helena, como fizeram com Joana Darc. Nós aqui, com o Senador Alvaro Dias, tiramos essa extraordinária mulher de lá. Hoje ela é candidata à Presidência da República. E lutamos. Eles já haviam corrompido tudo, tudo, tudo. Os primeiros embates ocorreram aqui. Hoje o Senador Alvaro Dias dá um passo pela moralidade. Minha gente, atentai bem!

Eu dizia ao Lula: fui Prefeitinho, Governei o Piauí. Cito, Senador Alvaro Dias, aquele livro que dizem ser o mais lido depois da Bíblia: Dom Quixote de La Mancha, de Cervantes, que relata o sonho de Dom Quixote, suas aventuras em defesa do fraco. Ele tinha um companheiro: Sancho Pança. Ele resolve premiar o Sancho Pança, depois de tanta luta, de tanto sonho em defesa dos oprimidos, resolveu lhe dar uma ilha para governar.

Ó Lula, já que você não gosta de ler, Lula! Ele diz que é mais difícil, é mais cansativo, é mais chato ler uma página de um livro do que fazer uma hora de esteira. É besteira, muito. Mas, então, ouça?! Deus lhe deu dois ouvidos, Lula, e uma boca. Você fala, fala, fala, fala. Sai da esteira para dizer besteira.

Sancho Pança atende ao chamamento de Dom Quixote: vou lhe dar uma ilha de prêmio para governar – Bravataria. E o humilde Sancho Pança diz: "Não, eu não tenho saber, não estudei, não sei". Aí, Dom Quixote – atentai bem, Senador Eurípedes – diz: "Não, V. Exª, eu tenho observado, é temente a Deus! Isso é sabedoria. Tendo sabedoria, as coisas se resolvem".

Temente a Deus, Lula! Temente a Deus! Por isso é que um bispo disse que ele não era católico, era caótico. Não fui eu, foi um bispo. Ó, Senado!

Aí Dom Quixote resolve educar Sancho Pança: "Coma pouco, não beba muito, arrume uma mulherzinha decente, correta, seja honesto, trabalhador, dê exemplo, seja justo". Vai-se embora, volta e diz: "Sancho, não se esqueça de uma coisa: só não tem jeito para a morte". Depois ele voltou e governou bem, humilde, temente a Deus, com sabedoria, diz o relato. E Dom Quixote pergunta depois: Sancho, como é o governo? Ele disse: é um golfo de confusões. E aí está. Nós sabemos que há confusões. Mas nunca dantes este Brasil apresentou isso. Atentai bem: por que Ulysses é grande? Porque ele disse: ouça a voz rouca das ruas, o povo. O PMDB nasceu com esse compromisso. Ulysses disse: A corrupção é o cupim da democracia. Ninguém viu tanto cupim, na História do Brasil, desde Pero Vaz de Caminha aos dias de hoje. É! Hoje, quarenta anos depois da ditadura. Tivemos uma civil, e apesar de o ditador ser um santo, um homem bom, trabalhador e honesto, ditadura não é boa.

Há um livro, Memórias do Cárcere, de Graciliano Ramos. A recente, Elio Gaspari escreveu e nós conhecemos. O melhor é esta democracia. A democracia oferece alternância do poder, e é hora de fazer uma alternância política.

Mas a minha vida aqui, Senador Alvaro Dias, é o entendimento que eu tenho. Olha, não tem democracia sem partidos. Não tem. Não é democracia. A de Cuba eu conheço. Ô Alvaro Dias, estive no Parlamento, lá são trezentos. Na última eleição foram trezentos votos para Fidel Castro e trezentos para o irmão dele. Agora, não é aberto assim, não: são convocados e votam, os trezentos. Só há um Partido. Foi trezentos a zero, eu vi. Isso queriam fazer aqui – o Zé Dirceu!

Ô Alvaro Dias, vamos fazer essa comemoração – aqueles quatro –, homenagear o Paim, depois a Heloísa Helena, V. Exª, que chegou e nos reforçou.

Mas aqui estamos num momento difícil. Atentai bem: o Partido de maior história contemporânea neste País é o meu, o PMDB, e está difícil, está complicado. Eles não meditam no que Rui Barbosa disse: "Não troco a trouxa das minhas convicções por um Ministério". Estão trocando por tudo. Estão vendendo o PMDB, estão negociando o PMDB. Recebi proposta para receber, mas eu sou um homem do Piauí, igual àquele que trouxe a verdade, um caseiro, cristão. Lemos a Bíblia, e ela diz: "Em verdade, em verdade vos digo". É essa a diferença.

Vem a convenção, consultam-se as bases. Confusão. A Justiça vergonhosamente se intromete. Mais de catorze mil filiados no Piauí estiveram presentes, vencendo Justiça, corrupção, militares. E muitos foram. Dois extraordinários homens públicos, Rigotto e Garotinho. O Garotinho venceu, de acordo com a legislação.

Atentai bem, Alvaro Dias: estamos voltando às Capitanias Hereditárias. É! Às Capitanias Hereditárias.

Os portugueses descobriram o Brasil, dividiram-no e mandaram para cá muitos portugueses, muitos degredados e degradados. Às vezes, já eram punidos, criminosos, mas se tinham dinheiro vinham para o Brasil. Cada um mandava ali e pronto.

Então, querem trazer o PMDB. Nós, que passamos as Capitanias Hereditárias, passamos os governos gerais, a República Velha e a República Nova, e hoje querem partir. Que coisa! Não existe isso. A Federação é um pacto. Isso é uma enganação.

Ontem, a mulher de Garotinho escreveu a mais bela página. Ele é evangélico, eu sou é católico mesmo. Francisco é o meu nome, nada de Mão Santa. Sei que não sou mão santa. Tenho mãos iguais às dos trabalhadores, humanas. Mas o povo do Piauí sabe que são generosas, trabalhadoras, honradas e que fazem o bem.

A mulher do candidato escreveu uma bela página ontem. Se os dois quisessem, saíam candidatos. E eram dois mandatos: um aqui, no tapete azul, e outro no verde. Mas não trocaram pelas convicções. Vão à convenção. É muito difícil. Dizem: "Garotinho é garotinho". Menino, esse é partido de velho. Entrou agora. Não é assim, não.

Ô Alvaro Dias, a minha Constituição primeira é a Bíblia, depois é essa. O momento mais difícil do povo de Deus era quando tinha o monstro. Aliás, o monstro era mais manso do que esse monstro que ataca o Brasil, que é a corrupção, a falta de vergonha, a falta de moral. Era Golias, atacando. Todo mundo perplexo, vem um enviado de Deus – parece que Jessé. Ele tinha um bocado de filho gente boa. Aí chega lá – parece que Samuel –, a quem é apresentado o filho mais velho de Jessé. E Samuel diz: não é este. Aí vem outro, mais outro... E Samuel: não estou sentindo aqui a voz de Deus para ungir o guia do seu povo. Jessé, você não tem outro não? Porque me mandaram aqui, recebi uma mensagem divina. Aí Jessé disse: tem um no campo, é o mais novo, um menino.

É! Atentai bem, velhos hipócritas do PMDB! Cristo usava muito esta palavra: hipócritas. Pois foram buscar o mais novinho, um garotinho, o Davi. E Davi foi ungido e administrou bem, deu Salomão, e nós e estamos falando aqui. Então, essa não é uma desculpa. Eu perguntaria se cada um está fortalecendo o seu Estado. Estão lançando candidatos do PMDB. Partido é para dar este sentido de participar, chegar ao poder, não o poder pelo poder, mas o poder para servir, como disse Cristo: eu vim ao mundo não para ser servido, como os que estão se locupletando, e sim para servir.

Então, eu queria aqui neste instante, nesta luta, que não sei se eles levaram, eu sei que eles são poderosos... No Piauí, eu acho até interessante, tem gente que eu ajudei tanto. Uns já estavam mortos politicamente. Eu não vou dizer como Cristo: levanta-te, Lázaro! E todos, atraídos pelo bezerro de ouro do PT, que é essa orgia, essa malversação, estão aí.

Eu queria aqui dar meus aplausos a essa mulher e a esse político extraordinário.

Ô, Alvaro Dias, eu fui à sua cidade, e a Boca Maldita é um dos símbolos mais importantes deste País. Ela surgiu na ditadura. Na ditadura ninguém podia falar. E paranaenses, no bar, no café, falavam sobre a esperança da liberdade e de repente veio um capitão e mandou fechar a roda. E eles resistiram. E desde aí eles formaram um clube de liberdade na ditadura.

Alvaro Dias, e naquela viagem eu andei muito. Como Ulysses disse: ouça a voz rouca das ruas. Eu quero dizer que V. Exª e o seu irmão são pessoas muito estimadas e respeitadas pelo povo paranaense. Não se separem. Está no Livro de Deus: a casa dividida será facilmente derrubada. Abraham Lincoln disse, no momento mais democrático: "este país não pode ser metade livre e metade escravo."

Mas eu quero lhe dizer, então – e V. Exª sabe o que é a luta política – que esse Garotinho... Sabe qual é o apelido dele? Garotinho, menino com quinze, dezesseis anos... Eu não sei onde estava o Lula. Mas aí, Garotinho é porque ele era locutor e mandavam-no acompanhar as corridas de cavalo, podendo pegar coice. Vai lá, garotinho, vai lá no jockey. Depois, foi locutor de futebol, foi vereador, foi prefeito, foi deputado, foi governador. Sai do governo, entrega para o PT, elege a mulher.

A inveja e a mágoa corrompem os corações. E o que é que ele tem? É um homem de Deus. Evangélico; eu sou católico. Não vejo mal. Uma esposa – eu vou dizer aqui –... empata com Adalgisa, é, minha mulher. Não vou dizer que ela vai ganhar da Adalgisa, mas que empata... Vejo no Rio. E ela deu uma grande demonstração. Garotinho está que nem Cristo, e os homens querem servir ao Herodes – o Herodes de hoje é o Lula – acabando com o PMDB, corrompendo. E a Rosinha faz como a mulher de Pilatos, resiste; como Verônica; como as três Marias, como as três mulheres verdadeiras que foram no sepulcro de Cristo e disseram: o homem não está mais. Ressuscitou.

Se fôssemos nós, homens, que tivéssemos dito isso, ninguém acreditaria em Cristo. Iriam dizer que estávamos bêbados, que era mentira, porque homem é mais fraco. Ela ficou. É momento de uma reflexão com dignidade. Companheira. Os dois estariam eleitos aqui: um no tapete azul; outro no tapete verde. E isso é bom. Teve um Senador, Alvaro Dias, Dinarte Mariz, que disse que isso aqui é melhor que o céu, porque

para o céu a gente tem que morrer para ir lá. E não sei se a gente pode ficar com a mulherzinha da gente lá, então vamos ficando por aqui.

Mas quero, neste momento, num momento difícil – e adversidade é uma bênção disfarçada – dizer quem é o grande Líder do PMDB. Só tem um. Só tem um. Nunca o PMDB teve um presidente como nós temos. Até Ulysses, atentai bem, se candidatou contra os canhões, contra Geisel.

No dia da eleição, que era no Congresso: Geisel, 400 votos; Ulysses, 76; 17 contra – os autênticos, porque não queriam que ele tivesse vindo no dia da eleição para não dar a festa à ditadura. Petrônio Portella falou, e falou bonito –, orgulho dos piauienses – defendendo a candidatura Geisel.

Então, ele teve 17 contra, porque não queriam; por para aquilo os revolucionários fizeram uma festa mundial porque houve eleição. Mas nem todos votaram em Ulysses: 17 contra; 76 a favor; 400, Geisel. Mas ele enfrentou os canhões, porque o PMDB é da Pátria, é do povo, é da democracia.

E agora nós não enfrentamos. Décadas e décadas depois, não temos mais alguém de coragem e de valor. Então, o nosso Presidente fez a prévia, o nosso Presidente vai convocar a convenção. Acho que o PMDB tem de oferecer a decisão ao povo, que é soberano; ao povo, que decide; ao povo, que trabalha; ao povo, que paga a conta. É isso o PMDB. Nós não podemos ser rabo do PT.

Aqui o que nos encanta? Getúlio saiu da vida porque disseram que tinha um mar de lama. Isto não é mar de lama, não. O mar é pequeno – e eu sou do delta, entendo de mar. Isto é oceano de corrupção.

Então, essas são as nossas palavras. E quero dizer a V. Exª, quero aplaudir o Partido de V. Exª, porque está dando essa contribuição à democracia. Um candidato, médico, pobre. Foi pobre – conheço o Geraldo Alckmin, nós nos encontramos no passado: sou médico cirurgião, ele médico anestesista. Foi pobre, mas acreditou em Deus, no estudo e no trabalho. Ah! Eu não. Meu avô foi o homem mais rico do Piauí, teve navio. Digo isso porque é a verdade, mas eu tive determinado mérito, porque eu podia ser um rabo de burro, um irresponsável, mas aproveitei isso para buscar ciência e consciência e servir ao Piauí e ao Brasil. Mas está aí o outro.

Heloísa Helena se oferece ao povo. A democracia é do povo. Castrar o PMDB...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ...de ser oferecido ao povo. O povo é que é soberano, não tem negócio de Poder Executivo, Legislativo e Judiciário. Isso é vaidade. Instrumentos da democracia. Poder? É o povo brasileiro que paga a mais alta conta. É nas mãos do povo brasileiro, nas suas mãos santas e trabalhadoras, que está o poder de decidir o futuro da nossa democracia.

Agradeço a distinção do tempo concedido pelo Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, especialmente pelas palavras generosas a mim dirigidas.

Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Luiz Pontes, Juvêncio da Fonseca, João Batista Motta, Antero Paes de Barros, Sérgio Guerra, Alvaro Dias, Leonel Pavan, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Arthur Virgílio, a Srª Senadora Lúcia Vânia e o Sr. Senador Valmir Amaral enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, Inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. LUIZ PONTES (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada "Lula omite origem de verba social para SP", publicada na seção Eleições 2006/ Presidência, do jornal **Folha de S.Paulo**, do dia 25 de fevereiro do corrente.

No mesmo dia em que criticou governadores que recebem dinheiro federal e não reconhecem a ajuda, o Presidente Lula usou dados sociais de São Paulo, Estado governado pelo tucano Geraldo Alckmin, a seu favor. O Presidente disse haver "muitos espertos no Brasil que recebem dinheiro do governo federal e fazem propaganda na televisão como se o dinheiro fosse dele, a obra fosse dele". Estranho: Lula aproveitou a viagem que fez para visitar seis estados em menos de 48 horas. E ao Piauí, por exemplo, ele foi para prestigiar a cerimônia de "anúncio" do programa de interiorização da Universidade Federal do Piauí.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LUIZ PONTES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do inciso I e § 2º do art. 210 do Regimento Interno.)

ELEIÇÕES 2006/PRESIDÊNCIA

Ao dizer que investiu R$ 2 bi no setor no Estado em 2005, presidente não informou que 62% dessa quantia —R$ 1,2 bi— era repasse obrigatório

Lula omite origem de verba social para SP

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

No mesmo dia em que criticou governadores que recebem dinheiro federal e não reconhecem a ajuda, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva acabou usando a seu favor dados dos gastos sociais em São Paulo, Estado governado pelo tucano Geraldo Alckmin, pré-candidato à Presidência.

Na última quarta-feira, em viagem a Parnaíba (PI), Lula afirmou: "Só de programas sociais, o meu governo passa para o Estado de São Paulo R$ 2 bilhões por ano para cuidar dos pobres".

Porém, o presidente deixou de dizer que, desse total, R$ 1,232 bilhão foi gasto no pagamento do BPC (Benefício de Prestação Continuada) —um direito constitucional regulamentado por lei.

Esse tipo de benefício é pago desde janeiro de 1996 a idosos e portadores de deficiência incapacitados para o trabalho, desde que tenham uma renda familiar que não ultrapasse um quarto do salário mínimo por pessoa.

Ou seja, 62% do valor citado por Lula seria obrigatoriamente repassado ao Estado, independentemente de quem ocupasse a Presidência. Não depende de programa ou ação de governo.

Outros R$ 600,4 milhões foram repassados em 2005 por meio de programas de transferência de renda. O maior volume corresponde ao Bolsa-Família, esse sim criado por Lula e considerado carro-chefe da política social.

O valor, ainda assim, é bem maior do que o investido pelo governo estadual no mesmo período em transferência de renda. Segundo a Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social foram R$ 94,2 milhões para cerca de 209 mil famílias.

Já o Ministério do Desenvolvimento Social diz que atende a 1,1 milhão de famílias no Estado por meio dos programas de transferência de renda. Com o BPC, são atendidos 211,1 mil idosos e 162,5 mil pessoas com deficiência.

Segundo a Secretaria de Imprensa da Presidência, o que está em discussão é a relação entre os entes da Federação, "que deve ser a mais transparente possível no que se refere ao repasse de recursos". "Em relação a São Paulo, o fato inconteste é que anualmente são repassados pela União cerca de R$ 2 bilhões em programas sociais federais para beneficiários no Estado. As características legais e normativas que regem os repasses de cada um dos programas não alteram a origem dos recursos, que são da União."

O presidente citou os dados referentes a São Paulo no mesmo discurso em que disse haver "muitos espertos no Brasil que recebem dinheiro do governo federal e fazem propaganda na televisão como se o dinheiro fosse dele, como se a obra fosse dele".

Lula participava da cerimônia de anúncio do programa de interiorização da Universidade Federal do Piauí, quando visitou seis Estados em menos de 48 horas.

A declaração sobre São Paulo foi criticada por Alckmin, que disse que os gastos no setor do governo federal seguem o "calendário eleitoral".

OS REPASSES SOCIAIS

TIPOS DE PROGRAMA	Repasse para o Estado de SP em 2005 Em R$ milhões
Transferência de renda *	600,40
BPC (idosos + portadores de deficiência)	1.232,20
Segurança alimentar	11,40
Outros programas sociais	218,00
Total no ano	**2.062,00**

O QUE É O BPC

- O Benefício de Prestação Continuada é um direito previsto na Constituição e está em vigor desde janeiro de 1996
- Paga um salário mínimo por mês
- É financiado pelo Fundo Nacional de Assistência Social e coordenado pelo Desenvolvimento Social

PÚBLICO-ALVO

- Idosos com 65 anos ou mais
- Portadores de deficiência incapacitadas para o trabalho

A renda familiar por pessoa tem de ser inferior a um quarto do salário mínimo (R$ 75). Não é necessário que o beneficiário já tenha contribuído para a Previdência Social

COMO FUNCIONA

- A solicitação do benefício deve ser encaminhada ao INSS
- É preciso comprovar renda e, no caso de idosos, a idade mínima de 65 anos
- Os portadores de deficiência passam por perícia médica do INSS
- O saque do benefício é feito por meio de cartão magnético

OS QUE MAIS RECEBERAM BPC

Estados	Repasse em 2005 Em R$ milhões
São Paulo	1.232,20
Minas Gerais	835,60
Bahia	766,90
Pernambuco	555,40
Rio de Janeiro	415,40
Total de gasto no Brasil	**7.523,80**

* Inclui Bolsa-Família, Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação e Auxílio Gás Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar o artigo intitulado "Ação, experiência e narração em FHC", de autoria do ex-Ministro das Relações Exteriores, Prof. Celso Lafer, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 19 de março deste ano.

Segundo o autor do artigo, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso "conseguiu com convicção e competência promover mudanças que estão levando o nosso país a se tornar um país para o hoje, e não para o amanhã". São considerações sobre o livro que acaba de ser publicado nos Estados Unidos: **The Accidental President of Brazil** – a memoir, de Fernando Henrique Cardoso. O livro relata desde sua vida de menino à de professor de sucesso na USP. Discorre sobre as agruras do exílio, o retorno ao Brasil, sua aposentadoria compulsória da universidade e sua vida política, culminando com a Presidência da República pela força do voto popular. Celso Lafer revela que "o relato de Fernando Henrique, com suas experiências e ideais, é um livro de amor ao Brasil".

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do inciso I e § 2º do art. 210 do Regimento Interno.)

Ação, experiência e narração em FHC

Celso Lafer

Hannah Arendt atribuía grande importância à narrativa e à experiência como meio de alcançar a compreensão das coisas. Todo evento, afirmava, ao ser lembrado é pensado, e é inerente à articulação de uma narrativa a busca de um significado a ser compartilhado na intersubjetividade da condição humana. Para Hannah Arendt, as teorias políticas, por mais abstratas que pareçam, usualmente têm subjacentes a instigação de situações e incidentes que, devidamente captados, contêm no seu núcleo o que se tem a dizer.

É visível o aleance explicativo da experiência narrada na exposição do visconde de Mauá aos seus credores, reveladora do desafio do empreendedorismo no Brasil do século 19; de *Minha Vida*, de Trotski, para o entendimento da formação de um revolucionário; das *Memórias*, de De Gaulle, na compreensão do que forja um estadista; ou da *Autobiografia*, de Bobbio, na percepção de como os eventos do século 20 marcaram a trajetória de um intelectual militante.

Estas considerações me ocorrem ao tratar de *The Accidental President of Brazil – a memoir*, de Fernando Henrique Cardoso, que acaba de ser publicado nos Estados Unidos. O livro é o relato de sua vida na perspectiva organizadora das experiências que levaram um grande intelectual a uma bem-sucedida carreira política, que culminou com dois densos mandatos presidenciais.

O livro de FHC flui naturalmente, avivado com muitos "causos" – de Sartre em Araraquara a Albert Hirschman incursionando pelo interior de Goiás; do chá com a rainha-mãe da Inglaterra ao impacto do encontro com Nelson Mandela. Possui a sedutora boa prosa de quem sabe e gosta de contar uma "estória", intercalando-a com as reflexões do *scholar* e instigando-a com a sagacidade do político, como se pode ler nos relatos de seu relacionamento com Lula ou de suas conversas com *Kohl, Jiang* e *Clinton*.

A narrativa de FHC tem como entorno definidor o Brasil. O enredo é tecido, como ocorre na memorialística, pela estabilidade do eu que conta e retrospectivamente pondera o que foram as experiências de suas passagens.

O relato parte do menino que recupera a experiência política da sua família: o bisavô governador da Província de Goiás, no Império; o avô militar positivista e republicano; o pai, militar nacionalista que viveu a Era Vargas e foi deputado federal pelo PTB. Ao menino inserido na sua família se sucede o jovem de muitos interesses e logo o intelectual crítico, professor de sucesso na USP, voltado como sociólogo para a investigação de campo do nosso país. Segue-se, em 1964, em função da "caça às bruxas" do regime militar, o exílio do homem de pensamento de esquerda. O exílio trouxe agruras, mas também oportunidades intelectuais e institucionais no trato e na lida com o mundo. O retorno, a aposentadoria compulsória da universidade, o peso da vida na vigência do autoritarismo impulsionam o intelectual militante a criar, com engenho, um espaço de pensamento crítico, o Cebrap, que foi levando FHC a uma relevante atuação oposicionista no debate das idéias.

O desdobramento destas etapas é a travessia. Esta é dada pela gradual, mas efetiva transformação do intelectual – que nunca deixou de ser um intelectual – num ator político de crescente competência e importância (prócer partidário, senador, ministro) que enfrentou derrotas (por exemplo, a da eleição da Prefeitura de São Paulo) e com elas aprendeu e que se tornou presidente da República pela força do voto popular. No percurso se mesclam e convergem o talento e os acasos. A isto alude o título do livro, que dá o devido destaque às circunstâncias que levaram FHC ao Ministério da Fazenda e ao Plano Real.

Quais as experiências decisivas deste relato, reveladoras do núcleo daquilo que FHC deseja transmitir e compartilhar? Na esteira da sugestão arendtiana, diria que são quatro. A primeira é fruto da análise de dom Pedro II e de sua queda, com a proclamação da República, da qual seu avô participou. Daí extrai a lição de que nem o preparo e a seriedade, ao modo de dom Pedro II, nem o voluntarismo do inconformismo jacobino da geração do seu avô são suficientes para lidar com os problemas do Brasil. A segunda provém da experiência do acadêmico que estudou em profundidade a escravidão e sua pesada herança na vida do País em termos de raça, desigualdade e pobreza. Daí a consciência das mudanças necessárias para desatar os nós que impedem o efetivo desenvolvimento do Brasil e do seu povo. A terceira experiência é a do exílio. Este ensejou a reflexão sobre a inserção do Brasil na América Latina e no mundo, com seus riscos e oportunidades para os caminhos do futuro. A quarta resulta dos anos de chumbo do autoritarismo. O arbítrio aprofundou as convicções democráticas de FHC e consolidou sua postura em prol dos direitos humanos.

Este é o substrato explicativo da atuação do presidente que na condução dos assuntos foi muito bem servido pela sua personalidade e pelo domínio das artes da política. O que singulariza, no entanto, a gestão de FHC é a sua substantiva condição de intelectual. Foi o que o habilitou a entender a complexidade das questões da agenda brasileira, a perceber tendências e a definir rumos. Do sociólogo, como ele explica, reteve o método: buscar a informação relevante e compreender, sem dogmatismos ideológicos, todos os pontos de vista. Daí, em conexão com as experiências decisivas acima mencionadas, a sua democrática postura como chefe de Estado, procurando entender e discutir antes de decidir.

Governar, dizia Mendès-France, é escolher. Para o homem público FHC, a escolha não é a opção entre o bem ou o mal, mas entre o preferível e o detestável. O detestável, para FHC, é manter o Brasil com suas injustiças como o eterno país do futuro. Por isso, com convicção e competência na sua trajetória promoveu mudanças que estão levando o nosso país a se tornar um país para o hoje, e não para o amanhã. O relato de FHC, com suas experiências e ideais, é um livro de amor ao Brasil.

Celso Lafer, professor titular da Faculdade de Direito da USP, foi ministro das Relações Exteriores no governo Fernando Henrique Cardoso

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada "Enfim o anti-lula", publicada pela revista **Época**, em sua edição de 20 de março deste ano.

Segundo a matéria, o atual Governador de São Paulo e candidato a Presidência da Republica, Geraldo Alckmin, como marca de gestão governamental, planeja de modo sucinto reproduzir uma era de crescimento econômico e bem-estar social comparável aos tempos de Juscelino, mas com a disciplina administrativa e a contenção de gastos que aprendeu com Mário Covas.

Afirma, ainda, que a campanha de Alckmin deverá ser, segundo o próprio Governador, voltada para o plano das idéias e das realizações para o País e não para a arena dos ataques à administração petista.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do inciso I e § 2º do art. 210 do Regimento Interno.)

OS PROJETOS, AS IDÉIAS E A ESTRATÉGIA DE GERALDO ALCKMIN PARA LEVAR OS TUCANOS DE VOLTA AO PALÁCIO DO PLANALTO

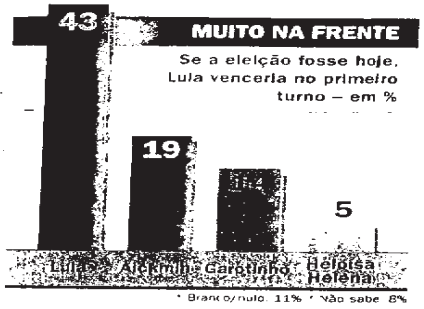
ENFIM, O ANTI-LULA

DAVID FRIEDLANDER, GUILHERME EVELIN E LEANDRO LOYOLA

Quem entra no gabinete do governador Geraldo Alckmin, no Palácio dos Bandeirantes, dá de cara com um retrato do governador Mário Covas, morto em 2001. A imagem de Covas, sorridente, pendurada como que num altar, domina o ambiente de trabalho do candidato escolhido pelo PSDB para enfrentar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições de outubro. Covas também é a primeira inspiração que vem à mente de Alckmin quando começa a descrever seus planos para o país. "Precisamos fazer um choque de capitalismo no Brasil", diz Alckmin. "Choque de capitalismo" foi justamente a expressão cunhada por Covas em 1989, quando era o primeiro candidato tucano à Presidência da República. Em sua campanha, Alckmin pretende misturar essa herança de Covas ao exemplo do presidente brasileiro que mais admira, Juscelino Kubitschek. Geraldo planeja, de modo sucinto, reproduzir uma era de crescimento econômico e bem-estar social comparável aos tempos de Juscelino, mas com a disciplina administrativa e a contenção de gastos que aprendeu com Covas.

As idéias de Alckmin são simples e diretas. Ao pregar seu choque de capitalismo, fala abertamente em ajuste das contas públicas, redução de gastos, eficiência na gestão e corte de impostos. "Não é possível o brasileiro carregar nas costas este Estado ineficiente", afirma Alckmin. Trata-se de um discurso bastante distante daquele tom assistencialista, cheio de frases de teor social, normalmente adotado pelo presidente Lula ao descrever seus planos para um segundo mandato. O impacto da pregação ainda é restrito. Nas primeiras pesquisas de intenção de voto divulgadas depois do anúncio do PSDB, Alckmin aparecia pouco abaixo do patamar de 20%, enquanto Lula tinha mais que o dobro ou 43%. Num eventual segundo turno, Lula venceria por 49% a 31%. A dúvida, portanto – para tucanos, para petistas e para todo o povo brasileiro – é a seguinte: terá Geraldo Kubitschek, Juscelino Covas, Mário Alckmin ou qualquer um dos múltiplos avatares e inspirações do governador de São Paulo alguma chance real de derrotar o único e singular Luiz Inácio Lula da Silva?

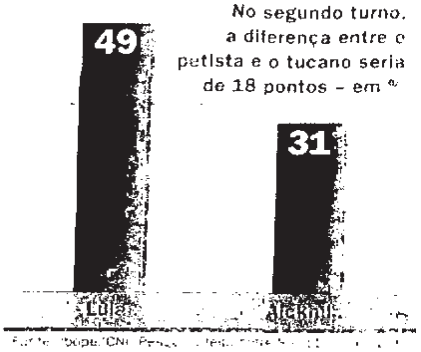
A disputa eleitoral entre Lula e Alckmin promete ser muito diferente do que foi o confronto Lula–Serra em 2002. Na ocasião, havia uma grande dúvida sobre as políticas que o PT implantaria



se chegasse ao poder. Lula teve de provar que não havia grandes divergências entre o jeito tucano e o jeito petista de gerir a economia. Desta vez, porém, a

O TAMANHO DO DESAFIO

No segundo turno, a diferença entre o petista e o tucano seria de 18 pontos – em %



campanha tende a virar uma comparação entre duas personalidades opostas. "O eleitor vai escolher se quer um presidente bonachão, bom de discurso, ou um presidente sisudo, que só fala de trabalho", diz um marqueteiro.

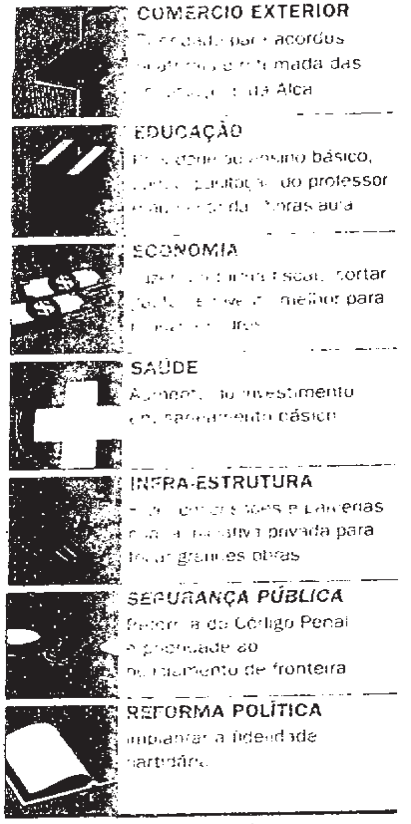
Alckmin é conhecido por ser metódico e aplicado. Desde que resolveu se *lançar candidato, passou a dedicar as* poucas horas vagas a estudos para ser presidente. Lê textos recomendados e toma aulas com especialistas em economia, comércio exterior, educação, saúde e outras áreas. Nas últimas semanas, tem se dedicado a examinar os problemas específicos de cada região do país. Aventurou-se até por um tema árido como seguro rural.

Como médico, Alckmin aplicou mais de 3 mil anestesias. Hoje se submete a sessões de acupuntura pelo menos uma vez por semana com o chinês Jou Eel Jia para relaxar. Todos os dias, no final da tarde, recebe no gabinete a visita da neta Isabella, de 1 ano e meio. A família de Alckmin é formada ainda pela primeira-dama, Lu, e três filhos: Sophia, Thomas (pai de Isabella) e Geraldinho.

Paulista de Pindamonhangaba, cidade do Vale do Paraíba perto de Minas Gerais, o governador guarda certo jeitão caipira, meio reservado, mas com gosto pelas piadas. Uma de suas performances preferidas é imitar a voz do ex-prefeito paulistano Paulo Maluf. Como seu antecessor e mentor Mario Covas, Alckmin é torcedor do Santos, mas não tem talento com a bola nos pés. Católico fervoroso, filho de um ex-seminarista, Alckmin espalhou 12 imagens de Nossa Senhora Aparecida pela sede do governo paulista.

O estilo Alckmin de fazer política carrega um pouco de suas raízes interioranas. Ele gosta de tomar decisões intuitivamente. "O coordenador político do Alckmin é ele mesmo", diz um de seus assessores. Entre seus bordões preferidos está "A campanha eleitoral só começa quando muda o horário da novela". O outro é "Meu nome é trabalho. O sobrenome, hora extra".

AS IDÉIAS DE ALCKMIN



Em alguns pontos, Alckmin é muito diferente de Lula. O presidente prefere fazer política nas ruas a administrar o país no gabinete ou a negociar com parlamentares. Quando faz pronunciamentos, leva bilhetinhos para lembrar os dados e usa frases de efeito. Alckmin não é muito propenso a discursos ou articulações. Tem um perfil de gerente no governo. Sabe de cor os números da administração, quer conhecer em detalhes o desenrolar das tarefas delegadas aos auxiliares e estuda com afinco assuntos ligados à máquina pública. "Ele ouve muita gente, mas não delega a ninguém as decisões do governo", afirma um secretário de Estado.

Auxiliares próximos do presidente Lula afirmam não ter gostado muito da escolha de Alckmin pelo PSDB. Preferiam José Serra, um adversário do qual já sabem muito e consideram mais vulnerável. Serra ainda é conhecido no Brasil como o ex-ministro de FHC. Alckmin é um rosto novo, um dado favorável num momento em que os políticos são malvistos pela população. Ser novidade também pode se revelar um desastre se Alckmin não emplacar. Mas Serra teria pouco a mostrar como prefeito e ainda teria de repetir as realizações no Ministério da Saúde. Alckmin tem o bolso carregado de resultados concretos.

Ao contrário de Lula e do PT, acossados há um ano pelos casos de corrupção, Alckmin até agora não foi atingido por denúncias. Com ampla maioria na Assembleia Legislativa de São Paulo, manteve a oposição sob controle. Com o governador paulista na parada, o PT também não poderá usar na propaganda as comparações numéricas entre os anos Lula e a era FHC, arma preparada para desmontar Serra na campanha, pois Alckmin não está ligado à administração FHC. "Geraldo joga a discussão eleitoral para o futuro, justamente o que o PT não queria", diz o deputado estadual tucano Edson Aparecido, braço direito do governador.

A campanha de Alckmin deverá ser, segundo o próprio governador, voltada para o plano das idéias e das realizações para o país, não para a arena dos ataques à administração petista. "O eleitorado está cansado de luta política. Minha idéia é fazer uma campanha com foco no futuro, não contra o Lula, nem contra o PT, mas a favor do Brasil", disse o governador em entrevista a ÉPOCA. Idéias não faltam a Alckmin. Como o presidente Juscelino Kubitschek, ele manifesta fixação pelo crescimento econômico. Ao contrário de Juscelino, porém, promete conter o gasto público.

A base de seu discurso é a reforma fiscal. Alckmin afirma querer colocá-la em prática no primeiro dia de trabalho, se eleito. A intenção é reformular o sistema de arrecadação de impostos e de aplicação de gastos. Ele diz que, ao gastar melhor, o governo pode reduzir o deficit público e derrubar a taxa de juros oficial, a Selic, hoje em 16,5% ao ano. Ao mesmo tempo, o Estado poderá recuperar capacidade de investimento e acelerar o crescimento. É a fórmula que todo candidato promete. Mas, até agora, nenhum conseguiu realizar.

A seu favor, Alckmin desfila a experiência de 12 anos dos tucanos na administração de São Paulo. Em 1995, Covas assumiu o governo paulista literalmente quebrado. Adotou um programa de privatizações e de corte rigoroso de gastos, mantido mais tarde por Alckmin. Apenas com a implementação das compras eletrônicas, por meio de leilões na internet, foram economizados R$ 3,5 bilhões desde 2002. Resultado: mesmo com redução do ICMS, o principal imposto estadual, para cerca de 200 produtos, o governo paulista recuperou a capacidade de investir. Em 2006, terá R$ 9,1 bilhões para aplicar em programas estratégicos e obras.

Alckmin também conseguiu aumentar os investimentos em obras em São Paulo com um programa arrojado de concessões públicas. Foi o primeiro governante a tirar do papel as parcerias público-privadas (PPPs), projetos em que governo e iniciativa privada dividem os custos de grandes obras de in-

fra-estrutura. Nos dois casos, a iniciativa privada divide o gasto com o governo e mais tarde recupera o que gastou explorando o projeto por um prazo determinado. O programa de PPPs de Lula demorou a ser aprovado pelo Congresso e ainda não decolou.

Quando fala em comércio exterior, Alckmin tem uma visão oposta à de Lula. Prefere dar prioridade à Alca e a acordos de comércio bilateral, como os que o Chile e outros países latino-americanos firmaram recentemente com os Estados Unidos. Na educação, ele repete as idéias de Fernando Henrique Cardoso e promete dar prioridade ao ensino básico. Na saúde, área de formação do governador – ele é médico anestesista –, Alckmin fala em dar atenção prioritária às obras de saneamento básico como forma de conter doenças. É o discurso de praticamente todas as administrações, que nunca se realiza por falta de dinheiro nos cofres públicos.

Alckmin pode até ser um candidato mais competitivo contra o PT, mas sua eleição não será fácil. Sua maior dificuldade será tornar-se popular. Enquanto tem aprovação superior a 60% no Estado de São Paulo, o maior colégio eleitoral do país, Alckmin pode caminhar tranqüilamente por uma cidade nordestina sem ser reconhecido. Isso é uma grande desvantagem contra Lula, campeão de votos no Nordeste, onde está 30% do eleitorado brasileiro. Especialistas em pesquisas eleitorais lembram, no entanto, que o desconhecimento do governador paulista pode ser encarado por outro ângulo. "O fato de Alckmin ter quase 20% de preferência, mesmo sendo pouco conhecido, revela um grande potencial de crescimento", diz o presidente do Ibope, Carlos Augusto Montenegro. "Esse patamar é piso, mas ele pode decolar ou não."

Outro problema para o tucano é a verticalização. Caso o Supremo Tribunal Federal (STF) mantenha a regra, que obriga os partidos a repetir nos Estados a coligação da eleição presidencial, o PMDB não deve ter candidato a presidente. Sem Anthony Garotinho, nome mais provável do PMDB, Alckmin terá de crescer rápido para evitar que Lula vença a eleição no primeiro turno. Em maio, o PSDB estréia sua campanha na televisão. "Vai levar algum tempo para que os eleitores anti-Lula descubram Alckmin como candidato", diz Marcos Coimbra, do instituto Vox Populi. Uma vantagem de Alckmin, segundo Coimbra, é ter baixa rejeição nas pesquisas de opinião.

Apesar de Alckmin afirmar que não pretende usar os ataques como a principal arma contra o presidente, fica difícil acreditar que o PSDB não aproveitará o horário eleitoral para relembrar as dezenas de acusações e de fatos comprovados contra a corrupção praticada pelo governo Lula. O PFL provável aliado da candidatura Alckmin, já fala abertamente nisso. O prefeito do Rio de Janeiro, Cesar Maia, que preferia como candidato seu colega paulistano, José Serra, diz que Alckmin só vai crescer nas pesquisas se bater forte no presidente para fixar a imagem pública de anti-Lula e crescer nas pesquisas. Do contrário, poderá naufragar com um índice nanico. Maia aposta que parte do eleitorado é fiel a Lula, mas outra parte o rejeita. Quem votou em Lula em 2002 porque estava cansado de oito anos de Fernando Henrique Cardoso pode ter abandonado o barco devido ao escândalo do mensalão. Com a definição da alternativa tucana contra Lula, são vários fatores de conquistar atacando o petista.

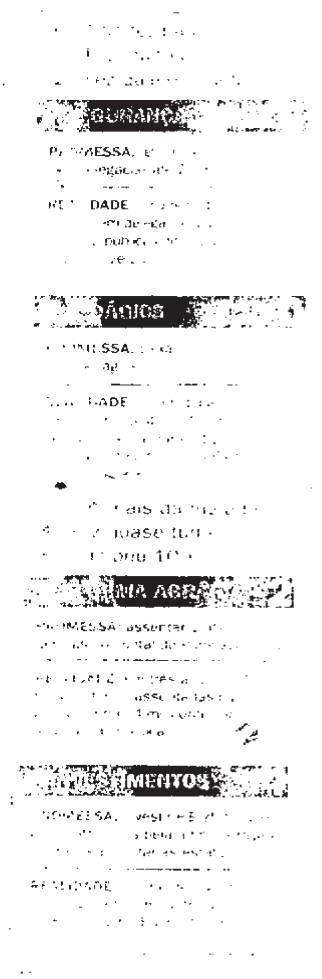
Em todas as eleições que disputou, Alckmin saiu muito atrás na largada. Em 2002, quando se reelegeu governador, chegou ao dia do primeiro turno em terceiro lugar, mas venceu no final. Só perdeu uma disputa, pela Prefeitura de São Paulo, em 2000. Mesmo assim, começou com 1% e terminou com 17%. Deixou de ir ao segundo turno por 7 mil votos. Nas campanhas, ele costuma apresentar um perfil de homem obstinado, que faz o trabalho de formiguinha e joga duro para conseguir o que quer. Nada que lembre a imagem de bonzinho, cordato ou picolé de chuchu. "A imagem verdadeira dele é esta que sai da disputa com Serra: um homem enérgico, decidido e determinado", afirma o cientista político Bolívar Lamounier, filiado e conhecedor dos bastidores do PSDB.

Foi com essa postura que Alckmin conquistou a candidatura. Desde 2004 insinuava a auxiliares mais próximos que poderia ser candidato à Presidência. No final do ano passado, o deputado Édson Aparecido, o deputado federal Júlio Semeghini e os secretários João Carlos Meirelles e Emanuel Fernandes contaram a Alckmin que o prefeito José Serra trabalhava nos bastidores para ser candidato. A partir daí, o governador definiu uma estratégia e a seguiu com afinco. Em conversa privada com José Serra, afirmou que seria candidato. Anunciou oficialmente a intenção no programa *Roda Viva*, da TV Cultura e estabeleceu que sairia do governo até 31 de março. Disse que aceitaria até disputar prévias no partido. Com isso, impediu o que Serra mais queria: uma romaria de parlamentares a seu gabinete clamando por sua candidatura.

Alckmin também conversou com o PFL, com senadores tucanos e com governadores. Conseguiu apoio de boa parte dos deputados federais do partido e conquistou toda a bancada estadual paulista. Serra tentou ganhar a candidatura por meio da cúpula formada por FHC, pelo senador e presidente do PSDB, Tasso Jereissati, e pelo governador de Minas Gerais, Aécio Neves. As bases do PSDB se insurgiram pois já tinham sido conquistadas pelo governador. No final, pela primeira vez, a santíssima trindade tucana cedeu ao baixo clero. Serra ficou sem espaço e desistiu de concorrer. Alckmin jogou duro e ganhou.

É com esse espírito aguerrido que ele acredita ser possível enfrentar a liderança, a resistência e a popularidade do presidente Lula. O crescimento pífio da economia sob Lula é o maior trunfo que Alckmin tem em sua pretensão de chegar ao Planalto. Se conseguir convencer os eleitores de que possui as credenciais para se transformar em Juscelino Alckmin ou Geraldo Kubitschek e, assim, promover o prometido mas não entregue espetáculo do crescimento, é possível que a marcha rumo ao segundo mandato de Lula não seja tão tranqüila quanto parece hoje. ■

COLABOROU RICARDO MENDONÇA



ENTREVISTA

Choque de capitalismo

O governador promete dar um susto em quem espera um governo sabor chuchu

ÉPOCA – O clima político está contaminado pela troca de acusações entre governo e oposição. O senhor acha que a campanha será suja?

Geraldo Alckmin – O povo está cansado de luta política, ele quer saber o que pode melhorar. Agora, eu não tenho medo de cara feia. Isso não tem nenhum problema. Mas minha idéia é não tomar muito conhecimento do Lula e do PT. O eleitor está mais interessado em saber o que é preciso para o Brasil ter um crescimento forte e sustentável.

ÉPOCA – Qual é sua proposta?

Alckmin – O grande desafio é fazer crescimento econômico com inclusão social. Sei que não existe uma fórmula mágica. É preciso um conjunto de reformas, com a questão fiscal no centro. Um país com quase 40% de carga tributária, sem capacidade de investir, como é o caso do Brasil, está condenado ao baixo crescimento. A reforma fiscal deve ser feita logo no começo, porque aí quem vencer a eleição terá uma legitimidade enorme.

ÉPOCA – Isso significa reduzir o tamanho do Estado?

Alckmin – É melhorar a qualidade do gasto público. Reduzindo gastos correntes, você terá mais recursos para investir em infra-estrutura e também pode reduzir impostos. Isso não é discurso, é o que fizemos em São Paulo.

ÉPOCA – O senhor acha que o presidente Lula não investe porque não quer?

Alckmin – Então conta para mim uma [illegible] do governo Lula para reduzir gastos [illegible] dar um exemplo típico. O Brasil produz hemoderivados: gastamos 100 milhões de euros por ano para importar. Nós propusemos fazer uma fábrica de hemoderivados no Brasil. O que eles fizeram? Fábrica nenhuma, mas criaram a Hemobrás, mais uma estatal, com cargo de comissão. Encheram de gente, tudo sem concurso. É o contrário do investimento.

ÉPOCA – Qual é sua visão sobre o papel do Estado na economia?

Alckmin – Estado moderno hoje é o Estado eficiente. É preciso recuperar a capacidade do Estado de governar, que é a capacidade de investir. Temos milhares de obras paradas no país inteiro. Vamos chamar a iniciativa privada para participar. O PT acha que tudo precisa ser estatal. Para nós, precisa ser público. Dou um exemplo: em nossos 20 hospitais novos, não há funcionário público. É tudo organização social sem fins lucrativos, do terceiro setor, com contrato de gestão para ser fiscalizado. Não há diferença de tratamento, é tudo de graça.

ÉPOCA – Quando o senhor fala em alívio de carga tributária, isso significa redução de impostos?

Alckmin – Claro, mas vou mais longe. Precisamos fazer reforma fiscal, que é discutir receita e despesa. Essa é a questão central. Se você tiver uma política fiscal melhor, com a melhoria da qualidade do gasto público e o fechamento de todas as torneiras do desperdício, é possível ter juros mais baratos. Juros menores vão melhorar o câmbio. O que está havendo hoje? Como você não tem política fiscal boa, a taxa de juros está lá na estratosfera.

ÉPOCA – O setor financeiro ficou satisfeito com sua indicação como candidato do PSDB, porque interpreta que tanto o senhor quanto o presidente Lula não vão mudar a política atual. O que o senhor, afinal, faria de diferente para reduzir a taxa de juros?

Alckmin – A política monetária está errada. A taxa de juros está errada. Eu vejo até com bom humor esse negócio de que fulano é mais à direita ou ao centro... Vão levar um susto. Comigo não vai ter imobilismo. Não vai ter essa coluna vertebral do establishment. Não vai ter guarda pretoriana para privilegiado.

ÉPOCA – Qual é o susto que o senhor vai dar?

Alckmin – Um choque de capitalismo. Eficiência de ponta a ponta.

ÉPOCA – Choque de capitalismo foi uma expressão usada por Mário Covas em 1989. O senhor pode explicar melhor?

Alckmin – A ineficiência do Estado afugenta investimentos. Quem gera emprego e renda não é o governo, mas a iniciativa privada. Como se estimula a atividade empreendedora? Por que alguém monta um negócio? Para ganhar dinheiro. Mas, se o país estimula o rentista, para que investir na atividade produtiva? A melhor coisa é rolar dívida do governo. Isso estimula a especulação, mas não o investimento em fábrica, no agronegócio, nos serviços. Minha intenção é criar um ambiente receptivo ao investimento produtivo, ao investimento privado. Não com voluntarismo, mas com um conjunto de reformas.

ÉPOCA – Vamos supor que o senhor assuma o Palácio do Planalto no dia 1º de janeiro de 2007. Quais seriam as primeiras medidas?

Alckmin – A reforma tributária é a primeira medida, a mais importante. Mas há outras reformas, como a da Previdência e a política. A reforma política pode se resumir a um item: fidelidade partidária. Se você tem fidelidade partidária, deixa de ter 594 interlocutores: os 513 deputados e 81 senadores, para ter seis interlocutores, que são os partidos.

ÉPOCA – Mas a reforma tributária nunca avança por causa dos Estados...

Alckmin – Os Estados não podem ser responsabilizados. O governo federal não estava interessado em reforma tributária nenhuma. Estava preocupado em garantir sua parte e eternizar a CPMF e a DRU (*Desvinculação de Receitas da União*). Aproveitou e aumentou imposto.

ÉPOCA – Qual seria uma carga tributária razoável para o Brasil hoje?

Alckmin – É difícil quantificar isso... Primeiro, ela precisa parar de crescer ano a ano. No ano passado, ela cresceu mais de 1,5%. As empresas viraram arrecadadoras de tributos.

> *Vamos chamar a iniciativa privada para participar. O PT acha que tudo precisa ser estatal. Para nós, precisa ser público*

ÉPOCA – O senhor demitiria funcionários públicos?

Alckmin – Não é necessário. Você precisa partir do princípio de que a economia vai crescer.

ÉPOCA – O senhor defende a desvinculação da Previdência do salário mínimo?

Alckmin – Defendo uma Previdência básica, estatal. Dali para a frente, é complementar. A reforma já está feita, mas não é aplicada. Não saiu do lugar. O governo Lula não tomou nenhuma medida estruturante correta no sentido de efetivamente implantá-la.

ÉPOCA – Há uma grande diferença entre ser governador e ser presidente. Um presidente tem de lidar com a posição do Brasil no cenário internacional. Qual é sua estratégia para aumentar a participação do Brasil na economia globalizada?

Alckmin – Nosso comércio exterior é mí

nimo. E hoje ainda estamos com outro problema. Daqui a pouquinho, nós vamos começar a exportar empregos porque está sobrando dólar, e o câmbio vai lá para baixo. Sobram dólares porque a taxa de juros é altíssima e pelo grande superávit da balança comercial. O Brasil está sendo vítima do crescimento pífio. Como não cresce, não importa. Se estivesse crescendo forte, estaria importando mais e o saldo da balança comercial seria menor. Portanto, temos de fazer acordos comerciais para valer. E, para mim, a palavra-chave é reciprocidade.

ÉPOCA – O senhor reativaria a Alca? Dá para competir com China e Índia?

Alckmin – A Alca tem de ser um objetivo. Ela foi totalmente paralisada. Os Estados Unidos estão fazendo acordos comerciais isoladamente, com o Chile, o México, a Colômbia... O Brasil perde duplamente. Perde a oportunidade de exportar para o seu vizinho e vai perder comércio nos Estados Unidos. Dá para competir com Índia e China? Até é o que eu falei antes. Precisa ser eficiente, e isso passa pela questão tributária, pelos custos de infra-estrutura, pela logística, burocracia, legislação...

ÉPOCA – Países como Chile, Coréia do Sul e Irlanda eram até menos desenvolvidos que o Brasil, mas em pouco tempo chegaram a um nível muito bom de competitividade. O que o senhor acha que o Brasil poderia aprender com esses países?

Alckmin – Investir em inovação tecnológica. O que nós estamos fazendo aqui em São Paulo? Parques tecnológicos, com a união do setor privado, universidades e institutos de pesquisa. Permita-me outra observação sobre a questão dos investimentos. Quais foram as regiões mais prejudicadas com a perda da capacidade de investimento do Estado? As mais pobres, porque o setor privado investe onde já tem infra-estrutura, nos lugares em que a economia é mais forte. Por isso, o desenvolvimento regional, a diminuição da pobreza passam pela recuperação da capacidade de investimento do governo federal.

ÉPOCA – Quais são suas propostas para a área de educação?

> *Vão levar um susto. Comigo não vai ter imobilismo. Não vai ter coluna vertebral do establishment*

Alckmin – Nós temos dois novos desafios pela frente: universalizar o ensino infantil e médio e melhorar a qualidade da escola pública. Como se melhora a qualidade da escola pública? Primeiro, com professor capacitado e motivado. Segundo, com mais horas-aula. Nos Estados que puderem, vamos ajudar a implantar o tempo integral no ensino universitário. Claro, é relevante. Mas é preciso escolher: não adianta ficar discutindo só o topo da pirâmide se você não se preocupa com a base.

ÉPOCA – O que o senhor vai fazer com o Bolsa-Família?

Alckmin – Manter, é claro. Programa de complementação de renda, com foco na educação e na capacitação, é uma coisa necessária.

ÉPOCA – E na saúde, o que pode acontecer se o senhor for eleito?

Alckmin – Nossos índices em saúde estão melhorando, mas é preciso dar prioridade ao saneamento básico, que, além de tudo, também gera muito emprego na construção civil. Além disso, é preciso dar mais velocidade à implantação do programa Saúde da Família, que é um bom caminho.

ÉPOCA – Segundo apontam todas as pesquisas, a segurança é uma das primeiras preocupações do brasileiro...

Alckmin – Na segurança, o governo federal tem uma enorme responsabilidade. Hoje há uma legislação dura para o pequeninho e mole para o crime organizado. Precisa ser revista. O governo federal também cuida da polícia de fronteira e do combate ao tráfico de armas. Nessa área, estamos enxugando gelo.

ÉPOCA – O senhor e o presidente Lula têm estilos muito diferentes. Como o senhor vai mostrar isso na campanha?

Alckmin – O povo está cansado de discurso. Eu aposto na mudança.

ÉPOCA – Mas olhe a aprovação do presidente...

Alckmin – A aprovação é mediana. Qual é o nível de ótimo e bom do governo Lula aqui em São Paulo? É metade do meu. E a rejeição é quatro vezes maior. Eu tenho 7% de ruim e péssimo e ele tem 27%. É a antítese. O povo quer menos discurso, menos blablablá, mais ação, mais governo, mais eficiência, menos luta política, mais resultados...

ÉPOCA – Em qual figura histórica o senhor se espelha? Qual o melhor presidente que o Brasil já teve?

Alckmin – É difícil dizer o "fulano". Há homens públicos com enormes qualidades. Eu sempre tive uma enorme simpatia pelo Juscelino, pela ousadia, pela grandeza... ■

@ Outros trechos da entrevista em www.epoca.com.br

> *A Alca tem de ser um objetivo. Os EUA estão fazendo acordos comerciais e o Brasil perde duplamente*

O TESTE DO GOVERNADOR

ÉPOCA selecionou promessas de **Geraldo Alckmin** em dez grandes áreas, verificou o que foi feito em cada uma e atribuiu **notas de 0 a 5**, conforme o critério ao lado. O resultado final é bom para o governador. Nesse conjunto aleatório, ele cumpriu **56%** do que prometeu

TRANSPORTE — NOTA 2

PROMESSA: construir o eixo sul do Rodoanel

REALIDADE: tucanos prometem o Rodoanel há mais de dez anos. Até agora, só o trecho oeste, o menor de todos, foi entregue

SAÚDE — NOTA 3

PROMESSA: concluir o hospital Instituto da Mulher

REALIDADE: demorou, mas vai sair. A obra será entregue entre novembro e dezembro, mas sem equipamentos

FEBEM — NOTA 1

PROMESSA: desativar a unidade do Tatuapé até dezembro de 2005

REALIDADE: a unidade tem mais de mil menores infratores. Apenas uma parte do complexo será desativada até dezembro

HABITAÇÃO — NOTA 5

PROMESSA: manter a política de Mário Covas de destinar 1% do ICMS para habitação

REALIDADE: a opção foi mantida. No ano passado, o governo gastou R$ 1,1 bilhão em habitação

EDUCAÇÃO — NOTA 2

PROMESSA: mudar o sistema de avaliação de quatro anos para anual e erradicar o analfabetismo

REALIDADE: o sistema mudou. Mas o analfabetismo é exatamente o mesmo há três anos: 5,5%

TRIBUTOS — NOTA 5

PROMESSA: reduzir impostos

REALIDADE: reduziu o ICMS em vários setores, como o de calçados, automóveis, têxteis, alimentos, alcooleiro, entre outros

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada "PF rastreia empresas que receberam dólares de Duda", publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo**, de 22 de fevereiro de 2006.

A matéria destaca que a Polícia Federal identificou os nomes de duas empresas de fachada com sede no paraíso fiscal das Bahamas que receberam recursos da Dusseldorf, a **offshore** criada pelo publicitário Duda Mendonça para receber, no exterior, R$10,5 milhões no esquema de caixa dois do PT. As duas novas empresas **offshore** identificadas pela PF, chamadas Raspberry e Strongbox, receberam US$ 632,7 mil da Dusseldorf.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do inciso I e § 2º do art. 210 do Regimento Interno.)

US$ 1,13 milhão foi enviado da conta do publicitário nos EUA para offshores, segundo a polícia

PF rastreia empresas que receberam dólares de Duda

MARIO CESAR CARVALHO
DA REPORTAGEM LOCAL

RUBENS VALENTE
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A Polícia Federal identificou os nomes de duas empresas de fachada com sede no paraíso fiscal das Bahamas que receberam recursos da Dusseldorf, a offshore criada pelo publicitário Duda Mendonça para receber, no exterior, R$ 10,5 milhões no esquema de caixa dois do PT.

As duas novas empresas offshore identificadas pela PF — chamadas Raspberry e Strongbox — receberam US$ 632,7 mil da Dusseldorf. Uma terceira empresa, cujo nome é mantido em sigilo, recebeu US$ 500 mil. Por meio desse trio, Duda tirou US$ 1,13 milhão da conta mantida pela Dusseldorf. As duas empresas identificadas pela PF têm como endereço uma mesma caixa postal, de número 3930, em Nassau, a capital das Bahamas, no Caribe.

Os nomes das empresas e os valores constam do mais recente interrogatório feito pela PF com Duda, em Salvador (BA), no último dia 2. O teor do interrogatório, obtido pela Folha, havia permanecido em sigilo até agora.

Empresas offshores são normalmente usadas por pessoas ou empresas que não querem revelar a origem dos recursos que estão movimentando, seja porque o dinheiro é fruto de tráfico de drogas, corrupção ou caixa dois. A transferência dos recursos de uma offshore para outra é um recurso clássico para despistar a polícia e o fisco.

Uma das hipóteses com que a PF trabalha é a de que a Raspberry e a Strongbox (caixa forte, em português) sejam do próprio Duda Mendonça ou pertençam a sócios do publicitário Zilmar Fernandes e Armando Correia Ribeiro. O advogado de Duda, Tales Castelo Branco, nega que seu cliente seja o dono dessas duas novas offshores (leia texto nesta página).

Não é de político

O marqueteiro da campanha presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 afirmou, no depoimento prestado na Polícia Federal, desconhecer os proprietários das duas empresas.

Apesar de repetir uma dezena de vezes que ignora o destino do dinheiro que saiu de sua conta, o publicitário fez questão de frisar que as duas novas offshores não são ligadas a políticos.

"[Duda] reitera as suas declarações anteriores, afirmando que não foi transferida nenhuma quantia da conta Dusseldorf para quaisquer políticos ou partidos", disse no interrogatório feito pelo delegado Pedro Ribeiro, da PF.

A Strongbox recebeu US$ 414.297,0 da Dusseldorf. A Raspberry, US$ 218.414. Uma terceira conta beneficiada com recursos da empresa de Duda foi identificada no depoimento apenas por um número de conta (100.13395). Ela recebeu US$ 500 mil. Da mesma forma, Duda negou conhecer o beneficiário dela.

Para rastrear a movimentação dos recursos que saíram da Dusseldorf e conhecer o destino final dos recursos, a Polícia Federal necessitará do apoio das autoridades americanas.

"Tudo o que tinha a declarar sobre a Dusseldorf já foi dito, notadamente que os recursos já foram gastos e parte incorporada ao seu patrimônio", disse o publicitário.

Banco de doleiros

A base de dados do MTB Bank de Nova York — onde doleiros brasileiros abriram contas em nome de offshores para movimentar bilhões nos últimos anos, provavelmente para ocultar os verdadeiros donos do dinheiro — traz referências sobre contas em nome da Raspberry e da Strongbox. O MTB foi liquidado sob acusação de funcionar como lavanderia de dinheiro sujo.

Além do mesmo endereço virtual nas Bahamas, as duas empresas mantiveram contas no BankBoston de Miami (EUA) e também depositaram recursos em uma mesma outra conta aberta no MTB Bank em nome da empresa Maximus S/A, sediada em Montevidéu, no Uruguai.

A Raspberry depositou US$ 184 mil na conta da Maximus entre 25 de abril e 6 de novembro de 2003. A Strongbox injetou US$ 122 mil na conta da Maximus entre 19 de dezembro de 2002 e 18 de novembro de 2003.

No depoimento à PF, Duda Mendonça voltou a negar ter feito remessas de recursos ao exterior. No depoimento que prestou à CPI dos Correios e em depoimentos anteriores prestados à PF, Duda atribui toda a operação ao publicitário mineiro Marcos Valério Fernandes de Souza — que, por sua vez, também nega envolvimento nas remessas.

Marcos Valério admite apenas que realizou saques das contas de suas empresas para pagar Duda num esquema de caixa dois comandado pelo ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares.

DUSSELDORF
Em agosto, Duda disse ter criado a "offshore" (empresa cujos sócios não são identificados) Dusseldorf em 2003 para receber dinheiro que o PT lhe devia. Disse que criou a empresa nas Bahamas a pedido de Marcos Valério, que depositou na conta R$ 10,5 milhões

Valério disse à PF que não fez pagamento a Duda no exterior nem pediu que ele criasse a "offshore" para receber dinheiro do PT

ELEVEN
A Folha revelou em agosto passado que Duda recebia, em 1998, na conta Eleven, no Citibank de Nova York, parte do dinheiro desviado no caixa dois de obras da Prefeitura de São Paulo quando Maluf era prefeito. A conta teria recebido, segundo disse à PF o doleiro Vivaldo Alves, US$ 5 milhões em 1998

Duda nega a conta no exterior e o recebimento de dinheiro desviado da prefeitura

OCEAN BANK
Conta clandestina em Miami foi descoberta por autoridades americanas e vinculada a Duda porque sua filha tentou sacar na conta. Não conseguiu porque o nome de Duda encontra-se em lista de suspeitos de lavagem de dinheiro. Segundo a revista "IstoÉ", a conta seria no Ocean Bank e teria saldo de US$ 2,2 milhões

O advogado de Duda informou à Folha que a conta no Ocean Bank não existe e que a revista está "mal informada"

BANK OF AMERICA
A revista "Veja" disse que Duda movimentou US$ 15 milhões em cinco contas de uma agência do Bank of America em Miami, desde 1993

Advogado de Duda diz que afirmações são "infundadas"

OS CRIMES QUE DUDA PODE RESPONDER

Crime	Pena
Sonegação fiscal	de 6 meses a 2 anos de prisão e multa
Lavagem de dinheiro	de 3 a 10 anos de prisão e multa

Segundo a PF,

US$ 1,13 mi

da Dusseldorf foi mandado para as seguintes contas:

Conta 4481296
US$ 414.297
Pertence à "offshore" Strongbox, com sede nas Bahamas, um paraíso fiscal no Caribe que não faz exigências para saber a origem do dinheiro que é depositado

Conta 71369
US$ 218.414
Conta da "offshore" Raspberry, também com sede nas Bahamas. A Raspberry e a Strongbox têm como endereço uma mesma caixa postal, o que indica que são administradas pela mesma pessoa

Conta 10013395
US$ 500 mil
A PF ou não identificou ou mantém sigilo sobre o nome da "offshore" a que pertence essa conta. Uma das hipóteses da polícia é de que as três contas sejam de Duda ou de pessoas ligadas a ele

→ *Duda diz desconhecer as contas e as movimentações*

Fonte: Interrogatório de Duda pela PF em Salvador (02.fev)

OUTRO LADO

Contas não são de Duda nem de seus sócios, diz advogado

DA REPORTAGEM LOCAL
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O advogado do publicitário Duda Mendonça, o criminalista Tales Castelo Branco, disse ontem à Folha que seu cliente não conhece as contas citadas pela Polícia Federal no interrogatório feito em Salvador no início deste mês, que, segundo a polícia, receberam recursos do publicitário.

Segundo Castelo Branco, as três contas não são de Duda Mendonça, de sócios dele ou de pessoas ligadas a ele.

Duda já afirmou que recebeu R$ 10,5 milhões por meio da Dusseldorf, uma "offshore" com sede nas Bahamas, e incorporou esse montante ao seu patrimônio. Segundo ele, a "offshore" foi criada em 2003 para receber dinheiro do PT.

Castelo Branco afirma que seu cliente "não sabe como o banco agiu" para incorporar esses R$ 10,5 milhões.

"O banco pode ter aberto essas contas para incorporar esse dinheiro ao patrimônio de Duda", aventa o advogado.

De acordo com Castelo Branco, o banco pode ter agido de maneira autônoma.

"Duda nunca deu autorização para o banco abrir essas contas. Ele autorizou, sim, o banco a pagar outras pessoas", afirmou o advogado.

O advogado, no entanto, diz que não sabe informar quem são as pessoas que receberam recursos dessa conta de Duda.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada "Governo gasta com a máquina quatro vezes o que investe", publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 20 de março do corrente.

Segundo a matéria do jornalista Marcelo Rehder, as despesas como compra de material, cafezinhos, viagens, pagamento de serviços a terceiros, somaram R$63,9 bilhões em 2005, ante R$15,9 bilhões em investimentos.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do inciso I e § 2º do art. 210 do Regimento Interno.)

O ESTADO DE S. PAULO

Data: 20/3/06 Página: –

CONTAS PÚBLICAS

Governo gasta com a máquina quatro vezes o que investe

Despesas somaram R$ 63,9 bilhões em 2005, ante R$ 15,9 bilhões em investimentos

Marcelo Rehder

O governo federal gasta com despesas de custeio da máquina pública, como compra de material, pagamento de serviços de terceiros, cafezinhos e viagens, quatro vezes o que investe em rodovias, saneamento e energia elétrica, entre outros, necessários ao crescimento da economia e à melhoria da qualidade de vida da população. Levantamento feito pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), com base em dados do Tesouro Nacional, mostra que os gastos de custeio somaram R$ 63,9 bilhões em 2005, ante R$ 15,9 bilhões em investimentos realizados por todos os órgãos do governo. Essas despesas não incluem gastos com pessoal.

Para Paulo Francini, diretor do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos da Fiesp, esses números indicam a necessidade de maior eficiência no controle das contas públicas e um inevitável corte nas despesas. "Esses gastos não são obrigatórios, dependem apenas do controle e gestão da administração federal."

Nos últimos quatro anos, o gasto com custeio teve crescimento real de 20,5%, descontada a inflação do período, medida pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo IBGE. Só no ano passado, o aumento foi de 5,2% em relação a 2004.

"O governo precisa agir, porque se o Brasil fosse uma empresa, com a qualidade de sua gestão, já teria quebrado".

A Fiesp já apresentou ao ministro da Fazenda, Antônio Palocci, uma proposta de "choque de gestão" que consiste em reduzir a despesa real (descontada a inflação) em 2% ao ano por seis anos e mantê-la constante por mais quatro. Além disso, a entidade sugere limitar o aumento da receita real em 50% do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Atingido um superávit operacional, 90% seriam destinados aos investimentos no ano seguinte.

Em 2005, a receita da União registrou crescimento real de 11,5%, quando comparada com a do ano anterior, e as despesas subiram 10,9%. Já o crescimento do PIB foi de apenas 2,3%.

De acordo com Francini, só o aumento da eficiência gera economias e ao mesmo tempo permite a redução da carga tributária. Nesse sentido, o choque de gestão proposto pela Fiesp prevê que a relação da dívida pública com o PIB caia à metade em dez anos, passando de 51,6% para 25,6%, o que permitiria ao governo alongar o prazo da dívida e reduzir as restrições na sua rolagem em momentos de eventuais crises. A taxa de crescimento do PIB passaria de 2,3% para 7%, em 2015, o que representa uma média anual de 5,7%. Esse salto seria impulsionado pelo aumento dos investimentos públicos e privados.

"A partir do momento em que o governo deixar de lançar títulos no mercado, os bancos vão ter que ir para a rua oferecer crédito mais barato", observa André Rebelo, economista-chefe da Fiesp. "Além disso, a redução da relação dívida/PIB também possibilita a redução da taxa básica de juros, o que tem impacto positivo no superávit operacional".

Com o corte dos gastos públicos, a carga tributária federal poderia ser reduzida dos atuais 26,2% do PIB para 17,8%, em 2015. No mesmo período, as despesas declinariam de 18,9% para 8,8% do PIB. Considerando que os governos estaduais e municipais também reduzam seus tributos à mesma proporção, em dez anos a carga tributária total cairia para 26,4%, ante aos quase 36% atuais.

A Fiesp entende que a redução dos gastos seria possível estabelecendo princípios de gestão para a atividade pública semelhantes aos das empresas privadas. Francini lembra que as empresas tiveram que se submeter a ajustes para manter a competitividade depois da abertura do mercado brasileiro à concorrência internacional, a partir de 1990. Ele cita que, de lá para cá, os gastos com pagamento de pessoal não ligado à produção, o que inclui venda, administração e marketing, foram reduzidos de 6% para 2,7% do faturamento líquido das indústrias.

"Enquanto as empresas tiveram que fazer a sua gestão mais competitiva, o Estado foi na direção oposta, gastando cada vez mais para fazer a mesma coisa. É preciso diminuir o seu desperdício e a sobreposição de funções e de programas, e ao mesmo tempo melhorar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos", afirma o diretor da Fiesp.

Segundo ele, a experiência de países como a Finlândia, Irlanda e Nova Zelândia prova que o rígido controle de gastos públicos não apenas é possível como traz resultados bastante satisfatórios. A Nova Zelândia, por exemplo, que iniciou um ajuste fiscal em 1984, baseado no maior controle e eficiência na gestão dos recursos públicos, reduziu os gastos de 53,8% do PIB para 37%, e a carga tributária, de 49% para 41%. Acompanhando o bom desempenho fiscal, a taxa de juros reais caiu de 6,4% para 3% ao ano. Com o superávit crescente e os juros em queda, a relação dívida/PIB da Nova Zelândia despencou de 60% para 28%.

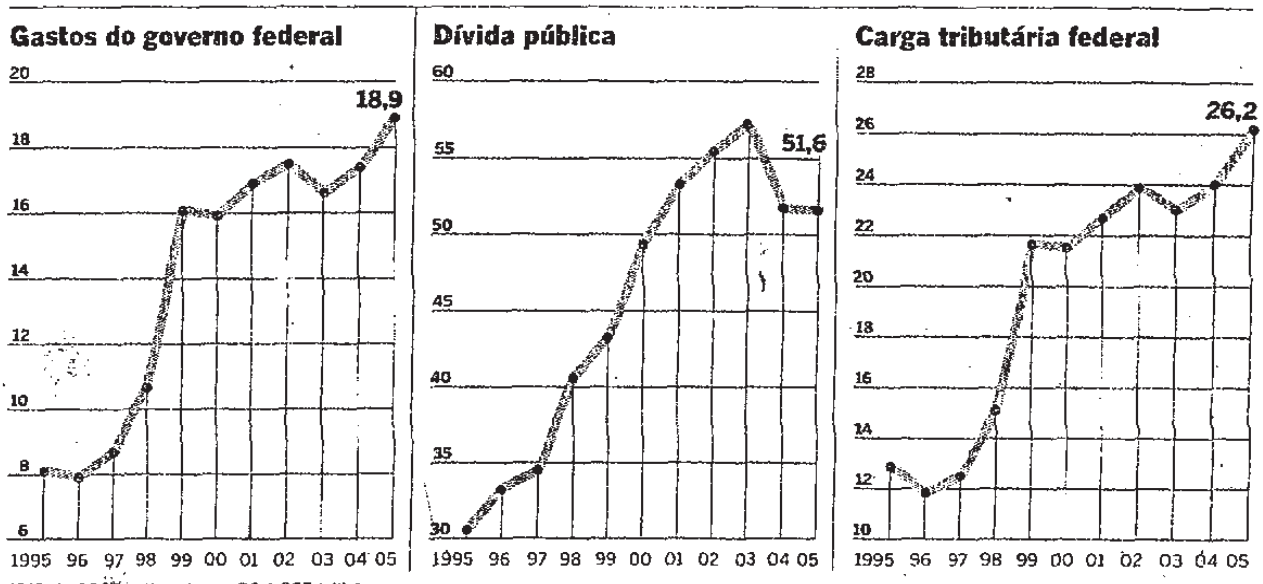
O ESTADO DE S. PAULO

Data: 30/3/06 Página: -

RETRATO DO AJUSTE

Evolução dos principais indicadores fiscais do governo federal de 1995 a 2005

EM PORCENTAGEM DO PIB*



*PIB de 2005 estimado em R$ 1,865 trilhão

FONTE: SECRETARIA DO TESOURO, IBGE; ELABORAÇÃO: FIESP

ARTESTADO

Previdência responde por 40% das despesas

Uma das principais preocupações dos economistas em relação aos gastos públicos é com a conta da Previdência Social, responsável por quase 40% das despesas do governo federal. No ano passado, os gastos da Previdência atingiram R$ 150 bilhões.

Para o economista Fábio Giambiagi, do Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada (Ipea), um dos componentes que mais têm pesado para o crescimento dessas despesas é o aumento real do salário mínimo.

Giambiagi explica que dois de cada três beneficiários são pagos no valor do piso previdenciário, que por determinação constitucional é igual ao salário mínimo. Segundo ele, um aumento real (acima da inflação) de 10% no mínimo equivale a um incremento de 3% a 4% nos gastos.

O valor do salário mínimo teve aumento real de 90% nos últimos 12 anos. Nesse período, o rendimento real médio dos ocupados caiu nas regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE.

"A Previdência requer uma emenda constitucional que altere a idade mínima para aposentadoria e desvincule o mínimo do piso previdenciário, entre outras medidas", diz Giambiagi.

O economista Guilherme Loureiro, da Tendências Consultoria Integrada, observa que o reajuste do mínimo significou uma despesa adicional de R$ 135 bilhões desde 1995. Segundo ele, se o reajuste tivesse sido feito com base na inflação, o impacto seria de R$ 85 bilhões. ● M.R.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado "Por que Nildo iria mentir?", publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 19 de março do corrente.

O jornalista Gaudêncio Torquato comenta o sincero e emocionado depoimento do caseiro Francenildo Costa Santos, apresentado a todo País, na CPI dos Bingos. O artigo faz uma alusão ao caso do ex-motorista dos tempos do ex-Presidente Collor, Eriberto França, que confirmou que empresas de PC Farias faziam depósitos em contas fantasmas para beneficiar o então Presidente. Assim como o ex-motorista, o caseiro Francenildo, com muita coragem e senso de dever democrático, foi à Comissão contar a verdade sobre o que presenciou em mais um dos diversos episódios de escândalos que evolvem o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do inciso I e § 2º do art. 210 do Regimento Interno.)

Por que Nildo iria mentir?

Gaudêncio Torquato

O que é um homem verídico? É um homem sem meandros, sincero ao mesmo tempo em sua vida e em suas palavras e que reconhece a existência de suas qualidades próprias, sem nada acrescentar a elas e sem nada delas subtrair, respondia Aristóteles em seu tratado de ética. Um homem sem curvas expressa sinceridade ao conferir força ao caráter das palavras. Já o caráter das palavras se espelha na riqueza de detalhes, nas minudências, esses pequenos arremates de idéias e lembranças que brotam, de maneira instintiva, das associações mentais de interlocutores em conversa aberta. Pois é esse mapa de respostas francas, circunstanciadas, minuciosas que o caseiro Francenildo Costa Santos, pelas páginas do **Estado** (14/3), apresenta ao País, no mais contundente depoimento até agora dado sobre as andanças do poderoso ministro da Fazenda, Antonio Palocci, por uma casa de Brasília, onde a República de Ribeirão Preto teria montado esquema de recepção e distribuição de dinheiro ilícito.

Nildo, como o caseiro é conhecido, veste por inteiro o figurino aristotélico quando rejeita enfeitar com adereços a história que conta. Quando diz "do lado dele, não sou nada", arrematando que o ministro Palocci mente ao dizer que nunca freqüentou a casa do Lago Sul, o piauiense recorre à precária condição material para fazer contraponto a "quem é tudo", buscando na grandeza moral de um homem pacato a base para construir uma teia de situações tão devastadoras quanto críveis: "o carro Peugeot prata, vidro escuro; jogando tênis com dr. Rogério e Rui, à tarde; tinha que chamar de chefe; sempre pagavam na terça ou na quinta; pediu para desligar os sensores em volta da casa; nunca saiu cheque, só dinheiro." O ministro Palocci nega ter ido à famosa mansão. E diz que o caseiro está mentindo.

Que razões teria o caseiro para mentir? O argumento de que os partidos de oposição se apóiam em denúncias bombásticas para fazer estragos eleitorais e atingir a imagem do candidato Lula não resiste à análise. Nos tempos de Collor, Eriberto França, motorista de Ana Acioli, secretária do presidente, confirmou que empresas de PC Farias faziam depósitos em contas fantasmas. O ambiente social era francamente favorável às oposições. Não é o caso de hoje. As artimanhas da situação ou oposição não passam ao largo de uma mídia vigilante e dos sistemas que controlam operações ilegais: Ministério Público, Polícia Federal e as próprias comissões parlamentares de inquérito. Houvesse sido cooptado, com dinheiro, emprego e vantagens, o caseiro Nildo seria fatalmente flagrado e seu logro reverteria em favor de Lula, com aplausos gerais para o ministro da Fazenda. Nunca as vísceras do País foram tão removidas, a partir de grampos, gravações telefônicas, meios avançados de segurança eletrônica, detetives particulares e monitoramento de casos suspeitos.

Fosse patranha, a versão de Francenildo Santos estaria, a esta altura, triturada, razão pela qual se torna crível a confissão: "Fiquei com medo e resolvi falar." Esse é o ponto central. Medo de ser escorchado pelos poderosos. Medo de ser indiciado, eis que seu nome foi citado pelo motorista Francisco das Chagas Costa, que também confirmou ter encontrado por três vezes, pelo menos, o ministro na casa de nº 25, também conhecida por reunir recepcionistas agenciadas por Jeany Mary Corner. A versão do motorista também é negada. Por que o motorista Chagas iria mentir? O depoimento, também cheio de detalhes e com direito a choro, na CPI dos Bingos, pareceu convincente. Mas não é o próprio Palocci que tem versão contraditada? Negou ter viajado em jatinho do empresário Roberto Colnaghi para Brasília. Ante o desmentido do amigo de que ninguém pagou o aluguel do avião, o ministro reconheceu ter cometido "imprecisão terminológica". Viajou.

Não é de hoje que se escreve a história com falsas versões. Confúcio (quem diria, hein?) falsificou um calendário histórico chinês alterando algumas palavras. O texto original dizia: "O senhor de Kun condenou à morte o filósofo por ter dito frito e cozido." O sábio substituiu a expressão "condenou à morte" por "assassinou". Lenin queria descrever a exploração e a opressão da Ilha Sakalina pela burguesia russa. Ameaçado pela polícia do czar, substituiu Rússia por Japão e Sakalina por Coréia. Os métodos burgueses japoneses lembravam os métodos burgueses russos. A subtração ou acréscimo nas letras da História tem sido um subterfúgio de homens que mexem com idéias para satisfazer o ego e preservar poder. O ministro Antonio Palocci tem o direito de tentar reforçar o escudo que se procura armar em torno de sua imagem. Afinal de contas, trata-se do fiel escudeiro de um modelo econômico que agrada ao establishment. Defenestrá-lo do governo pode gerar tumultos inconvenientes. Mas a pergunta remanesce: e a democracia não tem de pagar um preço? A honra, a honestidade, a lisura não são valores inalienáveis do paradigma da administração pública? Ou é o caso de fazer valer a ética dos poderosos sobre a ética dos humildes?

O ministro Palocci esquece que, na esfera da política, há sempre um Marco Antonio à espreita de circunstâncias. O impetuoso general, na versão de Shakespeare, proferiu a oração fúnebre diante do corpo do amigo César. Com eloqüência repetia que o assassino Brutus era um homem honrado. Porém o que ficou na memória dos romanos foi a descrição bárbara do crime. Diz-se que Deus está nos detalhes. Os detalhes das versões que correm sobre a República de Ribeirão Preto são tantos que as insistentes negativas de Antonio Palocci acabarão no limbo. Alegar não saber dirigir em Brasília é balela. Quem tem boca vai a Roma. Pois foi usando a boca que este escriba, na direção de um carro alugado, descobriu, no meio da noite, no centro confuso de uma Roma desconhecida, um hotelzinho onde tinha reserva. As vielas eram tão estreitas que, por algumas vezes, perdido, só podia sair com carro de ré. Palocci tem de encarar a verdade. Por que Nildo iria mentir?●

Gaudêncio Torquato, *jornalista*, é professor titular da USP e consultor político. E-mail: gautor@gtmarketing.com.br

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro das matérias intituladas "O sigilo do caseiro", publicada na revista **ISTOÉ**, em sua edição de 29 de março, e "O inferno de Palocci", publicada na revista **Época**, em sua edição de 27 de março.

As matérias dão destaque à reação do Governo sobre as revelações do caseiro Francenildo Santos Costa que envolvem o Ministro da Fazenda, Antonio Palloci. Segundo a matéria da revista **ISTOÉ**, a decisão do Governo de violar o sigilo bancário do caseiro, numa tentativa de desqualificar suas declarações, "coloca em ebulição a confiabilidade em uma das instituições mais respeitadas do País, a Caixa Econômica Federal".

A matéria da **Época** revela que uma operação para "controle de danos" teria envolvido os Ministros Antonio Palocci e Márcio Thomaz Bastos, além do Presidente da Caixa Econômica, Jorge Mattoso. A mobilização tinha como objetivo encontrar um bode expiatório, alguém que assumisse a violação da conta e o vazamento dos dados.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que as matérias acima citadas passem a integrar este pronunciamento, a fim de que constem dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do inciso I e § 2º do art. 210 do Regimento Interno.)

CRISE

O SIGILO DO CASEIRO

PERSONAGEM
A conta quebrada na Caixa Econômica

Reação do governo às revelações de Francenildo coloca mais lenha na crise política, abala a confiabilidade na CEF e pode antecipar a divulgação da reforma ministerial

MÁRIO SIMAS FILHO

O caseiro Francenildo Santos Costa aumentou a temperatura da crise política ao apresentar sua versão sobre o que vira enquanto trabalhava em uma mansão no Lago Sul de Brasília. A reação do governo às suas declarações, porém, foi ainda mais danosa e coloca em ebulição a confiabilidade em uma das instituições mais respeitadas do País, a Caixa Econômica Federal. Na quinta-feira 23, a PF decidiu quebrar o sigilo bancário e telefônico do caseiro. Uma clara tentativa de dar ares de legalidade a uma operação ilegal, digna dos regimes de exceção, realizada uma semana antes. Na noite da quinta-feira 16, o extrato bancário de Nildo, como é conhecido o caseiro, foi vasculhado através de um terminal instalado no edifício-sede da Caixa. A bisbilhotice durou exatos 16 minutos e se deu enquanto o caseiro prestava depoimento na sede da PF, a pouco mais de 200 metros de distância da sede da CEF. Minutos antes de o terminal eletrônico da Caixa ser acionado, um delegado da PF pedira a Nildo o cartão bancário que tinha o número de sua conta. A senha para acessá-la, no entanto, não foi fornecida.

BRASIL

Quem forneceu a senha de Nildo aos bisbilhoteiros e a mando de quem foi feita a invasão na conta do caseiro é o mistério que a Polícia Federal tenta desvendar. "Não vamos conviver com quebra da regra democrática", diz o ministro da Articulação Política, Jaques Wagner. Punir os responsáveis pela violação é fundamental para o estado de direito e só com o esclarecimento de toda essa operação é que a credibilidade da CEF pode se manter inabalada. Na quinta-feira, o presidente da CEF, Jorge Mattoso, cancelou uma viagem ao Japão para pilotar a crise. Sua cabeça, porém, nunca esteve tão ameaçada.

A inaceitável quebra do sigilo da conta de Nildo não foi o primeiro ato de arbítrio que vitimou o caseiro. Três dias antes, na segunda-feira 13, quatro terminais da sede da Secretaria da Receita Federal, que fica entre os edifícios da CEF e da PF, foram acionados para mapear a vida fiscal do rapaz, filho de uma lavadeira e de pai incerto. Apenas alguns altos funcionários da Receita têm acesso ao *software* do sistema "Dossiê Integrado da Pessoa Física" e "Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física", que permite levantar a vida contábil e financeira de um cidadão. A manobra foi relatada ao deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR) por três pessoas ligadas ao serviço de inteligência da Receita. A Polícia Federal também já tem conhecimento de que não apenas o extrato bancário de Nildo foi entregue à imprensa. **Documentos da Receita e do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) faziam parte do dossiê entregue pelos bisbilhoteiros.**

A versão contada pelo caseiro e a atabalhoada reação do governo têm levado o presidente Lula a pensar em antecipar em quatro dias a reforma ministerial prevista para sexta-feira 31. A reviravolta no primeiro escalão do governo poderá minimizar o impacto provocado pela quebra do sigilo do caseiro e ainda coincidir com a leitura do relatório final da CPI dos Bingos, ajudando a diminuir sua repercussão. ■

O inferno de Palocci

A quebra do sigilo do caseiro Francenildo torna insustentável a permanência do ministro

Goste-se ou não, é um dado da vida: o que está ruim pode sempre piorar. Foi o que aconteceu com o ministro da Fazenda, Antônio Palocci. Em seus dias de lauto, no começo do governo Lula, Palocci brilhou como uma espécie de símbolo da estabilidade econômica. Era o mocinho da história. Nos últimos tempos, o papel de Palocci na cena política brasileira tem sido bem menos glamouroso. Ele virou o alvo predileto da oposição, tornou-se o vilão que, derrubado, pode arrastar na queda o resiliente prestígio do chefe.

Na semana passada, a situação de Palocci se complicou ainda mais depois que ÉPOCA divulgou o conteúdo de extratos bancários do caseiro Francenildo dos Santos Costa. O caseiro ganhou notoriedade ao acusar Palocci de freqüentar a chamada Casa do Espanto, um controvertido ponto de encontro de amigos antigos do ministro em Brasília. Os extratos, que mostram depósitos em dinheiro de R$ 38 mil na conta do caseiro, foram emitidos de dentro do sistema de computadores da Caixa Econômica Federal enquanto Francenildo estava sob custódia da Polícia Federal. Acusado pela oposição de estar por trás da violação das contas, Palocci passou a semana sem aparecer no Ministério da Fazenda. Despachou no Palácio do Planalto, onde se revezou entre três salas de reunião e pediu ajuda às secretárias do presidente Lula para completar suas ligações. Segundo ÉPOCA apurou, na quarta-feira Palocci passou três horas e meia fechado com Lula no gabinete presidencial e pediu demissão. Lula não aceitou.

Para uma oposição perplexa com os índices de intenção de voto de um presidente que passou todo o ano passado sob o peso do escândalo do mensalão, o episódio da quebra de sigilo surgiu como uma segunda chance de atacar o governo petista no campo da ética. O PT, ao longo dos anos, construiu uma imagem de pureza que o distanciava – presumivelmente – dos, por assim dizer, políticos comuns. Vincula-lo a ações no campo da corrupção e dos deslizes de conduta sempre foi o sonho dourado de seus adversários. O sonho se transformou em realidade com o caso do mensalão. A quebra do sigilo pode trazer de volta esse sonho para a oposição, a julgar pelo barulho dos últimos dias.

A oposição acusa o governo de usar o aparelho do Estado para obter informações contra um cidadão que se tornara um problema para Palocci. Foi uma das semanas mais tensas do governo Lula, marcada por reuniões secretas, encontros na madrugada, chantagens e ameaças. Cada setor do governo tentava salvar a própria pele. Palocci pressionou a Caixa. A PF também centrou fogo na Caixa. Chamou seu presidente, Jorge Matoso, para depor e ameaçou fazer uma operação de busca na sede. A Caixa tentou jogar a responsabilidade para a Polícia Federal e para o gabinete do ministro da Fazenda.

A informação sobre os extratos apareceu no Blog Brasil, de ÉPOCA, no fim da tarde da sexta-feira 17. A revista recebeu os papéis durante a apuração da crise de alguém que não tenha condições de ser o autor da quebra de sigilo. Foi investigar a história. O advogado de Francenildo, Válcio Nascimento, confirmou os depósitos. O caseiro disse que o dinheiro vinha de um empresário do Piauí, Eurípedes Soares, de quem supostamente seria filho biológico. Soares também confirmou os depósitos, mas negou que fosse pai de Francenildo.

Dada a relevância da informação, ÉPOCA decidiu publicar o conteúdo dos extratos. Revelou a existência dos depósitos, que lançavam dúvidas sobre a motivação de uma testemunha-chave contra o ministro, e também as condições estranhas em que o extrato foi emitido – durante o período em que o caseiro estava sob custódia da PF. Essas duas informações mudaram o rumo da crise política.

A revelação dos extratos desencadeou, além do ataque a Palocci, uma discussão relevante: os limites da privacidade. Até que ponto detalhes da vida privada de um ministro de Estado ou de um caseiro são importantes para o público? A quem interessa saber que tipo de mulher freqüentava a Casa do Espanto em Brasília ou que relação existia entre o caseiro, sua mãe e seu pai biológico? Em que condições informações sobre a vida privada têm interesse público? A resposta a essas perguntas não é trivial e não se restringe ao Brasil. O ex-presidente americano Bill Clinton quase sofreu processo de impeachment por ter mantido relações extraconjugais com uma estagiária na Casa Branca. Sua vida foi devassada até a última gota de sêmen. Na França, a imprensa preservou até a morte a existência de uma filha ilegítima do presidente François Mitterrand.

No Brasil, boa parte do debate foi contaminada pelos interesses políticos – e isso mais obscurece que esclarece a questão. Como linha geral, todo homem público deve satisfações à sociedade. Na prática, as relações – mesmo as pessoais – de um ministro com qualquer interessado em fazer negócios com o governo são relevantes e devem ser esclarecidas. Mas isso não quer dizer que um homem público não tenha direito a vida privada. Também é fundamental reconhecer que existe uma atividade legítima de lobby. Nem todo lobista, ao contrário do imaginário popular, está envolvido em subornos e maracutaias.

A vida privada das figuras públicas deve estar limitada por tudo aquilo que é de interesse público. Ao acusar Paloc-

ci, tido como principal ministro do governo Lula, Francenildo tornou-se uma figura pública. Como não há provas de quem está dizendo a verdade, tudo se resume a um duelo de credibilidade entre o caseiro e o ministro.

A oposição condenou o vazamento de dados sigilosos e a invasão da "vida pessoal e familiar" do caseiro. Mas, até a semana anterior, eram os petistas que acusavam o caseiro e a oposição de se intrometer na "vida familiar" de Palocci. Até a revelação dos extratos, Francenildo não contara nem mesmo ao advogado que tinha dinheiro na conta. Ele assumira a defesa do caseiro de graça. O empresário Eurpedes Soares afirma que Francenildo o instou a dar o dinheiro sob a ameaça de contar para a família dele sobre a paternidade.

No fim da semana, nem mesmo o governo duvidava que a guerra na opinião pública estava perdida para Palocci. O presidente não aceitou o pedido de demissão do ministro no meio da semana, mas o governo também não apresentou uma versão convincente para o caso Francenildo. Oficialmente, abriu investigações, tanto na Caixa quanto na Polícia Federal. Nos bastidores, montou uma operação de controle de danos. Durante toda a semana, ministros se mobilizaram para encontrar um bode expiatório, alguém que assumisse a violação da conta e o vazamento dos dados.

Segundo ÉPOCA apurou, Palocci participou ativamente dessa "operação abafa". Na quinta-feira à tarde, reuniu-se em sigilo no Planalto com o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e com Jorge Matoso, da Caixa. Os ministros receberam de Matoso um relato do que a investigação da Caixa havia apurado. Souberam que era impossível négar que o acesso a conta de Francenildo fora feito de um computador no edifício-sede do banco e que os funcionários que operavam a máquina já tinham sido identificados. Palocci pressionou Matoso a assumir toda a responsabilidade e a pedir demissão. Matoso recusou. Funcionários do Planalto presenciaram uma cena rara. Amigos, Palocci e Márcio Thomaz Bastos discutiram aos gritos.

O clima de tensão piorou à medida que as investigações avançavam mais rápido que a busca do bode expiatório. A Caixa pedira 15 dias para apontar os responsáveis, mas, na própria quinta-feira, os nomes dos dois funcionários foram entregues à PF. Os funcionários da Caixa que retiraram os extratos de Francenildo do sistema teriam agido por ordem de um vice-presidente do banco, indicado pelo PT. O problema é saber se esse vice-presidente agiu a pedido de mais alguém.

As contas do caseiro foram acessadas duas vezes. A primeira, às 20h58 da quinta-feira. A outra, na manhã da sexta-feira. A investigação sobre ele, porém, foi mais ampla e começou antes. Papéis a que ÉPOCA teve acesso mostram que a Polícia Civil do Piauí, Estado governado pelo PT, levantou dados pessoais e obteve cópias dos documentos de Francenildo. Também foi feita uma checagem de crédito, mostrando que ele tinha pequenas dívidas até o fim do ano passado, antes de receber os depósitos. Na quinta-feira, pouco antes da quebra de sigilo, a Polícia Federal o interrogou sobre sua conta bancária. No dia seguinte, a Caixa encaminhou os dados de movimentação bancária do caseiro ao Conselho de Fiscalização de Atividades Financeiras (Coaf). Começou uma investigação.

Lula confidenciou a assessores uma razão bem pessoal para tentar manter Palocci. Acha que o ministro é o último escudo que lhe restou, depois da queda de José Dirceu e do encolhimento de Luiz Gushiken. "Se derrubarem o Palocci, virão para cima de mim", disse em uma conversa reservada. O presidente acha que a campanha eleitoral será uma guerra e que, com Palocci fora de cena, o foco dos ataques será ele ou seu filho Fábio, o Lulinha.

No governo, já se discute a sucessão de Palocci. Se ele deixar o cargo, poderia ser candidato a deputado federal. Os nomes mais cogitados para o posto no PT são o do presidente do BNDES, Guido Mantega, e o do senador Aloizio Mercadante. Outra opção seria um nome técnico, como o secretário-executivo da Fazenda, Murilo Portugal.

Na sexta-feira, seguindo um roteiro combinado com Lula, Palocci reapareceu. "Há pessoas que não têm limites. Não sabem a diferença entre investigar e perseguir", disse em almoço na Câmara de Comércio Brasil–Estados Unidos, em São Paulo. "Eu me recolhi porque não posso, como ministro da Fazenda, debater qualquer tipo de acusação baixa ou politiqueira."

Palocci disse que a crise não vai afetar a economia e lembrou que, na véspera, se reunira com a missão do Fundo Monetário Internacional. Ele reafirmou que as estruturas econômicas estão sólidas o suficiente para não depender de qualquer pessoa, mesmo quando o ministro "vive um inferno". É verdade. Pode-se, diante dos fatos, esperar qualquer tipo de surpresa oriunda da Casa do Espanto ou do caseiro Francenildo. Na economia, porém, a surpresa tende a ser nenhuma. ■

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial da **Folha de S.Paulo**, do último dia 22 de março do corrente intitulado "O Ministro e o caseiro".

O editorial trata da polêmica envolvendo o Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e as declarações do caseiro Francenildo dos Santos Costa, que diz ter visto o ministro na casa alugada por seus ex-assessores para servir como uma "central de negócios". Segundo o editorial, "A privacidade do ministro é preservada ao custo de sonegar-se à nação o esclarecimento de suas relações com lobistas e escroques".

Ainda segundo o editorial, "Desqualificar quem perturba é tática recorrente da cartilha autoritária que o PT, no poder, vem cultivando com desembaraço".

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o editorial da **Folha de S.Paulo** seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do inciso I e § 2º do art. 210 do Regimento Interno.)

A 2 quarta-feira, 22 de março de 2006

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL ★★★
Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S/A

Presidente: LUÍS FRIAS
Diretor Editorial: OTAVIO FRIAS FILHO

Superintendentes: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO
Editora-executiva: ELEONORA DE LUCENA

Conselho Editorial: ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, JANIO DE FREITAS, GILBERTO DIMENSTEIN, LUÍS NASSIF, CLÓVIS ROSSI, CARLOS HEITOR CONY, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUÍS FRIAS E OTAVIO FRIAS FILHO (SECRETÁRIO)

EDITORIAIS
F-mail: editoriais@uol.com.br

O MINISTRO E O CASEIRO

A POLÊMICA entre um ministro e um caseiro galvaniza o debate político nacional. Quanto ao primeiro, os rigores da lei impedem que uma comissão legislativa esclareça se falou a verdade. Do segundo, a brutalidade afinada com o poder de turno seqüestra o sigilo bancário. A privacidade do ministro é preservada ao custo de sonegar-se à nação o esclarecimento de suas relações com lobistas e escroques. A intimidade do caseiro e seu drama familiar são desnudados ao país.

Não é difícil imaginar como foi gestada a idéia de devassar as contas de Francenildo Santos Costa, o empregado de uma mansão de Brasília que, em consonância com outras duas testemunhas, contradiz Antonio Palocci ao afirmar que o ministro visitou a chamada "casa do lobby". Desqualificar quem perturba é tática recorrente da cartilha autoritária que o PT, no poder, vem cultivando com desembaraço.

Tampouco estranha a falta de, por assim dizer, planejamento da ação: sigilos, no mundo da finança digital, não são quebrados sem deixar vestígios. Marcos Valério, as malas de dinheiro e as procissões à luz do dia à agência do Banco Rural —para não citar os US$ 100 mil atados ao baixo ventre nem o jipe próprio para lama generosamente aceito como presente— estão aí para provar que o desleixo operacional não nasceu hoje nas fileiras do petismo governista.

De todo modo, para um desfecho republicano, o enredo da história do ministro e do caseiro deve trilhar um único caminho. A Caixa Econômica Federal, banco estatal subordinado à Fazenda, tem a obrigação de apresentar logo o autor da violência contra Francenildo. Não fazê-lo é o mesmo que pôr em marcha uma grande operação de acobertamento a envolver o núcleo do governo, sem excluir a Presidência da República.

No que concerne a Palocci, resta-lhe esclarecer: o que tem a declarar diante das três testemunhas? Freqüentou ou não a casa do Lago Sul? Manter-se em silêncio será o mesmo que admitir falta grave, o que o impediria de seguir ministro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, de 23 de março de 2006, intitulada "Em um mês, MST fez 78 invasões em 15 Estados".

Os números indicam a maior onda de ocupações registrada no País nos últimos seis anos. De acordo com o porta-voz do MST, João Paulo Rodrigues, "A onda de invasões deve-se ao não cumprimento das promessas feitas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto. A tática adotada pelo MST neste ano eleitoral é bem diferente da que usou em 2002, quando, para ajudar a eleição de Lula, reduziu o número de ações. Naquele ano, nos meses de janeiro, fevereiro e março ocorreram 10 invasões".

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

TERRAS

Em um mês, MST fez 78 invasões em 15 Estados

Números indicam a maior onda de ocupações registrada no País nos últimos seis anos; porta-vozes avisam que ações continuam em abril

Roldão Arruda

No curto espaço de um mês, contado a partir de 22 de fevereiro, o Movimento dos Sem-Terra (MST) promoveu a invasão de 78 propriedades rurais e a ocupação de 2 edifícios públicos. No conjunto, foram mobilizadas cerca de 13.600 famílias em 15 Estados e no Distrito Federal, de acordo com levantamento feito pelo próprio movimento e divulgado ontem.

Trata-se da maior onda de invasões registrada no País desde o ano 2000 e, segundo os porta-vozes do MST, ainda não terminou, devendo estender-se pelo mês de abril. Também está programada para o próximo mês uma série de manifestações e ocupações de edifícios públicos em diversas capitais, para lembrar o décimo aniversário do massacre de Eldorado de Carajás, quando 19 sem-terra morreram num confronto com a Polícia Militar no interior do Pará.

Se forem somadas às ações do MST aquelas executadas por outras organizações dedicadas à defesa da reforma agrária, o total de invasões nos últimos 30 dias já passou da marca de uma centena. No ano passado, segundo a Ouvidoria Agrária Nacional, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, foram registradas 41 invasões em todo o primeiro trimestre.

De acordo com o porta-voz da direção nacional do MST, João Paulo Rodrigues, a onda de invasões deve-se ao não-cumprimento das promessas feitas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto. "Eles prometeram que até o final do governo não deixariam nenhuma família acampada no País", disse Rodrigues. "Isso criou uma enorme expectativa e fez com que o número de famílias em acampamentos do MST subisse de 60 mil para 120 mil. Mas o governo está chegando ao fim e quase todas continuam acampadas, o que provoca enorme preocupação e tensão no meio do nosso povo de sem-terra."

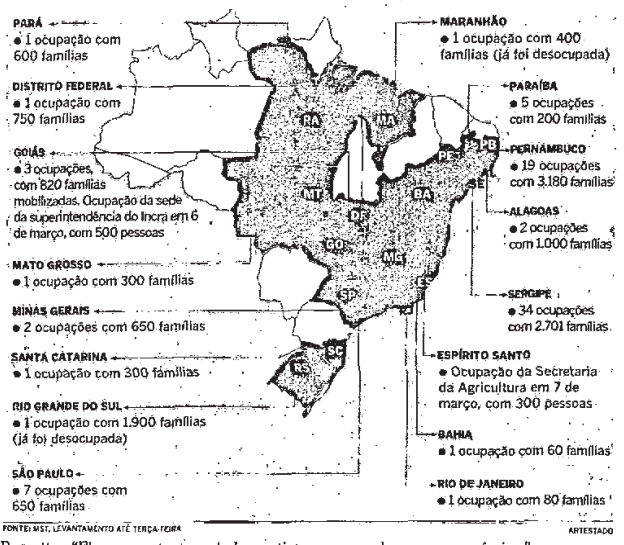
Na série de ações previstas para o período de 17 a 24 de abril, o MST deve lembrar Carajás e também atacar o governo. "Vamos cobrar o cumprimento das promessas e criticar a política econômica."

A tática adotada pelo MST neste ano eleitoral é bem diferente da que usou em 2002, quando, para ajudar na eleição de Lula, reduziu o número de ações. Naquele ano, nos meses de janeiro, fevereiro e março ocorreram 10 invasões. ●

BALANÇO

A ofensiva dos sem-terra

O MST fez 78 ocupações em um mês, com cerca de 13.600 famílias mobilizadas



FONTE: MST, LEVANTAMENTO ATÉ TERÇA-FEIRA

ARTESTADO

QUESTÃO INDÍGENA

Lula recebe apoio de índios, ignora lenda e põe cocar

Políticos evitam a todo custo esse tipo de homenagem, símbolo de azar

Tânia Monteiro
BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva não teve como evitar ontem que o índio Francisco Urbano Pokze pusesse em sua cabeça um cocar conhecido por myhara, típico da comunidade rikbaktsa, do norte de Mato Grosso, feito de penas e pêlos de animais, entrelaçados de algodão. Com o adereço na cabeça Lula posou para os fotógrafos com um riso constrangido. Normalmente os políticos evitam por todos os meios usar o cocar, por causa de uma lenda corrente entre eles, segundo a qual causa azar.

O fato ocorreu durante a cerimônia de assinatura do decreto que institui a Comissão Nacional de Política Indigenista, no Palácio do Planalto. Na solenidade, a presidente do Instituto Indígena Brasileiro Warã, Azelene Kaingang, aproveitou para defender a reeleição do presidente Lula.

"Torcemos para que na próxima gestão nós estejamos mais uma vez junto com o senhor, com o movimento indígena apoiando o senhor e quem sabe na próxima gestão o senhor assine o Conselho Nacional de Política Indigenista", disse Azelene, quando agradecia a assinatura do decreto.

Na opinião da líder indígena, o documento pode ser visto como um sinal da disposição do governo em manter um diálogo "franco, aberto e transparente" com as comunidades indígenas. "Mais do que um ato político, isso é um ato de consolidação de uma democracia inclusiva e participativa em nosso País", declarou.

A comissão oficialmente instituída ontem cuidará os preparativos para a instalação do Conselho Nacional de Política Indigenista, que terá a tarefa de discutir as políticas a serem adotadas pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

TEMOR

Não se sabe como surgiu a lenda do azar em torno do cocar. Mas os políticos sempre lembram, para fundamentar seu temor, os nomes de Ulysses Guimarães e Tancredo Neves – dois conhecidos nomes da política nacional que tentaram, mas não conseguiram chegar ao Planalto. O primeiro foi derrotado numa eleição em que concorreu pelo PMDB; e o segundo, apesar da vitória obtida em eleição indireta, ficou doente e não conseguiu assumir.

Sabe-se que o ex-presidente José Sarney evita, por todos os meios, que um cocar chegue perto dele. Como Lula está em campanha pela reeleição, apesar de não assumir isso, os mais pessimistas não gostaram de vê-lo com o cocar. Ainda mais em tempos de crise.

Mas, por outro lado, a cerimônia de ontem teve um lado positivo para o presidente: ele conseguiu ouvir um elogio à sua política indigenista, depois de uma saraivada de críticas, no Brasil e no exterior. A maior parte delas foi provocada por uma declaração do presidente da Funai, o antropólogo Mércio Pereira Gomes, numa entrevista a uma agência de notícias do exterior. Ele disse que o Brasil precisava pôr um limite às pretensões dos indígenas por mais terras. ●

Invasores abrem área ocupada no PR

Sem-terra querem mostrar que bens da Syngenta não foram destruídos

Evandro Fadel
ENVIADO ESPECIAL
SANTA TEREZA DO OESTE

Nove dias depois de invadir a unidade de experimentos da Syngenta Seeds em Santa Tereza do Oeste, a 520 quilômetros de Curitiba, o Movimento dos Sem-Terra (MST) abriu as porteiras, ontem, para mostrar que ninguém causou qualquer destruição, como ocorreu na invasão da Aracruz Celulose, no Rio Grande do Sul. Queriam também, com o gesto, convencer o juiz que aceitou a liminar de reintegração de posse, Fabrício Mussi, a rever sua posição.

"Eles estão prestando um serviço à biodiversidade e à geração futura", argumentou o advogado da Terra de Direitos, Darci Frigo. Três dos manifestantes tentaram – sem sucesso – convencer o juiz Mussi, da 1ª Vara Cível de Cascavel, a suspender a liminar, mas este avisou que manterá a decisão, argumentando que o fórum para discutir a legalidade ou não de produtos transgênicos é o Congresso Nacional.

Pela manhã, os representantes da Via Campesina, alguns políticos do PT e a imprensa foram levados aos principais pontos da propriedade. Estufas com soja e laboratórios estão fechados. "Como foram deixados", garantiu o coordenador do acampamento, Celso Ribeiro Barbosa. No campo, há milho verde e seco. A soja transgênica, plantada em 12 hectares segundo o Ibama, começa a florescer. Houve caminhada e discursos de militantes do Brasil, Chile, Indonésia e Costa Rica, entre outros, e foram hasteadas bandeiras do MST e do Paraná. ●

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada "Presidente Alckmin – isso é possível?", publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 24 de março de 2006.

A matéria, de autoria do jornalista João Mellão Neto, comenta a evolução do candidato Geraldo Alckmin nas recentes pesquisas de opinião. Ele aponta as qualidades de Alckmin, que não se apresenta como um político convencional e que sua candidatura, sem dúvida, tem um impacto de novidade e pode, potencialmente, sacudir o imaginário popular e provocar uma reviravolta nestas eleições.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Presidente Alckmin – isso é possível?

João Mellão Neto

Na semana passada, na manhã seguinte ao lançamento da candidatura Alckmin, eu lia os jornais quando me telefonou um amigo, o empresário Pedro Brito. Ao contrário de mim, ele estava confiante e cheio de entusiasmo. Argumentei que, segundo as pesquisas então disponíveis, o nosso Geraldo, apesar de ótimo, não tinha chances. "Esqueça as pesquisas!", respondeu-me. "O discurso dele é totalmente diferente de tudo o que já se viu. Você não percebe que a candidatura de Alckmin representa uma página virada na História do Brasil?!" Terminei a ligação prometendo-lhe pensar no assunto.

No fim de semana saiu a pesquisa do Datafolha. Lula permanecia estável, enquanto Alckmin, ao simples anúncio de sua candidatura, crescera de forma significativa, em todas as classes sociais e em todas as regiões do País. Na simulação de um eventual segundo turno, ele ficaria apenas 12 pontos porcentuais abaixo do presidente. Ora, Geraldo Alckmin ainda é quase um desconhecido no resto do Brasil. Muitos eleitores dos outros Estados possivelmente já ouviram dele, mas de forma absolutamente neutra. Sabem que é o governador de São Paulo, e é só. O seu nome ainda não desperta ódios nem paixões. Como nunca atuou no cenário político nacional, ninguém formou nenhum juízo de valor sobre ele.

Pois bem, apenas três dias após ter sido apresentado, como candidato, à Nação, eis que Geraldo já despontava como um nome competitivo. Parte disso se devia ao fato de ele, agora, ser o candidato formal do principal partido de oposição. Mas isso não explica tudo. Lembrei-me da observação que me fizera o meu amigo. É bem possível que ele tivesse razão...

Alckmin não é um político convencional. Não tem uma oratória efervescente, seus modos são comedidos e não costuma criar frases ou slogans grandiloqüentes. Seus argumentos são incisivos, porém frios e racionais. Não faz concessões à retórica inflamada, à gesticulação teatral ou ao discurso condoreiro. E, aliás, mesmo que quisesse, não saberia fazê-lo. Ele não faz bravatas. Suas palavras não arrebatam; o que elas transmitem, isso sim, é convicção. Mesmo seus adversários o reconhecem como um homem que realmente acredita em tudo aquilo que fala ou faz.

A candidatura de Alckmin, sem dúvida, representa algo de novo e inédito na política brasileira. E o impacto desta novidade pode, potencialmente, sacudir o imaginário popular e provocar uma reviravolta nestas eleições.

Se me coubesse orientar os marqueteiros de sua campanha, eu os aconselharia a não mexer em nada na sua imagem. Deixem o Alckmin ser ele mesmo. Frio, racional, convicto e incisivo. Nós, paulistas, já o conhecemos bem. E seu governo é aprovado por nada menos que 69% dos eleitores de São Paulo. Alguém se lembra de alguma frase de efeito que ele tenha proferido? Provavelmente, não. Ele não as faz. Nós aprendemos a gostar dele sozinhos. Ele não pratica o auto-elogio. Atém-se a relatar o que faz e deixa que cada um o julgue por si.

Meu amigo tem razão. A candidatura Alckmin representa um virar de página na História do Brasil. Ele é um político diferente do que nos acostumamos a ver. Quando tantos vão às massas prometer-lhes o fim de todas as agruras, surge alguém para acenar-lhes, tão-somente, com o fim das promessas. Alguém para quem governar não é apenas criar bons slogans, mas, principalmente, tentar produzir bons resultados.

Eu acredito, com sinceridade, que esta candidatura – à primeira vista, tão insípida e desprovida de charme – tem tudo para empolgar a Nação.

Se é verdade que o povo já está enojado deste oceano de mentiras, emocionalismos e histrionices em que se transformou a política brasileira, que ninguém subestime o impacto de um candidato que se proponha apenas a lhe falar a verdade. Serenamente. Sem floreios retóricos, socos no peito ou orações inflamadas.

Alckmin, com o seu estilo pouco carismático, representa o fim das utopias, das panacéias e dos falsos milagres. Jamais cogitou de se passar por salvador da Pátria, taumaturgo político ou herói providencial. Ele não promete soluções mágicas para os problemas. O máximo que se permite é reiterar seu empenho em resolvê-los.

Antes que alguém me questione, eu próprio, desde já, me declaro sob suspeição para julgá-lo. Afinal, além de ser notório que não morro de amores por Lula, já fiz parte da equipe do Geraldo. Mas, por isso mesmo – por ter participado do seu cotidiano –, entendo que minhas observações são válidas e pertinentes.

Creio conhecê-lo razoavelmente bem. O suficiente para afirmar que ele é, de fato, um homem simples, de hábitos frugais, avesso às pompas e circunstâncias e imune aos deslumbramentos e às vaidades que costumam assombrar e corromper a alma daqueles que detêm o poder.

Ele representa o fim das utopias, das panacéias, dos falsos milagres

Por bem ou por mal, ele é assim mesmo. E de nada adianta, agora, tentar sofisticar a sua imagem. Acompanhei a sua campanha vitoriosa para governador. No início, ninguém acreditava que ele conseguisse superar a enorme distância que o separava do primeiro colocado. Mesmo assim, ele não fez concessões. Não criticou ninguém, não se inflamou nem fez discursos bombásticos. Ateve-se a uma agenda positiva, na qual se contentava em apresentar os seus feitos e as suas idéias, com palavras tranqüilas e argumentos racionais. Por ser convicto, era também convincente. E isso fez toda a diferença. Venceu, com folga, no primeiro e no segundo turno.

Alckmin é um político maduro, com um discurso maduro, que encanta, em especial, os ouvintes maduros.

Se, por acaso, depois de tanta bandalheira, demagogia, bravatas, meias-verdades e promessas vãs, o nosso sofrido povo – de tão enganado, ludibriado, menosprezado e desrespeitado – finalmente amadureceu, os demais adversários que se preparem: Geraldo Alckmin, com certeza, será o próximo presidente do Brasil.●

João Mellão Neto, jornalista, foi deputado federal, secretário e ministro de Estado
E-mail: j.mellao@uol.com.br
Fax: (11) 3845-1794
Site: www.mellao.com.br

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado "Eleitores, por favor, leiam este artigo", publicado no jornal **O Globo**, em sua edição de 21 de março do corrente.

De autoria do jornalista Ali Kamel, aborda um tema que sempre foi alvo de promessas políticas: o investimento em educação. Segundo o jornalista, o fato do Brasil investir 4% (quatro por cento) do PIB, praticamente o mesmo que países como Alemanha, Holanda e Estados Unidos, não nos coloca numa posição confortável de combate à miséria. O jornalista mostra com propriedade que, nesses países, ou o PIB é muito maior que o do Brasil ou o número de estudantes é muito inferior ao nosso. O que fica evidente é que precisamos de um investimento pesado na área de educação por, pelo menos, dez anos, já que a educação é o único instrumento que redime o homem da pobreza.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o artigo acima citado passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRª SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Eleitores, por favor, leiam este artigo

ALI KAMEL

De um tempo para cá, é comum ouvir que o problema brasileiro na educação não é dinheiro. O número mais citado é o volume de recursos investidos na educação pelo setor público (municipal, estadual e federal) como relação do PIB: o Brasil não estaria longe das maiores potências do planeta ao investir 4%. De fato, o estudo "Education at a Glance, 2005", da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), mostra que esse investimento é da ordem de 4,4% na Alemanha, 5,3% nos EUA, 4,4% na Austrália, 4,6% na Itália, 4,6% na Holanda e de 5,1% na média de todos os países da OCDE.

Para reforçar a tese de que investimos o necessário, passaram a nos comparar aos países que, com mais êxito, ultrapassaram a barreira do desenvolvimento com investimentos pesados em educação: a Coréia investe 4,2% do PIB, a Irlanda, 4,1%, a Espanha, 4,3%. Mesmo em relação aos nossos vizinhos latino-americanos, não fazemos feio: a Argentina gasta 3,9% de seu PIB com educação, o Chile, 4%, o México, 5,1%. Estamos, portanto, na média, seja qual for o parâmetro.

Mas os números enganam.

Parece óbvio, mas ninguém sublinha o fato de que investimentos em educação como proporção do PIB dizem pouco quando não consideramos o tamanho do PIB e o número de estudantes atendidos. Imaginemos dois países. O primeiro tem um PIB enorme e poucos estudantes; o segundo tem um PIB pequeno e milhões de estudantes. Os dois países podem investir igualmente 4% do PIB, mas, certamente, no primeiro país, os alunos terão ao seu dispor muito mais recursos. Quando esses dados são levados em conta, a posição do Brasil no ranking de países é vexatória.

Aqui, ainda segundo dados da OCDE, o investimento por aluno na primeira fase do ensino fundamental é de US$ 842 por ano; na segunda fase, é de US$ 913; e, no ensino médio, de US$ 1.008. Façamos as mesmas comparações do primeiro parágrafo. Na Alemanha, os números são, respectivamente, US$ 4.537, US$ 5.667 e US$ 9.835. Nos EUA, US$ 8.049, US$ 8.669 e US$ 9.007. Na Austrália, US$ 5.169, US$ 7.063 e US$ 7.908. Nos países da OCDE, em média, US$ 5.313, US$ 6.089 e US$ 7.121. Na comparação com aqueles países que venceram os entraves do desenvolvimento, nossa situação continua trágica. Na Coréia, os números são US$ 3.553, US$ 5.036 e US$ 6.747. Na Irlanda, US$ 4.180, US$ 5.698 e US$ 5.758. Na Espanha, US$ 4.592, para a primeira fase do ensino fundamental, e US$ 6.010, tanto para a segunda fase do ensino fundamental como para o ensino médio. Nada melhora quando nos comparamos aos nossos vizinhos. Na Argentina, os valores são US$ 1.241, US$ 1.286 e US$ 2.883. No Chile, US$ 2.211, US$ 2.217 e US$ 2.387. No México, US$ 1.467, US$ 1.477 e US$ 2.378.

Investir a mesma porcentagem do PIB em educação diz pouco, portanto.

Não se trata sequer de dizer que a comparação é indevida porque nosso custo de vida difere dos outros países: porque, na comparação com os nossos vizinhos, continuamos a perder feio no ensino básico.

No ensino superior, a situação se inverte: nós gastamos despudoradamente em excesso. No Brasil, gasta-se por aluno o equivalente a US$ 10.361 ao ano. Na Alemanha, US$ 10.999; na Austrália, US$ 12.416; e na média dos países da OCDE, US$ 10.655. Na Coréia, o custo por aluno universitário é de US$ 6.236; na Irlanda, US$ 9.808; na Espanha, US$ 8.020. Se a comparação for com os nossos vizinhos, os números são os seguintes: na Argentina, US$ 3.235; no Chile, US$ 7.023, no México, US$ 6.074.

Por que digo que há excesso? Porque, no Brasil, a relação entre o percentual de verbas destinadas ao ensino superior e a respectiva população de estudantes é escandalosa. Na maior parte dos países, o montante de verbas destinadas às universidades excede a proporção de alunos nelas inscritos. Na média, nos países da OCDE, 15% de todos os alunos estão nas universidades, mas o ensino superior abocanha 24% do total de verbas destinadas à educação. É normal: o ensino superior é mesmo mais caro. No Brasil, porém, vivemos um descalabro: os alunos inscritos em universidades somam apenas 2% do total de alunos, mas o ensino superior fica com 20% de todas as verbas aplicadas em educação. Não há nada nem de longe parecido em qualquer um dos países aqui mencionados.

> A educação é o único instrumento que redime o homem da pobreza

Diante desses números, entende-se melhor por que as nossas escolas públicas do ensino fundamental não têm bibliotecas, laboratórios de ciências, laboratório de informática, acesso à internet. Entende-se também porque o professorado é uma classe cada vez menos prestigiada, que recebe um salário indigno, o que tira dele inclusive as condições de se aperfeiçoar. Entende-se fundamentalmente por que estamos perdendo a corrida para superar a pobreza e alcançar o desenvolvimento.

Mas nosso problema, de fato, não é falta de recursos, mas falta de prioridade. Repito aqui, como num mantra, o que venho escrevendo: o governo federal quer gastar este ano R$ 8 bi em educação e R$ 19 bi em programas sociais superestimados, como Bolsa Família e aposentadorias especiais para idosos e deficientes pobres. Não se trata, portanto, de conseguir dinheiro novo, mas de realocar o já existente: redimensionar os programas sociais para atender apenas aos necessitados e investir a maior parte em educação, o único instrumento que redime o homem da pobreza.

Todo investimento que desvia dinheiro da educação é contraproducente, mesmo o antigo Bolsa Escola na dimensão que teve no governo passado. Porque o número de crianças que não estudam porque precisam trabalhar jamais chega à casa dos milhões. O grande professor Sérgio Costa Ribeiro já mostrava no início da década de 90 que o acesso das crianças à escola era de 95%. Em média, elas passavam oito anos tentando desesperadamente estudar, mas saíam de lá sem nem de longe concluir o ensino fundamental. O que as afastava da escola não era a necessidade de trabalhar, mas a repetência, o único estímulo que os professores tinham à mão para que o aluno estudasse.

O remédio contra a repetência foi a progressão automática, mas Sérgio sempre a criticou, por considerá-la uma medida isolada, inócua. Mais importante, dizia ele, é dar autonomia às escolas, tendo como contrapartida a avaliação de desempenho dos alunos. Dotar as escolas de recursos materiais e humanos para que se tornem ao mesmo tempo atraentes e efetivas, com uma didática nova e professores estimulados e bem pagos. Mas não deixar de submetê-las a um sistema de avaliação que seja o parâmetro de tudo: a autonomia e os recursos financeiros extras da escola estariam condicionados por essa avaliação.

Sérgio morreu precocemente e o que vimos foi a adoção indiscriminada da progressão automática, sem nova didática, sem mais recursos, sem uma avaliação com resultados práticos: os professores se esforçam para ensinar, mas a escola fracassa.

Dá uma tristeza.

ALI KAMEL *é jornalista.*

O SR VALMIR AMARAL (PTB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, no dia 24 de março de 1882, o Dr. Robert Koch anunciou o descobrimento do bacilo causador da tuberculose, o que representou um grande passo na luta contra essa doença terrível, que ainda hoje infecta cerca de um terço da população mundial e causa mais de três milhões de mortes anualmente.

Em 1982, Centenário da descoberta do Dr. Robert Koch a Organização Mundial da Saúde (OMS) elegeu o dia 24 de março como Dia Mundial de Combate à Tuberculose.

Não se trata, evidentemente, de uma data para comemoração. Trata-se de criar e manter um compromisso político internacional para o combate a uma das doenças mais graves de toda a história da humanidade, pois, ainda hoje, a cada dia, a cada segundo, uma pessoa é infectada com o bacilo da tuberculose.

Pelo menos 5% das pessoas que entram em contato direto com o bacilo da tuberculose contraem a doença, o que requer um tratamento adequado, um ciclo completo da dose correta de medicamentos indicados para combater o mal, o que leva de seis a oito meses.

Trata-se de algo muito sério, que muitas vezes é encarado como uma doença do passado, já vencida com os recursos da medicina moderna.

Nada mais enganoso do que imaginar a tuberculose como doença que só existia até meados do século passado e que atacava principalmente boêmios, artistas e poetas, e que foi totalmente superada com a descoberta da estreptomicina.

Nunca, ao longo da História, tantas pessoas morreram de tuberculose como nos dias atuais, principalmente porque existe uma exacerbação da doença em pacientes co-infectados com HIV.

Cada paciente pulmonar bacilífero pode infectar mais 15 pessoas por ano, o que, se não cuidado, pode se tornar uma pandemia, prejudicando principalmente as populações mais pobres, pois existe uma forte correlação entre pobreza e tuberculose.

As populações mais pobres estão mais sujeitas a contrair tuberculose, pois não dispõem de recursos financeiros, informações, sofrem de desnutrição, habitam em más condições sanitárias e com alta densidade populacional.

Por isso mesmo são indispensáveis e urgentes as ações de combate à tuberculose, como as desenvolvidas pela OMS, ao longo dos últimos anos, em busca do objetivo final de um mundo sem a doença.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o Brasil, nos últimos tempos, tem realizado esforços para controlar a tuberculose e oferecer melhores condições de tratamento para as pessoas acometidas dessa enfermidade.

No entanto, essas medidas ainda são insuficientes. As periferias das grandes cidades têm crescido numa tal velocidade que é quase impossível oferecer todas as condições sanitárias e serviços públicos para garantir, no curto prazo, uma melhor qualidade de vida para nossas populações.

Os índices dessa doença vinham decrescendo gradativamente até a década de 80, mas voltaram a crescer a partir dos anos 90, havendo também o risco do surgimento de bacilos resistentes aos tratamentos disponíveis.

Felizmente, milhões de vidas podem ser salvas e milhares de casos novos podem ser evitados com medidas efetivas de controle, de atenção, de conscientização e educação da população e de adoção de prioridades na área de saúde pública.

Deixo aqui o meu apelo para que as autoridades sanitárias de todo o Brasil empreendam um novo esforço para prevenir e curar os milhares de casos de tuberculose que diariamente surgem em nosso País.

Que o Dia Mundial de Combate à Tuberculose, comemorado dia 24 último, seja uma referência e um compromisso com um mundo sem tuberculose e a reafirmação de uma luta para salvar vidas humanas.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 27 minutos.)

(OS Nº11888/06)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO NA SESSÃO DO DIA 30 DE MARÇO DE 2006, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, requeri à Mesa Voto de Aplauso à Srª Maria de Lurdes Abadia, que, amanhã, 31 de março de 2006, assumirá o cargo de Governadora do Distrito Federal. Na verdade, é a primeira mulher a ascender a tal posto.

Abadia é uma tucana leal, correta. É uma pessoa pública decente, operosa, essencial ao êxito do Governo Joaquim Roriz, que está, nesse momento, encerrando a sua missão. A S. Exª, em nome da Bancada dos Senadores do PSDB, desejo todas as felicidades possíveis e até as impossíveis, se eu puder.

Sr. Presidente, recebi, há dias, a visita do Embaixador do Japão no Brasil, Takahiko Horimura, que veio agradecer a minha iniciativa de solicitar ao Senado um voto de consideração e solidariedade ao povo japonês por ensejo do 60º aniversário da tragédia de Hiroshima e Nagasaki, as duas cidades atingidas por bombas atômicas.

Nada fiz a não ser exprimir nesse gesto o sentimento de apreço que é de todos os brasileiros à vista de uma devastadora ação da II Guerra Mundial. E vejo, pela espontânea manifestação do Embaixador Horimura, que o povo do Japão é merecedor do voto aprovado pelo Senado da República.

A visita ensejou também a troca de opiniões e de conhecimentos acerca do intercâmbio entre os dois países ao longo de quase um século. Como se sabe, daqui a dois anos, no dia 187 de junho de 2008, iremos comemorar o centenário da imigração japonesa no Brasil e, por conseqüência, também o primeiro centenário de intercâmbio entre os dois Países.

Hoje temos orgulho da integração entre brasileiros e japoneses. Os nipo-brasileiros que aqui vivem somam 1,4 milhão de pessoas. Eles constituem parcela expressiva de nossa população e só são chamados de nipo-brasileiros por mera convenção. São mesmo, na verdade, brasileiros. A menção à toponímia ocorre tão-somente para efeitos históricos sobre a origem nipônica de seus ancestrais. Os assim chamados nipo-brasileiros formam a maior comunidade "japonesa" – eu não os considero assim – fora do Japão, país que hoje possui cerca de 130 milhões de habitantes. Dos quase 1 milhão e meio de nipo-brasileiros, 70% – mais ou menos 1 milhão –, vivem no Estado de São Paulo, seguindo-se o Paraná, onde são 140 mil, Mato Grosso do Sul, com 20 mil e o Pará, com 10 mil. No meu Estado, o Amazonas, é expressiva a presença da colônia japonesa, inclusive estou enviando esse pronunciamento ao Vereador Massami Mki e à associação, de caráter econômico, que, muito ativa, se mantém no meu Estado. Lá está estabelecida a principal filial da Honda, no que toca a motocicletas, fora do território japonês, fábrica situada no Pólo Industrial de Manaus.

Na visita com que me honrou, o Embaixador Takahiko Horimura, colocou-me a par do calendário que está sendo preparado para comemorar o centenário da imigração japonesa. Serão três dias de comemorações, começando em Brasília, com solenidades oficiais, no dia 18 de junho de 2008. No dia 21 haverá cerimônias comemorativas em São Paulo e no Paraná.

Além de eventos solenes, haverá, nos três pontos, exposição de arte japonesa antiga, exposição de fotografias que registraram momentos da imigração japonesa, exposição de produtos agrícolas, plantio de árvores e a publicação de livros sobre a história da imigração japonesa no Brasil. Mais ainda: como marco das comemorações, 2008 será considerado o Ano do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil.

Registro a cortesia com que me distinguiu o Embaixador do Japão e formulo votos para que as comemorações alcancem o êxito merecido por essa imigração.

Sr. Presidente, o Senador Eduardo Suplicy, expedito como sempre, me passa um outro tema, acerca do ex-Ministro Gushiken, que foi rebaixado: era Ministro, mas foi rebaixado. Digamos que ele era Tenente-coronel e foi rebaixado a Cabo. É mais ou menos isso. Aquele folheto que foi aqui analisado, com olhos críticos, pela Senadora Heloísa Helena, com 48 páginas, teria sido impresso na Gráfica Leograf – Gráfica Editora por R$3 mil. Sabe qual é o meu medo, Senadora? Investigar isso aqui e encontrar alguma coisa errada. Eu já nem quero mexer mais com isso, porque se se investigar, vai haver alguma coisa errada.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL PI) – Senador Arthur Virgílio, permita-me V. Exª um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB AM) – Pois, não, Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL PI) – Eu pediria a esses maus companheiros do Senador Eduardo Suplicy que não dê esse tipo de tarefa para S. Exª, que é um Senador por São Paulo, reeleito, o mais votado. Não é para vir aqui carregar recibozinho para cá e para lá! Eles estão fazendo isso porque estão querendo desgastá-lo, Senador! O povo de São Paulo trouxe V. Exª para cá foi para defender o seu Estado, o seu País, não para trazer recibo. Cada um que queira se defender que venha aqui e que o faça. V. Exª se conscientize que é Senador do maior Estado deste País e que o povo de São Paulo analisa, nesse momento, a possibilidade de reconduzi-lo. Não fica bem para a biografia de V. Exª esse tipo de papel que os seus companheiros lhe impõem, meu caro Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB AM) – Obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Eu estou superbem humorado, por isso não quero pegar no pé do ex-Ministro Gushiken. Mas, aqui, o nome dele está escrito errado. Faltou um "e". Vai ver que é outra pessoa; vai ver que não é o mesmo.

Mas, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vou me posicionar em relação ao relatório do Sr. Osmar Serraglio, mais uma vez, na CPMI dos Correios.

Em primeiro lugar, Senador Alvaro Dias, vejo uma certa manobra governista visando a esvaziar o relatório, a CPI, a melar o resultado da CPI, a fazer uma *pizza* misturada com um certo mel, por duas vias. A primeira via seria o tal relatório avulso. Com isso, não tem nenhum relatório e pronto. Os culpados vão para casa tranqüilos com o que apuraram de dinheiro do povo. A segunda fórmula –e já concedo o aparte à Se-

nadora Heloísa Helena – seria começar aquela história de retira nome daqui, de acolá; enfim, aprova o corpo do relatório e depois começa o jogo para retirar nome daqui e de acolá.

De minha parte, a recomendação que faço aos meus companheiros é simples: apoiar o relatório Osmar Serraglio; procurar melhorar a redação; tornar mais assertiva a relação quanto ao Presidente Lula. Ou seja, não fica nem bem para o Presidente Lula essa insistência de que não sabe de nada. Uma pessoa que nunca sabe de nada pela milésima vez é alguém completamente incapaz de dirigir um país.

O Presidente Lula, e concordo com a Senadora Heloísa, é um homem inteligente, esperto, ladino, que não se engrandece passando essa imagem beócia. Não sabe de nada nunca. Fazem de tudo nas suas costas, a sua revelia.

Discuto se o Presidente Lula foi o arquiteto, o mandante ou se foi, no mínimo, alguém que tomou ciência. Mas que, no mínimo, tomou ciência todos sabemos. Foi omisso. Negou o mensalão, depois de tomar conhecimento dele. Olha uma contradição, Senadora Heloísa. Então, dizem que o Presidente Lula não teria sido omisso, que teria providenciado. Mas providenciado o quê, se, reiteradas vezes, diz que não reconhece a existência do mensalão? Então, não pode ter providenciado em cima de algo que reconhece não existir, que diz não existir.

Não quero entrar nessas minúcias, nesses detalhes, mas o fato é que percebo, minha intuição me diz que é para prestigiarmos o relatório do Sr. Osmar Serraglio, e procurarmos aperfeiçoá-lo pelo lado da inclusão de nomes, de omissões, pois ali faltam alguns diretórios que se beneficiaram da conta Dusseldorf. Creio que a redação sobre o Presidente Lula pode ser mais assertiva.

Mas estamos de olho nos dois tipos de *pizzaiolos*: os que vão vir com aquela história de que pode haver um relatório avulso, e isso é conversa para boi dormir e para liberar assaltantes de cofres públicos; e a outra conversa esquisita é a de aprovar o Orçamento e, depois, nos destaques, começar a tentar desmoralizar a idéia de se indiciar todos aqueles que foram constatadamente verificados como indiciáveis aos olhos do Relator.

Senadora Heloísa Helena.

A Srª Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Que bom que V. Exª me contemplou no raciocínio. De fato é isto: como um setor da opinião pública, mesmo identificando os vazios que, obrigatoriamente, em nome do interesse público, deverão ser preenchidos no relatório, pode fazer essa manobra inteligente, sofisticada, mas fraudulenta? Faz-se de conta que se vota por unanimidade o relatório final da CPI e, depois, começa-se, pela tática do retaliamento e do esvaziamento, a liquidar, pelas emendas supressivas, o que poderia salvar o relatório da CPI. Portanto, compartilho da mesma preocupação de V. Exª.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agora, são certas mágicas, Senadora Heloísa Helena, que sabemos que não dão certo. Tenho repisado, e não quero aborrecer ninguém, que o Brasil virou mesmo uma democracia. Millôr Fernandes, sarcástico e irônico como sempre, dizia que, conquistando a anistia e uma série de prerrogativas para o povo brasileiro naquela nossa luta contra a ditadura, advertindo os legisladores, o Brasil ia acabar caindo em uma democracia, e o Brasil caiu em uma democracia mesmo. Essa é que é a verdade. É uma sociedade aberta, não dá para esconder mais nada.

Vejo assim: pessoas que não garantem as suas vidas, as suas biografias não devem mesmo aceitar cargo público importante, não devem mesmo aceitar nomeação para cargos relevantes, porque não dá. Percebemos que o sujeito nem chega a tomar posse direito e já começa, no noticiário *on-line*, a sair que ele fez aquilo, que aconteceu aquilo e aquilo outro. Então, está ficando bom para o Brasil porque o Brasil está sendo bom agora apenas para governantes, para dirigentes que podem entrar e sair dos seus cargos de cabeça erguida. Esta é que é a verdade: entrar e sair de seus cargos de cabeça erguida, sem dever nada a ninguém nem antes, nem durante, nem depois.

Essa história de achar que vai enganar a imprensa acabou. Não é como naquele tempo da minha infância em Manaus quando tínhamos um jornal, Deputado Pauderney, em que saía num dia a notícia e depois também no outro. Não é assim. A notícia hoje voa. Hoje, quem não garante a sua biografia não deve querer ser nada mesmo, até para não perder a paz. Se se meter a ser alguma coisa não tendo garantia sobre a sua biografia, acaba ficando pelo meio do caminho, Senador Siba. Essa é a grande verdade.

Veremos, com muita tranqüilidade, que as notícias voam, e as notícias voam no sentido...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Exª me permite?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Com muita honra.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – É apenas uma lembrança de quando V. Exª fala de mentira. Que coisa triste hoje na CPI: o Sr. Okamotto, procurado pelo Oficial de Justiça, mandou avisar que não estava. O Oficial de Justiça, então, pede à secretária dele que assine a notificação. Por algum motivo, ele teve de voltar à sala e dá de cara com o Okamotto, que estava lá. Quer dizer, até para Oficial de Justiça este Governo mente. Do resto, tire as conclusões.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já concedo o aparte ao Senador Suplicy.

Mas, veja, Senador Heráclito, é uma coisa grave, porque é o homem que dirige o Sebrae. Ele gerencia, Senador Mão Santa, R$1 bilhão por ano. Ele pode fazer um bem enorme à economia brasileira, auxiliando a pequena e a micro empresa, ou pode causar uma tragédia num segmento que é tão importante inclusive para a geração de empregos no País. Este homem! Estão mantendo no Sebrae alguém que lá não pode ficar porque não consegue encarar um oficial de justiça.

Vou fazer um outro vaticínio aqui. Assim como perdi já dois jantares para V. Exª, fiz um vaticínio de que não era possível mais permanecer no cargo o Ministro Palocci. Aí o pessoal do Governo disse: "Ah, vai ficar porque quem demite é o Presidente Lula". Estão enganados. O Presidente Lula, no máximo, nomeia. Quem demite é a sociedade. E quem demitiu o Palocci foi o caseiro. Okamotto não vai ficar até o final deste Governo. Não é possível! Como não vai ficar escondido o que ele tem de sigilo. Ele pensa que sigilo é para esconder, mas não é. Aí é o maior eufemismo. Sigilo de homem público não deve existir. Okamotto não vai ficar até o final, porque não é possível permanecer num cargo importante como aquele alguém que tem esse comportamento moleque de se esconder de oficial de justiça. Isso é um ultraje ao País.

Senador Eduardo Suplicy e Senador Alvaro Dias.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Arthur Virgílio, como está marcada a acareação para a próxima semana na CPI, espero que o Paulo Okamotto, Presidente do Sebrae, possa abertamente prestar todos os esclarecimentos. Mas quero convidar V. Exª – vários Senadores presentes já o fizeram – a também assinar um requerimento de homenagem ao brasileiro astronauta, Marcos Pontes, que, ontem, no Cazaquistão, realizou o seu vôo por meio de uma ação simplesmente extraordinária, com a cooperação internacional do Brasil, Cazaquistão e outros países. Agradeço se V. Exª também puder abraçar esta homenagem do Senado ao pioneiro Marcos Pontes, na tradição de pessoas com Santos Dumont, que, há cem anos, realizou o primeiro vôo em aparelho mais pesado que o ar.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Arthur Virgílio, acho que todos temos de assinar essa moção do Senador Eduardo Suplicy. Espero que nas coisas do espaço o partido dele não erre tanto quanto nas coisas aqui da Terra. De forma que devemos estar ao lado dele neste momento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Heráclito Fortes, tenho alguma dúvida sobre se devo assinar, sinceramente. Boi voar, já vi. Agora estou vendo Governo inaugurar astronauta. Ele já inaugurou bastantes obras futuras; já colocou como sua obra pertencente ao Governo passado: a renovação do Aeroporto de Salvador, a mesma coisa com o Aeroporto de Fortaleza.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Praia de Luís Correia, no Piauí.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – E aquela coisa: olha com aquele olhar profundo. O Presidente faz aquele olhar de Hino Nacional e diz assim: "Aqui, futuramente, será a reitoria de não sei de quê". É uma caradura terrível.

Eu teria muito orgulho se houvesse tecnologia brasileira investida nisso, se isso correspondesse, Senador José Agripino, a um esforço consciente e conseqüente da ciência e da tecnologia nacionais.

Não sei, mas as pessoas estavam hoje brincando porque o astronauta brasileiro era o único que não tinha o que fazer dentro da espaçonave; os outros todos tinham o que fazer; e ele ficava dando adeus. O Governo Lula está inaugurando astronauta, está inaugurando buraco tapado, está inaugurando buraco que não tapou.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Arthur Virgílio, muito embora o médico do Sr. Pontes faça queixas aqui da falta de assistência do Governo por meio da agência espacial. Então, nem no espaço, Senador Eduardo Suplicy, V. Exª está conseguindo fazer comemorações com tanta tranqüilidade. Já existem reclamações contra o seu governo, exatamente na questão do astronauta.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Notícia boa trouxe o Senador Eduardo Suplicy, Líder José Agripino: vem para cá, para ser acareado com o Sr. Paulo de Tarso Venceslau, o Sr. Paulo Okamotto.

Não posso prometer nada ao Sr. Okamotto. Não posso prometer para ele, por exemplo, que não virá atrás dele o oficial de justiça. Não posso. O oficial de justiça não depende de mim. Ele vem, porque ele pega o ônibus ou o carro e estaciona aqui e vem; e, quando ele estiver entrando ou saindo, o oficial de justiça vai colocar no peito dele a notificação, para que possa ser assinada. Não sei se ele não "adoece" até lá. Vamos ver. Quero ver se vem mesmo, e tomara que venha. E tomara que venha imbuído de uma vontade enorme de recompor a sua biografia, mostrando a disposição de abrir os seus sigilos, para que não continue perdurando todo esse mistério em torno de alguém que é o primeiro amigo do Presidente da República.

Ouço o Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Arthur Virgílio, o Senador Eduardo Suplicy está muito esperto e conseguiu levar o assunto para a lua, mas como Paulo Okamotto não pode ir para a lua, ele terá que vir depor na CPI dos Bingos. Eu gostaria que ele explicasse porque tem tanto medo; o que tem a esconder; o que estão escondendo. Porque nunca vi, em tempo algum, tanta resistência a uma quebra de sigilo bancário. E, pela experiência em CPI, se constata que todo aquele que vai ao Supremo Tribunal Federal impedir a quebra do sigilo

bancário é porque realmente tem algo a esconder. Aqueles que têm uma movimentação financeira absolutamente correta jamais recorrem ao Supremo Tribunal Federal para impedir a quebra de seu sigilo bancário. Portanto, já sabemos que há algo escondido e que esta resistência é exatamente porque é algo sério, não é algo simples. Daí, Senador Arthur Virgílio, a necessidade; creio ser uma questão de honra agora.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Para concluir, Senador.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Vamos concluir, Sr. Presidente. Para essa Comissão Parlamentar de Inquérito, brilhantemente presidida pelo Senador Efraim Morais, é uma questão de honra investigar o Sr. Paulo Okamotto. Ficaremos devendo muito se não fizermos isso. E V. Exª está de parabéns, mais uma vez.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Alvaro Dias.

Concedo um aparte ao Senador José Agripino para, em seguida, encerrar, Sr. Presidente.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Arthur Virgílio, pretendo, com a aquiescência da Mesa, em seguida, manifestar a minha opinião sobre a questão da CPMI dos Correios. Mas, V. Exª está tocando num assunto que é voz corrente entre aqueles que têm responsabilidade no Congresso. V. Exª não tem uma conversa, aqui no Congresso, com jornalistas ou com Parlamentares que não seja: em que vai dar a questão Okamotto? Tem que dar em esclarecimento! Não é que vá dar em cadeia ou em liberdade; em férias ou em prisão. Tem que dar em esclarecimento. Porque há uma Espada de Dâmocles na cabeça da CPI dos Bingos, que é a investigação de um fato que tem correlação direta com o bingo. Sim, o Sr. Paulo Okamotto, pelo depoimento do Sr. Paulo de Tarso Venceslau, esteve envolvido no esquema de coleta de recursos em prefeituras. Essas prefeituras tinham envolvimento com um mundo de gente e com origem de recursos suspeita. Então, tem vinculação claríssima! O Sr. Paulo Okamotto disse que pagou a conta de Lula; pagou a conta de Lurian; deu dinheiro a Vicentinho. E não quer abrir a conta dele? Então, nós não temos o direito de não ir fundo nessa questão! Nós não temos o direito de não ir fundo nessa questão. A CPI dos Bingos não pode terminar, não há hipótese de ela terminar sem haver o esclarecimento sobre a origem do dinheiro que Paulo Okamotto diz ter usado para pagar a conta de Lula, a conta de Lurian e a conta de Vicentinho. Ele é homem de posses limitadas, então, tem que haver esclarecimento. E nada mais fácil do que ele abrir as contas dele. Por que ele não abre? Aí é onde está o xis da questão e que nos cabe investigar, porque senão viraremos poltrões perante a sociedade que V. Exª sabe que nos cobra, a V. Exª e a mim, na rua – cobra investigação! Somos tão responsáveis quanto os governistas, porque cobram de nós a democrática responsabilidade de exercer a Oposição para investigar, para esclarecer e para mostrar a verdade esteja ela onde estiver, doa a quem doer. Cumprimentos a V. Exª.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Motta, ouvirei V. Exª em seguida.

Senador Agripino, vejo que se levarmos em conta a nossa cultura novelesca, a presença dele aqui é tão importante quanto aquele beijo final na novela entre o galã e a mocinha. Ele não tem mesmo como deixar de vir. Virá, e não termina o Governo.

Concedo um aparte ao Senador João Batista Motta e ao Senador Sibá Machado.

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – Senador Arthur Virgílio, uma coisa que está no ar e que volta e meia, quando encontramos um cidadão, ora no mercado, ora no aeroporto, se pergunta para o parlamentar: "Senador, o dinheiro do 'valerioduto' saiu do Banco Rural. Encontraram a desculpa de que se tratava de um empréstimo. Como está esse empréstimo? O PT pagou? Deu alguma soma de dinheiro por conta? Foi perdoado?" Isso tem que ser explicado. A sociedade brasileira continua estarrecida e quer saber de onde vieram aqueles mais de R$50 milhões. Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador João Batista Motta. Senador Sibá Machado, ouvirei V. Exª com muita honra.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Arthur Virgílio, tenho em mãos a cópia de um documento encaminhado pelo Sr. Paulo Tarcísio Okamotto ao Presidente da CPI dos Bingos, Senador Efraim Morais, esclarecendo a preocupação aqui apresentada pelo Senador Heráclito Fortes no sentido de que o oficial de justiça, ao chegar à sede do Sebrae, foi informado, pela funcionária, de que ele já havia saído; e quando ele retorna, vê o Sr. Paulo Okamotto. Faz constar aqui no documento, como prova, o bilhete de passagem...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Para concluir, Srs. Senadores.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – O bilhete de passagem antes era para 17h12min e foi transferido para o vôo das 17h55min. Então, somente por isso, a funcionária deve ter-se enganado no horário e dito que ele não estava mais, que ele já havia saído. Estão aqui os dois bilhetes: o vôo TAM 3371, que era às 17h52min, e o vôo TAM 3845 para 18h35min. Trata-se de um documento apenas para esclarecer a preocupação do Senador Heráclito e que já está em mãos da Secretaria da CPI dos Bingos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Deixo claro que a preocupação não foi minha, não; isso foi um assunto hoje na CPI e eu apenas o transmiti aqui. Agora, é muito simples: por que ele não assinou; se voltou e viu e estava lá, por que não assinou? Estaria resolvido o pro-

blema. O feio foi ter dito que não estava e, ao se avistar com o oficial de justiça, ter passado fazendo que não o viu. Não custava nada ele ter assinado. O feio é isso. Às vezes, meu amigo, tudo que você tem de explicar na vida é ruim, e fatos dessa natureza nem se justificam.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Mas ele passou pelo oficial de justiça?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Passou. O relatório do oficial de justiça, Senador, é pior ainda. Quero inclusive, Sr. Presidente, que esse documento fique nos Anais da Casa, porque é mais grave ainda. O fato é mais grave ainda! Até porque sabemos que esses executivos e esses funcionários de alto escalão do Governo, nos fins de semana, tiram três, quatro bilhetes. É preciso ver a data em que foi tirado um e o outro. É preciso ver isso! É mais uma armação, porque tiram três, quatro bilhetes para usar aquele da sua conveniência. Pior a emenda do que o soneto, Sr. Okamotto!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem, Senador.

Sr. Presidente, encerro, ressaltando o valor do Senador Sibá Machado...

Concedo um aparte ao Senador Efraim Morais.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Senador Arthur Virgílio, além desse documento que passaram para o Senador Sibá Machado, esqueceram-se de mandar um fax, porque, primeiro, foi passado um fax, de Belo Horizonte, dizendo que estava ciente da convocação; depois, chegou outro documento. Tenho que apresentar essa explicação. O Senador Sibá Machado, realmente, está lendo o documento que se encontra na CPI, assinado por Luís Justiniano de Arantes Fernandes, advogado do Sr. Paulo Okamotto. A pressa de se justificar é tão grande que diz aqui:

> Aproveita o ensejo para esclarecer que conforme demonstra documentação inclusa, o peticionário tinha viagem marcada para Belo Horizonte no vôo das 17:12min de ontem, tendo inclusive já sido feito o necessário CheckIn. Um atraso na agenda, obrigou o peticionário a embarcar apenas no vôo das 17:55." (**sic**)

Veja, Senador Heráclito Fortes, que não tem viajado muito, pois tem se dedicado muito aos nossos trabalhos, que o vôo de 17h12min não existe, pois esta é a hora do embarque. O vôo de 17h55min não existe. O vôo que existe é o de 18h35min. A hora do embarque é que é 17h55min. O vôo de 17h12min não existe; há o vôo de 17h52min. Então, até o advogado, na pressa de se justificar, explicou errado, porque colocou a hora do embarque e não a hora do vôo. Veja V. Exª o que está acontecendo: tentam forçar a barra, porque foi às 17h04min que a secretária utilizou... Se o vôo era às 18h35m, não havia essa história de o Sr. Okamotto não estar lá. A verdade é que o Sr. Okamotto se encontrava presente. Dificultaram o acesso do escrivão da Polícia Federal. Depois que ele conseguiu chegar ao andar em que trabalha, no Sebrae, o Sr. Paulo Okamotto, a secretária, depois de muita insistência, disse que ele havia viajado e já estava em Belo Horizonte, coisas dessa natureza. Daí o cidadão deu o "recebido". Quando desceu, por azar do Sr. Paulo Okamotto, o escrivão da Polícia Federal, que está à disposição da CPI, notou que faltou dizer "recebi o original". Aí voltou. Quando voltou, quem encontrou na sala? O Sr. Paulo Okamotto, que estava lá. Será que a secretária não sabia que o Sr. Paulo Okamotto se encontrava lá? Então, há um desrespeito total ao Poder Legislativo. No entanto, dessa feita, o Sr. Paulo Okamotto desrespeitou o Supremo, que está concedendo liminar para que ele não venha depor, pensando que ele estava falando a verdade; desrespeitou o Poder Legislativo e desrespeitou – permitam-me, com toda franqueza – a Polícia Federal. Então, é a esse cidadão que o Supremo está concedendo liminar, para que ele não venha depor à CPI. É lamentável que isso ocorra. Entendo que, quando alguém tenta esconder-se por trás de liminares, de **habeas corpus** ou coisas dessa natureza, é porque simplesmente tem "culpa no cartório". Lamento que o advogado, que me parece ser um bom advogado, na pressa de justificar-se, teve de forçar o vôo. Tanto é assim que tenho de saber se houve antecipação de vôos da TAM para atender também o Sr. Paulo Okamotto.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Arthur Virgílio, mentira número 2: se houve esse pequeno atraso, ele tomou conhecimento disso no gabinete. Ele não iria sair do gabinete para o aeroporto e voltar porque o vôo atrasou. Então, esse engano está muito mal contado. Por outro lado, não se emitem dois bilhetes de passagem; faz-se a transferência de um bilhete para outro, principalmente no caso do Sr. Okamotto. Recebi uma informação de uma agente de turismo de que ele é regiamente recebido quando chega ao aeroporto pela empresa de turismo que o serve – pela conta do Sebrae, é evidente. Então, ele, ou a sua assessoria, teria tomado essas providências. Senador Sibá Machado, fico triste porque esse pessoal não pega os Líderes para fazer esse tipo de justificativa sem pé nem cabeça. Estrearam aqui o Senador Eduardo Suplicy como líder do impossível. Agora, está V. Exª. Não faça isso. V. Exª é piauiense, é meu conterrâneo, por quem tenho a maior admiração, mas não se preste a esse tipo de serviço, que é muito ruim. Mande os Líderes fazerem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Aliás, já concedo ao Senador Sibá Machado o aparte que solicita, mas antes são cinco notáveis piauienses que me vêm à memória, Senador Heráclito Fortes: V. Exª, Senador Alberto Silva, Senador Mão Santa, Senador

3IBÈ -ACHADO E O 3R &RANCENILDO 3ONZA n *OSÏ 0RATINI
RO QUE Ï UMA IGURA EXTRAORDINÈRIA
#ONCEDO A 6 %XŠ O APARTE
CHADO

/ 3R 3IB¨ -ACHADO "LOCO 04 n !# n /
!RTHUR 6IRGÓLIO A MINHA PREOCUPA
QàENTE DE FALAR DO 3ENADOR %FRAIM
QUE ESTÈ ESCRITO NO BILHETE DE EMB
PORTÍO HORA DE EMBARQUE
$ SEGUNDO BILHETE VÙO 4!- NŽ
DEIRA $ HORÈRIO H MIN 3E ESSA
PARTIDA DO AVIÍO SE Ï O HORÈRIO DE
EMBARQUE ISSO NÍO SEI MAS ESTÈ
Ï O **CHECK IN** FEITO 1UERO DIZER PARA
FOI AO AEROPORTO SE VOLTOU SE
SE FOI PAGA A MULTA PORQUE ELE
/ 32 !24(52 6)2'¶,)/ 03$" n !- n
NADOR %FRAIM -ORAIS JÈ CONCEDEU
%STÈ SENDO MUITO HONROSO PARA
DEBATE TÍO EDIICANTE
!NTES DIGO ALGO QUE A MIM MESMO
n TENHO PELO 3ENADOR 3IBÈ -ACHADO
ÎÍO / PRESIDENTE DO 3EBRAE NÍO
OBJETO DE DISCUSSÍO DESSE JEITO
GINE QUE ESTAMOS DIANTE DE ALGUÏM
POR 53 BILHÍO ANO %STAMOS DISCUTIN
OU NÍO DO OICIAL DE *USTIÎA OU
DELINQàENTES QUE NÍO ENFRENTAM
OU SE Ï ALGUÏM QUE PORVENTURA
PALATÈVEL PARA OFERECER ² EXTREMA
DOR %STAMOS VENDO ALGO QUE CHEGA
Ë DEGENERESCÐNCIA Ë DECADÐNCIA
#ONCEDO O APARTE AO 3ENADOR
/ 3R 3IB¨ -ACHADO 04 n !# n /
AINDA PARA LEMBRAR QUE O hRECEBIM
CUMENTO NÍO POR ELE MAS PELA SECRETARIA
CIÐNCIA DO RECEBIMENTO DO OICIAL DE *USTIÎA
CABE AGORA O CUMPRIMENTO DO QUE ESTÈ
QUE LHE FOI INCUMBIDO %NTÍO 3R 0RESIDENTE
DOR !RTHUR 6IRGÓLIO ESTAMOS VIVENDO UM MOMENTO DE
MUITA TENSÍO !CREDITO QUE O 3R 0AULO /KAMOTTO VAI
SIM PRESTAR OS ESCLARECIMENTOS QUE ESTA SENDO
TO A DESEJAR !GORA DAQUELA FORMA QUE ESTAVA SENDO
COLOCADA ERA UMA EXPOSIÎÍO NO MEU ENTENDIMENTO
DESNECESSÈRIA !CREDITO SIM QUE ELE VIRÈ E PRESTARÈ
ESSES ESCLARECIMENTOS NO MOMENTO EM QUE CONSIDE
RARMOS ADEQUADO PELO GRAU DE IMPORTÂNCIA DOS FATOS
TAMBÏM ENTENDIDA A VINDA DO -INISTRO
TANTAS OUTRAS PESSOAS CUJA VINDA Ë OMISSÍO FOI TÍO
HARMONIOSAMENTE TRABALHADA POR NÓS
/ 32 !24(52 6)2'¶,)/ 03$" n !- n /BRI
GADO 3ENADOR
0EÍO TEMPO A 6 %XŠ PARA CONCLUIR A 3R 0RESIDENTE
TE !GRADEÎO MUITO POR TODOS OS APARTES
3ENADOR *OSÏ !GRIPINO PARA QUEM P
FALA TAMBÏM ESTE FOI O PRONUNCIAME
HOSPEDEI NO MEU D
HONRA AS PRESENÎAS INTELIGENTES
DO 3ENADOR -ACHADO DO 3ENADOR
*OSÏ !GRIPINO DO 3ENAD
3ENADORA (ELOÍSA (ELENA ² UMA H
DISCURSO COM
3ENADOR *OSÏ !GRIPIN
MODESTA REFERIN
DO *APÍO QUE VE
NO QUE FU
DE (I
VEIO ME AGRADECER DE MANEIRA
LABORIOSA COLÙNIA
VENDO n COINC
DO 3R 0AULO /KA
ELE VEM VEM
ESSE
EXPLIQUE POR
QUER SEJA IMAGINAR QUE NÍO VAI EXPI
SOB UMA DEMOCRACI
QUE NÍO HÈ FORÎ
FORMAR O "RAS
DE SER EXAMIN
QUALQUER HOMEM
PRIMEIRO AMIGO
PRIMEIRO AMIGO
MESMO E EL
ANTÔNIO 3UA %XS
AGORA SE ALGUÏM
COMO DISSERAM NA ÏPOCA DO -INISTRO
DEMITE -ACHADO
/ PRESIDENTE ,ULA 0ENSO Q
DEMITIDO NOVAMEN
QUE NÍO SEJA P
/ PRESIDENTE
ELE JÈ TEM
!%$!$/ 02%3%$%.4%
$%3%!$/ &%$%2!,
SEXTA ÊEIRA
s INISTRO *AQUES 7AGNER -INIS
TADO DA 3ECRETARIA DE 2ELAÇÕES)N
0RESIDÊNCIA DA 2EPÚBLICA
3IM O 3ARKIS ACOMPANHADO DE
ZAR ,IMA 0RESIDENTE DO 3INDICATO
DE 0OLÍCIA DO $ISTRITO &EDERAL
3R 0RESIDENTE DAS 0RESIDÊN
&EDERAIS .A VERDADE

2 – APROVADAS NA ÍNTEGRA E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO:

Total	**2**

Medida Provisória nº 270, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Presidência da República, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor global de oitocentos e vinte e cinco milhões, novecentos e oito mil, novecentos e sessenta e oito reais, para os fins que especifica.

Sessão: 29.03.2006

Medida Provisória nº 271, de 2005, que autoriza a União a prestar auxílio financeiro complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

Sessão: 29.03.2006

II – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS:

De iniciativa do Senado Federal	12
Total	**12**

Projeto de Lei do Senado nº 398, de 2003, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para permitir o voto, ao eleitor que se encontra no exterior, nas eleições para governador, vice-governador e senador.

(Decisão terminativa da Comissão Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 02.03.2006

Projeto de Lei do Senado nº 420, de 2003, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera o art. 15 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 02.03.2006

Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2004, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da oferta da Língua Brasileira de Sinais - Libras - em todas as etapas e modalidades da educação básica.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 02.03.2006

Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2004, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que modifica o art. 6º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro

de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para assegurar a gratuidade dos serviços de informação sobre os produtos e serviços fornecidos.

(Decisão terminativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle)

Sessão: 02.03.2006

Projeto de Lei do Senado nº 347, de 2005, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que institui o dia 4 de outubro como o "Dia Nacional do Agente Comunitário de Saúde".

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 02.03.2006

Projeto de Lei do Senado nº 352, de 2005, de autoria do Senador José Jorge, que institui o Dia Nacional de Prevenção da Catapora ou Varicela.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 02.03.2006

Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2004, , de autoria do Senador Paulo Paim, que altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, de forma a permitir que o valor da aposentadoria do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa, por razões decorrentes de doença ou deficiência física, seja acrescido de vinte e cinco por cento.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 21.03.2006

Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2004, , de autoria do Senador Paulo Paim, que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Nacional de Inclusão Social da População de Rua e dá outras providências

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 21.03.2006

Projeto de Lei do Senado nº 392, de 2005, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que dispõe sobre incentivos fiscais às doações para Partidos Políticos e candidatos.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 21.03.2006

Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2004, de autoria do Senador Sibá Machado, que revoga a Lei nº 7.399, de 4 de novembro de 1985, e o Decreto nº 92.290, de 10 de janeiro de 1986, e dá outras providências (dispõe sobre a competência para exercer a profissão de geógrafo).

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 22.03.2006

Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2004, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, de forma a aumentar o período máximo de percepção do seguro-desemprego no caso de trabalhador portador de deficiência física.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 27.03.2006

Projeto de Lei do Senado nº 173, de 2004, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigo à Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso, para isentar do pagamento de taxas bancárias as contas de cidadãos maiores de 60 anos que recebam aposentadoria da Previdência Social até o valor equivalente a 1

(um) salário mínimo.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 27.03.2006

III - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO:

De iniciativa do Senado Federal	7
Total.....	**7**

Projeto de Resolução nº 11, de 2006, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que suspende a execução do art. 7º, I e II, e art. 27 da Lei nº 6.989, de 29/12/1966, com a redação dada, respectivamente, pela Lei nº 10.921, de 30/12/1990, e Lei nº 10.805, de 27/12/1989, todas do Município de São Paulo.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

Sessão: 06.03.2006

Projeto de Resolução nº 12, de 2006 de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que suspende a execução do art. 4º da Lei nº 2.175, de 24 de novembro de 1989, do Município de Osasco, no Estado de São Paulo.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

Sessão: 06.03.2006

Projeto de Resolução nº 13, de 2006, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que suspende a execução do art. 10 da Lei nº 379, de 19 de dezembro de 1969, na redação que lhe deu o art. 1º da Lei nº 1.039, de 7 de dezembro de 1989, ambas do Município de Diadema – SP.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

Sessão: 06.03.2006

Projeto de Resolução nº 14, de 2006, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que suspende a execução do art. 17 e seu parágrafo único da Lei Municipal nº 6.570, de 2 de março de 1988, que deu nova redação à Lei nº 6.055, de 5 de dezembro de 1983, do Município de Goiânia, Goiás.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

Sessão: 06.03.2006

Projeto de Resolução nº 15, de 2006, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que suspende a execução do inciso XI do art. 68 da Constituição do Estado de Sergipe.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

Sessão: 06.03.2006

Projeto de Resolução nº 16, de 2006, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que suspende a execução da Lei nº 11.564, de 18 de agosto de 1998, do Estado de Pernambuco.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

Sessão: 06.03.2006

Projeto de Resolução nº 22, de 2006, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que suspende a execução da expressão "manter ou não o sigilo quanto ao objeto e à autoria da denúncia", constante do § 1º do art. 55 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e do contido no disposto no Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, que, quanto à autoria da denúncia, estabelece a manutenção do sigilo.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

Sessão: 20.03.2006

IV – ESCOLHA DE AUTORIDADE

Total	**1**

Parecer nº 226, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/5, de 2006 (Mensagem nº 12/2006, na origem), favorável à indicação da Sra. **Ellen Gracie Northfleet** para integrar o Conselho Nacional de Justiça, na vaga do Supremo Tribunal Federal.

Sessão: 22.03.2006

V – MATÉRIA PREJUDICADA:

Total	**1**

Projeto de Lei do Senado nº 192, de 2004, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que *altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, de modo a aumentar o período máximo de percepção do seguro no caso de trabalhador portador de deficiência física.*

(Prejudicado em virtude da aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2004)

Sessão: 27.03.2006

VI – MATÉRIAS REJEITADAS:

De iniciativa da Câmara dos Deputados	1
De iniciativa do Senado Federal	1
Total	**2**

Projeto de Lei do Senado nº 106, de 203, de autoria do Senador Aelton Freitas, que altera os artigos 40 e 42 da Lei nº 10257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade, que dispõem sobre o plano diretor e seu sistema de acompanhamento e controle.

(Decisão terminativa da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo)

Sessão: 07.03.2006

Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2003 (nº 4.702/94, na Casa de origem) que dispõe sobre a criação da Farmácia Popular e dá outras providências.

(Art. 254 do Regimento Interno)

Sessão: 21.03.2006

VII - OUTRAS DELIBERAÇÕES:

De iniciativa do Senado Federal	52
Total	**52**

Requerimento nº 223, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à jornalista Renata Lo Prete, vencedora do Grande Prêmio Folha de Jornalismo de 2005, pelas suas reportagens sobre a revelação do "Mensalão".
Sessão: 03.03.2006

Requerimento nº 224, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ator Guará Rodrigues, ocorrido no dia 21 de fevereiro de 2006, no Rio de Janeiro.
Sessão: 03.03.2006

Requerimento nº 225, de 2006, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Srs. Senadores, solicitando voto de lembrança pelo transcurso do quinto ano de falecimento do ex-Governador, ex-Senador, ex-Deputado e ex-Prefeito Mário Covas.
Sessão: 06.03.2006

Requerimento nº 226, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, solicitando voto de lembrança ao ensejo do transcurso do quinto aniversário da morte do ex-Governador, ex-Senador, ex-Constituinte Mário Covas.
Sessão: 06.03.2006

Requerimento nº 229, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da artista plástica e escritora Elsie Dubugras, ocorrido no dia 2 de março de 2006.
Sessão: 06.03.2006

Requerimento nº 232, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de solidariedade e moção de apoio ao atleta Jeovânio Rocha Nascimento, ao Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, e ao Ministério Público Estadual, pelo ato de coragem e prontidão diante do incidente de racismo ocorrido na partida de futebol entre o Esporte Clube Juventude e o Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, neste final de semana.
Sessão: 07.03.2006

Requerimento nº 233, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao jornal **Diário de Pernambuco**, premiado no Best Newspaper Design, edição de 2005.
Sessão: 07.03.2006

Requerimento nº 234, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao jornal **O Estado de S.Paulo**, premiado no Best Newspaper Design, edição de 2005.
Sessão: 07.03.2006

Requerimento nº 235, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao jornal **Correio Braziliense**, premiado no Best Newspaper Design, edição de 2005.
Sessão: 07.03.2006

Requerimento nº 236, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao jornal **Estado de Minas**, premiado no Best Newspaper Design, edição de 2005.
Sessão: 07.03.2006

Requerimento nº 239, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de lembrança ao político e pensador brasileiro, Florestan Fernandes, ao ensejo do relançamento de dois de seus livros e de outro falando de sua trajetória.
Sessão: 07.03.2006

Requerimento nº 240, de 2006, de autoria do Senador Gerson Camata, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Vicente Lorenzon.
Sessão: 08.03.2006

Requerimento nº 241, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista Roberto Marinho de Azevedo, primeiro crítico de gastronomia da imprensa carioca, ocorrido no dia 7 de março.
Sessão: 08.03.2006

Requerimento nº 244, de 2006, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e José Agripino, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Honorina Tavares de Albuquerque, ocorrido em janeiro de 2006.
Sessão: 08.03.2006

Requerimento nº 255, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Anwar Hauly, irmão do Deputado Federal Luiz Carlos Hauly, ocorrido no dia 9 de março.
Sessão: 09.03.2006

Requerimento nº 256, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Senhora Dulce Pinto da Costa, médica no Amazonas, que amanhã, dia 10 de março, será homenageada em Manaus pelo transcurso do seu 80º aniversário.
Sessão: 09.03.2006

Requerimento nº 261, de 2006, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Embaixador César de Faria Domingues Moreira, ocorrido na cidade de Oslo, Noruega. Usam da palavra no encaminhamento da matéria os Srs. Antonio Carlos Magalhães, Arthur Virgílio, José Agripino, Rodolpho Tourinho e o Sr. Flávio Arns (Presidente).
Sessão: 13.03.2006

Requerimento nº 263, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao atleta Carlos Alberto Dinelly, primeiro desportista do Amazonas a se classificar para o *Ironman*, a maior competição de triatlon do mundo.
Sessão: 13.03.2006

Requerimento nº 264, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à jornalista Rebeca Garcia, pela edição do Caderno "*Museu do Conhecimento*", suplemento dominical de elevada qualidade editorial do jornal "*O Estado do Amazonas*".
Sessão: 13.03.2006

Requerimento nº 265, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao escritor e membro da Academia Amazonense de Letras Armando de Menezes, pelo lançamento de seu novo livro intitulado Casa da Dona Santa.
Sessão: 13.03.2006

Requerimento nº 274, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Fundação Nacional de Arte – Funarte, pelo transcurso de seu 30º aniversário.
Sessão: 15.03.2006

Requerimento nº 277, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, solicitando voto de aplauso ao artista acreano Hélio Melo, pela exposição de seus trabalhos descobertos pela Curadoria da 27ª Bienal de São Paulo.
Sessão: 15.03.2006

Requerimento nº 280, de 2006, de autoria da Senadora Roseana Sarney e do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de Josué Montello, ocorrido no dia 15/03/2006, no Rio de Janeiro.
Sessão: 16.03.2006

Requerimento nº 281, de 2006, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando de voto de pesar pelo falecimento do Acadêmico Josué Montello, ocorrido no dia 15/03/2006, no Rio de Janeiro.
Sessão: 16.03.2006

Requerimento nº 282, de 2006, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Wilmar Peres de Farias, ex-Governador do Estado do Mato Grosso, ocorrido no dia 14/03/2006.
Sessão: 16.03.2006

Requerimento nº 283, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Ministra Ellen Gracie Northfleet, eleita, no dia 15/03/2006, para exercer a Presidência do Supremo Tribunal Federal, primeira mulher a ascender a esse posto.
Sessão: 16.03.2006

Requerimento nº 284, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Josué Montello, ocorrido no dia 15/03/2006, no Rio de Janeiro.
Sessão: 16.03.2006

Requerimento nº 285, de 2006, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso à Ministra Ellen Gracie Northfleet pela sua eleição como Presidente do Supremo Tribunal Federal.
Sessão: 16.03.2006

Requerimento nº 288, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando homenagem de pesar pelo falecimento precoce do jovem Ilais Alexandre Brito Freitas, ocorrido no dia 16/03/2006, em Manaus.
Sessão: 17.03.2006

Requerimento nº 289, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando homenagem de pesar pelo falecimento de Osires Lopes da Silva Neto, ocorrido em Brasília.
Sessão: 17.03.2006

Requerimento nº 290, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao jornal **Diário do Amazonas** e à **Rádio Amazonas-FM**, pelo transcurso do 21º aniversário de criação desses veículos de comunicação de Manaus.
Sessão: 20.03.2006

Requerimento nº 291, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso pelo lançamento nacional de seu livro "*A Arte da Politica – A História que Vivi*".
Sessão: 20.03.2006

Requerimento nº 292, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao ortopedista e pesquisador gaúcho Carlos Alberto Souza Macedo, pela criação de prótese para quadril, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com tecnologia aprovada nos testes internacionais ISO e ASTM.
Sessão: 20.03.2006

Requerimento nº 293, de 2006, de autoria Senador Antonio Carlos Magalhães e outros Srs. Senadores, solicitando voto de congratulações pelo transcurso do aniversário de noventa anos do ilustre brasileiro, baiano de Santo Amaro da Purificação, Monsenhor Gaspar Sadoc da Natividade.
Sessão: 20.03.2006

Requerimento nº 301, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao jornalista e ex-Deputado Federal João Mellão Neto, pela edição de seu livro *"O Pensamento Liberal"*.

Sessão: 21.03.2006

Requerimento nº 303, de 2006, de autoria do Senador Luiz Otávio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista Arthênio Guimarães, ocorrido ontem na cidade de Belém-PA.

Sessão: 21.03.2006

Requerimento nº 314, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao jornalista e historiador Hugo Studart, pelo lançamento do livro "A Lei da Selva".

Sessão: 22.03.2006

Requerimento nº 315, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgilio, solicitando voto de aplauso ao cineasta amazonense Alexandre Serrão, pela produção do filme "Nas Trilhas de Milton Hatoum", documentário sobre a obra literária de um dos maiores escritores do Amazonas.

Sessão: 22.03.2006

Requerimento nº 318, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de lembrança ao ensejo do centenário de nascimento de Arthur Reis, pensador, historiador e Governador do Amazonas.

Sessão: 22.03.2006

Requerimento nº 319, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Srs. Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Hainsi Gralow, ocorrido no dia 1º de março de 2006.

Sessão: 22.03.2006

Requerimento nº 323, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do documentarista Primo Carbonari, ocorrido em 22 de março de 2006, em São Paulo.

Sessão: 23.03.2006

Requerimento nº 324, de 2006, de autoria do Senador Luiz Otávio, solicitando voto de louvor ao Sr. Altair Corrêa Vieira, pela sua posse como Presidente da Associação Comercial do Pará, ocorrido no dia 17 de março de 2006.

Sessão: 23.03.2006

Requerimento nº 328, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Marina Montini, musa inspiradora do pintor Di Cavalcanti.

Sessão: 23.03.2006

Requerimento nº 330, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao mais antigo cartório do Amazonas, Antonino Rabelo, há 40 anos no exercício da função.

Sessão: 27.03.2006

Requerimento nº 331, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do artista plástico e músico Antonio Carlos Castro Neves, ocorrido em 23 de março de 2006, no Rio de Janeiro.

Sessão: 27.03.2006

Requerimento nº 332, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de lembrança à memória de em grande democrata amazonense, Aristophanes Castro.

Sessão: 27.03.2006

Requerimento nº 347, de 2006, de autoria do Senador Ney Suassuna, de voto de pear pelo falecimento do ciclista goiano Wanderley Magalhães, apresentando condolências à família.

Sessão: 29.03.2006

Requerimento nº 348, de 2006, de autoria do Senador Demóstenes Torres, de homenagem pelo falecimento do Sr. Wanderley Magalhães, ex-ciclista e Diretor da Liga Goiana de Ciclismo, ocorrido no dia 28 de março de 2006, , na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Sessão: 29.03.2006

Requerimento nº 350, de 2006, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que solicita voto de aplauso ao Prefeito de Paragominas pelo recebimento do prêmio, em 1º lugar, de Prefeito Empreendedor.

Sessão: 30.03.2006

Requerimento nº 351, de 2006, de autoria da Senadora Helóisa Helena, solicitando voto de aplauso à Igreja Adventista do Sétimo Dia pela campanha Projeto + Vida, para doação de sangue.

Sessão: 30.03.2006

Requerimento nº 352, de 2006, de autoria da Senadora Heloísa Helena, de apresentação de condolências à família pelo falecimento de Adriano de Souza Batista, fundador do PSOL na Paraíba.

Sessão: 30.03.2006

Requerimento nº 353, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, de voto de aplauso ao boxeador Éder Jofre, 50 vezes vitorioso por nocaute em lutas memoráveis, no Brasil e no mundo, que, neste mês, completou 700 anos de idade.

Sessão: 30.03.2006

Requerimento nº 354, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, de voto de

pesar pelo falecimento ocorrido dia 19 de março de 2006, no Rio de Janeiro, do artista Nelson Dantas.

Sessão: 30.03.2006

Requerimento nº 355, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, de voto de aplauso ao cardiologista e pesquisador José Carlos Quinaglia, do Hospital de Base de Brasília, que participou de grupo de seis médicos, em pesquisa, concluída com êxito, sobre cardiologia, chefiada pela Universidade de Harvard e, no Brasil, coordenada pelo Incor de São Paulo.

Sessão: 30.03.2006

Requerimento nº 358, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, de voto de regozijo pelos 80 anos de Thiago de Mello, o grande poeta da Floresta Amazônica, detentor de uma das mais autênticas obras literárias do Brasil e reconhecida no mundo inteiro pela sua qualidade e significado.

Sessão: 30.03.2006

Requerimento nº 359, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Senadores, de inserção em ata de voto de congratulações para o Tenente-Coronel Marcos Pontes, que nesta quarta-feira,dia 29/03/2006, tornou-se o primeiro astronauta brasileiro a viajar ao espaço, a bordo da nave russa Soyuz TMA 8, lançada da base Baikonur, no Cazaquistão.

Sessão: 30.03.2006

Requerimento nº 360, de 2006, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, de voto de aplauso ao Tenente-Coronel Aviador Marcos César Pontes por ser o primeiro astronauta brasileiro a chegar à órbita terrestre, lançado pela espaçonave russa Soyuz, contribuindo, assim, para a abertura de novas fronteiras ao programa da Agência Espacial Brasileira.

Sessão: 30.03.2006

Requerimento nº 362, de 2006, de autoria do Senador Mão Santa e outros Senadores e Senadoras, de voto de lembrança pelo transcurso do 19º aniversário de morte do insigne brasileiro Arthur Virgílio Filho, um político que honrou ao País.

Sessão: 30.03.2006

VIII - ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE VIGÊNCIA DE MEDIDA PROVISÓRIA

Total	**2**

Ato nº 10, de 2006– Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de a partir de 3 de março de 2006, a vigência da Medida Provisória nº 276, de 2 de janeiro de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de R$ 350.000.000,00, para os fins que especifica (obras emergenciais em estradas federais).*

(publicado no Diário Oficial da União de 23.02.06 e republicado no de 15.03.2006 , seção I)

Ato nº 11, de 2006– Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de a partir de 20 de março de 2006, a vigência da Medida Provisória nº 277, de 18 de janeiro de 2006 que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura,Pecuária e Abastecimento e das Relações Exteriores, no valor de R$ 74.564.000,00, para os fins que especifica (apoio à população atingida pela febre aftosa).*

(publicado no Diário Oficial da União de 10.03.06, seção I)

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS (1º a 31 de março de 2006)	
Deliberativas Ordinárias	12
Não Deliberativas	10
Especiais	3
Total	**25**

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL
(1º a 31 de março de 2006)

MATÉRIAS APROVADAS 23

I – Medidas Provisórias aprovadas 3
1 – Aprovada com alterações e devolvida à Câmara dos Deputados..1
2 – *Aprovada na íntegra e encaminhada à promulgação*.....2

II - Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados 12
1 – Por Decisão terminativa.....12
1.1 – Proposições do Senado.....12

III - Proposições aprovadas e enviadas à promulgação 7
1 – Suspensão de atos normativos declarados inconstitucionais 7

IV – Escolha de Autoridade 1

MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO 3

V – Matérias rejeitadas 2

VI – Matéria prejudicada 1

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS 26

ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDA PROVISÓRIA 2

SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE 15 DE FEVEREIRO A DE 31 DE MARÇO DE 2006

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS PELO SENADO FEDERAL NA 4ª LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA
(15 de fevereiro a 31 de março de 2006)

Deliberativas Ordinárias 15
Não Deliberativas 14
Deliberativas Extraordinárias 00
Especial 03

Total 32

MATÉRIAS APROVADAS 54

I – Medidas Provisórias aprovadas 3

1 – Aprovadas, na forma de Projeto de Lei de Conversão apresentado pela Câmara dos Deputados, e enviadas à sanção 1

2 – Aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação 2

II - Projetos aprovados e enviados à sanção 4

III – Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados 21
1 - Em Decisão terminativa 19
1.1 Projetos de Lei do Senado Federal 19
2 - Por Decisão de Plenário 2
2.1 – Da Câmara dos Deputados 2

IV - Projetos aprovados e enviados à promulgação 24
1 - Acordos Internacionais 17
2 – Suspensão de Atos Normativos declarados inconstitucionais 7

V – Pareceres referentes a Mensagens de Escolha de Autoridade 1

VI – Requerimentos de Votos de Aplauso, Censura ou Semelhante 1

MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO 7

VII - Matérias prejudicadas 2

VIII - Matérias rejeitadas 5

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS 61

ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDA PROVISÓRIA 7

B - SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO MÊS DE MARÇO DE 2006 DAS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE.

REUNIÃO REALIZADA EM 07/03/2006 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO: AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A UNIFICAÇÃO DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL E DA SECRETARIA DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA, A DENOMINADA *"SUPER-RECEITA"*, CONSTANTE DO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 20, DE 2006, QUE "DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA FEDERAL; ALTERA AS LEIS NºS 10.593, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2002, 10.683, DE 28 DE MAIO DE 2003, 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991, 10.910, DE 15 DE JULHO DE 2004, E O DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943; REVOGA DISPOSITIVOS DAS LEIS NºS 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991, 10.593, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2002, 10.910, DE 15 DE JUNHO DE 2004, 11.098, DE 13 DE JANEIRO DE 2005, E 9.317, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1996; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", EM ATENDIMENTO AOS REQUERIMENTOS Nº 07, Nº 08 E Nº 09/CAE, DE 2006, DE AUTORIA DOS SENADORES RODOLPHO TOURINHO, PEDRO SIMON E FLEXA RIBEIRO, RESPECTIVAMENTE. **Resultado: Audiência Pública realizada com a presença dos Srs. Carlos André Soares Nogueira, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal, Unafisco;**

Ovídio Palmeira Filho, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social, Anfip; Rosa Maria Campos Jorge, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, Sinait; Paulo Antenor de Oliveira, Presidente do Sindicato Nacional dos Técnicos da Receita Federal, Sindireceita; Manoel Felipe Brandão, Procurador-Geral da Fazenda Nacional; Jorge Antonio Deher Rachid, Secretário da Receita Federal; e Liêda Amaral de Souza, Secretária da Receita Previdenciária Substituta.

REQUERIMENTOS APROVADOS:

REQUERIMENTO Nº 12/2006-CAE, que requer, nos termos regimentais, seja acrescentado ao Requerimento nº 09/2006-CAE, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, o nome da Sra. Simone Melo, Presidente da Associação Nacional dos Servidores Administrativos da Secretaria da Receita Federal Previdenciária, e do Sr. Jorge Patrício, Presidente da Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social - FENASPS. Autoria: Senadores Flexa Ribeiro e Rodolpho Tourinho

REQUERIMENTO Nº 13/2006-CAE, que requer, nos termos regimentais, seja incluído no rol de convidados a participarem de audiência pública que discutirá o PLC 20/2006 o Sr. Renato Albano Júnior, Presidente da Federação Nacional dos Fiscais Previdenciários- FENAFISP. Autoria: Senador Garibaldi Alves Filho

REQUERIMENTO Nº 14/2006-CAE, que requer, nos termos regimentais, seja convidado para prestar informações perante a Comissão de Assuntos Econômicos o Sr. Eduardo Pereira de Carvalho, Presidente da União da Agroindústria Canavieira de São Paulo - UNICA. Autoria: Senador Romeu Tuma

REUNIÃO REALIZADA EM 14/03/2006 - ORDINÁRIA

AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A UNIFICAÇÃO DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL E DA SECRETARIA DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA, A DENOMINADA "*SUPER-RECEITA*", CONSTANTE DO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 20, DE 2006, QUE "DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA FEDERAL; ALTERA AS LEIS NºS 10.593, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2002, 10.683, DE 28 DE MAIO DE 2003, 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991, 10.910, DE 15 DE JULHO DE 2004, E O DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943; REVOGA DISPOSITIVOS DAS LEIS NºS 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991, 10.593, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2002, 10.910, DE 15 DE JUNHO DE 2004, 11.098, DE 13 DE JANEIRO DE 2005, E 9.317, DE 5 DE

DEZEMBRO DE 1996; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", EM ATENDIMENTO AOS REQUERIMENTOS Nº 09/06-CAE, DE AUTORIA DO SENADOR FLEXA RIBEIRO, Nº 12/06-CAE, DE AUTORIA DOS SENADORES FLEXA RIBEIRO E RODOLPHO TOURINHO, E Nº 13/06-CAE, DE AUTORIA DO SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO. Resultado: Audiência Pública realizada com a presença dos Srs. Vladimir Rossi Lourenço, Diretor-Tesoureiro do Conselho Federal da OAB; Osiris Lopes Filho, Ex-Secretário da Receita Federal; Everardo Maciel, Ex-Secretário da Receita Federal; Jorge Patrício Fagundes Pires, representante da Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social, FENASPS; Renato Albano Júnior, Presidente da Federação Nacional dos Auditores-Fiscais da Previdência Social, FENAFISP; da Sra. Simone Melo, Presidente da Associação Nacional dos Servidores Administrativos da Secretaria da Receita Previdenciária, UNASLAF; e do Exmo. Sr. Deputado Federal Carlos Mota.

REQUERIMENTOS APROVADOS:

REQUERIMENTO Nº 15/2006-CAE, que requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública visando instruir o trâmite e a apreciação do PLC 20, de 2006, com a presença de representantes das seguintes entidades: Confederação Nacional da Indústria – CNI, Confederação Nacional do Comércio – CNC, Federação de Serviços do Estado de São Paulo – FESESP, Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis – SESCON, Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário – IBPT, e do Dr. Ives Gandra Martins. Autoria: Senador Valdir Raupp.

REQUERIMENTO Nº 16/2006-CAE, que requer, nos termos regimentais, que na Audiência Pública que será realizada com a finalidade de discutir o PLC 20, de 2006, sejam incluídos os nomes dos Senhores Luiz Alberto dos Santos, Subchefe de Análise e Acompanhamento das Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República; Marcelo Lavenère, Presidente da Comissão de Anistia; Roberto Eduardo Giffoni, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores Federais, João Carlos Souto, Presidente do Sindicato dos Procuradores da Fazenda Nacional; e do Exmo. Sr. Deputado Estadual Paulo Ramos, Representante da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Autoria: Senador Romero Jucá.

REQUERIMENTO Nº 17/2006-CAE, que requer, nos termos regimentais, que na Audiência Pública que será realizada com a finalidade de discutir o PLC nº 20, de 2006, sejam incluídos os nomes do Sr. Roberto Eduardo Giffoni, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores Federais – ANPAF, e da Sra. Leonilda Terezinha de Araújo, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores Administrativos e Auxiliares da Receita Federal – SINDSARF. Autoria: Senador Rodolpho Tourinho.

REQUERIMENTO Nº 18/2006-CAE, que requer, nos termos regimentais, que seja convidado o Senhor Murilo Portugal, atual Secretário Executivo do Ministério da Fazenda e ex-Secretário do Tesouro Nacional entre 1992 e 1996 para, em Audiência Pública, prestar esclarecimentos aos Senadores desta Comissão de Assuntos Econômicos sobre a evolução da dívida pública brasileira nos últimos anos. Autoria: Senador Arthur Virgílio.

REUNIÃO REALIZADA EM 21/03/2006 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 - TURNO SUPLEMENTAR DE DISCUSSÃO DA EMENDA Nº 02-CAE (SUBSTITUTIVO) OFERECIDA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 533, DE 2003 TERMINATIVO - Dispõe sobre o Sistema de Consórcios. Autoria: Senador AELTON FREITAS. Relator: Senador GERSON CAMATA. OBS: - A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Em 13/12/05, foi aprovado Substitutivo Integral; de acordo com o art. 282, do Regimento Interno do Senado Federal, a Matéria será submetida a Turno Suplementar de Discussão; Em 12/01/06, foram apresentadas ao Substitutivo as Emendas nºs 01 e 02, de autoria do Senador Aelton Freitas. Parecer sobre as Emendas: Favorável às Emendas nºs 01 e 02 apresentadas. **Resultado: A Comissão aprova, em Turno Suplementar, a Emenda nº 02-CAE (Substitutivo) e as Emendas nºs 01 e 02 apresentadas, que serão incorporadas ao Substitutivo.**

ITEM 02 - MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 103, DE 2006 - NÃO TERMINATIVA Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total de até US$ 50,000,000.00 (cinqüenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado de Minas Gerais e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada a financiar, parcialmente, a primeira fase do Programa de Melhoria da Acessibilidade de Municípios de Pequeno Porte - PROACESSO. Autoria: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Relator: Senador LUIZ OTAVIO. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. **Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria.**

ITEM 03 - REQUERIMENTO Nº 19/2006-CAE, que requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública Conjunta com as Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Assuntos Sociais com vistas a tratar das questões atinentes à "gripe aviária" com desdobramento na mortalidade e pandemia mundial, bem como seus reflexos no agravamento das questões sócio-econômicas mundiais e especificamente no Brasil, com a presença de representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Ministério do Desenvolvimento Agrário. Autoria: Senadora Ideli Salvatti. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 04 - REQUERIMENTO Nº 20/2006-CAE, que requer, nos termos regimentais, que na Audiência Pública que será realizada no próximo dia 28 de março para instruir o PLC nº 20, de 2006, seja incluído o nome do Dr. Antonio Carlos Rodrigues do Amaral, como representante do Conselho Federal da OAB e da OAB-SP. Autoria: Senadores Tasso Jereissati e Arthur Virgílio. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 05 - AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A PRESENÇA DA SRA. MARTA SUPLICY, EX-PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, COM A FINALIDADE DE PRESTAR ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS A RESPEITO DO DESCUMPRIMENTO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

DO ART. 32 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 2000, E DA RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 43, DE 2001, EM ATENDIMENTO À DELIBERAÇÃO DESTA COMISSÃO. **Resultado: Audiência Pública realizada com a presença da Sra. Marta Suplicy, Ex-Prefeita do Município de São Paulo.**

REUNIÃO REALIZADA EM 28/03/2006 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM UM – AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DISCUTIR A UNIFICAÇÃO DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL E DA SECRETARIA DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA, A DENOMINADA *"SUPER-RECEITA"*, CONSTANTE DO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 20, DE 2006, QUE "DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA FEDERAL; ALTERA AS LEIS NºS 10.593, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2002, 10.683, DE 28 DE MAIO DE 2003, 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991, 10.910, DE 15 DE JULHO DE 2004, E O DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943; REVOGA DISPOSITIVOS DAS LEIS NºS 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991, 10.593, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2002, 10.910, DE 15 DE JUNHO DE 2004, 11.098, DE 13 DE JANEIRO DE 2005, E 9.317, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1996; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", EM ATENDIMENTO AOS REQUERIMENTOS Nº 15/06-CAE, DE AUTORIA DO SENADOR VALDIR RAUPP, Nº 16/06-CAE, DE AUTORIA DO SENADOR ROMERO JUCÁ, NºS 17 E 21/06-CAE, DE AUTORIA DO SENADOR RODOLPHO TOURINHO E Nº 20/06-CAE, DE AUTORIA DO SENADOR TASSO JEREISSATI, COM A PRESENÇA DOS SEGUINTES CONVIDADOS: EXPOSITORES: Sr. Antonio Carlos Rodrigues do Amaral, Representante da OAB / SP; Sr. Lucas Izoton, Presidente da Federação das Indústrias do Espírito Santo e do Conselho Temático Permanente da Micro e da Pequena Empresa (representando o Exmo. Sr. Deputado Armando Monteiro Neto); Sr. Orlando Spinetti, Assessor da Divisão Jurídica da Confederação Nacional do Comércio – CNC (representando o Sr. Antonio José Domingues de Oliveira Santos); Sr. Luigi Nese, Vice-Presidente da Federação de Serviços do Estado de São Paulo – Fesesp (representando o Sr. Ricardo Luis Martins Scalise); Sr. Gilberto Luiz do Amaral, Presidente do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário – IBPT; Sr. João Carlos Souto, Presidente do Sindicato dos Procuradores da Fazenda Nacional; Sr. Roberto Eduardo Giffoni, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores Federais – Anpaf; da Sra. Leonilda Terezinha de Araújo, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores Administrativos e Auxiliares da Receita Federal – Sindsarf; e do Exmo. Sr. Deputado Estadual Paulo Ramos, Representante da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. **RESULTADO: REALIZADA.**

ITEM 02 - MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 107, DE 2006 - NÃO TERMINATIVA

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor total de até US$ 93,000,000.00 (noventa e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, para financiamento parcial do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal - PNAGE - Fase I. **Autoria:** PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Relator:** Senador LUIZ OTÁVIO. **Parecer**: Favorável nos termos do

PRS que apresenta. **Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria.**

ITEM 03 - MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 106, DE 2006 - NÃO TERMINATIVA
Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de até US$ 23,155,000.00 (vinte e três milhões, cento e cinqüenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Fundo Internacional para Desenvolvimento da Agricultura - FIDA, para financiamento do Projeto de Suporte ao Desenvolvimento de Empreendimentos de Agricultores Familiares do Nordeste Brasileiro. **Autoria:** PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Relator:** Senador SÉRGIO GUERRA. **Relator Ad Hoc: Senador CÉSAR BORGES. Parecer**: *Favorável nos termos do PRS que* apresenta. **Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria.**

REQUERIMENTOS APROVADOS:

REQUERIMENTO Nº 21/2006-CAE, que requer, nos termos regimentais, seja incluído o nome do Exmo. Sr. Álvaro Augusto Ribeiro Costa, Advogado-Geral da União, na audiência pública a ser realizada com a finalidade de discutir o Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2006. Autoria: Senador Rodolpho Tourinho.

REQUERIMENTO Nº 22/2006-CAE, que requer, nos termos regimentais e em aditamento ao Requerimento nº 06/2006-CAE, de 17 de fevereiro de 2006, seja convidado o Excelentíssimo Governador do Estado do Maranhão, Sr. José Reinaldo Tavares, para prestar informações sobre operação de crédito realizada entre o Estado do Maranhão e a Empresa Camargo Corrêa. Autoria: Senador Gilvam Borges.

REQUERIMENTO Nº 23/2006-CAE, que requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão Assuntos Sociais com o objetivo de esclarecer os Senhores Senadores acerca das negociações relativas à participação acionária da Petrobrás na Braskem/Odebrecht; a entrega de ativos da Petrobrás à Petroquímica Triunfo, empresa do Pólo Petroquímico do Estado do Rio Grande do Sul; o monopólio de alguns dos produtos petroquímicos ali produzidos e seus impactos no setor, bem como na manutenção dos empregos hoje existentes, com a presença dos Presidentes da Patrobrás, da Petroquisa, do Sindicato dos Trabalhadores do Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul, e de Representantes da Braskem S.A., da Ipiranga Petroquímica S.A, e da Confederação Nacional dos Químicos – CUT. Autoria: Senador Eduardo Suplicy.

REQUERIMENTO Nº 24/2006-CAE, que requer, com fundamento no art. 93, § 2º do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública do Projeto de Resolução nº 57, de 2003, que "autoriza a cessão, para cobrança da dívida ativa dos municípios as instituições financeiras e dá outras providências", de autoria do Senador Sérgio Cabral. Autoria: Senador Sérgio Cabral.

REQUERIMENTO REJEITADO:

REQUERIMENTO Nº 25/2006-CAE, que requer, nos termos regimentais, sejam ouvidas previamente as Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o PLS nº 385/2005, que "cria a Zona Franca de São Luís, no Estado do Maranhão", de autoria do Senador Edison Lobão. Autoria: Senador Jefferson Peres.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS - CAE

REUNIÃO REALIZADA EM 15/03/2006 –CONJUNTA COM A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ITEM ÚNICO: AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL – PEC Nº 009, DE 2006, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTS. 23, 30, 206 E 212 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E AO ART. 60 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS E ACRESCENTA § 5º AO ART. 211 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. (DISPÕE SOBRE O FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB)". AUTORIA DOS REQUERIMENTOS E DOS ADITAMENTOS: SENADORES CRISTOVAM BUARQUE, ROMEU TUMA, GARIBALDI ALVES FILHO E GERSON CAMATA. **EXPOSITORES**: PAULO ROBERTO ZIULKOSKI, *Presidente da* Confederação Nacional de Municípios; JOÃO GUERINO BALESTRASSI, Presidente da Associação dos Municípios do Espírito Santo – AMUNES; CRISTOVAM BUARQUE, Senador da República e SELMA MAQUINÉ, Consultora em Educação da Confederação Nacional de Municípios. **RESULTADO: REALIZADA**.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS.

REUNIÃO REALIZADA EM 09/03/2006 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, DE 2005 – COMPLEMENTAR - NÃO TERMINTIVO - "*Dispõe sobre a adoção de requisitos* e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos segurados portadores de deficiência filiados ao Regime Geral da Previdência Social, conforme determina o § 1º do art. 201 da Constituição Federal." Autor: Senador FLÁVIO ARNS. Relator: "ad hoc" Senador EDUARDO AZEREDO. Parecer: Favorável. **Resultado: Aprovado.**

ITEM 02 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 318, DE 2005 - TERMINATIVO - "Cria Sistema Especial de Inclusão Previdenciária". Autor: Senador RODOLPHO TOURINHO. Relator: Senador EDUARDO AZEREDO. Parecer: Favorável. **Resultado: Aprovado.**

ITEM 03 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 296, DE 2003 - TERMINATIVO - "Altera o artigo 29 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, e revoga os artigos 3º, 5º, 6º e 7º da Lei 9.876, de 26 de novembro de 1999, modificando a forma de cálculo dos benefícios da Previdência Social". Autor: Senador PAULO PAIM. Relator: Senador MÃO SANTA. Parecer: Favorável. **Resultado: Aprovado.**

ITEM 04 - REQUERIMENTO N° 02, de 2006 - CAS - "Requer a realização de Audiência Pública para abordar a regulamentação do exercício profissional da acupuntura e a criação do Conselho Federal de Acupuntura, objetos do PLS 480/2003 , em tramitação nesta Comissão de Assuntos Sociais, com a participação de um representante do Ministério da Saúde, um convidado indicado pelo relator do projeto na CAS, Senador Ney Suassuna, o Dr. Wu Tou Wang, Presidente da Associação Nacional de Acupuntura e Moxabustão- ANAMO e o Sr. Rogério Fagundes, acupunturista e membro do Sindicato Nacional dos Terapeutas Naturistas". Autor: Senador FLÁVIO ARNS. **Resultado: Aprovado.**

ITEM 05 - REQUERIMENTO N° 04, de 2006- CAS - "Requer a realização de Audiência Pública em reunião conjunta da Comissão de Assuntos Sócias e da Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência com vistas a tratar das questões atinentes à " APOSENTADORIAS E PENSÕES, convidando o Ministro de Estado da Previdência Social- Nelson Machado, o Presidente da COBAP, o Presidente do MOSAP, o Toninho do DIAP, o Presidente da ANFIP e outros a serem definidos pela própria Subcomissão. Autor: Senador PAULO PAIM. **Resultado: Aprovado.**

ITEM 06 - REQUERIMENTO N° 03, de 2006- CAS - "Requer a realização de Audiência Pública em reunião conjunta da Comissão de Assuntos Sócias e da Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência com vistas a tratar das questões atinentes a" PROIBIÇÃO DO DESCONTO EM FOLHA DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL, convidando o Ministro de Estado do Trabalho, os Presidentes das Centrais Sindicais, o Toninho do DIAP, e outros a serem definidos pela própria Subcomissão". Autor: Senador PAULO PAIM. **Resultado: Aprovado.**

ITEM 07 - EXTRA PAUTA - REQUERIMENTO N° 44, de 2005 - CAS - "Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais para instruir a apreciação do Projeto de Lei do Senado n° 451, de 2003, que dispões sobre o exercício de profissões de saúde por estrangeiros em áreas carentes desses profissionais, convidando representantes das seguintes entidades: Conselho Nacional da Saúde (CNS), Conselho Nacional de Educação (CNE), Conselho Nacional de Imigração (CBIg), Conselho Federal de Medicina (CFM), e Conselho Federal de Enfermagem (COFEN)." Autor: Senador MÃO SANTA. **Resultado: Aprovado.**

REUNIÃO REALIZADA EM 16/03/2006 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 75, DE 2002 - TERMINATIVO – "Altera o artigo 12 da Lei nº 9656, de 3 de junho de 1998, que "dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde" , para acrescentar, entre as

exigências mínimas dos planos que incluírem internação hospitalar, a cobertura de despesas com cirurgia e transporte de órgãos destinados a transplante". Autor: Senador CARLOS BEZERRA. Relator: Senador DEMÓSTENES TORRES. Parecer: Favorável na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado: Aprovado. A matéria vai a turno suplementar.(Art. 282, combinado com o Art. 92 do RISF).**

ITEM 02 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2005 - TERMINATIVO – "Altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente". Autor: Senador PAPALÉO PAES. Relator: Senador AUGUSTO BOTELHO. Parecer: Favorável, na forma do substitutivo que apresenta. **Resultado: Aprovado. A matéria vai a turno suplementar. (Art.282, combinado com o Art. 92 do RISF).**

ITEM 03 - REQUERIMENTO Nº 5, DE 2006 – CAS - "Requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com vistas a tratar das Questões atinentes a "GRIPE AVIÁRIA", com desdobramento na mortalidade e "PANDEMIA" mundial, bem como seus reflexos no agravamento das questões socioeconômicas mundial e especificamente no Brasil". Convidando as seguintes autoridades: Ministro de Estado da Saúde; Ministro do Trabalho – Exmo. Sr. Luiz Marinho e outros a serem definidos pela própria Comissão. Autor: Senador Paulo Paim. **Resultado: Aprovado.**

ITEM 04 - REQUERIMENTO Nº 6, DE 2006 – CAS - "Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Subcomissão de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal com vistas a promover amplo debate a respeito da Gripe Aviária e suas Prováveis conseqüências para o Brasil". Autores: Senador Papaléo Paes, Senador Paulo Paim e Senador Cristovam Buarque. **Resultado: Aprovado.**

ITEM 05 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2000 - NÃO TERMINATIVO - "Determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistemas de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica". Autor: Deputado Freire Junior. Relator: Senadora Lúcia Vânia. Parecer: Favorável. **Resultado: Aprovado.**

ITEM 06 – REQUERIMENTO Nº 7, DE 2006 – CAS - "Requer a realização de Audiência Pública, com vistas a tratar das negociações relativas à participação acionária da PETROBRÁS na Braskem e a entrega de ativos da PETROBRÁS no Pólo Petroquímico do Estado do Rio Grande do Sul, no dia 24 de março, às 14:00 horas".Convidando as seguintes autoridades: Chefe da Casa Civil da Presidência da República, ou representante; Ministro das Minas e Energia, Presidente da PETROBRÁS; Presidente da PETROQUISA, Representante da BRASKEM; Diretor Superintendente da Ipiranga Petroquímica; Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul. Autor: Senador Paulo Paim. **Resultado: Aprovado.**

REUNIÃO REALIZADA EM 22/03/2006 – CONJUNTA COM A COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

ITEM ÚNICO: AUDIÊNCIA PÙBLICA: Nos termos do art. 58, §2º, inciso II da Constituição c/c art. 90, inciso II, art. 93, inciso II e art. 113, estes do Regimento Interno do Senado Federal, em cumprimento ao Requerimento - CDH nº09, de 2006, aprovado em 08/03/06, e Requerimento – CAS nº05, de 2006, aprovado em 16/03/06. EXPOSITORES: Senhores José Saraiva Felipe, Ministro de Estado da Saúde e Luiz Marinho, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, que *discorreram sobre a* estratégia preventiva da União para proteger o território brasileiro da "gripe aviária". RESULTADO: **AUDIÊNCIA REALIZADA** com a presença do Senhor Jarbas Barbosa da Silva Júnior, Secretário de Vigilância em Saúde que representou o Ministro de Estado da Saúde e a Senhora Paula Montagner, Coordenadora do Observatório de Mercado de Trabalho, que representou o Ministro de Estado do Trabalho e Emprego.

REUNIÃO REALIZADA EM 23/03/2006 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 75, DE 2002 - MATÉRIA EM TURNO SUPLEMENTAR - **"Altera o artigo 12 da Lei nº 9656, de 3 de junho de 1998, que "dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde" , para acrescentar, entre as exigências mínimas dos planos que incluírem internação hospitalar, a cobertura de despesas com cirurgia e transporte de órgãos destinados a transplante". Autor: Senador CARLOS BEZERRA. Relator: Senador DEMÓSTENES TORRES. Parecer: Favorável na forma do Substitutivo que apresenta.** Resultado: A matéria foi aprovada em turno único na reunião do dia 16.03.2006. Não tendo sido oferecidas Emendas na Discussão Suplementar, a Emenda nº 01 – CAS (Substitutivo) é definitivamente adotada, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 02 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2005 - MATÉRIA EM TURNO SUPLEMENTAR – "Altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente". Autor: Senador PAPALÉO PAES. Relator: Senador AUGUSTO BOTELHO. Parecer: Favorável, na forma do substitutivo que apresenta. **Resultado: A matéria foi aprovada em turno *único na reunião do dia 16.03.2006. Não tendo sido oferecidas* Emendas na Discussão Suplementar, a Emenda nº 01 – CAS (Substitutivo) é definitivamente adotada, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.**

REUNIÃO REALIZADA EM 24/03/2006 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO: AUDIÊNCIA PÚBLICA atendendo Requerimento nº 07-CAS, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, que "requer a realização de Audiência Pública com vistas a tratar das negociações relativas à participação acionária da PETROBRÁS na Brasken e a entrega de ativos da PETROBRÁS no Pólo Petroquímico do Estado do Rio Grande do Sul. Solicita ainda sejam convidados os(a)

Srs(a).: Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República ou representante, Ministro das Minas e Energia, Presidente da PETROBRÁS, Presidente da Petroquisa, Representante da BRASKEN, Diretor Superintendente da Ipiranga Petroquímica, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul. EXPOSITORES: Dr. Cláudio Akio – Diretor do Departamento de Combustíveis e Derivados de Petróleo do Ministério das Minas e Energia; Dr. Patrick Horbach Fairon – Diretor de Participações da PETROQUISA; Sr.Valter Luiz Guimarães – Diretor Superintendente da Unidade de Novos Negócios do GRUPO IPIRANGA; Sr. Cairo Garcia Correia – Confederação Nacional dos Químicos; Sr. Carlos Eitor Machado Rodrigues – Presidente do *SINDIPOLO – Sindicato dos Trabalhadores do* Pólo Petroquímico do RS; Dr. Alexandrino Alencar – Vice-presidente de Relações Institucionais da BRASKEM; Sr. Eduardo Tergolina – Diretor Comercial da IPIRANGA PETROQUÍMICA; Dr. Maurício Ferro – Vice-Presidente Jurídico da BRASKEM. **RESULTADO: REALIZADA.**

REUNIÃO REALIZADA EM 27/03/2006 – CONJUNTA COM A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

ITEM ÚNICO: AUDIÊNCIA PÚBLICA atendendo ao Requerimento nº 04-CAS, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, que "requer a realização de Audiência Pública em reunião conjunta da Comissão de Assuntos Sociais e da Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência com vistas a tratar das questões atinentes a "APOSENTADORIAS E PENSÕES". Para tanto convidam o Ministro de Estado da Previdência Social, Dr. Nelson Machado, o Presidente da COBAP, o Presidente do MOSAP, o Toninho do DIAP, o Presidente da ANFIP e outros a serem definidos pela própria Subcomissão. EXPOSITORES: Sr. Canindé Pegado – Séc. Geral da CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores; Sr. Paulo José Zanetti – Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical; Sr. Benedito Marcílio Alves Da Silva – Presidente da COBAP - Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas; Sr. Edson Guilherme Haubert – MOSAP – Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas; Sr. Floriano José Martins – *Vice-Presidente ANFIP; Antônio Augusto* Queiroz – DIAP; **Dr. Daisson Portanova – Consultor Jurídico – COBAP. RESULTADO**: REALIZADA.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA - CAS

REUNIÃO REALIZADA EM 27/03/2006 – CONJUNTA COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ITEM ÚNICO: AUDIÊNCIA PÚBLICA atendendo ao Requerimento nº 04-CAS, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, que "requer a realização de Audiência Pública em reunião conjunta da Comissão de Assuntos Sociais e da Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência com vistas a tratar das questões atinentes a "APOSENTADORIAS E PENSÕES". Para tanto convidam o Ministro de Estado da Previdência Social, Dr. Nelson Machado, o *Presidente da COBAP, o Presidente do* MOSAP, o Toninho do DIAP, o Presidente da ANFIP e outros a serem definidos pela própria Subcomissão. EXPOSITORES: Sr. Canindé Pegado – Séc. Geral da CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores; Sr. Paulo José Zanetti – Vice-Presidente do

Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical; Sr. Benedito Marcílio Alves Da Silva – Presidente da COBAP - Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas; Sr. Edson Guilherme Haubert – MOSAP – Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas; Sr. Floriano José Martins – Vice-Presidente ANFIP; Antônio Augusto Queiroz – DIAP; **Dr. Daisson Portanova – Consultor Jurídico – COBAP. RESULTADO**: REALIZADA.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE - CAS

REUNIÃO REALIZADA EM 28/03/2006 – CONJUNTA COM A COMISSÃO DE DIREITOS HUMANAOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

ITEM ÚNICO: AUDIÊNCIA PÚBLICA - Atendendo Requerimento nº 06-CAS, de 2006, de autoria do Senador Papaléo Paes e outros, que "requer a realização de Audiência Pública em reunião conjunta da Subcomissão de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com vistas a promover amplo debate a respeito da *Gripe Aviária* e suas Prováveis conseqüências para o Brasil". Compareceram as seguintes autoridades: . Sr. JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA – Secretário Executivo do Ministério da Saúde (MS) e Coordenador Interministerial "Pandemia da Influenza"; Sr. JAMIL GOMES DE SOUZA – Diretor do Departamento de Saúde Animal, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Sr. RICARDO GONÇALVES – Presidente Executivo da Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos (ABEF) e Dr. PAULO RICARDO SANTOS NUNES – Gerência-Geral de Portos, Aeroportos e Fronteiras da ANVISA. **RESULTADO: REALIZADA.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

REUNIÃO REALIZADA EM 07/03/2006 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO - 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTRUIR A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2006 - "Dá nova redação aos arts. 23, 30, 206 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e acrescenta § 5º ao art. 211 da Constituição Federal (Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB)". Autoria: Deputado VALDEMAR COSTA NETO e outros Srs. Deputados. Relatoria: Senador JOSÉ JORGE. Obs Requerimento nº 7, de 2006-CCJ, de iniciativa do Senador José Jorge, e Termo Aditivo nº 1, de iniciativa do Senador Tasso Jereissati. COM A PRESENÇA DOS SEGUINTES CONVIDADOS: MARIA AUXILIADORA SEABRA REZENDE – *Secretária de Educação e* Cultura do Estado de Tocantins e Vice-Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação dos Estados e do Distrito Federal – CONSED; MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA – Presidente da União Nacional dos dirigentes Municipais de Educação – UNDIME. **RESULTADO: REALIZADA.**

REUNIÃO REALIZADA EM 08/03/2006 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118 DE 2005 - TERMINATIVO – "Dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios". Autoria: Senador ANTONIO CARLOS VALADARES. Relatoria: Senador JOÃO BATISTA MOTTA. Parecer: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Obs: - Em 22/02/2006, foi concedida vista ao Senador Eduardo Suplicy, nos termos regimentais; Na presente Reunião, o Senador João Batista Motta reformula o voto para concluir pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. ***Resultado:* Aprovado o Projeto na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). A matéria será submetida a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal.**

ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 47, DE 2004 - TERMINATIVO – "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para dar nova redação ao art. 62 e introduzir o art. 63-A, com vistas a incriminar novas modalidades de dano ao patrimônio cultural". Autoria: Senadora ROSEANA SARNEY. Relatoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO. Parecer: Pela aprovação do Projeto. Obs: A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação e pela Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado: Aprovado o Projeto.**

ITEM 3 -PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 301, DE 2004 - TERMINATIVO NA CRE - "Dispõe sobre a obrigatoriedade da dotação e de uso do colete salva-vidas em helicópteros destinados à operação sobre grandes extensões de água". Autoria: Senador RODOLPHO TOURINHO. Relatoria: Senador JOSÉ MARANHÃO. Parecer: Pela aprovação do Projeto. Obs: A matéria será apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em Decisão terminativa. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto.**

ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 59, DE 2004 - TERMINATIVO NA CE - "Autoriza o Poder Executivo a instituir o Piso Salarial Profissional dos Educadores Públicos, na forma prevista no artigo 206, V, e 212 da Constituição Federal e dá outras providências". Autoria: Senador CRISTOVAM BUARQUE. Relatoria: Senador MOZARILDO CAVALCANTI. Parecer: Pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto. Obs: A matéria será apreciada pela Comissão de Educação em Decisão terminativa. **Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto.**

REUNIÃO REALIZADA EM 09/03/2006 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM UM – AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTRUIR A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 09, DE 2006, QUE "Dá nova redação aos arts. 23, 30, 206 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e acrescenta § 5º ao art. 211 da Constituição Federal. (Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB)". Autoria: Deputado VALDEMAR COSTA NETO e outros Srs. Deputados. Relatoria: Senador JOSÉ JORGE. Obs: Requerimento nº 7, de 2006-CCJ, de iniciativa do Senador José Jorge, e

Termo Aditivo nº 1, de iniciativa do Senador Tasso Jereissati. COM A PRESENÇA DOS SEGUINTES CONVIDADOS: ALBÉRICO MACHADO MASCARENHAS – Ex–Secretário de Fazenda do Estado da Bahia; JOÃO ALVES FILHO – Governador do Estado de Sergipe E PAULO RENATO SOUZA – Ex–Ministro da Educação. **RESULTADO: REALIZADA.**

REQUERIMENTOS APRECIADOS

1) TERMO ADITIVO Nº 2 AO REQUERIMENTO Nº 7, DE 2006-CCJ
Venho por meio deste, de acordo com as disposições regimentais, apresentar requerimento para a inclusão dos nomes do Sr. Newton Lima, Prefeito de São Carlos e Vice-Presidente Temático da Frente Nacional de Prefeitos, e do Sr. Reinaldo Fernandes, Presidente do INEP, na audiência pública a ser realizada no dia 14 de março de 2006, na Comissão de Constituição e Justiça, que discutirá a PEC 9/2006, *que dispõe sobre a criação do FUNDEB. Autoria: Senador SIBÁ MACHADO.* **Resultado: Aprovado.**

2) TERMO ADITIVO N º 3 AO REQUERIMENTO Nº 7, DE 2006-CCJ
Em aditamento ao Requerimento nº 7, de 2006, que requer audiência pública para instruir as discussões da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2006, que "dá nova redação aos arts. 23, 30, 206 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do ato das Disposições Transitórias e acrescenta § 5º ao **art. 211 da** Constituição Federal (Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB)", requeiro a inclusão da Senhora JUÇARA MARIA DUTRA VIEIRA, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação-CNTE, como convidada para participar da referida audiência pública, a realizar-se nesta Comissão. Autoria: Senador SIBÁ MACHADO. **Resultado: Aprovado.**

3) TERMO ADITIVO N º 4 AO REQUERIMENTO Nº 7, DE 2006-CCJ
Com fundamento no disposto no art. 58 § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO a Vossa Excelência seja convidado a debater a PEC–09/2006, junto a esta Comissão, o Sr. Paulo Ziulkoski, Presidente do Conselho Nacional de Municípios. Autoria: Senador PEDRO SIMON e Senadora LÚCIA VÂNIA. **Resultado: Aprovado.**

REUNIÃO REALIZADA EM 14/03/2006 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO - 3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTRUIR A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2006 - "Dá nova redação aos arts. 23, 30, 206 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e acrescenta § 5º ao art. 211 da Constituição Federal (*Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB)*". Autoria: Deputado VALDEMAR COSTA NETO e outros Srs. Deputados. Relatoria: Senador JOSÉ JORGE. Obs: Requerimento nº 7, de 2006-CCJ, de iniciativa do Senador José Jorge; Termo Aditivo nº 1, de iniciativa do Senador Tasso Jereissati; e Termos Aditivos nºs 2 e 3, de iniciativa do Senador Sibá Machado. COM A PRESENÇA DOS SEGUINTES

CONVIDADOS: MARIZA VASQUES DE ABREU - Secretária Municipal de Educação de Caxias do Sul – RS; HUGO VOCURCA – Secretário de Orçamento da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – MG, representante do Senhor Newton Lima Neto, Prefeito de São Carlos – SP e Vice-Presidente de Assuntos Temáticos da Frente Nacional de Prefeitos e JUÇARA MARIA DUTRA VIEIRA - Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE. **RESULTADO: REALIZADA.**

REUNIÃO REALIZADA EM 15/03/2006 - ORDINÁRIA

ITEM 1 - SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118 DE 2005 TURNO SUPLEMENTAR - TERMINATIVO – "Dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios". Autoria: Senador ANTONIO CARLOS VALADARES. Relatoria: Senador JOÃO BATISTA MOTTA. Parecer: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Obs: - Em 22/02/2006, foi concedida vista ao Senador Eduardo Suplicy, nos termos regimentais, que devolveu sem manifestação; - Em 08/03/2006, o Senador João Batista Motta reformulou o voto que conclui pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta; - Em 08/03/2006, foi aprovado o PLS nº 118, de 2005, na forma do Substitutivo ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. **Resultado: O Substitutivo é dado como definitivamente adotado, em Turno Suplementar, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.**

ITEM 2 - REQUERIMENTO (SF) Nº 36, DE 2006 - NÃO TERMINATIVO - "Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, *a*, 216 e 217, do Regimento Interno do Senado Federal, ao Ministro de Estado da Fazenda, providenciar junto ao Presidente da Caixa Econômica Federal, cópias integrais dos processos e respectivos contratos de aquisição de carteiras de crédito consignado, firmados pela Caixa Econômica Federal em 2005, em especial a realizada com o Banco Mercantil do Brasil - BMB". Autoria: Senador ALVARO DIAS. Relatoria: Senador JEFFERSON PÉRES. Parecer: Pela aprovação do Requerimento com a adequação que oferece. Obs: A matéria tramita com prazo na CCJ. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável, com a adequação na redação do Requerimento.**

ITEM 3- REQUERIMENTO (SF) Nº 43, DE 2006 - NÃO TERMINATIVO - "Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, *a*, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Fazenda informações junto ao Presidente da Caixa Econômica Federal - CEF sobre o histórico das aquisições de certificados de depósitos bancários pelos fundos de investimentos administrados pela Caixa Econômica Federal emitidos pelo BMG, no período de janeiro de 2002 a dezembro de 2005, bem como o volume do estoque em carteira no dia 30 de cada mês, apresentando o percentual de participação dos certificados do BMG em relação aos certificados de outros bancos nas carteiras de cada fundo de investimento". Autoria: Senador ALVARO DIAS. Relatoria: Senador JEFFERSON PÉRES. Parecer: Pela aprovação do Requerimento. Obs: A matéria tramita com prazo na CCJ. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Requerimento.**

ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 130, DE 2005 - TERMINATIVO – "Autoriza o Poder Executivo a proceder ao enquadramento dos servidores dos ex-Territórios nas carreiras próprias de sua área de atividade, e sua redistribuição para órgãos e entidades da Administração Pública Federal". Autoria: Senador JOSÉ SARNEY. Relatoria: Senador EDISON LOBÃO. Parecer: Pela aprovação do Projeto com três Emendas que apresenta. Obs: Em 08/03/2006, foi concedida vista à Senadora Ideli Salvatti, nos termos regimentais; - Em 14/03/2006, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria dos Senadores Gerson Camata e Gilvam Borges, acolhida pelo Relator. **Resultado: Aprovado o Projeto com as Emendas nºs *1-CCJ* a *4-CCJ*.**

ITEM 5 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 59, DE 2003 - "Altera o artigo 189 da Constituição Federal, suprimindo a expedição de título de domínio aos beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária". Autoria: Senador SIBÁ MACHADO e outros Senhores Senadores. Relatoria: Senador PEDRO SIMON. Parecer: Pela aprovação da Proposta. Obs: Em 30/11/2005, foi concedida vista ao Senador José Jorge, nos termos regimentais, que devolveu sem manifestação. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta.**

ITEM 06 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2005 - "Acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico". Autoria: Senador OSMAR DIAS e outros Senhores Senadores. Relatoria: Senador JUVÊNCIO DA FONSECA. Parecer: Pela aprovação da Proposta, na forma do Substitutivo que apresenta. Obs: Em 08/03/2006, foi concedida vista à Senadora Ideli Salvatti, nos termos regimentais, que devolveu com Voto em Separado concluindo pela rejeição da Proposta. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).**

ITEM 07 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 58, DE 2005 - "Altera o art. 159, da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior". Autoria: Senador FLEXA RIBEIRO e outros Senhores Senadores. Relatoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO. Relatoria "ad hoc": Senador JOÃO BATISTA MOTTA. Parecer: Pela aprovação da Proposta com a Emenda que apresenta. Obs: Em *08/03/2006, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais,* tendo o Senador Sibá Machado oferecido Voto em Separado contrário à Proposta. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta, com a Emenda nº 1-CCJ.**

REUNIÃO REALIZADA EM 22/03/2006 - ORDINÁRIA

ITEM 1 - OFÍCIO "S" nº 5, DE 2006 - (Mensagem nº 12, de 2006, na origem) - **NÃO TERMINATIVO -** "Comunicando que a Excelentíssima Senhora Ministra ELLEN GRACIE NORTHFLEET foi indicada pelo Supremo Tribunal Federal para exercer a Presidência do Conselho Nacional de Justiça". **Autoria:** SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Relatoria:** Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES.

Parecer: Votação Secreta. **Resultado:** A Comissão aprova a indicação da Ministra ELLEN GRACIE NORTHFLEET para exercer a Presidência do Conselho Nacional de Justiça, por unanimidade, com vinte e três (23) votos favoráveis.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

REUNIÃO REALIZADA EM 0703/2006 - ORDINÁRIA

ITEM 01
TERMINATIVO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 218, DE 2004

"ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 40 DA LEI Nº 9.615, DE 24 DE MARÇO DE 1998, PARA VEDAR A CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DE ATLETAS PROFISSIONAIS PARA O EXTERIOR NAS CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA".
AUTORIA: SENADOR RODOLPHO TOURINHO
RELATORIA: SENADOR VALDIR RAUPP

PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 02
TERMINATIVO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 462, DE 2003

"ALTERA O § 1º E O INCISO I DO § 4º DO ARTIGO 80 DA LEI 9394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (PARA REGULAMENTAR A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA)".
AUTORIA: SENADOR JOSÉ JORGE
RELATORIA: SENADOR VALDIR RAUPP

PARECER: FAVORÁVEL, NA FORMA DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO

OBS.1: A MATÉRIA SERÁ INCLUÍDA EM PAUTA DA PRÓXIMA REUNIÃO, PARA APRECIAÇÃO EM TURNO SUPLEMENTAR, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 282, COMBINADO COM O ART. 92 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL.

OBS.2: NA REUNIÃO DO DIA 05/10/04 FOI CONCEDIDA VISTA COLETIVA

OBS.3: NO DIA 11/05/05 FOI REALIZADA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTRUIR O

PROJETO

RESULTADO: APROVADO

ITEM 03
NÃO TERMINATIVO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 359, DE 2005

"ALTERA A LEI Nº 9.615, DE 24 DE MARÇO DE 1998, PARA ELEVAR O PERCENTUAL DA ARRECADAÇÃO BRUTA DOS CONCURSOS DE *PROGNÓSTICOS E LOTERIAS FEDERAIS E SIMILARES DESTINADO AO* FOMENTO DAS PRÁTICAS DESPORTIVAS".
AUTORIA: SENADOR PAPALÉO PAES
RELATORIA: SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

PARECER: PELA REJEIÇÃO
OBS.1: NA REUNIÃO DO DIA 13/12/05 FOI CONCEDIDA VISTA AO SENADOR EDUARDO AZEREDO, QUE NÃO APRESENTOU MANIFESTAÇÃO POR ESCRITO
OBS.2: MATÉRIA TERMINATIVA NA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
RESULTADO: APROVADO O PARECER PELA *REJEIÇÃO*

ITEM 04
NÃO TERMINATIVO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 127, DE 2005

"ALTERA O ART. 67 DA LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, INCLUINDO, PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NO § 5º DO ART. 40 E NO § 8º DO ART. 201 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DEFINIÇÃO DE FUNÇÕES DE MAGISTÉRIO".
AUTORIA: DEPUTADA NEYDE APARECIDA
RELATORIA: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO
OBS:APROVADO REQUERIMENTO DE URGÊNCIA PARA O PROJETO (ITEM 01 EXTRA PAUTA).

ITEM 05
NÃO TERMINATIVO
REQUERIMENTO Nº 007, 2006 - CE

"COM FUNDAMENTO NO DISPOSTO NO ART. 58, § 2.º, INCISO II DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM O ART. 90, INCISO II, DO REGIMENTO INTERNO DA CASA, REQUEIRO A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, NESTA COMISSÃO, COM VISTAS A INSTRUIR O PLS

274/2003 E DISCUTIR A PEC 24/2005 COM REFLEXOS NOS PROGRAMAS DO MEC NA ÁREA DO "ENSINO PROFISSIONALIZANTE". PARA TANTO, GOSTARÍAMOS QUE FOSSEM CONVIDADOS O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – FERNANDO HADDAD, O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MEC – JAIRO JORGE, O COORDENADOR DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE DO MEC – ELIESER PACHECO E OUTROS A SEREM DEFINIDOS PELA PRÓPRIA COMISSÃO".
AUTORIA: SENADOR PAULO PAIM
RESULTADO: **APROVADO.**

ITEM 06
NÃO TERMINATIVO
REQUERIMENTO Nº 008, 2006 -CE

"REQUEIRO, NA MELHOR FORMA DO DIREITO, A REALIZAÇÃO DE UM SEMINÁRIO, NA CIDADE DE CANOAS/RS, DESTA COMISSÃO, CONJUNTAMENTE COM A CÂMARA DOS DEPUTADOS E MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, DISCUTIR A IMPLANTAÇÃO DE UM CENTRO DE EDUCAÇÃO FEDERAL TECNOLÓGICA NAQUELA LOCALIDADE, À LUZ DO PLS 274/2003 E PEC 24/2005, NO DIA 20 DE MARÇO DE 2006, ÀS 10:00 HORAS. REQUERENDO, AINDA, A INDICAÇÃO DOS PARLAMENTARES QUE REPRESENTARÃO ESTA COMISSÃO NO EVENTO, CONVIDADO O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – FERNANDO HADDAD, O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MEC – JAIRO JORGE, O COORDENADOR DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE DO MEC – ELIESER PACHECO, PREFEITO DE CANOAS/RS, PRESIDENTE DO SINDICATO PATRONAL DA INDUSTRIA E COMÉRCIO DE CANOAS/RS, SINDICATO DE PROFESSORES E OUTROS A SEREM DEFINIDOS PELA PRÓPRIA COMISSÃO".
AUTORIA: SENADOR PAULO PAIM
RESULTADO: **APROVADO.**

ITEM 10
NÃO TERMINATIVO
REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 009, 2006 - CE

"NOS TERMOS DO § 2º DO ART. 50 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM O ART. 90 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUEIRO SEJAM PRESTADAS, PELO EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, REITERANDO OS TERMOS CONTIDOS NO REQUERIMENTO Nº. 971, DE 2005, APROVADO NESTA CASA DO PODER LEGISLATIVO, CUJAS RESPOSTAS TRAZIDAS PELO REQUERIDO JUNTO À COMISSÃO DE EDUCAÇÃO NÃO SE PRESTAM A ATENDER O SOLICITADO. ASSIM QUE, NÃO HAVENDO O NOBRE MINISTRO SE DESINCUMBIDO DO ENCARGO, FAZ-SE NECESSÁRIO REITERAR O PEDIDO, PARA O FIM DE OBTER AS INFORMAÇÕES".
AUTORIA: SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

RESULTADO: APROVADO

EXTRA-PAUTA

RESULTADO
ITEM 01

NÃO TERMINATIVO
REQUERIMENTO DE URGÊNCIA Nº 010, 2006 - CE

"NOS TERMOS DO ARTIGO 336, INCISO II, COMBINADO COM O ARTIGO 338, INCISO IV, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUER URGÊNCIA, PARA O PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 127 DE 2005, QUE 'ALTERA O ART. 67 DA LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, INCLUINDO, PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NO § 8º DO ART. 201 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DEFINIÇÃO DE FUNÇÕES DE MAGISTÉRIO".
AUTORIA: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 02
NÃO TERMINATIVO
EMENDAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 070, DE 2003

"INSCREVE O NOME DE ALBERTO SANTOS DUMONT, O PAI DA AVIAÇÃO, NO LIVRO DOS HERÓIS DA PÁTRIA".
AUTORIA: CÂMARA DOS DEPUTADOS
RELATORIA: SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
PARECER: FAVORÁVEL

OBS.: NO DIA 26/06/2003 O PLS 070/03 FOI APROVADO NESTA COMISSÃO EM CARÁTER TERMINATIVO

RESULTADO: **APROVADO**

PAUTA
PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS

ITEM 01
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 529, DE 2005

"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A LIGA DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE CARIRÉ A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CARIRÉ, ESTADO DO CEARÁ".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA AD HOC: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 02
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 506, DE 2005

"APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO RAINHA DAS QUEDAS LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA

EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE ABELARDO LUZ, ESTADO DE SANTA CATARINA".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
PARECER: FAVORÁVEL
RELATORIA: GERALDO MESQUITA JUNIOR

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 03
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 530, DE 2005

"APROVA O ATO QUE OUTORGA CONCESSÃO À FUNDAÇÃO CATARINENSE DE DIFUSÃO EDUCATIVA E CULTURAL 'JERÔNIMO COELHO' PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: GERALDO MESQUITA JUNIOR
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 04
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 528, DE 2005

"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA SELVIRIENSE A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SELVÍRIA, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 05
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 524, DE 2005

"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE LINDOESTE A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE LINDOESTE, ESTADO DO PARANÁ".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 06
TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 521, DE 2005

"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL PROJETO VIDA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE IGARATINGA, ESTADO DE MINAS GERAIS".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 07
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 504, DE 2005

"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO LIBERALISTA DE ITAPIRANGA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE ITAPIRANGA, ESTADO DO AMAZONAS".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: ROBERTO SATURNINO
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 08
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 509, DE 2005

"APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À RÁDIO CASTANHO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQÜÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE CAREIRO, ESTADO DO AMAZONAS".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: ROBERTO SATURNINO
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 09
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 525, DE 2005

"APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À RÁDIO JEREMOABO FM LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQÜÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE JEREMOABO, ESTADO DA BAHIA".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: AELTON FREITAS
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 10
TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 533, DE 2005

"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO BARROCHENSE CULTURAL COMUNITÁRIA (ABACUC) A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE BARRA DO ROCHA, ESTADO DA BAHIA".
UTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: AELTON FREITAS
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 11
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 520, DE 2005

"APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À BOA SORTE - RÁDIO E TELEVISÃO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQÜÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE ARAGUAÍNA, ESTADO DO TOCANTINS".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR WELLINGTON SALGADO OLIVEIRA
PARECER: FAVORÁVEL, COM A EMENDA OFERECIDA

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 12
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 527, DE 2005

"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E ENTIDADES COMUNITÁRIAS DE FIGUEIRÓPOLIS - TOCANTINS A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE FIGUEIRÓPOLIS, ESTADO DO TOCANTINS".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR WELLINGTON SALGADO OLIVEIRA
PARECER: FAVORÁVEL, COM A EMENDA OFERECIDA

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 13
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 523, DE 2005

"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO PORTAL DO ALVORADA/FLEXEIRAS - AL A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE FLEXEIRAS, ESTADO DE ALAGOAS".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 059, DE 2006

"APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À FUNDAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA COSTA DOURADA PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQÜÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE BELÉM, ESTADO DO PARÁ"

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA "AD HOC": SENADOR FLÁVIO ARNS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 15

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 540, DE 2005

"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE CACHOEIRA DOURADA - GO E DISTRITOS A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CACHOEIRA DOURADA, ESTADO DE GOIÁS".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATOR AD HOC: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 16

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 548, DE 2005

"APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À SOCIEDADE SERRADO VERDES DE COMUNICAÇÕES LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQÜÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE SÃO SIMÃO, ESTADO DE GOIÁS".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATOR AD HOC: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 17

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 558, DE 2005

"APROVA O ATO QUE OUTORGA CONCESSÃO À FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL DAS ÁGUAS QUENTES PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS NA CIDADE DE CALDAS NOVAS, ESTADO DE GOIÁS".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATOR AD HOC: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 18
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 560, DE 2005

"APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À FUNDAÇÃO ARNÓBIO ABREU PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQÜÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE ASSÚ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATOR AD HOC: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

REUNIÃO REALIZADA EM 09/03/2006 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO: AUDIÊNCIA PÚBLICA - ASSUNTO: INSTRUIR O **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 274 DE 2003**, DE AUTORIA DO SENADOR PAULO PAIM, QUE "INSTITUI O FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO PROFISSIONAL E QUALIFICAÇÃO DO TRABALHADOR – FUNDEP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" E DISCUTIR A **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 024 DE 2005**, DE AUTORIA DO SENADOR PAULO PAIM, QUE "ALTERA OS ARTS. 159, 239 E 240 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ACRESCENTA O ART. 214-A A SEU TEXTO, PARA DISPOR SOBRE O FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL". **AUTORIA DO REQUERIMENTO:** SENADOR PAULO PAIM. **RELATORIA DO PLS Nº 274/03:** SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA. **RELATORIA DA PEC 24/05 NA CCJ:** SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA. **CONVIDADOS: ELIEZER PACHECO,** Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação; **MARIA DA GLÓRIA SANTOS LAIA,** Membro do Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica – CONCEFET e Diretora Geral do Centro Federal de Educação Tecnológica – Ouro Preto/MG e o **DEPUTADO ALEX CANZIANI,** Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Educação Profissional. **RESULTADO: REALIZADA.**

REUNIÃO REALIZADA EM 14/03/2006 – ORDINÁRIA

ITEM 01
TERMINATIVO
SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 462, DE 2003
(TURNO SUPLEMENTAR)

"ALTERA O § 1º E O INCISO I DO § 4º DO ARTIGO 80 DA LEI 9394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (PARA REGULAMENTAR A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA)".
AUTORIA DO SUBSTITUTIVO: SENADOR VALDIR RAUPP
AUTORIA DO PLS 462/03: SENADOR JOSÉ JORGE
OBS.1: NÃO SENDO OFERECIDAS EMENDAS AO PROJETO ATÉ O FIM DA DISCUSSÃO, A MATÉRIA SERÁ DADA COMO DEFINITIVAMENTE ADOTADA PELA COMISSÃO, SEGUNDO O QUE PRECEITUA O ART. 282,

COMBINADO COM O ART. 92 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL.
OBS.2: O PARECER AO PLS 462/03, DE AUTORIA DO SENADOR VALDIR RAUPP, FAVORÁVEL AO PROJETO, NA FORMA DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO, FOI APROVADO NA REUNIÃO DO DIA 07.03.06.
RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 02
NÃO TERMINATIVO
INDICAÇÃO Nº 001, DE 2005
"SUGERE À COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DEBATER A REGRA 5 - 'O ÁRBITRO' - DO JOGO DE FUTEBOL DE CAMPO".
AUTORIA: SENADOR TIÃO VIANA
RELATORIA: SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

PARECER: FAVORÁVEL, APRESENTANDO REQUERIMENTO REITERANDO OS NOMES APRESENTADOS PARA A REALIZAÇÃO DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA
RESULTADO: APROVADO

ITEM 03
REQUERIMENTO Nº 011, DE 2006 - CE
"NOS TERMOS DO INCISO II DO § 2º DO ART. 58 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM O INCISO II DO ART. 90 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, SOLICITO A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO (CE), COM O PROPÓSITO DE DEBATER A REGRA 5 – 'O ÁRBITRO' – DO JOGO DE FUTEBOL DE CAMPO, CONFORME DISPOSTO NA INDICAÇÃO Nº 1, DE 2005, PARA O QUE SOLICITO SEJAM CONVIDADAS AS SEGUINTES PERSONALIDADES: 1) SR. AGNELO QUEIROZ, MINISTRO DOS ESPORTES 2) SR. RICARDO TEIXEIRA, PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL – CBF 3) SR. EDSON REZENDE, PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ARBITRAGEM DA CBF 4) REPRESENTANTE DA *FÉDERATION INTERNATIONALE DE FOOTBALL ASSOCIATION* – FIFA 4) SR. ARNALDO CÉSAR COELHO, COMENTARISTA DE ARBITRAGEM DA REDE GLOBO DE TELEVISÃO 5) SR. JOSÉ DE ASSIS ARAGÃO, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ÁRBITROS DE FUTEBOL – ANAF 6) SR. FÁBIO KOFF, PRESIDENTE DO CLUBE DOS TREZE E 7) SR. JUCA KFOURY, JORNALISTA".
AUTORIA: SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

RESULTADO: APROVADO

ITEM 04
NÃO TERMINATIVO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 377, DE 2003
"DISPÕE SOBRE O ACESSO AO PATRIMÔNIO GENÉTICO, SUA CONSERVAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

AUTORIA: SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
RELATORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS

PARECER: PELA PREJUDICIALIDADE

OBS: MATÉRIA TERMINATIVA NA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

RESULTADO: PREJUDICADO

ITEM 05
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 119, DE 2006

"APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À FUNDAÇÃO CULTURAL E ASSISTENCIAL ÁGUA VIVA PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQÜÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE MACAPÁ, ESTADO DO AMAPÁ".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR GILVAM BORGES
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 06
NÃO TERMINATIVO
REQUERIMENTO DE URGÊNCIA Nº 012, DE 2006 - CE

"NOS TERMOS DO ARTIGO 336, INCISO II, COMBINADO COM O ARTIGO 338, INCISO IV, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUER URGÊNCIA, PARA O PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 361, DE 2005, QUE 'PRORROGA ATÉ O EXERCÍCIO FISCAL DE 2016, INCLUSIVE, O PRAZO DE QUE TRATA O DISPOSTO NO ART. 1º DA LEI Nº 8.685, DE 1993, QUE CRIA MECANISMOS DE FOMENTO À ATIVIDADE AUDIOVISUAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS'".
AUTORIA: SENADORES SÉRGIO CABRAL E GERSON CAMATA

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 07
NÃO TERMINATIVO
ADITAMENTO Nº 02 AO REQUERIMENTO Nº 006, DE 2006 - CE

"REQUEIRO, NOS TERMOS REGIMENTAIS, QUE SEJAM CONVIDADOS OS SENHORES PAULO ROBERTO ZIULKOSKI, PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS; JOÃO GUERINO BALESTRASSI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLATINA - ES E SELMA MAQUINÉ, CONSULTORA EM EDUCAÇÃO; PARA A REALIZAÇÃO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA A SER REALIZADA POR ESTA COMISSÃO PARA DISCUTIR A PEC Nº 415, DE 2005 (FUNDEB), EM CONJUNTO COM A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS".
AUTORIA: SENADOR GERSON CAMATA E GARIBALDI ALVES FILHO

RESULTADO: **APROVADO**

PAUTA
PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS

ITEM 01
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 053, DE 2006
"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO ACULTURAL DE GALILÉIA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE GALILÉIA, ESTADO DE MINAS GERAIS".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 02
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 058, DE 2006
"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA DE RADIODIFUSÃO DE SAPUCAÍ MIRIM A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SAPUCAÍ MIRIM, ESTADO DE MINAS GERAIS".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 03
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 068, DE 2006
"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE CRISTÁLIA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CRISTÁLIA, ESTADO DE MINAS GERAIS".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 04
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 075, DE 2006
"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DE GUIMARÂNIA (ATG) A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE GUIMARÂNIA, ESTADO DE MINAS GERAIS".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 05
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 600, DE 2002
"APROVA O ATO QUE OUTORGA CONCESSÃO À LIDER COMUNICAÇÕES LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE BRASILÉIA, ESTADO DO ACRE".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 06
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 187, DE 2003
"APROVA O ATO QUE OUTORGA CONCESSÃO À LÍDER COMUNICAÇÕES LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE RIO BRANCO, ESTADO DO ACRE".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 07
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 550, DE 2005
"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO LOUVORES AO REI INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA A EXECUTAR SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CAMPO GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA AD HOC: SENADOR MARCO MACIEL
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 08
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 078, DE 2006
"APROVA O ATO QUE OUTORGA CONCESSÃO À EMPRESA DE RADIODIFUSÃO PANTANEIRA LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE MUNDO NOVO, ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA AD HOC: SENADOR MARCO MACIEL
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 09
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 542, DE 2005

"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES 'RÁDIO COMUNITÁRIA SENTINELA DAS ÁGUAS' - 'AMOROSA' A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 10
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 556, DE 2005

"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO, CULTURA E DESENVOLVIMENTO A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE RESERVA DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 11
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 046, DE 2006

"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA VILA RURAL VEREADOR SEBASTIÃO VIEIRA DE ARAÚJO A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE INAJÁ, ESTADO DO PARANÁ".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 12
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 051, DE 2006

"APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À FM LAGOA AZUL LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQÜÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE CAMPINA DA LAGOA, ESTADO DO PARANÁ".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 13
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 079, DE 2006

"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO MATEUS A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SÃO MATEUS DO SUL, ESTADO DO PARANÁ".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 14
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 091, DE 2006

"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO CULTURAL MARMELEIRO A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE MARMELEIRO, ESTADO DO PARANÁ".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 15
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 077, DE 2006

"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA SPAÇO FM A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE PINDAMONHANGABA, ESTADO DE SÃO PAULO".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 16
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 545, DE 2005

"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA TAPIRATIBENSE A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE TAPIRATIBA, ESTADO DE SÃO PAULO".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 17
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 552, DE 2005

"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA ÁGAPE DE OURINHOS A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE OURINHOS, ESTADO DE SÃO PAULO".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 18
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 066, DE 2006

"APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA FUNDAÇÃO CÁSPER LÍBERO PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDAS CURTAS NA CIDADE DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 19
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 553, DE 2005

"APROVA O ATO QUE AUTORIZA O CLUBE DE MÃES 'MADRE MADALENA' DA COMUNIDADE SENHOR DOS PASSOS - COMASP A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE MALACACHETA, ESTADO DE MINAS GERAIS".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR EDUARDO AZEREDO
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 20
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 069, DE 2006

"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO VIVA-VOZ A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE LIMEIRA DO OESTE, ESTADO DE MINAS GERAIS".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR EDUARDO AZEREDO
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 21
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 544, DE 2005

"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO HOMEM DO CAMPO A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CAXIAS, ESTADO DO MARANHÃO".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR EDISON LOBÃO
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 22
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 549, DE 2005

"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A AÇÃO SOCIAL MIRANDENSE A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE MIRANDA DO NORTE, ESTADO DO MARANHÃO".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR EDISON LOBÃO
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 23
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 538, DE 2005

"APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À RÁDIO E TV SUCESSO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQÜÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE VARGEM ALEGRE, ESTADO DE MINAS GERAIS".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA AD HOC: SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 24
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 539, DE 2005

"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ACAC - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE APOIO À CIDADANIA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE GUARARÁ, ESTADO DE MINAS GERAIS".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA AD HOC: SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 25
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 546, DE 2005
"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE ITABERAÍ A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE ITABERAÍ, ESTADO DE GOIÁS".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA AD HOC: SENADOR AUGUSTO BOTELHO
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 26
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 547, DE 2005
"APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À SOCIEDADE SERRADO VERDES DE COMUNICAÇÕES LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQÜÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE CRIXÁS, ESTADO DE GOIÁS".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA AD HOC: SENADOR AUGUSTO BOTELHO
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

REUNIÃO REALIZADA EM 15/03/2006 – EXTRAORDINÁRIA E CONJUNTA COM A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS (CAE)

ITEM ÚNICO: AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL – PEC Nº 009, DE 2006, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTS. 23, 30, 206 E 212 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E AO ART. 60 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS E ACRESCENTA § 5º AO ART. 211 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. (DISPÕE SOBRE O FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB)". AUTORIA DOS REQUERIMENTOS E DOS ADITAMENTOS: SENADORES CRISTOVAM BUARQUE, ROMEU TUMA, GARIBALDI ALVES FILHO E GERSON CAMATA. **EXPOSITORES**: PAULO ROBERTO ZIULKOSKI, Presidente da Confederação Nacional de Municípios; JOÃO GUERINO BALESTRASSI, Presidente da Associação dos Municípios do Espírito Santo – AMUNES; CRISTOVAM BUARQUE, Senador da República e SELMA MAQUINÉ, Consultora em Educação da Confederação Nacional de Municípios. **RESULTADO: REALIZADA**.

REUNIÃO REALIZADA EM 21/03/2006 - ORDINÁRIA

ITEM 01
TERMINATIVO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 160, DE 2004

"ALTERA A LEI Nº 8.670, DE 30 DE JUNHO DE 1993, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE ESCOLAS TÉCNICAS E AGROTÉCNICAS FEDERAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".
AUTORIA: SENADOR AUGUSTO BOTELHO
RELATORIA: SENADOR JOSÉ MARANHÃO
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 02
NÃO TERMINATIVO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 286, DE 2005

"CONFERE AO MINISTÉRIO PÚBLICO A FUNÇÃO INSTITUCIONAL DE RESGUARDAR O FUTEBOL COMO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO".
AUTORIA: SENADOR RODOLPHO TOURINHO
RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA
PARECER: FAVORÁVEL, COM A EMENDA OFERECIDA
OBS: MATÉRIA TERMINATIVA NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 03
NÃO TERMINATIVO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 231, DE 2005

"CONFERE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE FORO E TAXAS DE OCUPAÇÃO, RELATIVOS AOS TERRENOS DE MARINHA E ACRESCIDOS, AOS TEMPLOS DE QUALQUER CULTO E ÀS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEM FINS LUCRATIVOS".
AUTORIA: SENADOR GERSON CAMATA
RELATORIA: SENADOR LEONEL PAVAN
PARECER: FAVORÁVEL, NA FORMA DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO
OBS.: MATÉRIA TERMINATIVA NA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 04
NÃO TERMINATIVO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 176, DE 2005

"DISPÕE ACERCA DA VEICULAÇÃO DE ADVERTÊNCIA SOBRE CONSUMO E ESCASSEZ DE ÁGUA NAS HIPÓTESES QUE DISCRIMINA".
AUTORIA: SENADOR MARCELO CRIVELLA
RELATORIA: SENADOR LEONEL PAVAN
PARECER: FAVORÁVEL, NA FORMA DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO
OBS.: MATÉRIA TERMINATIVA NA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 05
TERMINATIVO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 342, DE 2005
"INSTITUI O DIA NACIONAL DE LUTA DOS POVOS INDÍGENAS".
AUTORIA: SENADOR PAULO PAIM
RELATORIA AD HOC: SENADOR VALDIR RAUPP
PARECER: FAVORÁVEL
OBS: MATÉRIA CONSTOU NA PAUTA DA REUNIÃO DO DIA 14/03/06.
RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 06
NÃO TERMINATIVO
REQUERIMENTO Nº 013, DE 2006 - CE
"REQUEIRO, NOS TERMOS REGIMENTAIS E CONSTITUCIONAIS, QUE SEJA CONVIDADO O SENHOR ANTÔNIO GRASSI, PRESIDENTE DA FUNARTE PARA, EM AUDIÊNCIA PÚBLICA, PRESTAR ESCLARECIMENTOS AOS SENADORES DESTA COMISSÃO SOBRE AS DENÚNCIAS DE USO DE SEU E-MAIL FUNCIONAL PARA PROPAGAR A CHAMADA LISTA DE FURNAS".
AUTORIA: SENADORES LEONEL PAVAN, ARTHUR VIRGÍLIO E JOSÉ JORGE
OBS.: APROVADO A INCLUSÃO, PROPOSTA PELO SENADOR JOSÉ JORGE, DO NOME DA SENHORA ANA HOLLANDA, DIRETORA DO CEMUS, PARA PARTICIPAR DA AUDIÊNCIA PÚBLICA. RESULTADO: **APROVADO**

PAUTA
PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS

ITEM 01
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 095, DE 2006
"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO - ASCCOM A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SALTO DA DIVISA, ESTADO DE MINAS GERAIS".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 02
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 096, DE 2006
"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO ALVARENGUENSE CULTURAL COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE ALVARENGA, ESTADO DE MINAS GERAIS".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 03
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 107, DE 2006

"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DE CULTURA DE BRASÍLIA DE MINAS A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE BRASÍLIA DE MINAS, ESTADO DE MINAS GERAIS".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 04
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 093, DE 2006

"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOSSA SENHORA DA PENHA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE GAMELEIRA, ESTADO DE PERNAMBUCO".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR MARCO MACIEL
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 05
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 531, DE 2005

"APROVA O ATO QUE OUTORGA CONCESSÃO À FUNDAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL 'CONVENÇÃO DE ITU' PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS NA CIDADE DE ITU, ESTADO DE SÃO PAULO".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 06
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 080, DE 2006

"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO COMUNITÁRIO RÁDIO RODOVIA FM A EXECUTAR SERVIÇO DE

RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE TAQUARIVAÍ, ESTADO DE SÃO PAULO".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 07
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 104, DE 2006

"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PANORAMA FM A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE PANORAMA, ESTADO DE SÃO PAULO".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 08
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 094, DE 2006

"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES ÁGUAS CANTANTES DE IVATÉ, DENOMINADA 'AMACI', A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE IVATÉ, ESTADO DO PARANÁ".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 09
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 098, DE 2006

"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO CULTURAL NOVOS CAMINHOS DE MUNHOZ DE MELLO - PARANÁ A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE MUNHOZ DE MELLO, ESTADO DO PARANÁ".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 10
TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 099, DE 2006

"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL BRAGADENSE, DENOMINADA 'ACCB' A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE PATO BRAGADO, ESTADO DO PARANÁ".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 11
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 101, DE 2006

"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE TUNEIRAS DO OESTE A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE TUNEIRAS DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 12
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 103, DE 2006

"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DAS CRIANÇAS CARENTES E ABANDONADAS DE BANDEIRANTES A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE BANDEIRANTES, ESTADO DO PARANÁ".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 13
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 085, DE 2006

"APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO RELÓGIO FEDERAL LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR ROBERTO SATURNINO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 14
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 097, DE 2006

"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL DE MONTE VERDE A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CAMANDUCAIA, ESTADO DE MINAS GERAIS".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR EDUARDO AZEREDO
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 15
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 100, DE 2006

"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE HELIODORA - ACHÉ A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE HELIODORA, ESTADO DE MINAS GERAIS".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR EDUARDO AZEREDO
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 16
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 048, DE 2006

"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DE LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ, ESTADO DO PIAUÍ".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR MÃO SANTA
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 17
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 055, DE 2006

"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE PIRIPIRI- ASCORAPI A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE PIRIPIRI, ESTADO DO PIAUÍ".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR MÃO SANTA
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 18
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 555, DE 2005

"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A SOCIEDADE DOS AMIGOS DE MAGALHÃES DE ALMEIDA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE MAGALHÃES DE ALMEIDA, ESTADO DO MARANHÃO".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR JONAS PINHEIRO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 19
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 557, DE 2005

"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO 'COMUNIDADE IRMÃOS UNIDOS' DE GOVERNADOR ARCHER A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE GOVERNADOR ARCHER, ESTADO DO MARANHÃO".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR JONAS PINHEIRO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 20
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 082, DE 2006

"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA DO NOVO HORIZONTE - ACANH A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE MACAPÁ, ESTADO DE AMAPÁ".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR GILVAM BORGES

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 21
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 073, DE 2006

"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICA VIRTULINO ANTÔNIO MAIRINK - JOVENS UNIDOS DE IGUABA GRANDE A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE IGUABA GRANDE, ESTADO DO RIO DE JANEIRO".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA AD HOC: SENADOR ROBERTO SATURNINO
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 22
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 105, DE 2006

"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA DE SÃO JOÃO DO TIGRE A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SÃO JOÃO DO TIGRE, ESTADO DA PARAÍBA".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA AD HOC: SENADOR JOSÉ MARANHÃO
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 23
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 076, DE 2006

"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE CACIMBA DE AREIA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CACIMBA DE AREIA, ESTADO DA PARAÍBA".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA AD HOC: SENADOR JOSÉ MARANHÃO
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 24
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 054, DE 2006

"APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À SOCIEDADE SERRADO VERDES DE COMUNICAÇÕES LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQÜÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE ITAJÁ, ESTADO DE GOIÁS".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA AD HOC: SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 25
TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 559, DE 2005

"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO SÓCIO CULTURAL SÃO ROMÃO A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE FERNANDO PEDROZA, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR FERNANDO BEZERRA
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 26
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 541, DE 2005

"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MARANATA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE GUAMARÉ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR FERNANDO BEZERRA
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 27
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 108, DE 2006

"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO LAGOANOVENSE - ADESCOL A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE LAGOA NOVA, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR FERNANDO BEZERRA
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 28
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 086, DE 2006

"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA DINÂMICA DE PONTE BRANCA FM - 91.5 A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE PONTE BRANCA, ESTADO DO MATO GROSSO".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR JONAS PINHEIRO
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 056, DE 2006

"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MENORES CARENTES DE IBIAPINA - CE A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE IBIAPINA, ESTADO DO CEARÁ".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 30

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 130, DE 2006

"APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQÜÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE APODI, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR MÃO SANTA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 31

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 110, DE 2006

"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE JUCURUTU/RN A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE JUCURUTU, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR MÃO SANTA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 32

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 065, DE 2006

"APROVA O ATO QUE AUTORIZA O CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALESTINA JOSÉ NOGUEIRA DE MELO A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE PALESTINA, ESTADO DE ALAGOAS".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR LEONEL PAVAN

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

REUNIÃO REALIZADA EM 28/03/2006 – ORDINÁRIA (A NATUREZA DA REUNIÃO FOI INFORMADA PELA SECRETARIA DA PRÓPRIA COMISSÃO)

ITEM 01
TERMINATIVO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 187, DE 2005

"INSTITUI O ANO DE 2008 COMO 'ANO NACIONAL MACHADO DE ASSIS'".
AUTORIA: SENADOR MARCO MACIEL
RELATORIA: SENADOR DEMÓSTENES TORRES
PARECER: FAVORÁVEL
OBS: A MATÉRIA CONSTOU DA PAUTA DAS REUNIÕES DOS DIAS 14/03/06 E 21/03/06.
RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 02
NÃO TERMINATIVO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 037, DE 2005

"DÁ NOVA REDAÇÃO AO PARÁGRAFO ÚNICO, RENUMERADO COM § 1º, E ACRESCENTA § 2º AO ART. 25 DA LEI Nº 8.313, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991, QUE RESTABELECE PRINCÍPIOS DA LEI Nº 7.505, DE 2 DE JULHO DE 1986, INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À CULTURA - PRONAC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

AUTORIA: DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY
RELATORIA AD HOC: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
PARECER: PELA REJEIÇÃO
OBS.: A MATÉRIA CONSTOU DA PAUTA DAS REUNIÕES DOS DIAS 14/03/06 E 21/03/06
RESULTADO: **APROVADO O PARECER PELA REJEIÇÃO**

ITEM 03
NÃO TERMINATIVO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 105, DE 2005

"ALTERA A LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, QUE INSTITUI NORMAS PARA LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, COM VISTAS A FOMENTAR AS ATIVIDADES ESPORTIVAS, CULTURAIS E DE LAZER, POR MEIO DA FIXAÇÃO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA A ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE PÚBLICA".

AUTORIA: SENADOR PAULO OCTÁVIO

RELATORIA AD HOC: SENADOR WELLINGTON SALGADO
PARECER: PELA REJEIÇÃO
OBS. : MATÉRIA TERMINATIVA NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
RESULTADO: **APROVADO O PARECER PELA REJEIÇÃO**

ITEM 04
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 072, DE 1999
"APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO EMISSORAS DO LITORAL PAULISTA LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE CARAGUATATUBA, ESTADO DE SÃO PAULO".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA AD HOC: SENADOR MARCO MACIEL
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 05
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 070, DE 2006
"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MIRANTENSE (ASCOM) A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE MIRANTE DA SERRA, ESTADO DE RONDÔNIA".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR VALDIR RAUPP
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 06
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 526, DE 2005
"APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO A BISPO GUAPORÉ RADIODIFUSÃO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQÜÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE CANAVIEIRAS, ESTADO DA BAHIA".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR CÉSAR BORGES
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 7
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 554, DE 2005
"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE NOVA IBIÁ A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE NOVA IBIÁ, ESTADO DA BAHIA".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR CÉSAR BORGES
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 8
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 047, DE 2006
"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DO MOVIMENTO VOLUNTÁRIO DE AÇÃO CULTURAL, COMUNITÁRIA E RECREATIVA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE PILÃO ARCADO, ESTADO DA BAHIA".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR CÉSAR BORGES
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 9
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 049, DE 2006
"APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO AO GRUPO MONTE ALEGRE DE RADIODIFUSÃO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQÜÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE VÁRZEA DA ROÇA, ESTADO DA BAHIA".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR CÉSAR BORGES
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 10
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 052, DE 2006
"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A RÁDIO COMUNITÁRIA ZABELÊ FM A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE REMANSO, ESTADO DA BAHIA".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR CÉSAR BORGES
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 11
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 067, DE 2006
"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DO BAIRRO SANTO ANTÔNIO A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SANTA CRUZ DA VITÓRIA, ESTADO DA BAHIA".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR CÉSAR BORGES
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 12
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 148, DE 2006
"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO DO VALE DO APODI A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE APODI, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA AD HOC: SENADOR EDISON LOBÃO
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 13
TERMINATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 092, DE 2006
"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA MIGRANTES SÃO FELIPE - ARCOMISF A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SÃO FELIPE D'OESTE, ESTADO DE RONDÔNIA".
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR FÁTIMA CLEIDE
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: **APROVADO**

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA.

REUNIÃO REALIZADA EM 07/03/2006 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 1 – AVISO Nº 1, DE 2006 - Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 2.089/2005--TCU (Plenário), referente à auditoria de gestão realizada na Secretaria do Patrimônio da União – SPU, em cumprimento à Decisão nº 295/2002-TCU. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador FLEXA RIBEIRO. Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado.**

ITEM 2 - AVISO Nº 21, DE 2005 - Encaminha ao Senado Federal, o RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º e 2º trimestres de 2005. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador JOÃO RIBEIRO. Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado.**

ITEM 3 - PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 4, DE 2005 - Propõe que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle apure as denúncias de que o Ministro de Estado da Fazenda, Senhor Antonio Palocci Filho, recebia, sistematicamente, propinas quando fora Prefeito do Município de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo. Autoria: Senadora HELOÍSA HELENA e outros Senhores Senadores. Relator "ad hoc": Senador VALDIR RAUPP. Relatório Prévio: Pelo arquivamento da matéria. **Resultado: Aprovado.**

ITEM 4 - AVISO Nº 12, DE 2003. Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 473, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários no corredor Araguaia-Tocantins-BR-235-Divisa TO/MA, trecho Pedro Afonso (TC - 003.798/2003-2). Autoria: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador FLEXA RIBEIRO. Parecer: Pelo conhecimento da matéria; pela solicitação ao Tribunal de Contas da União sobre o processo que analisa a obra de construção de trechos rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins-BR-235- Divisa TO/MA, trecho Pedro Afonso (TC 005.166/2001-9) que seja apreciado com a maior brevidade possível e remessa dos autos ao arquivo. **Resultado: Aprovado.**

REUNIÃO REALIZADA EM 14/03/2006 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 05, DE 2006-CMA - NÃO TERMINATIVO
Nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com a finalidade de ouvir o Sr. Paulo Fernando da Costa Lacerda, Diretor-Geral da Polícia Federal e os Srs. Wagner José Quirici e Sérgio Rosa, respectivamente, Presidente e Diretor do SERPRO, para que apresentem a esta Casa a nova tecnologia do passaporte brasileiro desenvolvida pelo SERPRO, evidenciando os novos requisitos de segurança e a integração do sistema de controle de fronteiras. Autoria: Senador LEOMAR QUINTANILHA. Obs.: Foi convidado, também, o Sr. José dos Santos Barbosa, Presidente da Casa da Moeda do Brasil. **Resultado: Aprovado.**

ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 06, DE 2006-CMA - NÃO TERMINATIVO
Nos termos do art. 93, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com a finalidade de discutir e propor medidas relacionadas com a entrada em vigor da Lei nº 10.165/00, que institui a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA. Autoria: Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – CIESP. **Resultado: Aprovado.**

ITEM 3 - REQUERIMENTO (SF) Nº 616, DE 2001 - NÃO TERMINATIVO
Sobre o Aviso nº 2.200-SGS-TCU-Plenário, de 23.11.2005, do Tribunal de Contas da União, que dá notícia do Acórdão proferido nos autos do processo TC 011.320/2003, referente à auditoria realizada na empresa Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS), em atenção ao Requerimento nº 616, de 2001, aprovado pelo Plenário do Senado Federal em 25.10.2001, de autoria do Senador Geraldo Cândido. Autoria: Senador GERALDO CÂNDIDO. Relator "ad hoc": Senador VALDIR RAUPP. Parecer: Pelo conhecimento da
matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado**

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH.

REUNIÃO REALIZADA EM 06/03/2006 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO – REQUERIMENTO CDH Nº 06, DE 2006, para a realização de audiência pública, com vistas a tratar das questões atinentes ao "Fator Previdenciário". Autor: Senador Paulo Paim. Expositores: Daisson Portanova, advogado; Antônio Augusto de Queiroz, Diretor do DIAP; Floriano José Matias, Representante da ANFIP; Neide Magalhães, Diretora da FENAFISP; Regina Fátima de Menezes, Assessora da FENAFISP; José Calixto Ramos, Presidente da CNTI; Lúcia Regina dos Santos Reis, representante da CUT; José Carlos Torret Schulte, Secretário Geral da CNTC; Antônio Cortes, Força Sindical; Edson Guilherme Haubert, Presidente do MOSAP; Roberto Boccacio Piscitelli, 1º vice-presidente do UNAFISCO Sindical; Benedito Marcílio, Presidente da COBAP; Moacyr Roberto Tesch Auersvald, Presidente da CONTRATUH; Antonio Cortizo, Presidente da CONTCOP; Maria Clotilde Lemos Petta, Representante da CONTEE. **RESULTADO: REQUERIMENTO APROVADO E AUDIÊNCIA REALIZADA.**

REUNIÃO REALIZADA EM 08/03/2005 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM UM–AUDIÊNCIA PÚBLICA, com vistas a tratar das questões atinentes ás com vistas a tratar das questões atinentes às "Cobaias humanas na Amazônia". **REQUERIMENTO CDH Nº 18, DE 2006.** Autor: Senador Cristovam Buarque. EXPOSITORES: Moisés Goldbaum – Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde; Isaac Roitman - Diretor de Políticas e Programas Temáticos do Ministério da Ciência e Tecnologia; Haroldo José de Arruda Franco - Promotor Público do Estado do Amapá; Dardeg de Sousa Aleixo - Presidente do Conselho Regional de Medicina do Amapá; Sidnei Siqueira - Líder da comunidade São Raimundo do Pirativa; Alan Kardec Ribeiro Galardo - Coordenador da pesquisa e Alan Coelho de Sellos - Subchefe de Divisão de Direitos Humanos do Itamaraty, representante do Ministério de Relações Exteriores. (conforme Requerimento nº 03, de 2006, de aditamento). **RESULTADO: AUDIÊNCIA REALIZADA.**

ITEM DOIS - REQUERIMENTO-CDH Nº 08, DE 2006 - Assunto: "audiência pública, a se realizar no dia 03 de abril de 2006, às 10 horas, com vistas a tratar das questões atinentes à inclusão do idoso com desdobramentos quanto à regulamentação do artigo 40 do Estatuto do Idoso e a estadia do idoso em instituição de longa permanência", com os seguintes convidados: "Ministro de Estado da Saúde, Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Secretário Nacional de Direitos Humanos, Presidente do Conselho Nacional do Idoso, Representantes do Ministério Público, em especial da Promotoria do Idoso e Especialistas da área do

envelhecimento a serem definidos posteriormente". Autoria: Senador PAULO PAIM. **Resultado: APROVADO**.

ITEM Nº 02 - REQUERIMENTO-CDH Nº 09, DE 2006 - Assunto: audiência pública com a presença do Excelentíssimo Senhor Saraiva Felipe, Ministro de Estado da Saúde, com o escopo de informar ao Senado Federal a estratégia preventiva da União para proteger o território brasileiro da "gripe aviária". **Autoria:** Senador CRISTOVAM BUARQUE. **Resultado: APROVADO**.

REUNIÃO REALIZADA EM 15/03/2006 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM UM: AUDIÊNCIA PÚBLICA visando instruir PLS nº 281, de 2005, que "Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal", com os seguintes convidados: Dioclécio Campos Junior – Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria; Roberto Antonio Busato – Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil- OAB que indicou o Sr. Joelson Dias, Membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB, para representá-lo; Rubens Naves – Presidente da Fundação Abrinq; Nilcéia Freire – Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres que indicou a Sra. Elizabete Pereira – Diretora de Programas do Ministério, para representá-la; José Fernando da Silva – Presidente do Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes – Conanda que indicou o Sr. José Eduardo de Andrade – Conselheiro do Conanda, para representá-la. **RESULTADO: REALIZADA.**

ITEM DOIS: REQUERIMENTO Nº 10 DE 2006 – CDH: Com fundamento no disposto no Art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, Requeiro a realização de Audiência Pública com vistas a tratar das QUESTÕES RACIAIS atinentes às "AÇÕES AFIRMATIVAS" e ao "DIA INTERNACIONAL PARA ELIMINAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL", a realizar-se no dia 21 de março de 2006, ás 10:00 horas. Para Tanto, gostaríamos que fossem convidados a Ministra Matilde Ribeiro – SEPIR – o Sr. Ubiratan Castro – Presidente da Fundação Palmares e outro a serem definidos pela própria Comissão. Autor: Senador Paulo Paim. **RESULTADO: APROVADO.**

REUNIÃO REALIZADA EM 21/03/2006 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 – REQUERIMENTO: Nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno, conforme Requerimento CDH nº 10, de 2006, aprovado em 15/03/06, "com vistas a tratar das Questões Raciais atinentes às "ações afirmativas" e ao "dia internacional para eliminação da discriminação racial", com os seguintes convidados: Matilde Ribeiro - Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (enviou o Sr. Antônio Pinto em substituição); Ubiratan Castro - Presidente da Fundação Palmares (enviou a Sra. Sandra Beatriz da Silveira em substituição); Thimoty Martin Mulholland - Reitor da Universidade Federal de Brasília; Renato Ferreira - LPP/UERJ; Frei David Santos – Educafro e Alline Andrade – Estudante Cotista. **RESULTADO: REQUERIMENTO APROVADO E AUDIÊNCIA REALIZADA.**

ITEM 02 - REQUERIMENTO Nº 11 DE 2006 – CDH - Nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno, requeiro Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para esclarecimentos sobre uma série de reportagens veiculadas pelo Jornal da Globo, da Rede Globo de Televisão, na semana de 06 a 10/03/2006. As reportagens tratavam da exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. Para isso, serão convidadas as seguintes autoridades: Fernando Haddad – Ministro de Estado da Educação; Márcio Tomás Bastos – Ministro de Estado da Justiça; Luiz Marinho – Ministro de Estado do Trabalho; Patrus Ananias - Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Autor: Senador Cristovam Buarque. **Resultado: Aprovado.**

ITEM 03 - REQUERIMENTO Nº 12 DE 2006 – CDH - Nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno, requeiro Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para ouvir os Diretores do vídeo "Falcão, Meninos do Tráfico" veiculado pelo programa *Fantástico*, da Rede Globo de Televisão, no dia 19/03/2006. O documentário tratava do registro de depoimentos e imagens de crianças e adolescentes que trabalham no tráfico de drogas em todo o país. Para assistir ao vídeo, debater e esclarecer o assunto, requeiro a esta Comissão convidar os Ilustríssimos Senhores a seguir: Sr. MV Bill – Músico e Diretor do Vídeo; Sr. Celso Athayde – Produtor Cultural e Diretor do Vídeo; Autores: Senador Cristovam Buarque e Senador Paulo Paim. **Resultado: Aprovado.**

REUNIÃO REALIZADA EM 22/03/2006 – CONJUNTA COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ITEM ÚNICO: AUDIÊNCIA PÙBLICA: Nos termos do art. 58, §2º, inciso II da Constituição c/c art. 90, inciso II, art. 93, inciso II e art. 113, estes do Regimento Interno do Senado Federal, em cumprimento ao Requerimento - CDH nº09, de 2006, aprovado em 08/03/06, e Requerimento – CAS nº05, de 2006, aprovado em 16/03/06. EXPOSITORES: Senhores José Saraiva Felipe, Ministro de Estado da Saúde e Luiz Marinho, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, que discorreram sobre a estratégia preventiva da União para proteger o território brasileiro da "gripe aviária". RESULTADO: **AUDIÊNCIA REALIZADA** com a presença do Senhor Jarbas Barbosa da Silva Júnior, Secretário de Vigilância em Saúde que representou o Ministro de Estado da Saúde e a Senhora Paula Montagner, Coordenadora do Observatório de Mercado de Trabalho, que representou o Ministro de Estado do Trabalho e Emprego.

REUNIÃO REALIZADA EM 28/03/2006 – CONJUNTA COM A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

ITEM ÚNICO: AURIÊNCIA PÚBLICA - Atendendo Requerimento nº 06-CAS, de 2006, de autoria do Senador Papaléo Paes e outros, que "requer a realização de Audiência Pública em reunião conjunta da Subcomissão de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com vistas a promover amplo debate a respeito da *Gripe Aviária* e suas Prováveis conseqüências para o Brasil". Compareceram as seguintes autoridades: . Sr. JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA – Secretário Executivo do

Ministério da Saúde (MS) e Coordenador Interministerial "Pandemia da Influenza"; Sr. JAMIL GOMES DE SOUZA – Diretor do Departamento de Saúde Animal, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Sr. RICARDO GONÇALVES – Presidente Executivo da Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos (ABEF) e Dr. PAULO RICARDO SANTOS NUNES – Gerência-Geral de Portos, Aeroportos e Fronteiras da ANVISA. **RESULTADO: REALIZADA.**

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

REUNIÃO REALIZADA EM 09/03/2006 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 - NÃO TERMINATIVO - MENSAGEM (SF) Nº 13, DE 2006 - SUBMETE À APRECIAÇÃO DO SENADO FEDERAL, A INDICAÇÃO DO SENHOR ANTONIO JOSÉ VALLIM GUERREIRO, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE REPRESENTANTE PERMANENTE DO BRASIL JUNTO À AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA ATÔMICA (AIEA) E ORGANISMOS INTERNACIONAIS CONEXOS. AUTORIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. RELATORIA: SENADOR JOSÉ JORGE. RELATORIA "AD HOC": SENADOR MARCO MACIEL. PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO. **RESULTADO: APRECIADO.**

ITEM 02 - NÃO TERMINATIVO - MENSAGEM (SF) Nº 82, DE 2006 - SUBMETE À APRECIAÇÃO DO SENADO FEDERAL, A ESCOLHA QUE DESEJA FAZER DO SENHOR ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DO EQUADOR. AUTORIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. RELATORIA: SENADOR MÃO SANTA. RELATORIA "AD HOC": SENADOR GERSON CAMATA. PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO. **RESULTADO: APRECIADO.**

EXTRA-PAUTA

ITEM 01 – NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 12, DE 2006 - APROVA O TEXTO DO TRATADO INTERNACIONAL SOBRE RECURSOS FITOGENÉTICOS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA, APROVADO EM ROMA, EM NOVEMBRO DE 2001, E

ASSINADO PELO BRASIL, EM 10 DE JUNHO DE 2002. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADOR MARCO MACIEL. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 02 - NÃO TERMINATIVO - REQUERIMENTO (SF) Nº 09, DE 2006 – CRE - REQUEIRO, NOS TERMOS DO ART. 336, II, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, URGÊNCIA PARA A TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 12, DE 2006, QUE "APROVA O TEXTO DO TRATADO INTERNACIONAL SOBRE RECURSOS FITOGENÉTICOS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA, APROVADO EM ROMA, EM NOVEMBRO DE 2001, E ASSINADO PELO BRASIL, EM 10 DE JUNHO DE 2002". AUTORIA: SENADOR MARCO MACIEL. **RESULTADO: APROVADO.**

REUNIÃO REALIZADA EM 14/03/2006 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 562, DE 2005 - APROVA O TEXTO DAS EMENDAS AO ACORDO RELATIVO À ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES POR SATÉLITE E AO ACORDO OPERACIONAL, APROVADAS PELA 25ª ASSEMBLÉIA DAS PARTES, REALIZADA ENTRE 13 E 17 DE NOVEMBRO DE 2000, E PELA 31ª ASSEMBLÉIA DE SIGNATÁRIOS, NOS DIAS 09 E 10 DE NOVEMBRO DE 2000. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADOR JEFFERSON PÉRES. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 02 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 564, DE 2005 - APROVA O TEXTO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO CHILE NO CAMPO DOS USOS PACÍFICOS DA ENERGIA NUCLEAR, CELEBRADO EM ARICA, REPÚBLICA DO CHILE, EM 20 DE MARÇO DE 2002. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADOR PEDRO SIMON. RELATORIA "AD HOC": SENADOR GERSON CAMATA. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 03 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 02, DE 2006 - APROVA O TEXTO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PERU SOBRE COOPERAÇÃO TÉCNICA NA ÁREA E TURISMO, CELEBRADO EM BRASÍLIA, EM 6 DE DEZEMBRO DE 2002. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA. RELATORIA "AD HOC": SENADOR ROMEU TUMA. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 04 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 03, DE 2006 - APROVA O TEXTO DO ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA

LIBANESA SOBRE COOPERAÇÃO EM CERTAS MATÉRIAS CONSULARES DE CARÁTER HUMANITÁRIO, CELEBRADO EM BEIRUTE, EM 4 DE OUTUBRO DE 2002. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADOR NEY SUASSUNA. RELATORIA "AD HOC": SENADOR ROMEU TUMA. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 05 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 05, DE 2006 - APROVA O TEXTO DO ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA BOLÍVIA PARA RESTITUIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES ROUBADOS OU FURTADOS, CELEBRADO EM BRASÍLIA, EM 28 DE ABRIL DE 2003. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 06 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 06, DE 2006 - APROVA O TEXTO DO PROTOCOLO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA ARGENTINA SOBRE CIRCULAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, CELEBRADO EM BRASÍLIA, EM 25 DE NOVEMBRO DE 1999. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADOR ROBERTO SATURNINO. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 07 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 07, DE 2006 - APROVA O TEXTO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA EM MATÉRIA PENAL ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA LIBANESA, CELEBRADO EM BEIRUTE, EM 4 DE OUTUBRO DE 2002. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADOR PEDRO SIMON. RELATORIA "AD HOC": SENADOR JEFFERSON PÉRES. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 08 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 08, DE 2006 - APROVA O TEXTO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE OS GOVERNOS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E DA REPÚBLICA ARGENTINA PARA O COMBATE AO TRÁFEGO DE AERONAVES SUPOSTAMENTE ENVOLVIDAS EM ATIVIDADES ILÍCITAS INTERNACIONAIS, ASSINADO EM BUENOS AIRES, EM 9 DE DEZEMBRO DE 2002. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 09 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 11, DE 2006 - APROVA O TEXTO DO ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PERU SOBRE TRABALHO REMUNERADO PARA DEPENDENTES DE PESSOAL DIPLOMÁTICO, CONSULAR, ADMINISTRATIVO E TÉCNICO DE

MISSÕES DIPLOMÁTICAS, ESCRITÓRIOS CONSULARES E REPRESENTAÇÕES PERMANENTES DE ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS, CELEBRADO EM LIMA, EM 10 DE FEVEREIRO DE 2004. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADOR HERÁCLITO FORTES. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 10 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 14, DE 2006 - APROVA O TEXTO DO TRATADO DE EXTRADIÇÃO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA DO PERU, CELEBRADO EM LIMA, EM 25 DE AGOSTO DE 2003. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADOR GERSON CAMATA. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 11 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 15, DE 2006 - APROVA O TEXTO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E O USO SUSTENTÁVEL DA FLORA E DA FAUNA SILVESTRES DOS TERRITÓRIOS AMAZÔNICOS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E DA REPÚBLICA DO PERU, CELEBRADO EM LIMA, EM 25 DE AGOSTO DE 2003. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADOR JEFFERSON PÉRES. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 12 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 17, DE 2006 - APROVA O TEXTO DO ACORDO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA ROMÊNIA DE COOPERAÇÃO NO CAMPO DO TURISMO, CELEBRADO EM BRASÍLIA EM 25 DE JULHO DE 2000. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADOR JOSÉ JORGE. RELATORIA "AD HOC": SENADOR MÃO SANTA. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 13 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 18, DE 2006 - APROVA O TEXTO DA EMENDA DO ARTIGO XIII DA CONVENÇÃO CONSTITUTIVA DA UNIÃO LATINA. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADOR MÃO SANTA. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 14 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 19, DE 2006 - APROVA O TEXTO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PANAMÁ NO CAMPO DA LUTA CONTRA O CRIME ORGANIZADO, CELEBRADO EM BRASÍLIA, EM 21 DE AGOSTO DE 2001. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADOR JOSÉ JORGE. RELATORIA "AD HOC": SENADOR VALDIR RAUPP. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 15 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 25, DE 2006 - APROVA O TEXTO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO NA ÁREA DE TURISMO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA ESTÔNIA, CELEBRADO EM BRASÍLIA, EM 9 DE NOVEMBRO DE 2000. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA. RELATORIA "AD HOC": SENADOR GERSON CAMATA. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 16 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 27, DE 2006 - APROVA O TEXTO DO ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA POLÔNIA SOBRE COOPERAÇÃO NO CAMPO DE PROTEÇÃO DAS PLANTAS, CELEBRADO EM 09 DE ABRIL DE 2002, EM FOZ DO IGUAÇU. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADOR FLEXA RIBEIRO. RELATORIA "AD HOC": SENADOR MARCO MACIEL. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 17 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 29, DE 2006 - APROVA OS TEXTOS DA CONVENÇÃO Nº 167 E DA RECOMENDAÇÃO Nº 175 DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO SOBRE A SEGURANÇA E SAÚDE NA CONSTRUÇÃO, ADOTADAS EM GENEBRA, EM 20 DE JUNHO DE 1988, PELA 75ª SESSÃO DA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADOR JOSÉ AGRIPINO. RELATORIA "AD HOC": SENADOR GERSON CAMATA. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 18 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 34, DE 2006. APROVA O TEXTO DO ACORDO SOBRE COOPERAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA HELÊNICA, CELEBRADO EM ATENAS, EM 27 DE MARÇO DE 2003. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADOR NEY SUASSUNA. RELATORIA "AD HOC": SENADOR VALDIR RAUPP. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 19 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 35, DE 2006 - APROVA O TEXTO DO ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO LÍBANO SOBRE COOPERAÇÃO NO CAMPO DO TURISMO, CELEBRADO EM 4 DE DEZEMBRO DE 2003, EM BEIRUTE. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADOR FLEXA RIBEIRO. RELATORIA "AD HOC": SENADOR MARCO MACIEL. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 20 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 37, DE 2006 - APROVA O TEXTO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO NA ÁREA DE TURISMO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA ÍNDIA, CELEBRADO EM NOVA DELI, EM 25 DE JANEIRO DE 2004. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA. RELATORIA "AD HOC": SENADOR GERSON CAMATA. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 21 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 38, DE 2006 - APROVA O TEXTO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO EDUCACIONAL ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DE BARBADOS, CELEBRADO EM BRASÍLIA, EM 05 DE OUTUBRO DE 2004. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADOR NEY SUASSUNA. RELATORIA "AD HOC": SENADOR VALDIR RAUPP. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 22 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 44, DE 2006 - APROVA O TEXTO DO ACORDO DE SEDE ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA – OTCA, CELEBRADO EM BRASÍLIA, EM 13 DE DEZEMBRO DE 2002. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADOR ROMERO JUCÁ. RELATORIA "AD HOC": SENADOR MARCO MACIEL. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 23 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 62, DE 2006 - APROVA O TEXTO DA CONVENÇÃO ENTRE OS GOVERNOS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E DOS ESTADOS UNIDOS MEXICANOS DESTINADA A EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO E PREVENIR A EVASÃO FISCAL EM RELAÇÃO AOS IMPOSTOS SOBRE A RENDA, ASSINADA NA CIDADE DO MÉXICO, EM 25 DE SETEMBRO DE 2003. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADOR MÃO SANTA. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO**.

ITEM 24 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE RESOLUÇÃO (SF) Nº 81, DE 2005 - INSTITUI O GRUPO PARLAMENTAR BRASIL-ÁUSTRIA. AUTORIA: SENADORA SERYS SLHESSARENKO. RELATORIA: SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA. RELATORIA "AD HOC": SENADOR VALDIR RAUPP. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

REUNIÃO REALIZADA EM 16/03/2006 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 - NÃO TERMINATIVO - MENSAGEM (SF) Nº 92, DE 2006 - SUBMETE À APRECIAÇÃO DO SENADO FEDERAL A INDICAÇÃO DO

SENHOR JOSÉ EDUARDO MARTINS FELÍCIO, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DO URUGUAI. AUTORIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. RELATORIA: SENADOR PEDRO SIMON. RELATORIA "AD HOC": SENADOR ROMEU TUMA. PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO. **RESULTADO: APRECIADO.**

ITEM 02 - NÃO TERMINATIVO - MENSAGEM (SF) Nº 93, DE 2006 - SUBMETE À APRECIAÇÃO DO SENADO A INDICAÇÃO DO SENHOR LAURO BARBOSA DA SILVA MOREIRA, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO ESPECIAL DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE REPRESENTANTE PERMANENTE DO BRASIL JUNTO À COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA.
AUTORIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. RELATORIA: SENADOR MARCO MACIEL. PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO. **RESULTADO: APRECIADO.**

ITEM 03 - NÃO TERMINATIVO - MENSAGEM (SF) Nº 94, DE 2006 - SUBMETE À APRECIAÇÃO DO SENADO A INDICAÇÃO DO SENHOR MÁRIO VILALVA, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DO CHILE. AUTORIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. RELATORIA: SENADOR GERSON CAMATA. PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO. **RESULTADO: APRECIADO.**

REUNIÃO REALIZADA EM 23/03/2006 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 20, DE 2006 - APROVA O TEXTO DA CONVENÇÃO PARA A UNIFICAÇÃO DE CERTAS REGRAS RELATIVAS AO TRANSPORTE AÉREO INTERNACIONAL, LEVADO A CABO NA SEDE DA ORGANIZAÇÃO DA AVIAÇÃO CIVIL INTERNACIONAL - OACI, E CONCLUÍDO EM MONTREAL, EM 28 DE MAIO DE 1999. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADOR AELTON FREITAS. RELATORIA "AD HOC": SENADOR JEFFERSON PÉRES. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 02 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 21, DE 2006 - APROVA O TEXTO DO ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE EL SALVADOR SOBRE O EXERCÍCIO DE ATIVIDADES REMUNERADAS POR PARTE DE DEPENDENTES DO PESSOAL DIPLOMÁTICO, CONSULAR, ADMINISTRATIVO E TÉCNICO, CELEBRADO EM SÃO SALVADOR, EM 21 DE AGOSTO DE 2002. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E

DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADOR AELTON FREITAS. RELATORIA "AD HOC": SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 03 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 24, DE 2006 - APROVA O TEXTO DA CONVENÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DO REINO DOS PAÍSES BAIXOS RELATIVA À ASSISTÊNCIA ADMINISTRATIVA MÚTUA PARA A APLICAÇÃO APROPRIADA DA LEGISLAÇÃO ADUANEIRA E PARA A PREVENÇÃO, INVESTIGAÇÃO E COMBATE ÀS INFRAÇÕES ADUANEIRAS, CONCLUÍDA NO DIA 7 DE MARÇO DE 2002, EM BRASÍLIA. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI. PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO.

ITEM 04 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 28, DE 2006 - APROVA OS TEXTOS DA CONVENÇÃO Nº 176 E DA RECOMENDAÇÃO Nº 183, DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, SOBRE SEGURANÇA E SAÚDE NAS MINAS, ADOTADAS EM GENEBRA, EM 22 DE JUNHO DE 1995. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADOR JOSÉ AGRIPINO. RELATORIA "AD HOC": SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 05 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 30, DE 2006 - APROVA O TEXTO DO ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DO ESTADO DE ISRAEL SOBRE O EXERCÍCIO DE ATIVIDADE REMUNERADA POR PARTE DE DEPENDENTES DO PESSOAL DIPLOMÁTICO, CONSULAR, ADMINISTRATIVO E TÉCNICO, CELEBRADO EM BRASÍLIA, EM 12 DE DEZEMBRO DE 2002. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADOR MARCELO CRIVELLA. RELATORIA "AD HOC": SENADOR AELTON FREITAS. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 06 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 32, DE 2006. APROVA A SOLICITAÇÃO DE O BRASIL FAZER A DECLARAÇÃO PREVISTA NO ARTIGO 22 DA CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA A TORTURA E OUTROS TRATAMENTOS OU PENAS CRUÉIS, DESUMANOS OU DEGRADANTES, RECONHECENDO A COMPETÊNCIA DO COMITÊ CONTRA A TORTURA PARA RECEBER E ANALISAR DENÚNCIAS DE VIOLAÇÕES DOS DISPOSITIVOS DA CONVENÇÃO. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADOR JOSÉ JORGE. RELATORIA "AD HOC": SENADOR ROMEU TUMA. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 07 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 124, DE 2006. APROVA O TEXTO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA UCRÂNIA SOBRE COOPERAÇÃO EM ASSUNTOS RELACIONADOS À DEFESA, ASSINADO EM BRASÍLIA, EM 21 DE OUTUBRO DE 2003. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADORA SERYS SLHESSARENKO. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 08 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 125, DE 2006. APROVA O TEXTO DA CONVENÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA UCRÂNIA PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO E PREVENIR A EVASÃO FISCAL EM MATÉRIA DE IMPOSTOS SOBRE A RENDA, CELEBRADA EM KIEV, EM 16 DE JANEIRO DE 2002. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADORA SERYS SLHESSARENKO
PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 09 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 126, DE 2006 - APROVA O TEXTO DO ACORDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA EM MATÉRIA PENAL ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A UCRÂNIA, CELEBRADO EM KIEV, EM 16 DE JANEIRO DE 2002. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADOR JEFFERSON PÉRES. RELATORIA "AD HOC": SENADOR SERYS SLHESSARENKO. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 10 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 127, DE 2006 - APROVA O TEXTO DO TRATADO DE EXTRADIÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A UCRÂNIA, CELEBRADO EM BRASÍLIA, EM 21 DE OUTUBRO DE 2003. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADOR JEFFERSON PÉRES. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 11 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 133, DE 2006. APROVA O TEXTO DO ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA BOLÍVIA PARA PERMISSÃO DE RESIDÊNCIA, ESTUDO E TRABALHO A NACIONAIS FRONTEIRIÇOS BRASILEIROS E BOLIVIANOS, CELEBRADO EM SANTA CRUZ DA SERRA, EM 08 DE JULHO DE 2004. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 12 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 134, DE 2006. APROVA O TEXTO DO ACORDO COMPLEMENTAR NA ÁREA DE RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE AO ACORDO BÁSICO

DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PERU, ASSINADO EM BRASÍLIA, EM 20 DE AGOSTO DE 2004. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 13 - NÃO TERMINATIVO - REQUERIMENTO (SF) Nº 02, DE 2006 – CRE - NOS TERMOS DO ART. 93 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, E CONSIDERANDO O ÊXITO DO DEBATE SOBRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DE PAÍSES OUTRORA MENOS DESENVOLVIDOS QUE O BRASIL, OCORRIDO EM 8 DE DEZEMBRO DE 2005, NESTA COMISSÃO, REQUEIRO, PARA DATA A SER AGENDADA, O PROSSEGUIMENTO DAS DISCUSSÕES COM AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O SEGUINTE TEMA: "OS CAMINHOS DA DEPENDÊNCIA E DA AUTONOMIA: BRASIL E CORÉIA DO SUL". COMO SUGESTÃO DE CONVIDADOS EXTERNOS, INDICO OS PROFESSORES OTAVIANO CANUTO, LÍDIA GOLDENSTEIN, PÉRSIO ARIDA E LUCIANO COUTINHO. AUTORIA: SENADOR JEFFERSON PÉRES. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 14 - NÃO TERMINATIVO - REQUERIMENTO (SF) Nº 04, DE 2006 – CRE - NOS TERMOS DO ART. 93 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, E CONSIDERANDO O ÊXITO DO DEBATE SOBRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DE PAÍSES OUTRORA MENOS DESENVOLVIDOS QUE O BRASIL OCORRIDO EM 8 DE DEZEMBRO DE 2005, NESTA COMISSÃO, REQUEIRO, PARA DATA A SER AGENDADA, O PROSSEGUIMENTO DAS DISCUSSÕES COM AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O TEMA: "O ATUAL SUCESSO DO CHILE: MITO OU REALIDADE?". COMO SUGESTÃO DE CONVIDADOS EXTERNOS, INDICO OS PROFESSORES JOSÉ LUIS FIORI, ALBERTO AGGIO E EMIR SADER. AUTORIA: SENADOR ROBERTO SATURNINO. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 15 - NÃO TERMINATIVO - REQUERIMENTO (SF) Nº 05, DE 2006 – CRE - NOS TERMOS DO ARTIGO 79 DO REGIMENTO INTERNOS REQUEIRO SEJA CRIADA, NO ÂMBITO DESTA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, A SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS, DESTINADA A TRATAR DE ASSUNTOS DE SEU INTERESSE. AUTORIA: SENADOR ROMEU TUMA. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 16 - NÃO TERMINATIVO - REQUERIMENTO (SF) Nº 06, DE 2006 – CRE - NOS TERMOS REGIMENTAIS, REQUEIRO SEJA CONVIDADO O JORNALISTA CLÁUDIO JÚLIO TOGNOLLI PARA, PERANTE ESTA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL PRESTAR INFORMAÇÕES SOBRE O SEQÜESTRO DO ENGENHEIRO BRASILEIRO JOÃO JOSÉ DE VASCONCELLOS JÚNIOR, DA CONSTRUTORA ODEBRECHT, OCORRIDO EM 19 DE JANEIRO DE 2005, NO IRAQUE. AUTORIA: SENADOR ROMEU TUMA. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 17 - NÃO TERMINATIVO - REQUERIMENTO (SF) Nº 07, DE 2006 – CRE - NOS TERMOS DO § 2º DO ART. 50 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM OS ARTS. 215 E 216 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL E COM O ATO DA MESA Nº 1, DE 2001, E CONSIDERANDO AS DECLARAÇÕES FEITAS PELO PRESIDENTE HUGO CHÁVEZ, DA VENEZUELA, SOBRE A FRUSTRAÇÃO DE IMPORTAÇÃO, POR SEU PAÍS, DE AVIÕES SUPER TUCANOS DO BRASIL, EM RAZÃO DE PRESSÃO EXERCIDA PELOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, REQUEIRO SEJAM PRESTADAS, PELO EXMO. SR. MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: 1) FORAM FEITAS PRESSÕES PELOS ESTADOS UNIDOS AO BRASIL, PARA QUE NÃO EXPORTASSE AVIÕES SUPER TUCANOS, FABRICADOS PELA EMBRAER, PARA A VENEZUELA? 2) EM CASO POSITIVO, DIRIGIDAS A QUEM? EM QUE TERMOS E COM QUAIS FUNDAMENTOS? 3) JÁ HOUVE OUTRAS AMEAÇAS SIMILARES PELOS ESTADOS UNIDOS CONTRA EXPORTAÇÕES LEVADAS A CABO PELA EMBRAER, POR EXEMPLO, PARA O IRÃ? SE AFIRMATIVO, QUAIS FORAM AS CIRCUNSTÂNCIAS E OS MOTIVOS DESSAS AMEAÇAS? AUTORIA: SENADOR ROBERTO SATURNINO. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 18 - NÃO TERMINATIVO - REQUERIMENTO (SF) Nº 08, DE 2006 – CRE - NOS TERMOS DO § 2º DO ART. 50 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM OS ARTS. 215 E 216 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL E COM O ATO DA MESA Nº 1, DE 2001, E CONSIDERANDO DENÚNCIAS FEITAS SOBRE IRREGULARIDADES CONTÁBEIS NA EMPRESA BINACIONAL ITAIPU, REQUEIRO SEJAM PRESTADAS, PELO EXMO. SR. MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: 1) A PARTIR DE PARECERES FEITOS PELA ELETROBRÁS PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ITAIPU, OU FEITOS POR ESTE E ENCAMINHADOS À ELETROBRÁS, HÁ DADOS SOBRE IRREGULARIDADES CONTÁBEIS NA ITAIPU? SE POSITIVO, QUAIS SERIAM TAIS IRREGULARIDADES? 2) O QUE SERIAM, NO MECANISMO CONTÁBIL DA ITAIPU, A UNIDADE DE CORREÇÃO MONETÁRIA, A NOTA DE DÉBITO, A CORREÇÃO MONETÁRIA POR ATRASO DE PAGAMENTO, O CRÉDITO DE CONTAS A PAGAR E O ARQUIVO DE BLOQUEADOS? 3) QUAIS FORAM AS GESTÕES FEITAS POR ESTE MINISTÉRIO PARA IMPLEMENTAR A DECISÃO Nº 279/95, DO PLENÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU), SOBRE MODIFICAÇÃO DOS ATOS NORMATIVOS DA ITAIPU, A FIM DE PERMITIR PLENA FISCALIZAÇÃO DESTA EMPRESA BINACIONAL? AUTORIA: SENADOR ROBERTO SATURNINO. **RESULTADO: APROVADO.**

REUNIÃO REALIZADA EM 30/03/2006 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 131, DE 2006 - APROVA O TEXTO DO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA ARGENTINA PARA O ESTABELECIMENTO DE UM MECANISMO PERMANENTE DE INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES SOBRE

A CIRCULAÇÃO E O TRÁFICO ILÍCITO DE ARMAS DE FOGO, MUNIÇÕES, EXPLOSIVOS E OUTROS MATERIAIS CORRELATOS, ASSINADO EM BUENOS AIRES, EM 16 DE OUTUBRO DE 2003. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADOR HERÁCLITO FORTES. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 02 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 132, DE 2006 - APROVA O TEXTO DO ACORDO SOBRE O BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA E A ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA ENTRE OS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL, A REPÚBLICA DA BOLÍVIA E A REPÚBLICA DO CHILE, CELEBRADO EM FLORIANÓPOLIS, EM 15 DE DEZEMBRO DE 2000. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI. RELATORIA "AD HOC": SENADOR JEFFERSON PÉRES. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 03 - NÃO TERMINATIVO - REQUERIMENTO (SF) Nº 1007, DE 2005 - REQUER, NOS TERMOS DO ART. 222, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, SEJA APRESENTADO VOTO DE LOUVOR AO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, SR. CELSO AMORIM, PELA VITÓRIA NO CONTENCIOSO COMERCIAL INSTALADO NO ÂMBITO DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC) REFERENTE ÀS EXPORTAÇÕES DE CARNE DE FRANGO PARA A UNIÃO EUROPÉIA. AUTORIA: SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE. RELATORIA: SENADOR EDUARDO SUPLICY. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 04 - NÃO TERMINATIVO - REQUERIMENTO (SF) Nº 1008, DE 2005 - REQUER, NOS TERMOS DO ART. 222, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, SEJA APRESENTADO VOTO DE LOUVOR AO MINISTRO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, SR. ROBERTO RODRIGUES, PELA VITÓRIA NO CONTENCIOSO COMERCIAL INSTALADO NO ÂMBITO DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC) REFERENTE ÀS EXPORTAÇÕES DE CARNE DE FRANGO PARA A UNIÃO EUROPÉIA. AUTORIA: SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE. RELATORIA: SENADOR EDUARDO SUPLICY. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 05 - NÃO TERMINATIVO - REQUERIMENTO (SF) Nº 1009, DE 2005 - REQUER, NOS TERMOS DO ARTIGO 222 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, VOTO DE LOUVOR AO MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, SR. LUIZ FERNADO FURLAN PELA VITÓRIA NO CONTENCIOSO COMERCIAL INSTALADO NO ÂMBITO DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC) REFERENTE ÀS EXPORTAÇÕES DE CARNE DE FRANGO PARA A UNIÃO EUROPÉIA. AUTORIA: SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE. RELATORIA: SENADOR EDUARDO SUPLICY. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 06 - NÃO TERMINATIVO - REQUERIMENTO (SF) Nº 05, DE 2006 - REQUER, NOS TERMOS DO ART. 222 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, INSERÇÃO EM ATA DE VOTO DE APLAUSO À DRA. VERÔNICA MICHELLE BACHELET JERIA, PELA VITÓRIA NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO CHILE, TORNANDO-SE A PRIMEIRA MULHER A ASSUMIR O COMANDO DO EXECUTIVO CHILENO. AUTORIA: SENADORA SERYS SLHESSARENKO. RELATORIA: SENADORA LÚCIA VÂNIA. RELATORIA "AD HOC": SENADOR FLEXA RIBEIRO. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 07 - NÃO TERMINATIVO - OFÍCIO "S" Nº 05, DE 2004 - INFORMANDO QUE, TENDO EM VISTA O AGRAVAMENTO DA SITUAÇÃO NA REPÚBLICA DO HAITI, DETERMINOU O ENVIO DE UM AVIÃO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA ÀQUELE PAÍS, BEM COMO DE UM DESTACAMENTO DE FUZILEIROS NAVAIS, A FIM DE PROMOVER A RETIRADA DE BRASILEIROS E DAR SEGURANÇA ÀS INSTALAÇÕES DIPLOMÁTICAS DO BRASIL EM PORTO PRÍNCIPE. AUTORIA: GABINETE DO MINISTRO DA DEFESA. RELATORIA: SENADOR EDUARDO AZEREDO. OBS: VOTAÇÃO DO ADENDO AO PARECER APROVADO NESTA COMISSÃO, EM 01/09/05, CONCLUINDO PELA APRESENTAÇÃO DE PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 08 - NÃO TERMINATIVO - REQUERIMENTO Nº 1.047, DE 2003 - DE PLENÁRIO - NOS TERMOS DO ART. 335, INCISO III, REQUER O SOBRESTAMENTO DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 03, DE 2002, EM FACE DA NOVA LEI DE ESTRANGEIROS QUE DARÁ TRATAMENTO AMPLO AO TEMA, SENDO, PORTANTO, MAIS ABRANGENTE QUE O OBJETIVO DA MATÉRIA AQUI MENCIONADA. AUTORIA: SENADOR TIÃO VIANA. RELATORIA: SENADOR AELTON FREITAS. PARECER: CONTRÁRIO AO REQUERIMENTO Nº 1.047, DE 2003. OBS: EM 16/10/2003, FOI APROVADO PARECER CONCLUINDO PELA APROVAÇÃO NOS TERMOS DA EMENDA Nº 01 – CRE (SUBSTITUTIVO). **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 09 - NÃO TERMINATIVO - INDICAÇÃO (SF) Nº 02, DE 2004 - PROPÕE, NOS TERMOS DO ART. 224 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, A ADOÇÃO DAS NECESSÁRIAS PROVIDÊNCIAS PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL NO SENTIDO DE QUE SEJA ESTUDADA A POSSIBILIDADE DE ARTICULAR COM A CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E O MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, A INCLUSÃO, AINDA NESTE ANO DE 2004, NA PROGRAMAÇÃO DAS VISITAS DE AUTORIDADES AO NOSSO PAÍS, A DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA COSTA DO MARFIM, SENHOR LAURENT GBAGBO. AUTORIA: SENADOR MARCELO CRIVELLA. RELATORIA: SENADOR ROBERTO SATURNINO. RELATORIA "AD HOC": SENADOR ARTHUR VIRGILIO. PARECER: FAVORÁVEL, COM APRESENTAÇÃO DE EMENDA. **RESULTADO: APROVADO.**

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

REUNIÃO REALIZADA EM 14/03/2006 – EXTRAORDINÁRIA

Item nº 1 - Requerimento nº 06, de 2006-CI "Requer, nos termos regimentais que seja substituido o termo "Convocação", contido no Requerimento nº 02, de 2006, para convite".
Autor: Senador Flexa Ribeiro. Obs.: a) O Requerimento nº 02, de 2006-CI refere-se Audiência Pública destinada a ouvir o Ministro das Cidades, Márcio Fortes, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. b) Ficou previamente agendado o dia 28.03.2006, para a realização da Reunião de Audiência Pública, com a presença do Ministro das Cidades. **Resultado: Aprovado.**

Item nº 2 - Requerimento nº 07, de 2006-CI "Requer, em adendo ao Requerimento nº 16, de 2005-CI, aprovado em reunião dessa Comissão no dia 22 de junho próximo passado, que seja incluída a seguinte entidade no rol de convidados a serem ouvidos na Audiência Pública: SINCOPETRO (Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de São Paulo), Dr. José Alberto Paiva Gouveia (Presidente)". Autor: Senador Sérgio Guerra. **Resultado: Aprovado.**

Item nº 3 - Requerimento nº 08, de 2006-CI "Requer, nos termos regimentais a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, com vistas a debater a iminente alienação do controle ou de parte do controle das concessionárias ferroviárias Ferroban, Ferronorte e Novoeste. Para tanto sugere seja convidado as seguintes autoridades: Presidente do Conselho de Administração da Brasil Ferrovias, Sr. Guilherme Narciso de Lacerda; Presidente da Brasil Ferrovias, Sr. Elias David Nigri, e Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestre, Sr. José Alexandre Nogueira Resende". Autor: Senador Delcídio Amaral. **Resultado: Aprovado.**

Item nº 4 - Requerimento nº 09, de 2006-CI "Requer, nos termos regimentais a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, com a finalidade de ouvir o Senhor Joaquim Carvalho, ex-Presidente da Lightpar, subsidiária da Eletrobrás, que tria enviado correspondência ao Ministro de Minas e Energia informando, entre outras coisas, que a empresa é um "cabide de empregos". Autor: Senador José Jorge. **Resultado: Aprovado.**

REUNIÃO REALIZADA EM 23/03/2006 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO: AUDIÊNCIA PÚBLICA EM ATENDIMENTO AO REQUERIMENTO Nº 08 DE 2006-CI, DE AUTORIA DO SENADOR DELCÍDIO AMARAL, COM VISTAS A DEBATER A IMINENTE ALIENAÇÃO DO CONTROLE OU DE PARTE DO CONTROLE DAS CONCESSIONÁRIAS FERROVIÁRIAS FERROBAN, FERRONORTE E NOVOESTE. **EXPOSITORES**: PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA BRASIL FERROVIAS, DR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA; PRESIDENTE DA BRASIL FERROVIAS, DR. ELIAS DAVID NIGRI, E DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRE, DR. JOSÉ

ALEXANDRE NOGUEIRA RESENDE". **RESULTADO: AUDIÊNCIA REALIZADA.**

ITEM DOIS: REQUERIMENTO Nº 11/2006-CI, DE AUTORIA DO SENADOR CÉSAR BORGES, QUE REQUER SEJA REALIZADA AUDIÊNCIA PÚBLICA PERANTE ESTA COMISSÃO, "A FIM DE INSTRUIR O PLS Nº 155, DE 2005, SOBRE O ESTABELECIMENTO DE DIRETRIZES PARA O SANEAMENTO BÁSICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", COM A PARTICIPAÇÃO DOS SEGUINTES CONVIDADOS: - SENADORES COMPONENTES DA COMISSÃO DO MEIO AMBIENTE E FISCALIZAÇÃO DO SENADO FEDERAL; MARINA SILVA – MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE; MÁRCIO FORTES DE ALMEIDA – MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES; SILVANO SILVÉRIO DA COSTA – PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO – ASSEMAE; VITOR FERNANDO BERTINI – PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS DE SANEAMENTO BÁSICO ESTADUAIS – AESBE; FREDERICO ANTUNES – PRESIDENTE DO FÓRUM DE SECRETÁRIOS DE SANEAMENTO ESTADUAIS, E PAULO GODOY – PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INFRA-ESTRUTURA E INDÚSTRIA DE BASE – ABDIR. **RESULTADO: APROVADO.**

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR

REUNIÃO REALIZADA EM 08/03/2005 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 341, DE 2005 - (TERMINATIVO) - Altera os arts. 48 e 103 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com a finalidade de instituir, entre os objetivos do crédito rural, o estímulo à substituição da cultura do tabaco por atividades alternativas. AUTOR: Senador Sérgio Zambiasi. RELATOR: Senador Rodolpho Tourinho. RELATÓRIO: Pela aprovação do Projeto com 3 emendas que apresenta. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2005 - (PL. nº 03167, de 1997, na origem) - (NÃO TERMINATIVO) - Altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, acrescentando dispositivo sobre a concessão de financiamento para a aquisição de tratores, colheitadeiras, máquinas, implementos e equipamentos agrícolas. AUTOR: Deputado Moacir Micheletto. RELATOR: Senadora Ana Júlia Carepa. RELATÓRIO: Pela rejeição. **RESULTADO: REJEITADO.**

ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 39, DE 2003 - (NÃO TERMINATIVO) - Dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária do Rio Grande do Sul, e dá outras providências. AUTOR: Senador Paulo Paim. RELATOR: Senador Flexa Ribeiro. RELATÓRIO: Pela rejeição. **RESULTADO: REJEITADO.**

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

REUNIÃO REALIZADA EM 08/03/2006 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 341, DE 2005 - (TERMINATIVO) - Altera os arts. 48 e 103 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com a finalidade de instituir, entre os objetivos do crédito rural, o estímulo à substituição da cultura do tabaco por atividades alternativas. AUTOR: Senador Sérgio Zambiasi. RELATOR: Senador Rodolpho Tourinho. RELATÓRIO: Pela aprovação do Projeto com 3 emendas que apresenta. **RESULTADO: Aprovado.**

ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2005 - (PL. nº 03167, de 1997, na origem) (NÃO TERMINATIVO) Altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, acrescentando dispositivo sobre a concessão de financiamento para a aquisição de tratores, colheitadeiras, máquinas, implementos e equipamentos agrícolas. AUTOR: Deputado Moacir Micheletto. RELATOR: Senadora Ana Júlia Carepa. RELATÓRIO: Pela rejeição. **RESULTADO: Aprovado o parecer pela rejeição.**

ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 39, DE 2003 (NÃO TERMINATIVO) Dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária do Rio Grande do Sul, e dá outras providências. AUTOR: Senador Paulo Paim. RELATOR: Senador Flexa Ribeiro. RELATÓRIO: Pela rejeição. **RESULTADO: Aprovado o parecer pela rejeição.**

REUNIÃO REALIZADA EM 21/03/2006 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO: REQUERIMENTO Nº1, DE 2006 - REQUER, NOS TERMOS REGIMENTAIS, SEJA REALIZADA AUDIÊNCIA PÚBLICA A FIM DE INSTRUIR A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 285, DE 2006, SOBRE AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO RURAL, COM RECURSOS DO FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE – FNE, NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – ADENE, COM PARTICIPAÇÃO DO SEGUINTE CONVIDADO: Dr. ROBERTO SMITH – PRESIDENTE DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. **RESULTADO: APROVADO.**

REUNIÃO REALIZADA EM 29/03/2006 - EXTRAORDINÁRIA

REUNIDA A COMISSÃO, PARA TODAS AS MATÉRIAS CONSTANTES NA PAUTA, FORAM CONCEDIDAS VISTAS.

ATO DO PRESIDENTE
Nº 015 , DE 2006

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, **MARCEL ADOLFO PIVIDAL PEREZ**, matrícula nº 106498, do cargo em comissão, de Analista de Suporte, símbolo AP-01, da Secretaria Especial do Interlegis, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, em 31 de Março de 2006

Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL Nº 076 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320 da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, **RESOLVE**:

I – Reconduzir, pelo prazo de 90 (noventa dias), os trabalhos da Comissão Especial instituída pela Portaria nº 119/2004 do Diretor-Geral, incumbida de implantar os trabalhos de conferência e correção dos dados atualmente existentes no banco de dados do Histórico Funcional e do Pagamento dos servidores ativos, inativos, comissionados e pensionistas da Secretaria Especial de Informática - PRODASEN;

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 31 de Março de 2006

Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 077 , DE 2006

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

I – Prorrogar a Comissão Especial de que trata a Portaria nº 07, de 2006, do Diretor-Geral, incumbida de estudar e sugerir quais as cotas de consumo das unidades legislativas e administrativas do Senado Federal, com prazo de 90 (noventa) dias para a conclusão dos seus trabalhos.

II – Designar para integrarem a presente comissão, os servidores Rodrigo Luiz Lima Cruz, matrícula 194946, Arilton Rodrigues Maia, matrícula 195215 e Adeline Bezerra Delgado, matrícula 106462.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com os seus efeitos a partir do dia 01 de abril de 2006.

Senado Federal, 31 de março de 2006.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 078 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no desempenho de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320 da Resolução nº 9, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar os servidores Sílvia Castanheira Oddone, matrícula nº 55478; Adriana Ribeiro Maia, matrícula nº 168649, Alexandre Bento Hilgenberg, matrícula nº 53044; André Luiz Santiago de Medeiros, matrícula nº 49855; Cristina Dias Tavares Rehem, matrícula nº 651-1; Ericson Andrade de Oliveira, matrícula nº 180959; Francisco de Assis Sousa Braga, matrícula 52740; Francisco Henrique Martins Damaso, matrícula nº 50699; Geremias Pignaton, matrícula nº 52544; João Luiz de Moura Araújo, matrícula nº 53020; José Bonifácio de Góis Júnior, matrícula nº 174091; José Messias Feitosa dos Santos, matrícula 14440; Luiz Antônio Jambeiro de Moraes, matrícula 53019; e Simone Pereira da Silva, matrícula 192998, para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão do Tour de Finais de Semana nos meses de abril, maio e junho de 2006, instituída pelo Ato do Diretor-Geral nº 1345 de 2000, em substituição aos servidores designados pelas Portarias nº 006, de 11 de janeiro de 2006, e nº 056, de 22 de fevereiro de 2006, desta Diretoria-Geral.

Art. 2º – Os membros desta Comissão farão jus à percepção de gratificação mensal, cujo valor será correspondente ao Nível II – 75% do valor nominal da FC-06, que corresponderá a 20 horas de trabalho nos finais de semana e feriados em que servirem como guias aos visitantes, no horário das 9 às 18 horas.

Art. 3º – O número de horas por dia de trabalho deverá ser de no mínimo 4 (quatro) e no máximo 8 (oito) horas corridas. Deverá ser aplicada a proporcionalidade da gratificação mensal para os participantes cujo número de horas trabalhadas for inferior a 20 (vinte).

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 1º de abril de 2006 até o dia 30 de junho de 2006.

Senado Federal, 31 de março de 2006.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 562 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe competem, e tendo em vista o que consta do Processo PD-000222/06-2, **RESOLVE**, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "a", da Lei nº 8.112/90, com as alterações da EC nº 41, de 31/12/2003, c/c a MP nº 167, de 20/02/2004, conceder pensão vitalícia a **MARIA JOSÉ SILVA BOAZ**, na condição de cônjuge, na proporção de 100% (cem por cento) dos proventos que percebia o ex-servidor **DONATO MARTINS BOAZ**, matrícula 100060, da Secretaria Especial de Informática - PRODASEN, a partir da data do óbito, 17/03/2006.

Senado Federal, em 31 de Março de 2006.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 563 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 004930/06-1,

RESOLVE dispensar o servidor ALBERTO DE CASTRO TEIXEIRA, matrícula 49211, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Administração da Subsecretaria de Convenção Digital dos Acervos Audiovisuais, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Diretoria-Geral, a partir de 29 de março de 2006.

Senado Federal, 31 de Março de 2006

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 564 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 004642/06-6,

RESOLVE dispensar o servidor DELVANY DE SOUZA LIMA JÚNIOR, matrícula 46209, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Arthur Virgilio, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 23 de março de 2006.

Senado Federal, 31 de Março de 2006

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 565, DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta dos Processos n.ºs **002284/06-5** e **004885/06-6,**

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 259, publicado no Boletim de Pessoal do Senado Federal n.º 3419, de 09/02/2006, que nomeou **LUCIANO CARNEIRO DA CUNHA,** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-7, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Efraim Morais.

Senado Federal, em 31 de Março de 2006

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 566 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004843/06-1**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CLARA CAROLINA DE SÁ** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PT.

Senado Federal, em 31 de Março de 2006

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 567 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **004884/06-0**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **ADELCINO JOSÉ FIGUEIREDO**, matrícula n.º 192743, de Assistente Parlamentar, AP-6, para o de Assistente Parlamentar, AP-3, e sua respectiva lotação, do Gabinete do Senador Demóstenes Torres para o Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, em 31 de março de 2006.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 568 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **004977/06-8**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, da servidora **LILIAN JEAN HODGE**, matrícula n.º 189057, de Assistente Parlamentar, AP-2, para o de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Marcelo Crivella.

Senado Federal, em 31 de março de 2006.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 569 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004976/06-1**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOELMA ROSSINI DOS SANTOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Marcelo Crivella.

Senado Federal, em 31 de março de 2006.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 570 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004601/06-8,**

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARCOS ANTONIO DE MORAIS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Demostenes Torres.

Senado Federal, em 31 de março de 2006.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 571 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004974/06-9,**

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CARLY SIMONE VALENÇA DE ARAÚJO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Renan Calheiros.

Senado Federal, em 31 de março de 2006.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 572 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores LUIS CARLOS PIRES RAYOL, matrícula nº 33793, e ELIAS LYRA BRANDÃO, matrícula nº 13125, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 004947/06-1 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 31 de março de 2006.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 573 *, de 2005*

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, regulamentada pela Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 16 de dezembro de 1997, bem como na delegação de competência instituída pelo Ato da Comissão Diretora nº 1, de 1999, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 004918/06-1,

RESOLVE, fundamentado no art. 1º da Lei nº 9.506/97, combinado com o art. 28, inciso I, terceira parte, e seu § 4º, e art. 38, da Lei nº 7.087/82, conceder pensão de dependentes, vitalícia, a EULINA ARRAIS, na condição de companheira, no valor de R$ 150,00 (cento e cinqüenta reais), correspondendo a 50% (cinquenta por cento) do que percebia o pensionista segurado, o ex-servidor ROLDÃO PIMENTEL SIMAS, ERGON 192, a partir de 08/03/2006, dia seguinte ao óbito.

Senado Federal, 31 de março de 2006.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 574 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004961/06-4,**

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MARCOS ARAÚJO DE OLIVEIRA**, matrícula n.º 163019, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete do Senador Wellington Salgado, a partir de 29 de março de 2006.

Senado Federal, em 31 de março de 2006.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 575 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004884/06-0,**

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **NIDAL AHMAD YASSIN**, matrícula n.º 185532, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, em 31 de março de 2006.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia
PFL – Rodolpho Tourinho* [S]
PFL – Antonio Carlos Magalhães **
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro
BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PMR – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão
PMDB – João Alberto Souza *
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney **

Pará
PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro** [S]

Pernambuco
PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais
BLOCO-PL – Aelton Freitas* [S]
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira** [S]

Goiás
PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres**
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso
PSDB – Antero Paes de Barros *
PFL – Jonas Pinheiro **
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul
PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará
PSDB – Reginaldo Duarte* [S]
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba
PMDB – Ney Suassuna *
PFL – Efraim Morais**
PMDB – José Maranhão **

Espírito Santo
PSDB – João Batista Motta* [S]
PMDB – Gerson Camata**
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí
PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa **

Rio Grande do Norte
PTB – Fernando Bezerra *
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina
PFL – Jorge Bornhausen *
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan **

Alagoas
P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB - Teotonio Vilela Filho **

Sergipe
PFL – Maria do Carmo Alves *
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas
PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná
PSDB – Alvaro Dias *
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre
BLOCO-PT – Tião Viana*
Sem partido – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado** [S]

Mato Grosso do Sul
PSDB – Juvêncio da Fonseca*
BLOCO-PT – Delcídio Amaral**
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal
PTB – Valmir Amaral* [S]
PDT – Cristovam Buarque **
PFL – Paulo Octávio **

Tocantins
PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro **
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá
PMDB – José Sarney *
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia
PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima
PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

:** Período 1999/2007 *:** Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros Hermes Pinto Gomes Irani Ribeiro dos Santos Verônica de Carvalho Maia José Augusto Panisset Santana Izaias Faria de Abreu Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3508) (Ramal: 3510) (Ramal: 4854) (Ramal: 3511) (Ramal: 4854) (Ramal: 3514) (Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira Maria Consuelo de Castro Souza Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3520) (Ramal: 3503) (Ramal: 3504) (Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varella	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, [1], PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB [2]	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

[1] O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.
[2] A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)
Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB
Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL [4]
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) [3]
Ney Suassuna [1]	3. Serys Slhessarenko [1]
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, [2], PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

[1] Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.
[2] O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.
[3] O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.
[4] O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.
Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)
Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB [4]
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) [3]
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, [2], PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) [1]
PDT	
(vago)	1. (vago)

[1] Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.
[2] O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.
[3] O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.
[4] O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL [3]
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, [1], PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB [2]
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

[1] O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

[2] A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

[3] O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) [2]
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, [1], PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

[1] O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

[2] O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB [2]

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3.José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) [3]	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, [1], PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR [4]	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB [2]	6. (vago) [5]
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

[1] O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.
[2] A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.
[3] O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.
[4] O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.
[5] O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)
Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR [2]
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, [1], PL)	
Marcelo Crivella – PMR [2]	1. (vago) [3]
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

[1] O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

[2] O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

[3] O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)
Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes [3]	1. (vago) [2]
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, [1], PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

[1] O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.
[2] O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.
[3] O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)
Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) [4]	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes [3]	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, [1], PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB [2]	
PDT	
	1. Augusto Botelho

[1] O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.
[2] A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.
[3] O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005
[4] O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) [2]

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB [4]	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido [6] (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B [5] (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, [1], PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR [3]
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

[1] O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.
[2] O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.
[3] O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.
[4] O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.
[5] O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.
[6] O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, [1], PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

[1] O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT [8] (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR [5] (cedida pelo PFL) [1]	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido [7] (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) [4]
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, [2], PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) [6]
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB [3]
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

[1] Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.
[2] O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.
[3] A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.
[4] O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.
[5] O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.
[6] O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.
[7] O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.
[8] O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR [1] [5]	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido [2] [6]	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) [4]
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) [7]	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, [3], PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

[1] Vaga cedida pelo PFL
[2] Vaga cedida pelo PSDB
[3] O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.
[4] O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.
[5] O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.
[6] O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.
[7] A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) [3]	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) [2]
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, [1], PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

[1] O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.
[2] O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.
[3] O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B [4]
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro [2]

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL [2]	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB [3]
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B [4]	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, [1], PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

[1] O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.
[2] O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.
[3] O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005
[4] O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB [1]

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB [1]	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, [2], PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

[1] O Senador Valmir Amaral comunicou que desfiliou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfiliou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.
[2] O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA "OPERAÇÃO POROROCA"
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL [1]
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, [2], PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

[1] O Senador João Ribeiro desfiliou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005
[2] O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) [6]	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B [5]	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) [7]
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) [2]
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, [1], PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR [4]	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

[1] O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.
[2] O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.
[4] O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.
[5] O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.
[6] O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.
[7] O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B [4]	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, [1], PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT [2]
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR [3]

[1] O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.
[2] O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.
[3] O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.
[4] O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B [3]	1. (vago) [2]
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, [1], PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

[1] O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.
[2] O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.
[3] O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) [4]
Gerson Camata	5. (vago) [1]
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, [3], PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR [5]
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) [6]
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

[1] O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

[2] O Senador Valmir Amaral comunicou que desfiliou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfiliou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

[3] O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

[4] O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

[5] O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

[6] A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas–feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta [2]
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, [1], PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR [3]	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

[1] O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

[2] O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

[3] O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)
Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) [2]
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, [1], PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT [3]
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

[1] O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.
[2] O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.
[3] O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB(3)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, (1), PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) (2)
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

(1) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.
(2) O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.
(8) Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcídia Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, [1], PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) [3]
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB [2]	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

[1] O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

[2] A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

[3] O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B [4]	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, [1], PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR [3]
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

[1] O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.
[3] O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.
[4] O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995
2ª Eleição Geral: 30.06.1999
3ª Eleição Geral: 27.06.2001
4ª Eleição Geral: 13.03.2003
5ª Eleição Geral: 23.11.2005

Presidente: Senador João Alberto Souza[1]
Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres[2]

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	**UF**	**Ramal**	**Suplentes**	**UF**	**Ramal**
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. (Vago)[3]		
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
(Vago)[6]			4. (Vago)[4]		
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela Filho (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Ney Suassuna	PB	4345	1. Gerson Camata	ES	3204
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. (Vago)[5]		
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago)		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)				2051	

(Atualizada em 29.3.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

[1] Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.
[2] Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.
[3] Vaga ocupada pelo Senador Gilberto Goellner que deixou o exercício do cargo em 8.12.2005, em virtude de reassunção do titular.
[4] O Senador Álvaro Dias renunciou ao cargo de acordo com Ofício nº 1370/2005-SEM, publicado no DSF de 15.12.2005.
[5] O Senador Pedro Simon renunciou ao cargo de acordo com OF nº 101/05 – GSPSIM, publicado no DSF de 14.12.2005.
[6] O Senador Leonel Pavan renunciou ao cargo de acordo com OF. INT. GSLP nº 43/2006, publicado no DSF de 29.3.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO [1]

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)[2]	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 14.09.2005

Notas:
[1] Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.
[2] Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995
2ª Designação: 30.06.1999
3ª Designação: 27.06.2001
4ª Designação 25.09.2003
5ª Designação 22.03.2005
6ª Designação 20.04.2005
7ª Designação 16.05.2005
8ª Designação 16.05.2005

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001
2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 14.03.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	**PRESIDENTE** Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	**1º VICE-PRESIDENTE** Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	**2º VICE-PRESIDENTE** Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	**1º SECRETÁRIO** Senador Efraim Morais (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	**2º SECRETÁRIO** Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	**3º SECRETÁRIO** Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO Deputado João Caldas (PL-AL)	**4º SECRETÁRIO** Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	**LÍDER DA MAIORIA** Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
LÍDER DA MINORIA Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA** Senador José Jorge (PFL-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA** Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 06.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	**PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO**	**EMANUEL SOARES CARNEIRO**
Representante das empresas de televisão (inciso II)	**GILBERTO CARLOS LEIFERT**	**ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO**
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	**PAULO R. TONET CAMARGO**	**SIDNEI BASILE**
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	**FERNANDO BITTENCOURT**	**ROBERTO DIAS LIMA FRANCO**
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	**DANIEL KOSLOWSKY HERZ**	**CELSO AUGUSTO SCHRÖDER**
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	**EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO**	**MÁRCIO LEAL**
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	**BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA**	**STEPAN NERCESSIAN**
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	**GERALDO PEREIRA DOS SANTOS**	**ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO**
Representante da sociedade civil (inciso IX)	**DOM ORANI JOÃO TEMPESTA**	**SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR**
Representante da sociedade civil (inciso IX)	**ARNALDO NISKIER**	**GABRIEL PRIOLLI NETO**
Representante da sociedade civil (inciso IX)	**LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO**	**PHELIPPE DAOU**
Representante da sociedade civil (inciso IX)	**ROBERTO WAGNER MONTEIRO**	**FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ**
Representante da sociedade civil (inciso IX)	**JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO**	**PAULO MARINHO**

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA[1]

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

---

[1] Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	**Vice-Presidente:** Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	**Secretário-Geral Adjunto:** Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS	
Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	**Deputado AROLDO CEDRAZ (PFL)** Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)
PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)	
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)
PMDB	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
Bloco PFL/Prona	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
PSDB	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
PP	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
PTB	
FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
PPS	
JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: **cpcm@camara.gov.br**
www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador ROBERTO SATURNINO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA HENRIQUE FONTANA PT-RS	**LÍDER DA MAIORIA** NEY SUASSUNA PMDB-PB
LÍDER DA MINORIA JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA** JOSÉ JORGE PFL-PE
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL AROLDO CEDRAZ PFL-BA	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 05.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO "DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO"

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS[1]

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros [2]

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

[1] Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

[2] Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49
Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900
Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA
SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	**R$ 31,00**
Porte do Correio	**R$ 96,60**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	**R$ 127,60**

PREÇO DE ASSINATURA
ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	**R$ 62,00**
Porte do Correio	**R$ 193,20**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	**R$ 255,20**

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	**R$ 0,30**
Porte avulso	**R$ 0,80**

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	**GESTÃO 00001**

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

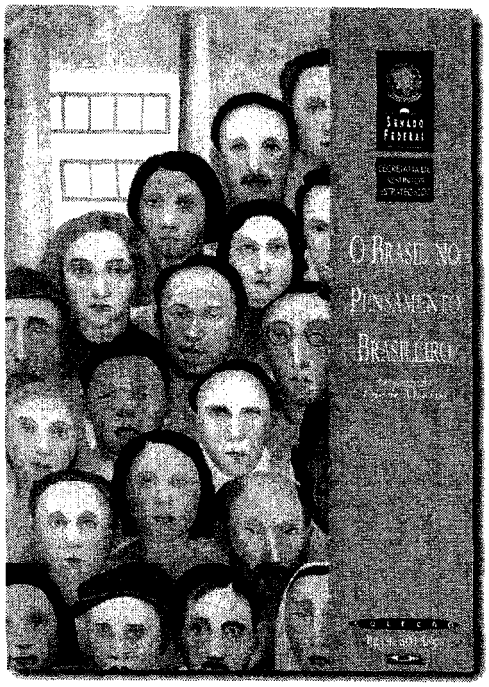
OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Adminstração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.

SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Brasil no Pensamento Brasileiro

Coleção Brasil 500 Anos



"Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso". Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djacir Meneses.

Preço por exemplar: R$ 30,00

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:		UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R$)	Preço Total (R$)

EDIÇÃO DE HOJE: 246 PÁGINAS